

VIVIANE GOMES DE CEBALLOS

***“E a história se fez cidade...”:
a construção histórica e historiográfica
de Brasília***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação da Profa.
Dra. Maria Stella Martins Bresciani

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
___/___/_____.

BANCA:

Prof^a. Dr^a. Maria Stella Martins Bresciani (orientadora)

Prof. Dr. Abílio da Silva Guerra Neto

Prof^a. Dr^a. Silvana Barbosa Rubino

Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli (suplente)

Fevereiro de 2005

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**C321 Ceballos, Viviane Gomes de.
 “E a história se fez cidade...”: a construção histórica e
 historiográfica de Brasília / Viviane Gomes de Ceballos. - -
 Campinas, SP : [s.n.], 2005.**

**Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Planejamento urbano – Brasília (DF). 2. Memória –
Aspectos sociais. 3. Brasília (DF) – História. 4. Brasil – História,
1956-1961 I. Bresciani, Maria Stella Martins. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.**

A minha mãe por todo amor dedicado. A Rodrigo e
Morgana, meus amores e minha vida!

Resumo

“Em geral as cidades nascem para a história. No caso de Brasília, a história é que se fez cidade.” Os textos sobre Brasília buscam criar uma historicidade para ela que antecede sua construção. Referências ao sonho profético de Dom Bosco, as discussões de José Bonifácio, José Hipólito, Antônio Veloso, Varnhagen, empreendidas ainda no século XIX informam essa elaboração e aparecem, para mim, como suporte utilizado por muitos daqueles que escrevem, ou escreveram, sobre a cidade para justificar ou dar respaldo àquela obra. Minha preocupação, então, é mapear essa discussão em torno da interiorização da capital e perceber como as referências a ela são fundamentais na elaboração dos discursos proferidos em defesa da construção de Brasília. Através da análise dos discursos em defesa da nova capital e das estratégias utilizadas para lhe dar respaldo histórico busco entender como a referência a essa discussão que antecede a construção da cidade repercutiu na criação de um imaginário em torno dela: “marco de um novo tempo”; “alvorada de um novo Brasil”; “capital da integração nacional”... – bem como na consolidação da imagem de Juscelino Kubitschek como tendo sido o homem que realizou esse sonho acalentado a tanto tempo pelos brasileiros. Trabalho com a hipótese de que a ênfase dada a essa antecendência tenha sido a estratégia utilizada para romper com a idéia de que Brasília tenha sido fruto da vontade de um presidente “audaz” e trazer à tona personagens outros que discutiram, pensaram e propuseram a interiorização da capital, tendo sido ela, então, “fruto do raciocínio e de uma expectativa”.

Abstract

“Usually, cities are made to history. In Brasilia’s case, it is history that created the city”. Essays about Brasilia try to establish a historicity to it that antecedes its construction. References to Dom Bosco’s prophetic dream, discussions from José Bonifácio, José Hipólito, Antônio Velos, Varnhagen, established during the 19th century yet, reveal this elaboration and represent, in my opinion, the reasoning used by people who writes, or already wrote, about that city as a mean to justify or to support that construction. In this sense, my goal is to map this discussion related to the capital interiorization and identify how those references to it are fundamental at the elaboration of the speeches made in defense of Brasilia’s construction. By analyzing these speeches in defense of a new capital and the strategies adopted to grant it its historical support, I try to understand how the reference to this discussion that antecedes the city’s construction had reflected at the establishment of an imaginary around it: “benchmark of a new era”, “dawn from a new Brazil”, “capital of the national integration”... - and also at the consolidation of Juscelino Kubitschek’s image as a man who had made come true that dream dreamt for so long by the Brazilians. I work with the hypothesis that the emphasis given to this background had been the strategy used to break with the idea that Brasilia was result of the will from an “audacious” president and to bring back other personalities who had debated, thought and proposed the capital interiorization, whose concretization had been, therefore, “the product of reasoning and expectation”

Agradecimentos

Nunca pensei que fosse tão complicado agradecer a todos aqueles que fizeram parte, direta ou indiretamente, deste trabalho. A angústia por querer lembrar de todos e não esquecer de mencionar ninguém acaba sucumbindo à necessidade de reconhecer o papel de cada um de vocês na minha trajetória.

Mãe, muitas vezes os caminhos que escolhemos trilhar na vida não nos permite ver a raridade e a especialidade das pessoas que estão próximas a nós. Obrigada por ser tão rara e bela, e por ter me ensinado a ser o que sou hoje.

Rodrigo, amor, paixão, cumplicidade... talvez as palavras não consigam traduzir o imenso prazer e felicidade que sinto por tê-lo ao meu lado. Morgana, minha Mogue, filha amada, obrigada por tornar a minha vida mais bela, por me tornar importante... Amo vocês!

Meus “pais tortos”, Beatriz e Juan, muito obrigado pelo apoio, pelo amor e, pela confiança depositada em mim. Vocês são realmente especiais!

Valéria e Verusca, minhas irmãs, quantas alegrias, quantas emoções divididas mesmo que à distância... Muito obrigado por tudo!

Adriano, Léo, Alejo, Bethânia e Andrés, cunhados que me “herdaram”... que dureza hein!! Valeu pela força, família!

Côca... não sei o que falar, nem sei se tenho como agradecer. Foram tantas alegrias, aflições, noites em claro, cervejinhas geladas que nos tornou mais do que amigas... Amo você!

Aos amigos Josianne e Amílcar pela grande força nos momentos em que não conseguia avançar no texto, pelas preciosas indicações de leituras. Valeu mesmo!!

Aos novos e velhos amigos Camila, Rodrigo, Vânia, Tati, Marcela, Greydmar, Alinnie, Vanessa, Gabriel (meu maninho!!), Caio (*in memorian*), Elaine, Rafaela,

Tico Feitosa. Obrigada por sua amizade!! Direta ou indiretamente vocês fazem parte deste texto, ele tem um pouco de vocês também.

Gostaria de agradecer à professora Stella Bresciani por ter acreditado no meu projeto, ter aceitado me orientar, e ter me ajudado a tornar essa experiência divertida, produtiva, propositiva, desafiadora, e sobretudo, um tempo de aprendizagem e troca. Obrigada por tudo Stella!!

Agradeço a todos os funcionários e colaboradores do IFCH – Unicamp e dos centros de documentação em que pesquisei pela pronta colaboração e por terem agüentado o meu mau humor nas horas em que a pesquisa parecia não render.

Agradeço especialmente ao sr. Wilton Sidou Pimentel responsável pelo setor de Microfilmagem da Câmara dos Deputados pela disposição em me receber e por possibilitar o acesso aos documentos, bem como aos instrumentos necessários à pesquisa. Ao senhor Cláudio Márcio Almeida de Lima, funcionário do Arquivo Público do Distrito Federal que prontamente disponibilizou os arquivos com os depoimentos dos pioneiros, e que doou uma cópia da edição feita pelo Senado Federal do Relatório da Comissão Cruls.

Finalmente, agradeço à FAPESP, agência financiadora deste trabalho que permitiu sua elaboração.

“uma vez mais estou convencido de que a história é, no fundo, o sonho de um historiador – e esse sonho é fortemente condicionado pelo meio em que está mergulhado, de facto, esse historiador”

Georges Duby

Índice

<i>Introdução: “Cidade: espaço de diversidade”</i>	01
<i>Capítulo I – “A Edificação do sonho”</i>	11
<i>Magno Problema</i>	22
<i>Governo JK: “anos dourados”</i>	45
<i>Capítulo II – “... e a cidade se fez proposta”</i>	53
<i>“Desperta o Gigante Brasileiro”</i>	61
<i>“Páginas que constroem o dia-a-dia da cidade”</i>	67
<i>Capítulo III – “... é a única cidade onde não haverá saudade: a memória institui Brasília”</i>	105
<i>Exercitar a memória... reconstruir Brasília</i>	114
<i>Considerações Finais – Brasília: espaço em aberto</i>	135
<i>Fontes e Referências Bibliográficas</i>	143
 <i>Anexo 1 – Síntese Cronológica da Mudança da Capital</i>	
<i>Anexo 2 – Edital do Concurso do Plano Piloto</i>	
<i>Anexo 3 - Relatório do Plano Piloto (Lúcio Costa)</i>	

Índice das Imagens

Figura 01 – Mapa do Sudeste do Planalto Central do Brasil.....	40
Figura 02 – Planta da Cidade.....	58
Figura 03 – Mapa das distâncias de Brasília às demais capitais brasileiras.	66
Figura 04 – Mapa do Distrito Federal e suas Regiões Administrativas.....	82
Figura 05 – Planta da área urbana do Núcleo Bandeirante (Cidade Livre)..	90
Figura 06 – Planta da área urbana de Sobradinho.....	96
Figura 07 – Planta da área urbana do Guará.....	100
Figura 08 – Imagens da construção da cidade.....	117
Figura 09 – O Pioneiro Manuel Mendes.....	119
Figura 10 – Catetinho (Primeira residência de JK em Brasília).....	124

INTRODUÇÃO – Cidade: espaço de diversidade

Cada vez mais rara vai-se tornando a possibilidade de encontrarmos alguém verdadeiramente capaz de historiar algum evento. Quando se faz ouvir num círculo o desejo de que seja narrada uma historieta qualquer, transparecem, com frequência, cada vez maior, a hesitação e o embaraço. É como se nos tivessem tirado um poder que parecia inato, a mais segura de todas as coisas seguras, a capacidade de trocarmos pela palavra experiências vividas”.¹

A difícil tarefa de contar histórias coloca ao historiador/ narrador uma série de questionamentos que implicam, muitas das vezes, em abalar as sólidas bases em que sustenta o seu exercício. Podemos entender o historiador como alguém que se pretende narrador – não de uma experiência vivida, mas de uma experiência que lhe chega através de relatos, de documentos, que o informam sobre determinado fato e que possibilita a construção de sua narrativa.

O início do século XX marca um momento na história do Brasil em que as cidades vão ser pensadas como espaço de intervenção de técnicos. As cidades, assim, necessitariam de uma reordenação de seus espaços e nas formas de vivência destes. Esse olhar que incide sobre a cidade, cria outras formas de elaboração discursiva sobre o que significa viver em meio à desordem, à insalubridade, à miséria, ao caos, à falta de higiene física e moral que caracterizavam a vida citadina. Ir para a cidade implicava uma nova ordenação espacial, política, social, religiosa; era um reelaborar do imaginário daquele que migrava; era um processo de desterritorialização. Consistia, sobretudo, em adaptar-se a um novo conjunto de códigos e de imagens que antes não se conhecia. O caráter efêmero e cosmopolita das cidades grandes choca aqueles que saem do campo e que estão acostumados a lidar com códigos e hierarquias sociais pretensamente rígidas.

Por outro lado, o grande centro urbano dá visibilidade aos extremos sociais. Há uma clara distinção entre a pobreza e o deslumbrante mundo burguês. O pobre – sujo, amoral, fedorento – deve ser vigiado, controlado, higienizado, disciplinarizado para viver

¹ BENJAMIM, Walter. “O Narrador – Observações acerca da obra de Nicolau Lescov” In: *Os pensadores – textos escolhidos*. Vol. XLVIII. São Paulo, Abril Cultural, 1975, p. 63.

neste outro território, a cidade. Faz-se uma distinção entre o burguês desodorizado e o pobre infecto, onde o odor passa a ser sinônimo de miséria, doença e não-civilização. Haveria, assim, a necessidade de “vencer a sujeira dos comuns e drenar a imundície dos terreiros”.² Constrói-se a cidade burguesa como um território higienizado, ordenado, disciplinarizado. Abre-se espaço, portanto, para que os higienistas proponham os seus modelos de cidade; modelos estes em que estratégica e simbolicamente se associa à desinfecção e à submissão do pobre ao modo de vida burguês. Podemos dizer, então, que a violenta urbanização, o ideal da modernidade que invadiu todos os países considerados “civilizados”, transformou não apenas a cidade em sua forma estética, mas a própria vida das pessoas que viviam, ou não, nos grandes centros urbanos, dando mobilidade a seus corpos e hábitos.

A cidade se desenvolveu de forma magnífica e assustadora e criou novas subjetividades, novas práticas sociais que passaram a dirigir e a controlar os corpos. Para disciplinarizá-los a uma nova forma e ritmo de trabalho surgiram várias casas de correções ou instituições que tinham este mesmo fim. Outros modelos de sociabilidade foram criados e seguidos pela sociedade civilizada. Entretanto, embora tivessem a pretensão, esses modelos não eram absolutos e não atendiam aos anseios de toda a população. Sendo assim, existiram homens que mantiveram velhas formas de ser, de viver e de compreender o mundo. Estes homens foram discriminados e marginalizados, ou considerados homens atrasados, fora de seu tempo. A cidade burguesa, por sua vez, fez emergir várias instituições e códigos de sociabilidade que funcionariam como instrumentos capazes de enquadrar esses homens marginalizados ao modo de vida ordenado e exemplar que se queria instituir como legítimo.

O ideal da modernidade, a devastadora urbanização, as massas populacionais ocupando cada recanto das cidades apontaram, entre tantos outros aspectos, para a grande transformação de um mundo que há séculos, praticamente desde a Revolução Burguesa de 1688 na Inglaterra e a Revolução Francesa de 1789, vinha

² SCHAARF, M. B. e GOUVÊIA, R. R. “Significados da Urbanização: traços e fontes do historiador”. In.: SÁ, C. (org.) *Olhar Urbano, Olhar Humano*. São Paulo: IBRASA, 1991; p. 64.

desenvolvendo-se com a defesa do crescente domínio da razão, da concentração das individualidades para a formação da nação e da civilização.

O século XIX não soube corresponder às novas possibilidades técnicas com uma nova ordem social. Assim se impuseram as mediações falaciosas entre o velho e o novo, que eram o termo de suas fantasmagorias. O mundo dominado por essas fantasmagorias é – com uma palavra-chave encontrada por Baudelaire – a Modernidade.³

Mesmo não tendo conseguido reduzir as discrepâncias entre o progresso da técnica e a não criação de um mundo melhor, o século XX é marcado pela emergência de um urbanismo que via a cidade como campo de atuação de técnicos, médicos sanitaristas, engenheiros civis e arquitetos por exemplo. É nesse processo de urbanização das cidades que emerge uma infinidade de projetos de intervenção no espaço urbano; projetos que tinham a intenção de “urbanizar e conferir um aspecto moderno, [de] regular o presente e prever as demandas futuras”.⁴ O traçado das ruas, novos bairros, técnicas construtivas atualizadas eram considerados aspectos fundamentais para expressar visualmente a “modernidade” que se fazia presente nas cidades.

No entanto, essas são questões que só podem ser pensadas a partir de uma nova concepção de espaço possibilitada, dentre outros aspectos, pela contribuição de uma nova corrente de pensamento na geografia. Esta deixa de lado as análises descritivas, que entendiam a cidade como uma realidade isolada da região ou do rural. Passa-se a entender que

o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade, por isso estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura,

³ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 24.

⁴ BRESCIANI, M. S. M. “História e Historiografia das cidades, um percurso” In.: FREITAS, M. C. de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998; p. 255.

elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço.⁵

Tornou-se quase um lugar comum afirmar que o urbanismo no Brasil sofreu uma forte e significativa influência do urbanismo progressista francês que tem como metas a racionalidade, a modernidade e a eficácia. É um estilo que considera o urbano apenas como espaço físico, sem levar em consideração as questões sociais. Dessa posição decorre a certeza de que as características desse progressismo francês no Brasil,

apresentam-se na medida em que o fato urbano é definido como um fenômeno unicamente físico, que em seu campo disciplinar atuam quase somente arquitetos e engenheiros civis, e que as proposições resultantes tratam o espaço urbano como um grande edifício... o urbanismo brasileiro não é crítico, é especializado, e não questiona a cidade como processo social... não existe, assumida e explícita, uma atitude de análise dos aspectos das cidades brasileiras e este fato transparece nas propostas de novas capitais como Belo Horizonte e Goiânia.⁶

Nessa mesma linha de argumentação James Holston escreve o que posteriormente acontecerá com Brasília. Em “A Cidade Modernista”⁷ Holston discute a influência de Le Corbusier e de todo o urbanismo francês, vinculado ao CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, na elaboração do projeto que criaria Brasília. Um projeto de cidade racionalmente elaborada e definida de forma que seus espaços, auto-suficientes, conseguissem criar uma imagem de cidade ordenada, limpa, que respondesse aos padrões de modernidade e urbanização que se instituíam como modelo a ser seguido.

Brasília foi edificada sob os signos da igualdade, da modernidade e do progresso, sendo atribuída a ela a insígnia de “Alvorada de um novo Brasil”. Essa fisionomia da cidade é apresentada reiteradamente como similar à atitude de JK, constituindo uma imagem positiva para o seu governo (1956-1961) que aparece, para alguns autores, como um período ímpar na história brasileira. Tendo sido um momento de

⁵ SÁ, C. “Olhar Urbano, Olhar Humano: uma apresentação” In.: *Op. Cit.*, 1991; p. 24.

⁶ SÁ, C. “Olhar Urbano, Olhar Humano: uma apresentação” In.: *Op. Cit.*, 1991; p. 28.

⁷ HOLSTON, J. *A Cidade Modernista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

inegável crescimento econômico alguns pesquisadores vão além dessa percepção de que estes teriam sido “anos dourados” e mostram a extrema fragilidade deste governo, talvez tão monumental quanto sua grande meta e símbolo.

Dialogando com uma historiografia que atribui a esse momento a marca da estabilidade política e do desenvolvimento econômico percebi como há, nesses textos, uma simbiose entre Juscelino Kubitschek e Brasília – não se fala de um sem mencionar o outro. “Brasília e JK eram dois nomes entrelaçados de tal maneira, como nomes de namorados traçados num tronco – só se separariam pela ação da fatalidade, com o corte criminoso do tronco ou a sua derrubada pelo raio imprevisível e irreversível”.⁸ Brasília, “alvorada de um novo Brasil”, seria a materialização dos desejos e dos sonhos que informavam a vida dos brasileiros nos anos 50 – sonho de romper com os arcaísmos políticos e sociais e instituir no Brasil um novo tempo, agora marcado pela harmonia, pela prosperidade, pela racionalidade e pelo progresso. JK, por sua vez, seria o personagem que tornaria a materialização desses sonhos possível⁹ – político audaz e corajoso, que se lança ao desafio de possibilitar cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de governo – “homem a quem o destino concedeu o excelso privilégio de romper as peias que impediam o progresso deste imenso país”.¹⁰ Muito embora o sentimento de euforia ou de positividade atribuídos ao período JK pareça prevalecer nesses textos, esse consenso não exclui enfoques e realces distintos.

Minha intenção é dar visibilidade à contradição, à pluralidade instituinte da imagem de Brasília que é positivada de tal forma como se fosse sacralizada. A proposta inicial de buscar os elementos significativos de tais imagens da cidade, revelou ao longo de seu desenvolvimento, novas possibilidades de aproximação com o tema. Sem abandonar o ímpeto original – de “escarafunchar” os signos de igualdade, modernidade,

⁸ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade: (Brasília)*. 2 ed. Rio de Janeiro, Record; Brasília, INL, 1982, p. 14.

⁹ “Brasília era edificada pela decisão de um homem, que inscrevera, em seu programa de governo, a mudança da capital da República, mudança secularmente decidida, secularmente planejada e secularmente adiada. Um homem que se fez irmão de candangos e engenheiros, de britado res e betoneiras, de colunas e lajes de cimento e ferro. Que repartiu suas imensas reservas de otimismo com o povo e consagrou seu governo e objetivos definidos, aceitando o desafio de legisladores incrédulos e de negativas contumazes, para edificar a Cidade.” [grifos meus] LUZ, C. *Op. Cit.*, 1982, p. 14.

¹⁰ VAITSMAN, Maurício. *Quanto custou Brasília*. Rio de Janeiro, Ed. Posto de Serviço, 1968, p. 143. (Col. Livro-Verdade)

de progresso da nova capital – pude debruçar-me sobre a documentação selecionada e perceber que essa unidade tão bem construída, se revelava plural e que era necessário não só mencionar essa pluralidade, mas instituir para ela um lugar na historiografia sobre Brasília.

A homogeneidade construída pela historiografia e atribuída à Brasília é composta por uma complexa rede de relações, de trajetórias e olhares que incidiram sobre a cidade e criaram para ela um texto. Falas que foram sendo apropriadas por seus tantos interlocutores com o objetivo de, eles sim, criarem essa linearidade, essa continuidade que aparece para nós como um *a priori* dos trabalhos sobre Brasília. Daí a imposição da necessidade de “destrinchar” essas estratégias, esse emaranhado de possibilidades de leitura da cidade – que foi, de certa forma, desconsiderado por aqueles que se dedicaram a historiar aquela cidade. Brasília se tornou objeto de estudo de várias disciplinas: história, urbanismo, arquitetura, sociologia, geografia, ciência política e antropologia. Mesmo com enfoques (e questões) tão variados, como explicar que compartilhem idéias quase consensuais, apriorísticas, e que não questionem ou mesmo mencionem as estratégias de elaboração daquilo que nomeio como a simbiose JK/ Brasília? E mais, como essa simbiose institui esses dois personagens designando-lhes lugares quase que sacralizados: JK – político audaz, corajoso, que empreendeu e realizou o sonho acalentado a tanto tempo pela nação brasileira; Brasília – símbolo de um novo tempo no Brasil, muito embora essa homogeneização não exclua estudos cuja discussão enfatiza o seu caráter de segregação socioespacial?¹¹ Talvez essa simbiose se sustente na medida em que a cidade também materializa, nesse imaginário, a audácia da técnica e o “arrojo” das idéias que a fundamentam.

Estudar Brasília, escrever parte de sua história, implica esgarçar esse tecido tão bem construído e “deixar entrever territórios, que podem ser espaços, meios geográficos, mas podem também levantar o véu racional que encobre as fugidias

¹¹ GOUVÊA, L. A. C. “A segregação e o controle social em Brasília” In: *Brasília: a capital da segregação e do controle social*. São Paulo, Annablume, 1995; PAVIANNI, A. & FERREIRA, I.C.B. “Cidades-Satélites: organização do espaço urbano no Distrito Federal” In: *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, Senado Federal, 5 a 21 de Agosto de 1974, Brasília, DF; RIBEIRO, G. L. “Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades-satélites” In: *Espaço & Debates*, n. 5, ano 2, abril de 1982; PAVIANNI, A. (org.) *Brasília ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985; PAVIANI, A. (org.) *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília, Editora da UnB, 1996; PAVIANI, A.(org.) *A Conquista da Cidade*. 2 ed. Brasília, Editora da UnB, 1998.

subjetividades. Podem ser espaços onde as múltiplas redes de sociabilidade se repetem, diferenciam-se, modificam-se em filamentos imponderáveis”.¹² Entender essas redes de constituição desse debate é fundamental, por isso, algumas outras questões precisam ser discutidas e destrinchadas para que, então, possamos passar ao momento de análise das falas dos consumidores marginais dessa cidade. Uma primeira reflexão, discutida no primeiro capítulo dessa dissertação, “A Edificação do Sonho...”, se impõe: os textos sobre Brasília criam para ela uma historicidade que antecede o momento de sua construção – referências ao sonho profético de Dom Bosco, as discussões de José Bonifácio, José Hypólito, Antônio Veloso, Varnhagen, empreendidas ainda no século XIX, informam os antecedentes de Brasília e já compõem sua historicidade. Partir dessa homogeneidade e dar contornos outros à história da cidade é um procedimento comum na historiografia sobre Brasília. Meu intuito, neste capítulo, é mostrar como essa homogeneidade foi sendo construída historiograficamente de forma a dar legitimidade e positividade ao projeto de interiorização da capital federal. Brasília foi expectativa antes de ser realidade. Assim, a intenção é falar da construção discursiva da cidade antes de sua inauguração utilizando basicamente o debate historiográfico, e os documentos que possibilitaram a elaboração deste mesmo debate – relatórios das comissões de localização da capital, artigos de revistas discutindo a escolha do local, ou mesmo a viabilidade do projeto, bem como artigos de periódicos da época. A recorrência de um discurso constitutivo da cidade remetendo a fatos e discussões ocorridos ainda no século XVIII aparece para mim como sendo um suporte utilizado por muitos de seus historiadores, ou mesmo por aqueles que trabalharam em sua construção para melhor justificar ou dar respaldo àquela obra.

O segundo capítulo, “... e a cidade se fez proposta”, discute a necessidade, já exposta no edital do Concurso do Plano Piloto da Nova Capital, de que a proposta fosse a de edificação de uma cidade moderna. Partindo do memorial descritivo do Plano Piloto da cidade, num primeiro momento pretendo discutir como Lúcio Costa apresenta a sua proposta de cidade moderna, como ele pensa essa cidade, como ela se delineia para ele. No subtítulo “desperta o gigante brasileiro”, que ressonâncias a cidade proposta por Lúcio Costa tem no momento em que é discutida e posta em prática. A escolha de trabalhar com

¹² BRESCIANI, Maria Stella Martins. “As sete portas da cidade”. *Espaço & Debates*. Cidade e História, n. 34, ano XI, neru, 1991, p. 12.

os artigos publicados no *Correio Brasiliense* e na *Revista Brasília* deu-se pela necessidade de conhecer a cidade a partir de uma mídia construída para informar sobre o seu dia-a-dia. Sem ter a pretensão de esgotar esse debate, tampouco de encontrar uma racionalidade tal que responda aos questionamentos feitos acerca da cidade, acho interessante ver até que ponto a tessitura que compõe, enquanto contraponto, esse discurso monumentalizado da cidade pode ser esgarçada e que tipos de territórios, experiências e subjetividades outras deixariam entrever. É com esse objetivo que proponho discutir o papel que é atribuído, simbolicamente, às cidades satélites nesse processo. Elas podem ser pensadas como “anti-disciplinas” do plano piloto? Quais os significados que lhes são atribuídos enquanto experiência/ desvirtuação do plano piloto?

O terceiro capítulo, “...é a única cidade onde não haverá saudade: a memória institui Brasília”, discute o investimento na elaboração de uma memória institucionalizada da cidade que vai, a meu ver, informar as falas e o viver de seus moradores. Muitos textos de pessoas que participaram da construção da cidade, como Manuel Mendes, Ernesto Silva, Luz Clemente, e o próprio Juscelino Kubitschek, e a elaboração de um “Catálogo de Depoimentos Orais” pelo Arquivo Público do Distrito Federal, parecem sintomáticos da formação desse acervo memorialístico sobre a cidade de Brasília e criaram uma relação de identificação entre a cidade e o seu habitante. Com os depoimentos de alguns desses personagens, busco entender quais os significados atribuídos por eles aos símbolos de modernidade erguidos na cidade, bem como perceber até que ponto em seus depoimentos esses personagens acabam por incorporar o sentido de projeto atribuído à cidade como sendo parte de sua própria trajetória. Os depoimentos utilizados neste capítulo fazem parte de dois trabalhos: o primeiro grupo de depoimentos está no documentário “Mãos à obra em Brasília”, elaborado por professores da Universidade de Brasília, que busca resgatar a memória dos moradores da Vila Planalto (antigo acampamento da Construtora Planalto) que conseguiram se manter naquele espaço, mas que têm um profundo ressentimento por não terem a sua contribuição para a edificação de Brasília reconhecida, uma vez que têm que conviver com as precárias

condições de vida que ainda caracterizam a Vila.¹³ O sentido de denúncia é bem forte neste filme, mas o meu olhar se voltou mais para o sentido que essas pessoas atribuíam à cidade, como vêem Brasília, que relação estabelecem com ela. O outro conjunto de depoimentos, que trabalhei de forma mais aprofundada, faz parte dos depoimentos recolhidos por pesquisadores do Arquivo Público do Distrito Federal. São depoimentos de trabalhadores manuais (assim denominados pelos pesquisadores) e que trazem informações preciosas sobre a motivação dessas pessoas para migrarem para o Distrito Federal, as dificuldades que enfrentaram ao chegarem lá, e a forma como Brasília passa a constituir sua trajetória de vida.¹⁴

¹³ Documentário elaborado pelos professores José Walter Nunes, Nancy Aléssio Magalhães e Teresa Paiva Chaves da UnB, como trabalho de uma disciplina da graduação e um curso de extensão realizados entre os anos de 1992-1993.

¹⁴ Arquivo Público do Distrito Federal. *Catálogo de Depoimentos Orais*. Brasília, DF, 1994.

CAPÍTULO I – A Edificação do Sonho

Brasília não nasceu ontem, nem se materializou agora. Porque era um ideal que atravessou séculos e é uma realidade que deverá projetar-se nos milênios (...) Singela e antiga, simples e litúrgica, responderia aos ideais de um povo que nasceu à sombra da cruz e nela se projeta.¹

Incoquemos, pois, a musa do passado e façamos desfilar, perante os contemporâneos, as sombras augustas dos varões de outrora, que se preocuparam com os grandes pensamentos do Brasil futuro, notadamente o sublime ideal da construção da capital geocêntrica da brasilidade, definida, há mais de um século – pelas fulgurações de gênio político – como o foco irradiador, por excelência, do progresso e da grandeza econômica da nascente nacionalidade. (Theodoro Figueira de Almeida – Brasília, cidade histórica da América)

“Cidade céu”, “Capital da Esperança”, “Noiva do Futuro”, “Divisor de águas”, “Marco de inauguração de um novo Brasil”: era o ano de 1960! Brasília estava sendo inaugurada e com ela um grande investimento no recrudescimento de uma imagem de legitimidade para a cidade. Seus *artistas oficiais*² acreditavam na necessidade da criação de uma história de Brasília, uma história que desse uma certa densidade a todos os discursos que eram atribuídos à cidade. Os textos que se dedicaram, ou mesmo se dedicam, a escrever a história da cidade acabaram por atribuir a ela uma historicidade que antecede em muito o momento de sua construção e inauguração. Livros, romances, artigos de jornais e revistas, publicados desde o início do governo Juscelino Kubitschek até os nossos dias, fazem menção a essa antecedência da idéia de interiorização da capital federal buscando dar a esse empreendimento maior legitimidade. Não podemos desconsiderar o intenso debate que se travou em torno da viabilidade ou não da construção de Brasília

¹ “Brasília Começou”, *Correio Braziliense*, 22 de abril de 1960.

² O termo “artistas oficiais” de Brasília me foi apresentado por Osvaldo Orico em seu livro “Brasil, capital Brasília”. Nele o autor usa o termo em legenda descritiva da foto em que estão JK, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Esse termo me chamou atenção, pois embora estes personagens tenham sido consagrados pela historiografia como os “executores” de Brasília, a construção da cidade envolveu muitos outros. Utilizo, assim, o termo para me referir a esses personagens que discutiram, pensaram e estruturaram a construção de Brasília, e que tiveram suas idéias lidas, interpeladas e, muitas vezes, reformuladas por esses tantos outros que contribuíram para a construção da cidade e de sua imagem. ORICO, Osvaldo. *Brasil: capital Brasília*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

durante o governo JK, e a necessidade de se criar argumentos cada vez mais contundentes de forma a garantir a defesa de sua materialidade.³

Podemos perceber nos textos que se dedicam a estudar o período JK e a construção de Brasília, a elaboração do que chamo de uma *simbiose* entre o então presidente Kubitschek e a cidade. Essa simbiose se traduz pela impossibilidade de se estudar o governo JK sem falar de sua meta-síntese, Brasília, e vice-versa. A exacerbação da figura de Kubitschek como o político audaz – que teria realizado o sonho brasileiro de interiorizar sua capital – aparece com frequência nas falas sobre a história da cidade e confere a ele um papel de excelência na história brasileira: aquele que teria inaugurado um novo tempo, um novo ciclo na história do Brasil. Juscelino Kubitschek aparece nas falas como tendo sido “o homem a quem o destino concedeu o excelso privilégio de romper as peias que impediam o progresso deste imenso país”.⁴ O homem que “num ato histórico de coragem e patriotismo, lançou-se à ciclópica tarefa e a cumpriu, cumprindo, assim, também, a Constituição da República de que foi autêntico e bravo defensor”.⁵ É importante ver como o próprio JK utiliza essa simbiose para reafirmar o seu lugar como empreendedor e audaz. Em seu texto, “Porque Construí Brasília?”, ele diz: “a despeito dessa prolongada hibernação, [com as várias tentativas infrutíferas de mudança da capital] nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade. Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da capital, no exíguo período do meu governo, mas, para que essa mudança se processasse

³ ALMEIDA, T. F. de. *Brasília, a cidade histórica da América*. Rio de Janeiro, Depto. de Imprensa Nacional, 1960; CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília, Fundação Assis Chateaubriand, 1999; COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1997; GICOVATE, Moisés. *Brasília: uma realização em marcha*. São Paulo, Melhoramentos, 1959; GOROVITZ, Matheus. *Brasília uma questão de escala*. São Paulo, Perspectiva, 1985; MIRANDA, Antônio. *Brasília, capital da utopia: visão e revisão*. Brasília, Thesaurus, 1985; ORICO, Osvaldo. *Brasil: capital Brasília*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1958; SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília, Coordenada / INL, 1971; SILVEIRA, Peixoto da. *A nova capital – porque, para onde e como mudar a capital federal*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1957; VAITSMAN, Maurício. *Quanto Custou Brasília*. Rio de Janeiro, PS, 1968; VARHANGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou no interior?* Apresentação Edgard D’Almeida Victor. Brasília, Thesaurus, 1978 (col. Memória do Brasil, v.5); FERRAZ, Olímpio. *Brasília*. São Paulo, Editora Fulgor, 1961.

⁴ VAITSMAN, Maurício. *Quanto Custou Brasília*. Rio de Janeiro, PS, 1968, p. 143.

⁵ SILVA, Ernesto “A Constituição e a Mudança da Capital”, *Correio Braziliense*, 30 de setembro de 1962.

em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira – moderna, urbanisticamente revolucionária – que é Brasília”.⁶

Os discursos que acionam essa antecedência como estratégia para dar legitimidade ao projeto da construção de Brasília, contudo, não tem a intenção de criar uma imagem “falsificada” da realidade. A documentação nos leva a crer que realmente as pessoas viram-se mobilizadas por um ideal: contribuir para a construção da capital, símbolo de um novo país. E o que significava para eles a construção de um novo país? Significava o aparecimento de oportunidades de trabalho e de crescimento econômico para toda aquela população que migrou para o Planalto Central no final dos anos 50. É interessante ver como esse discurso de antecedência e de promoção de Brasília como símbolo da integração e do progresso nacionais foi de extrema eficácia para o recrudescimento da áurea de crescimento e de positividade que envolveu o governo JK.

Na historiografia brasileira, o Governo Kubitschek (1956-1961) e a construção de Brasília foram objetos de inúmeras leituras, devo destacar a produção daqueles que vêem o período JK como tendo sido um momento marcado pela estabilidade política e pelo desenvolvimento econômico.⁷ Para o brasilianista Thomas Skidmore⁸, por exemplo, este período pode ser descrito como “anos de confiança”. Essa definição se sustenta pela constatação de um “real crescimento econômico” e na conseqüente expansão industrial, somadas à estabilidade política – resultado de uma estratégia eficaz de conciliação entre os mais distintos grupos políticos – e coroada pela postura democrática e progressista do presidente. Essa leitura extremamente entusiasta do governo JK foi construída no texto em questão numa contraposição à análise dos governos anteriores, marcados, para o autor, pelo autoritarismo de Getúlio Vargas, e do governo posterior de João Goulart caracterizado pela instabilidade política que culminou na retomada da tradição autoritária com a instauração da ditadura militar. Nesse sentido, a análise de Skidmore inaugura uma longa produção historiográfica que pensa aquele período como

⁶ OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. *Porque construí Brasília?* Rio de Janeiro, Bloch, 1975, p. 07.

⁷ GOMES, A. de C. *O Brasil de JK* Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC, 1991; SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; BENEVIDES, M. V. de M. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; BENEVIDES, M. V. de M. *Cidadania Ativa*. São Paulo: Ática, 1992.

⁸ SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

um tempo singular no corpo da história política da república: um tempo objetivado como o tempo do progresso econômico e político.

Um outro clássico para se entender o período JK é o texto de Maria Victória de M. Benevides⁹. Nesse texto sua proposta é a de colocar em questão a estabilidade política atribuída ao governo Kubitschek. Para a autora não se pode entender esse momento apenas levando em consideração a relação que se estabeleceu entre a estabilidade política e o desenvolvimento econômico. Por isso, para redimensionar a própria noção de estabilidade ela alarga sua análise sobre o período incorporando as crises que atravessam todo o governo JK e que para ela podem ser circunscritos em três pontos de fragilidade: (1) a difícil e tensa aliança PSD/ PDT; (2) o papel que as forças armadas – sob o comando do General Lott – assume desde o início do governo, qual seja o de garantir a estabilidade política sem abalar os alicerces do poder civil, seja participando diretamente, através da ocupação de cargos executivos, na implantação do programa de desenvolvimento; (3) os desafios enfrentados pelo executivo na implementação de sua política econômico-administrativa, cuja meta mais controversa era a construção de Brasília, seja pela demanda financeira que esse projeto implica num país com enormes dificuldades econômicas; seja pelo sentido político que é atribuído a proposta de interiorização da capital. A autora não nega que o período JK foi um momento de grande desenvolvimento econômico, expresso no sucesso do Programa de Metas de Kubitschek, no entanto, questiona a idéia de que esse teria sido um momento marcado apenas pelo otimismo ou pela confiança. Para ela é fundamental que se perceba que a estabilidade estava o tempo todo em suspensão – porque extremamente frágil – e que a política conciliatória de JK acabou por instituir um lugar de fragilidade tal que viria a romper essa estabilidade.

Em um outro texto, “O Governo Kubitschek a esperança como fator de desenvolvimento”, Benevides discute o caráter populista do governo, a partir da filiação que ela assume com alguns clássicos e com o diálogo que estabelece com eles.¹⁰ Ao

⁹ BENEVIDES, M. V. de M. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

¹⁰ A autora dialoga com os seguintes clássicos: LAFER, C. *The planing process and the political system in Brazil*. PhD Thesis. Cornell University, 1970; BARBOSA, F. de A. *JK: uma revisão na política brasileira*. 2ª ed., Rio de

incorporar o debate sobre o populismo na sua análise sobre o período, Benevides reforça a idéia, já presente no primeiro texto, de que a estabilidade do governo JK dependia da conciliação entre a proposta de modernização da Nação e a dependência em relação ao capital estrangeiro que limitava o próprio sentido de modernidade que se desejava imprimir à Nação. Embora ressalte, em seu texto, essa relação entre modernidade e conservadorismo na construção da política conciliatória de JK, Benevides, apropriando-se da interpretação de Carlos Lessa e José Luis Fiori sobre o governo de Getúlio Vargas, defende que não existe uma descontinuidade entre as propostas de desenvolvimento elaboradas pelos dois governos.¹¹ Para ela, Kubitschek deve ser encaixado nos moldes de um projeto que se poderia denominar “modernização conservadora”.¹² A construção histórica do período JK como tendo sido um momento de grande crescimento econômico associa-se à edificação da capital buscando dar maior visibilidade e contornos melhor definidos para esse “intervalo” na história brasileira.

O texto do historiador Maurício Vaitsman, “Quanto custou Brasília” valoriza a simbiose construída entre JK e Brasília, e se propõe a ser um “documento-verdade”. Seu objetivo é mostrar que Brasília teve um alto custo sim, mas que trouxe inúmeros benefícios ao país – mostra, por exemplo, como várias cidades aumentaram suas receitas com as estradas abertas e com a construção de Brasília. Para ele seria fundamental que as pessoas não considerassem apenas o ônus causado pela construção da nova capital, mas que conseguissem enxergar que Brasília foi um marco divisor de águas no Brasil, e um fator de desenvolvimento e integração para o país.¹³ Essa imagem construída

Janeiro: Guanabara, 1988; FRANCO, A. A. de M. *A Escalada* (memórias) Rio de Janeiro: José Olympio, 1965; JAGUARIBE, H. *Sociedade, mudança e política*. São Paulo: Perspectiva, 1975; WEFFORT, F. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, CEDEC, n. 01, 1978, n. 02, 1979.

¹¹ BENEVIDES, M. V. de M. *Op. Cit.*, 1991, p. 16/ 17.

¹² Outro trabalho importante para a compreensão do período JK é o texto “Nacionalismo e Reforma Agrária nos anos 50”, de Vânia Maria L. Moreira. Embora sua intenção não seja falar sobre JK, sua discussão se impõe na medida em que nos possibilita conhecer um debate que se desenrola na tentativa de definir o que é, e quais os lugares de atuação do nacionalismo. MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e Reforma Agrária nos anos 50”. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Dossiê: Arte e Linguagens*. São Paulo, ANPUH/ Humanitas, vol. 18, nº 35, 1998.

¹³ Ernesto Silva corrobora com essa imagem da cidade como marco divisor de águas na história do Brasil. É considerado um dos primeiros historiadores de Brasília. Além da publicação do livro “História de Brasília” (obra citada), Silva deu várias contribuições em artigos escritos para o Correio Braziliense, entre eles o citado acima.

historicamente parece ainda ser eficiente quando se pretende estudar Brasília ou o período JK. Em 2001 o jornalista Ronaldo Costa Couto publica o livro “Brasília Kubitschek de Oliveira”, cujo título já indica o recrudescimento da simbiose JK/ Brasília e que ele esclarece quando afirma que “quem escreve sobre ela [Brasília] corre o risco de se desviar, perder o rumo. Tentações. Personagens fortes, irresistíveis. Juscelino invade cabeça e coração, razão e emoções. Mexe na alma da gente, cresce, impõe-se, quase expulsa a tentativa de neutralidade. É preciso vigilância máxima para que não tome o tema, a tese, a pena. Personagem superior. Brasília é Juscelino, símbolo e obra maior de seu governo e vida. É Kubitschek de Oliveira”.¹⁴ Neste texto também busco mostrar a impossibilidade de romper com essa simbiose. Como desconsiderar a importância da cidade para entender o governo e as estratégias políticas do então presidente da República? Minha intenção é mostrar que essa simbiose JK/ Brasília emerge como forma de dar mais força ao debate em torno da construção da capital e sua legitimidade. Afinal, exacerbando a audácia e a coragem do Presidente JK, mostrando como outras pessoas, por séculos, vinham discutindo a questão, e somente agora (década de 50) ela foi posta em prática, a cidade ganha mais visibilidade e um sentido mais forte de realização, como afirma o escritor Edgar D’Almeida Vitor: “Disseminou-se – notadamente nas camadas menos instruídas do povo – a idéia que a transferência da Capital brasileira do Rio de Janeiro para o Planalto Central do Oeste, foi obra de um Governo, e a construção de Brasília, o capricho de um Governante”.¹⁵ Devo apenas discordar do autor quando ele se refere às “camadas menos instruídas do povo”; vejo, pela documentação consultada que houve, ao contrário, um investimento entre escritores, historiadores, literatos, em se falar do processo de construção da idéia, e de associar a construção da cidade a JK.

Há, portanto, dois momentos a serem considerados na elaboração deste texto. O primeiro consiste em conhecer e retomar o debate que se desenrolou desde fins do século XVIII em torno da necessidade da interiorização da capital e que é constantemente retomado pela historiografia atual sobre Brasília construindo uma imagem homogênea para a cidade e para o governo JK – são imagens tão bem constituídas que parecem mesmo

¹⁴ COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001 (col. Metrôpoles), p. 27.

¹⁵ VITOR, E. D. *História de Brasília*. Brasília, Thesaurus, 1980. (Col. Brasil/ Memória), p. 38. Essa impossibilidade a que me refiro aparecerá de forma mais explícita nas discussões do 2º capítulo, quando vou falar da imagem criada para a cidade quando da sua construção e inauguração.

impossíveis de serem rompidas, e em alguns momentos, mesmo questionadas. O segundo consiste em perceber como a historiografia reproduz os argumentos utilizados como justificativa para o projeto e que não respondem mais às questões ou necessidades do momento em que a cidade é construída. Pensar esses dois momentos foi um exercício possibilitado pela leitura da bibliografia e das fontes. Ao perceber na historiografia sobre a cidade a recorrência de discursos sobre os antecedentes da cidade, em que citavam os mesmos documentos, defendendo os mesmos aspectos de positividade da cidade, e que minhas fontes estavam circunscritas ao século XX, um deslocamento se impôs: voltar ao século XIX e perceber os caminhos percorridos por esses discursos até a construção da cidade, para, então, identificar as outras leituras possíveis para Brasília, outras possibilidades de trabalho com essa cidade e com o momento da história brasileira em que está inserida.

A preocupação com a antecedência da idéia de interiorização da capital foi fundamental para essa simbiose e para a imagem que se queria imprimir à cidade: ao mencionar que a idéia de sua construção remonta ao pensamento do século XVIII e que tem o respaldo constitucional desde o XIX, dá a cidade um sentido de que foi expectativa antes de ser realidade, “Brasília não foi uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento”¹⁶, “foi projeto longamente amadurecido, calculado”.¹⁷ Para alguns autores, como Couto e Geraldo Irineo Joffily, por exemplo, a idéia de transferir a capital para o interior do país teve início em 1750, com a proposta de Francisco Tosi Colombina de abertura de estradas que ligassem o porto de Santos às terras de Goiás. Contudo, Ernesto Silva¹⁸ chama atenção para o fato de que Colombina “não pode ser considerado pioneiro da idéia da interiorização da capital porque o que ele e seus sócios propuseram foi a

¹⁶ SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília, Coordenada / INL, 1971, p. 09.

¹⁷ COUTO, R. C. *Op. Cit.*, 2001, p. 21.

¹⁸ Engenheiro, nasceu no Rio de Janeiro em 17 de setembro de 1914. Diplomou-se Bacharel em Ciências e Letras no ano de 1933. Em 1936 tornou-se oficial do Exército, onde chegaria até o posto de coronel. Mais tarde, em 1946, diplomou-se Médico pela Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Possui vários cursos de especialização em Pediatria no Brasil e no estrangeiro e é autor de muitos trabalhos científicos. Foi secretário da Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil (1953/ 1955), presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal (1956); diretor da Novacap (1956/ 1961), e conselheiro da Fundação Educacional e da Fundação Hospitalar do novo Distrito Federal (1960/ 1961). Assinou o edital do Concurso do Plano Piloto, em 1956. Reside até hoje em Brasília. Atualmente é presidente e membro de diversos órgãos ligados às áreas de Saúde e de Cultura no Distrito Federal. ([http:// www.infobrasilia.com.br/ernesto.htm](http://www.infobrasilia.com.br/ernesto.htm))

obtenção de uma vantagem do Governo para lucros pessoais” e não a interiorização da capital.¹⁹ Por outro lado, Geraldo Irineo Joffily reconhece que Colombina não falou na criação de cidades, ou na mudança da capital do Brasil, mas teria sido ele “o primeiro a enxergar as vantagens de uma longa estrada, ligando as afastadas regiões do oeste brasileiro e elaborado um projeto com todos os requisitos técnicos conhecidos naquela época”.²⁰ Para ele, o requerimento pode ter caducado, mas a idéia apresentada por Colombina teria criado raízes e influenciado nas discussões posteriores acerca da mudança da capital federal – já que ele teria ficado impressionado com a fertilidade e o bom clima da região.

Essa indefinição quanto à origem da idéia de interiorizar a capital federal aparece com frequência na historiografia sobre Brasília, embora autores como Horácio Mendes sejam enfáticos e afirmem que “fica provado (...) que, na INCONFIDÊNCIA MINEIRA, estão as raízes históricas do fenômeno mudancista”.²¹ [grifos do autor] Podemos identificar, nesses textos, a recorrência a alguns nomes como tendo sido personagens com maior visibilidade quando se quer falar sobre os antecedentes históricos da capital federal: Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça²², José Bonifácio²³, Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro)²⁴ e referências ao sonho profético de Dom Bosco.²⁵

¹⁹ Essa colocação, segundo Silva, baseia-se no “Parecer do Conselho Ultramarino sobre um Requerimento de Francisco Tosi Colombina e outros sócios, que pretendem abrir caminho desde Santos até a Vila Boa de Goiás e daí até Cuiabá: 16 de novembro de 1750”, cujo trecho é citado por SILVA, Ernesto. *Op. Cit.*, 1971, pp. 13-14.

²⁰ JOFFILY, Geraldo Irineo. *Brasília e sua Ideologia*. Brasília, Thesaurus, 1977, p. 21.

²¹ MENDES, Horácio. “Brasília e seus antecedentes”. *Revista Brasília*, (4): 30-43, ano 4, abril de 1960.

²² Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, jornalista nasceu na Colônia do Sacramento, atual República do Uruguai, em 13 de agosto de 1774. Formou-se em Direito e Filosofia na Universidade de Coimbra, em 1798. Nomeado para a Imprensa Real em 1801, fez nova viagem oficial, à Inglaterra e à França, sendo preso na volta, em 1802, passando então cerca de três anos nos cárceres da Inquisição, acusado de disseminação da maçonaria em Portugal. Fugiu em 1805 tomando o rumo de Espanha, Gibraltar e finalmente Londres, onde se estabeleceu definitivamente. Ali, pondo-se sob a proteção do Duque de Sussex, filho do rei e maçon ele próprio, funda o Correio Brasiliense em 1808, o mesmo ano da criação da imprensa no Brasil. Tem-se dito que é o primeiro jornal brasileiro, antecedendo mesmo ao primeiro jornal que se imprimiu em território nacional, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808). Foi a mais completa tribuna de análise e crítica da situação portuguesa e brasileira, formando uma estante de 29 grossos tomos, s quais se estendem desde 1808 a 1822, ano em que, verificando que o seu apostolado em favor da independência do Brasil estava transformando numa radiosa vitória, o jornalista julgou cumprido o seu dever, e encerrou a publicação do jornal. Faleceu em Londres, Inglaterra, em 11 de setembro de 1823. (<http://www.biblio.com.br/Templates/HipolitodaCosta/HipolitodaCosta.htm>).

Minha preocupação, portanto, não é definir quem teria sido o pioneiro da idéia de mudar a capital para o interior do país, tampouco eleger ou vangloriar nomes. O que pretendo discutir, a partir do mapeamento desse debate, é a sua importância para a construção de uma expectativa com a construção da cidade e o que ela viria a significar para o Brasil. Entender como a construção desta expectativa e dessa homogeneidade a cidade pôde ser edificada e em torno dela vários símbolos erguidos. É como se Brasília fosse uma cidade-conceito, na medida em que é instituída por uma série de predicados que a impede de inovar, ou como diz Certeau, “um lugar de transformações e apropriações, o objeto de várias espécies de interferência, mas também um sujeito

²³ Nasceu no dia 13 de Junho de 1763, em Santos, São Paulo; faleceu em Niterói no dia 6 de Março de 1838. Tendo terminado seus estudos preliminares apenas com 14 anos de idade, transferiu-se para São Paulo. Dedicou-se à arte de escrita, filosofia latim e francês. Terminando o curso de humanidades no Brasil aos 17 anos embarcou para Portugal onde se bacharelou em direito na Faculdade de Coimbra. Retornando ao Brasil em 1780 foi nomeado, Desembargador Honorário da Relação do Porto, Intendente Geral das Minas do Domo, e condecorado em 1802 pela Universidade de Coimbra, com o título de “Doutor em Filosofia Natural”; para reger sua cátedra, e reger até 1806. Quando Major e Tenente-Coronel, se deu contra a invasão Francesa em Portugal. Chegando ao Brasil, é designado em 1820 para o conselho. Foi preso e deportado, ao desentender-se com o Imperador Dom Pedro I. Mais tarde reconhecendo Dom Pedro a sua injustiça contra o político, demonstrando-lhe confiança, entregou-lhe a tutoria de seu filho, depois de haver abdicado. Acusado de tentar promover a volta de Dom Pedro I, com intuito de tornar este regente durante a adolescência de Dom Pedro II, foi preso em 15 de dezembro de 1833, e deportado para a Ilha de Paquetá. Em 1834, essa condenação foi confirmada pela Assembléia Geral, sendo absolvido mais tarde, passando a residir em Niterói, onde morreu, sendo consignado o “Patriarca da Independência”. Nome completo: José Bonifácio de Andrada e Silva. (http://www.e-biografias.net/biografias/jose_bonifacio.htm)

²⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em São João de Ipanema (São Paulo) a 17 de fevereiro de 1816. Filho de Frederico Luís Guilherme de Varnhagen e de Maria Flávia de Sá Magalhães, estudou no Real Colégio da Luz em Lisboa, de 1825 a 1832 e, a seguir, ingressou na Academia de Marinha, cujo curso frequentou em 1832 e 1833. Nomeado adido à legação do Brasil em Lisboa, em 1841, foi incumbido de pesquisar documentos sobre a História e a Legislação brasileiras. Em 1877 percorre, no Brasil, o interior das províncias de São Paulo, Goiás e Bahia. É agraciado pelo governo imperial com os títulos de barão e visconde do Porto Seguro (1874). No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ocupou os cargos de 1º secretário e de Diretor da “Revista” da entidade. Faleceu em Viana, Áustria, a 26 de junho de 1878. (<http://www.biblio.com.br/Template/FranciscoAdolfo/FranciscoAdolfodeVarnhagen.htm>).

²⁵ JOFFILY, G. I. *Op. Cit.*, 1977; SILVA, E., *Op. Cit.*, 1971; COUTO, R. C., *Op. Cit.*, 2001; ORICO, Osvaldo. *Brasil: capital Brasília*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1960; CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960; GICOVATE, M. *Op. Cit.*, 1959; SILVEIRA, P. da. “A Nova Capital” In: *Porque, para onde e como mudar a capital federal*. 2 ed. Rio de Janeiro, Pongetti, s/ d (1957); ANDRADA E SILVA, Raul. “Os idealizadores de Brasília no século XIX”, *Revista de História*, ano XXVI, v. LII (103), São Paulo, Jul/ set., 1975; CASTRO, Christovam Leite de. “A transferência da capital do país para o Planalto Central”, *Revista Brasileira de Geografia*, (4): 567-572, out/ dez., 1946; GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares, “O planalto central e o problema da mudança da capital do Brasil”, *Revista Brasileira de Geografia*, (4): 471-542, out/ dez., 1949; AUDRÁ, Helmut. “Varnhagen e a idéia da mudança da capital brasileira”, *Revista de História*, (39): 139-154, 1969.

constantemente enriquecido de novos atributos, e que é simultaneamente a maquinaria e o herói da modernidade”.²⁶

* * *

“Em geral, as cidades nascem para a história. No caso de Brasília, a história é que se fez cidade”.²⁷ Essa afirmativa do jornalista Osvaldo Orico²⁸ parece esclarecer bem o sentido de expectativa e de historicidade que se atribui à Brasília, mas ele vai além e afirma que “todas as grandes cidades modernas nasceram de um argumento, de conselho ou advertência. Brasília nasceu do raciocínio. Antes de ser realidade foi expectativa. Uma longa espera. Espera secular. Não se precipitou. Aguardou a vez. Pacientemente. Maduramente”.²⁹ Era como se o projeto não pudesse mais ser protelado, como vinha sendo desde os fins do XVIII, já que pesquisas, mapeamentos, mostravam as boas condições do sítio e que o momento vivido pelo Brasil possibilitava a sua efetivação. “A construção de Brasília ocorre no momento preciso em que se verifica o despertar da consciência nacional, nessa hora matutina, em que emergindo do sono secular o povo brasileiro se descobre a si mesmo e começa a dar os passos decisivos no caminho da verdadeira emancipação”.³⁰ Esses autores, Orico e Corbisier, dentre outros, compartilham da idéia de que Brasília seria um marco divisor de águas, e que a mudança da capital para o interior daria ensejo ao processo de desenvolvimento do país – meta tão cara a JK quando em sua campanha e em seu plano de metas propõe o lema “50 anos em 5”.³¹

²⁶ CERTEAU, M. “Andando na cidade” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. (Trad. Anna Olga de Barros Barreto). n. 23, p. 26.

²⁷ ORICO, Osvaldo. *Op. Cit.*, 1960, p. 23.

²⁸ Osvaldo Orico, professor, diplomata, poeta, contista, romancista, biógrafo e ensaísta, nasceu em Belém PA, em 29 de dezembro de 1900. Bacharelou-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Dedicou-se inicialmente ao magistério como professor da Escola normal, de 1920 a 1932. Serviu como diplomata em Santiago do Chile, Buenos Aires, Haia e Beirute. Foi delegado adjunto na Unesco, conselheiro comercial da Embaixada do Brasil na Espanha e na Bélgica. Ministro do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para educação, Ciência e Cultura, com sede em Paris. Era membro do Instituto Histórico do Pará, da Academia Portuguesa de História, da Academia das Ciências de Lisboa, da Real Academia Espanhola e da Academia de Latinidade, de Roma. Faleceu no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1981. (<http://www.biblio.com.br/Templates/biografias/osvaldoorico.htm>).

²⁹ ORICO, Osvaldo. *Op. Cit.*, 1960, p. 09.

³⁰ CORBISIER, R. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960, p. 63.

³¹ O historiador Theodoro Figueira de Almeida, afirma que a construção de uma capital geocêntrica significava um “meio mais prático, e o menos oneroso, de promover a exploração e o desenvolvimento das riquezas

Para além dessa imagem propositiva, vinculada à idéia de progresso, a interiorização da capital é defendida como ponto de partida para que o Brasil tomasse posse de seu território. Um território marcado pela disparidade entre o Brasil do litoral e o seu interior – quase um território estrangeiro, como define o Sr. Peixoto da Silveira que afirma que ao chegar ao sertão “a primeira impressão foi de haver ultrapassado, sem saber, nossas fronteiras e caído num meio estrangeiro (...) Mas o que mais me chocou (...) foi constatar, através das peculiaridades regionais (...), que ali se falava a mesma língua, as crianças aprendiam as mesmas tradições cívicas ensinadas no litoral, e a mocidade cantava o mesmo hino nacional! Sim, aquilo era o Brasil, também!”.³² Para esse defensor de Brasília, era urgente que o Brasil conhecesse e tomasse posse daquele espaço, até então, apenas demarcado no mapa do país. Um argumento bastante forte nos vários discursos em defesa da interiorização da capital – um governo no litoral, que não conhece nem enxerga os problemas de seu interior porque “com os olhos ofuscados pelas frivolidades luminosas do litoral”³³ não conseguiria promover o desenvolvimento do país, e tampouco aproveitar de forma devida as fontes de riqueza que esse território possui. Uma capital no interior, portanto, garantiria a possibilidade de se levar o desenvolvimento ao oeste brasileiro, e que os olhos dos governantes se voltassem para aquela realidade tão díspar da do litoral: “abririam-se logo estradas para as diversas províncias e portos de mar, de maneira a colocar o governo em comunicação com todo o país, a fomentar o comércio interno e a levar para adiante a obra de ‘autoconquista e autocolonização do vasto território brasileiro’, que até hoje não se realizou”.³⁴ Na verdade a posse do oeste brasileiro era entendida como uma necessidade urgente desde o século XVIII, e a forma como foi

econômicas do território nacional, cuja vastidão lhe proporcionava os benefícios de todos os climas e da diversidade e abundância de sua produção”, isso porque ela “irradiaria para as diversas províncias e cidades, sertanejas e marítimas, uma rede de comunicações apropriadas, que não tardaria a criar um giro de comércio interno da maior magnitude”. ALMEIDA, Theodoro Figueira de. *Brasília, a cidade histórica da América*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1960, p. 05.

Claramente influenciados por uma visão geopolítica da questão, esses autores defendem a construção da cidade como possibilidade de povoamento do interior e melhor aproveitamento das riquezas naturais do Brasil – dando início ao processo de redenção do interior pelo seu desenvolvimento.

³² SILVEIRA, P. da. “A Nova Capital” In: *Porque, para onde e como mudar a capital federal*. 2 ed. Rio de Janeiro, Pongetti, s/ d (1957). *Apud*: COELHO, Marcelo Pentead. *Brasília e a Ideologia do Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1989, p. 07.

³³ COELHO, M. P. *Op. Cit.*, 1989, p. 07.

³⁴ SOUZA, Otávio Tarquino de. “História dos Fundadores do Império do Brasil”, 1956. *Apud* SILVA, Ernesto. *Op. Cit.*, 1971, p. 25.

encaminhada a questão na década de 1950, parece ter dado a ela esse caráter de inevitabilidade.

Acredito ser necessário mergulhar no intenso debate em torno da interiorização da capital brasileira, percorrendo as falas, astúcias e estratégias desses tantos personagens que a defenderam nos séculos XVIII e XIX (anexo 1). Debate constantemente lido e reelaborado por seus interlocutores do século XX.

Magno Problema

Foi deliberadamente concebida para ser exclusiva, única. Não há outra igual. Enante ou desengante, espante ou desaponte, seduza ou afaste. Ninguém lhe é indiferente. Arte, invenção, estilo, magia. Goste-se ou não dela.

Ronaldo Costa Couto.

“Brasília Kubitschek de Oliveira”, livro de Ronaldo Costa Couto, publicado recentemente, já se tornou uma referência para o estudo da história da cidade. Tem a intenção de marcar um lugar de diferenciação para o Governo JK: exacerbar a simbiose entre o presidente e a cidade, mostrando como a figura do estadista audaz foi de fundamental importância para que a cidade fosse erguida. O que é interessante ressaltar aqui não é a originalidade desta obra – já que tantas outras falavam/ construíram a simbiose entre Juscelino e Brasília³⁵ – o mais curioso é perceber como a elaboração, ou mesmo disseminação, dessa simbiose ainda persiste, trabalhar com a impossibilidade de romper com ela – já que constitui a base de consolidação do político, de um lado, e da cidade do outro. A intenção desse texto é, antes de tudo, problematizá-la em seus usos, nas suas formas de apropriação pelos historiadores, literatos, cronistas, etc. que se dedicam a pensar esse momento à luz da mudança da capital federal.

³⁵ NAPOLEÃO, A. *Juscelino: audácia, energia e confiança*. Rio de Janeiro, Bloch, 1988; CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960; GICOVATE, Moisés. *Brasília: uma realização em marcha*. São Paulo, Melhoramentos, 1959; VAITSMAN, Maurício. *Quanto Custou Brasília*. Rio de Janeiro, PS, 1968; SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília, Coordenada / INL, 1971; LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade: Brasília*. 2 ed. Rio de Janeiro, Record; Brasília, INL, 1982.

Governo diferente e extraordinário o de Juscelino Kubitschek. Começa em 1956 e se propõe a fazer cinquenta anos em cinco. Não consegue, claro. Ninguém conseguiria. Mas ele realmente tenta. Tenta com tanta vontade, força e eficácia que altera o referencial histórico do país. Há o Brasil de antes dele e o de depois. A estrutura econômica muda profundamente, a prioridade do desenvolvimento entra definitivamente na agenda nacional.³⁶

Para atingir seus objetivos, Ronaldo Costa Couto cria para JK e para Brasília um certo sentido visionário e inevitável – era como se as coisas não pudessem ter acontecido de forma diferente, por isso é tão importante falar da simbiose JK/ Brasília. Buscando dar força ao seu argumento referindo-se à história da cidade, Couto fala de “uma velha e boa idéia” – a de mudar a capital federal para o interior do país. Deixar de “arranhar ao longo do mar como caranguejos” como dizia Frei Vicente do Salvador, era entendido como um passo importante a ser tomado para dar início ao processo de tomada de posse do imenso território brasileiro, bem como de seu desenvolvimento. A conquista do oeste e a necessidade de garantir segurança à Corte foram alguns dos argumentos exaustivamente utilizados quando da defesa do projeto de interiorização da capital, desde o século XVIII. As falas sobre a cidade parecem concordar que esses dois aspectos – conquista territorial e segurança – são imprescindíveis para que a capital seja transferida para o interior do país e consiga cumprir o seu papel: garantir a integração e o desenvolvimento nacionais.

Para Couto, essa idéia teria tomado corpo com as discussões da Conjuração Mineira, em 1788-89, que além da independência e a formação da república propunham que a capital brasileira passasse a ser a Vila de São João Del-Rei. Esse seria o momento em que o Brasil teria “tomado consciência, conhecimento de si mesmo”, um momento em que “Tiradentes se transforma em dramático símbolo da liberdade e do inconformismo com a voraz espoliação da Metrópole”.³⁷ É claro que as idéias atribuídas a Tiradentes não teriam morrido com ele, pelo contrário, ganharam força, inclusive com relação ao projeto de mudança da capital, “que permanecerá na agenda política por mais de 160 anos”. Depois o

³⁶ COUTO, R. C. *Op. Cit.*, 2001, p. 22.

³⁷ Idem; *Ibidem*; p 36.

assunto teria sido abordado no memorial apresentado ao príncipe regente em 1810 pelo chanceler Velozo de Oliveira. Neste memorial, o chanceler observava que “é preciso que a corte não se fixe em algum porto marítimo, principalmente se ele for grande e em boas proporções para o comércio (...) A Capital se deve fixar em lugar são, ameno, aprazível e isento de confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas”.³⁸ Couto chama atenção a outras iniciativas relevantes: a do jornalista Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823) quando da fundação do *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*³⁹; à proposição de José Bonifácio de Andrada e Silva de que a capital deveria ser mudada de lugar por questões de segurança – o Rio de Janeiro seria uma cidade muito vulnerável aos ataques externos⁴⁰; ao sonho profético de Dom Bosco: “Quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível. E as coisas acontecerão na terceira geração”⁴¹; às pesquisas realizadas por Varnhagen. O resgate da cronologia apresentada por Couto para a construção de Brasília – que, vale dizer, não difere em muito da apresentada em outros textos sobre a história da cidade – abre ganchos para discussões mais aprofundadas de algumas questões relevantes para o debate proposto no capítulo: discutir os usos desses discursos em torno da interiorização da capital como forma de conferir maior visibilidade, legitimidade e positividade ao projeto de construção de Brasília apresentado no governo JK.

³⁸ MENDES, Horácio. “Brasília e seus antecedentes”. *Revista Brasília*, (4):30-43, ano 4, abril de 1960.

³⁹ Jornal fundado em Londres em 1808, e circulou até 1822 totalizando 175 números. Neste periódico o jornalista defendeu a idéia de interiorizar a capital. Mais tarde, em 1960, seria fundado por Chateaubriand o “Correio Braziliense”, com o mesmo título do jornal publicado em Londres e o mesmo intuito de “servir o Brasil”: “podemos dizer que ao reabrir o novo ciclo da existência do Correio Braziliense, fazemo-lo com o mesmo impulso que moveu Hipólito José da Costa: advogar a causa do Brasil, na cora revolucionária da mudança de sua capital, dentro dos mesmos princípios democráticos e constitucionais que o conduziram” “Servir o Brasil”, *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

⁴⁰ Raul Andrada e Silva ressaltava a importância de José Bonifácio no processo de encaminhamento de questões relativas à mudança da capital federal, e como para ele a nova capital se tornaria um centro integralizador das veias que rasgariam o Brasil levando desenvolvimento para essas áreas longínquas. Apresenta, ainda, as razões que Bonifácio teria apresentado como justificativas para a interiorização da capital: “a posição central da cidade, que excluiria toda ameaça de inimigos externos; a capacidade de absorção de habitantes desempregados das cidades costeiras pela Capital; a construção de estradas que, dela partindo ‘como raios para as diversas Províncias’, ligariam esse núcleo central, tanto quanto possível ‘equidistante dos limites do Império’, aos diferentes pontos habitados do território, formando um sistema viário que criaria um ‘giro de comércio interno da maior magnitude, vistos a extensão do Império, seus diversos climas e produções’”. SILVA, Raul de Andrada e. “Os idealizadores de Brasília no século XIX” *Revista de História*, ano XXVI, v. LII, n. 103, jul. / set., 1975, pp. 287-295.

⁴¹ COUTO, R. C. *Op. Cit.*, 2001, p. 40.

As pesquisas de Varnhagen sobre o tema culminaram com a publicação, em 1877, de “A questão da capital: marítima ou no interior?” – texto que se tornou referência para os trabalhos sobre a cidade.⁴² Na apresentação desse documento, escrita pelo jornalista Edgard D’Almeida Vitor, o autor chama a atenção para o fato do trabalho de Varnhagen não ter recebido o merecido destaque nessa iniciativa. Para Vitor, “não foram suas condições de diplomata, as honrarias com que foi distinguido pelo Imperador Dom Pedro II com os títulos nobiliárquicos e até o simbólico, de Conselheiro Imperial, nem as distinções recebidas de Governos e entidades culturais estrangeiras, que trouxeram Francisco Adolfo de Varnhagen Visconde de Porto Seguro, aos nossos dias; senão seus próprios méritos intelectuais; sobretudo, a riqueza legada no Brasil, na quantidade imensurável de documentos encontrados e copiados, mercê de sua invencível paixão pela pesquisa, possibilitando com eles, uma revisão e reavaliação de nossa história”.⁴³

Varnhagen inicia seu texto com a seguinte epígrafe: “Que influencia não exerce a posição de uma cidade sobre o destino de um povo inteiro! As vezes por ela se explicará a elevação de uma nação.”⁴⁴ Essa é a idéia que vai permear toda a escritura de seu texto: mostrar como é importante a localização da capital de um país como forma de garantir sua segurança e o seu desenvolvimento. Uma idéia que vai ser constantemente utilizada por aqueles que se dedicaram a pensar a mudança da capital. O pensamento geopolítico influencia em muito os argumentos sobre a nova capital, dando ênfase à posição que deveria ocupar, e chamando atenção para o fato de que a sua localização tem um papel crucial no processo de desenvolvimento que se quer imprimir ao Brasil.⁴⁵ As

⁴² VARNHAGEN, Francisco Adolfo (1816-1970) *A questão da capital: marítima ou no interior?* Edição fac-similada. Brasília, Thesaurus, 1978.

⁴³ VITOR, E. D. “A expressão de sua obra” In: VARNHAGEN, F. A. *Op. Cit.*, 1978, p. 21.

Há também no texto de Helmut Audrá referências ao não reconhecimento da importância de Varnhagen para a transferência da capital. Ele diz que “causa estranheza e impressiona singularmente, entretanto, que em todo o copioso noticiário [referindo-se ao momento de inauguração da cidade] e em todos os discursos mal se fez referência ou apenas superficialmente ao homem que, mais do que outro qualquer pregou, durante toda sua vida, incessante, infatigavelmente, a necessidade da transferência da sede da metrópole: Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”. AUDRÁ, Helmut. “Varnhagen e a idéia da mudança da capital brasileira” *Revista de História*, ano XX, n. 79, 1969, pp. 139-154.

⁴⁴ VARNHAGEN, F. A. *Op. Cit.*, 1978, p. 07.

⁴⁵ Sobre a influência da geopolítica na formação/ consolidação de Brasília, ver: VESENTINI, J. W. *A capital da Geopolítica*. 4ª ed. São Paulo, Ática, 1996. Especialmente o capítulo II, “A interiorização da Capital Federal na perspectiva geopolítica”, pp. 62-100. Para Vesentini, a idéia de transferir a capital para o Planalto Central do

observações de Varnhagen basearam-se em pesquisas que realizou em longa viagem pelos sertões brasileiros buscando localizar o melhor lugar para a construção da nova capital do Brasil.⁴⁶ A necessidade desse estudo, segundo ele, se justificaria pela concepção de que a capital do Império deveria atender a algumas prerrogativas: povoar os sertões, levando a esses a civilidade e o luxo próprio das cidades vizinhas ao mar; facilitar as comunicações com as terras do interior; proteger a capital de invasões estrangeiras; possibilitar o comércio de outros gêneros que não apenas aqueles que se cultivam no litoral; favorecer, pelo clima agradável, a colonização estrangeira; sem falar, na necessidade de conhecer e tomar posse do grande território do país. No entanto, nenhuma cidade já construída conseguiria atender, segundo ele, a todos esses requisitos. Seria fundamental abandonar “a idéia de achar já feita e acabada a cidade que tanto nos convém, nos resolvermos a fundar uma, segundo as condições que se requerem a toda a capital de país civilizado hoje em dia, a verdadeira paragem para ela é a mesma natureza quem aponta, e de modo mui terminante... [a região] é a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, - dos dois grandes rios que abraçam o Império; i. é, o Amazonas e o Prata, com as dos do S. Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca a meia distancia de toda a extensão do nosso litoral, e de mais a mais a meia distancia da cidade da Bahia à de Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; e ai que julgamos deve fixar-se a sede do governo”.⁴⁷

Esse documento é de extrema valia para aqueles que estudam a cidade, já que apresenta argumentos contundentes do porque transferir a capital federal – não seria

Brasil “normalmente vem interligada a outras, num conjunto onde aparecem os seguintes temas (e propostas de ação): a integração mais efetiva do espaço nacional; a ocupação do interior do País mediante uma ‘marcha para o oeste’; o estabelecimento de uma divisão territorial (administrativa) ‘mais racional’ do País; a construção de uma rede de transportes densa e eficaz, para facilitar a interiorização da economia e da população; a preocupação com as fronteiras do País; e, o grande tema, que praticamente incorpora e norteia os demais, o de se estabelecer metodicamente um conceito de ‘segurança nacional’”. (p. 70)

⁴⁶ Muitos autores reforçam a idéia de que Varnhagen, já em idade avançada (61 anos), abandona o conforto que sua posição proporcionava e se lança numa viagem de desbravamento dos sertões brasileiros. Para alguns desses autores isso demonstra bravura e determinação na defesa de seus ideais mudancistas. Era como um desrespeito que a mudança tenha demorado tanto tempo para se efetivar. Ver: SILVA, Raul de A. “Os idealizadores de Brasília no século XIX”, *Revista de História*, ano XXVI, v. LII (103), São Paulo, Jul/ set., 1975; AUDRĂ, Helmut. “Varnhagen e a idéia da mudança da capital brasileira”, *Revista de História*, (39): 139-154, 1969; VITOR, E. D. *Op. Cit.*, 1980.

⁴⁷ VARNHAGEN, F. A. *Op. Cit.*, 1978, p. 13.

apenas pelo clima, mas por outras razões como a distância, a comunicação, a unificação territorial, a proteção, o transporte, o comércio, a garantia do conhecimento do país.⁴⁸ Muito embora o texto apresente percepções adquiridas nessa viagem de exploração do sertão brasileiro, Varnhagen reconhece não ser o pioneiro dessa idéia, e faz referência àqueles que já versavam sobre a interiorização da capital, como José Bonifácio e Velozo Oliveira. Diz, inclusive que em 1875, quando do surto de febre amarela, vivido no Rio de Janeiro, o então senador Jobim teria assim se manifestado na sessão do dia 10 de setembro: “Porque razão a capital do Império ha de estar colocada nesta localidade? Até a política aconselhava que fosse situada em serra acima... Este lugar é próprio para um deposito comercial, e não para ser a capital do Império, que devia estar em um lugar interno, onde houvesse mais segurança; porque um encouraçado inglês, que queira esbandalhar esta cidade, entra pela barra com a maior facilidade, queima, destrói e arrasa tudo.”⁴⁹ Esse sentimento de insegurança e vulnerabilidade expressos na fala do senador Jobim, parece corresponder a um sentimento que deveria ser geral para Varnhagen. Era a sensação de que quanto mais pessoas percebessem essa insegurança, mais vozes ecoariam em defesa da urgência da necessidade de mudança da capital para o interior do Brasil. No entanto, afirma Varnhagen, que essas acabaram se tornando “*voces clamantes in deserto*”, pois nenhuma providência sobre a mudança da capital teria sido tomada. Ainda assim reafirma sua crença nessa modificação: “tenhamos fé no futuro; que o dia da conversão ha de chegar”. O estudo empreendido pelo Visconde do Porto Seguro, “iria constituir-se em base sobre a qual se assentariam depois, as conclusões da Missão Cruls, designada oficialmente por Floriano Peixoto, face ao dispositivo constitucional de 1891”.⁵⁰

As “*voces clamantes in deserto*” a que se referiu Varnhagen encontraram certa ressonância quando na Constituinte de 1891 foi inserido o artigo 3º que afirmava: “Fica pertencente à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para n’ela estabelecer-se a futura Capital Federal. Parágrafo único – Efetuada a mudança da Capital, o actual Districto Federal

⁴⁸ No texto essas razões são elencadas pontualmente. Ver: VARNHAGEN, F. A. *Op. Cit.*, 1978, pp. 10-12.

⁴⁹ *Idem*; *Ibidem*; p. 32.

⁵⁰ VITOR, E. D. *Op. Cit.*, 1980, p. 47.

passará a constituir um Estado.”⁵¹ Luis Cruls considera que a inserção dessa disposição confere um sentido histórico à mudança da Capital, e toma a sua missão como sendo honrosa e, ao mesmo tempo, espinhosa pela magnitude do assunto e pela responsabilidade por ele assumida ao aceitar chefiar a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil⁵²: “A Comissão não podia desconhecer, pois, as bases históricas, em que se assentava este projeto, sob pena de desvirtuar o pensamento do legislador. Cabia-lhe, porém, toda a responsabilidade da escolha da zona de acordo com os fins que a Constituição tivera em vista”.⁵³ É importante ressaltar que a ênfase dada por Cruls ao sentido histórico do empreendimento de mudança da capital aparece explicitada em seu relatório também pela citação de trechos de documentos que, certamente, informaram o seu olhar na viagem de exploração do Planalto Central – Varnhagen, Hipólito José da Costa. Um olhar que foi sendo construído pelo diálogo com muitos outros e que informa a leitura que ele faz de seu empreendimento e a percepção de que, para além da questão do deslocamento espacial, da necessidade de um estudo geográfico, a mudança da capital implicava em outras questões (ligadas diretamente aos interesses nacionais) que deveriam ser levadas em consideração: o espaço, o clima, a hidrografia, a salubridade, dentre outros aspectos da região, o que conferiu ao estudo da Comissão um caráter mais amplo.

Assim como Varnhagen, Cruls fala da importância das contribuições de Hipólito José da Costa para o debate em torno do magno problema: transferir a capital para o interior do país, que aparecem publicadas no *Correio Braziliense*:

Não nos demoraremos com as objeções que ha contra a cidade do Rio de Janeiro, aliás mui própria para o comércio e outros fins mas sumamente inadequada para ser a Capital do Brasil: basta lembrar que está a um

⁵¹ CRULS, Luis. *Relatório Cruls* (relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil). 7ª ed. Fac-similar. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 69.

⁵² A Comissão foi nomeada em maio de 1892 pelo então presidente Marechal Floriano Peixoto. A Comissão estava assim composta: chefe – Luis Cruls; astrônomos – J de Oliveira Lacaille e Henrique Morize; médico higienista – Antônio Martins de Azevedo Pimentel; médico – Pedro Gouvêa; ajudantes – celestino Alves Bastos, Augusto Tasso Fragoso (secretário), Hastimphilo de Moura, Alipio Gama e Antonio Cavalcante de Albuquerque; farmacêutico – Alfredo José Abrantes; geólogo – Eugenio Hussak; botânico – Ernesto Ule; auxiliares – Felicissimo do Espirito Santo, Antonio Jacintho de Araújo Costa, João Azevedo Peres Cuyabá e José Paulo de Mello; mecânico – Eduardo Chartier; ajudante de mecânico – Francisco Souto; comandante do contingente – Pedro Carolino Pinto de Almeida; alferes do contingente – Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim e Henrique Silva.

⁵³ Idem; Ibidem; p. 18.

canto do território do Brasil, que a sua comunicação com o Pará e outros pontos d'aquela estado é de imensa dificuldade, e que sendo um ponto de mar, está o governo ali sempre sujeito a uma invasão inimiga de qualquer potencia marítima. Quanto ás dificuldades de criação de uma Nova Capital, estamos convencidos de que todas elas não são mais do que meros subterfúgios.⁵⁴

A passagem acima demonstra bem o espírito daqueles que estavam envolvidos no debate sobre a capital, e que defendiam sua transferência: garantir segurança ao país. É o que também aparece descrito nos trechos citados da obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, ou no texto do Dr. Joaquim Alexandre de Mello Moraes: “Parece-nos também mui útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou da regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sitio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Deste modo fica a corte ou assento da regência livre de qualquer ‘assalto’ ou ‘surpresa’ extrema, e se chama para as províncias centrais o excesso da povoação vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta corte central dever-se-hão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do Governo e se ‘favoreça’ por elas o comércio interno do vasto Império do Brasil”.⁵⁵

Mesmo aparecendo outras questões relacionadas à defesa da mudança da capital, como povoamento, por exemplo, o argumento da segurança parece mesmo ser peça chave nesse processo de discussão sobre o “magno problema”. A idéia de que o local onde a capital está (ou será) instalada garantiria maior segurança e qualidade de vida aparece com muita força nos documentos a que tive acesso, e é referência em algumas obras que estudam a constituição da capital, como “A Capital da Geopolítica” de Vesentini. Estava claro, para a Comissão, que ela não tinha a missão de escolher o local onde seria edificada a Nova Capital, mas iria sim, através dos estudos realizados, prover a base de dados necessária àqueles que iriam fazer essa escolha, e por isso a análise do

⁵⁴ CRULS, L. *Op. Cit.*, 2003, p. 27.

⁵⁵ MORAES, J. A. de M. “Negócios do Brasil” In: *História do Brasil-Reino e Brasil-Imperio*. p. 85. *Apud* - CRULS, L. *Op. Cit.*, 2003, p. 28.

espaço torna-se peça fundamental, embora não exclusiva, para as futuras deliberações. O relatório apresentado pelo Dr. Antônio Pimentel⁵⁶ define assim a região do Planalto Central brasileiro: “É exuberante a fertilidade do solo; a salubridade proverbial; grande abundancia de excelente água potável; rios navegáveis; extensos plainos sem interrupções importantes; soberbas madeiras de construção de suas grandes florestas; abundancia de preciosos minerais e essências diversas; elevação do terreno determinando um menor grau de secura atmosférica e uma temperatura mais fresca do que a primeira vista se poderia supor, em face da sua latitude geográfica; tudo, enfim, que tem as mais estreitas relações com os progressos materiais de uma grande cidade, e com o bem estar de seus habitantes”.⁵⁷ Infelizmente, diz ele, toda essa região é desconhecida. O Brasil desenvolveu-se na área litorânea que é a menos salubre – por isso “ainda hoje passa por ser país doentio, muito quente e mesmo inóspito”.⁵⁸ Ao descrever em seu relatório o Planalto Central do Brasil, o médico higienista fala sobre a orografia, a hidrografia, a geologia, as riquezas minerais, florestais e botânicas e sobre a meteorologia do local. Isso, segundo ele, garantiria o melhor conhecimento dessas terras do interior e das condições de sua povoação, contribuindo assim para mudar a imagem do Brasil como terra quente, insalubre e inóspita. Isso por que, essa era uma região com locais em que os estrangeiros se adaptariam sem dificuldades, já que, como apresentado no relatório, o clima se assemelharia em muito com o de algumas regiões européias.

A forma como o Relatório da Comissão se apresenta ao leitor corresponde, ou corrobora, com a intenção colocada por Cruls em sua introdução – a de estar em consonância com as bases históricas e com o debate que informaram esse empreendimento. O relatório é um documento minucioso, com inúmeros cálculos e informações que, como bem afirmou o próprio Cruls, permitiriam que as pessoas pudessem fazer as devidas projeções acerca da viabilidade ou não, deste ou daquele sítio dentro do quadrilátero demarcado. Por essa riqueza e minúcia de informações Cruls conclui que “não podemos deixar de manifestar a admiração que se experimenta ao

⁵⁶ Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel foi o médico higienista que acompanhou a Comissão de Exploração do Planalto Central do Brasil, tendo apresentado seu relatório acerca da região. Este relatório consta como o anexo IV do relatório apresentado pelo sr. Luis Cruls.

⁵⁷ CRULS, L. *Op. Cit.*, 2003, p. 238.

⁵⁸ Idem; Ibidem; p. 239.

encontrar, em latitude tão pequena, região tão salubre, onde o emigrante europeu pode aclimar-se sem necessitar nenhuma higiene preventiva. (...) como demonstra a exploração a qual procedeu esta Comissão, existe no interior do Brasil uma zona gozando de excelente clima com riquezas naturais, que só pedem braços para serem exploradas. (...) Em suma, julgamos desnecessário insistir nas vantagens que para o desenvolvimento e progresso futuro do país hão de indubitavelmente resultar da realização d'esse projeto, ora submetido à deliberação definitiva dos Representantes da Nação”.⁵⁹

Mesmo alcançando certa ressonância, nenhuma providência concreta foi tomada no sentido de dar continuidade a esse projeto. Em 1919, o senador Justo Chermont apresenta o projeto de lançamento das pedras fundamentais dos palácios do Congresso como parte das comemorações do Centenário da Independência. Este projeto tinha o aval de 11 senadores, e recebeu o seguinte parecer do relator, o senador Rêgo Monteiro: “Não é possível recusar-se apoio ao presente projeto, que não faz mais do que estabelecer o processo para a observação da cláusula expressa na letra do Art. 3º da Constituição Federal. A mudança da Capital da República está decretada terminantemente por um dispositivo insofismável do nosso pacto fundamental. Nenhuma discussão mais é permitida em torno da necessidade dessa medida. A Constituição a consagrou e é quanto basta para que ela não seja suscetível de impugnação. Assim, a Comissão de Justiça e Legislação pensa que cumpre um dever aconselhando ao Senado a aprovação do presente projeto”.⁶⁰ Assim, no dia 18 de janeiro de 1922, o presidente Epitácio Pessoa assina o Decreto de Lei nº 4.494 que determina que as providências cabíveis sejam tomadas para que no dia sete de setembro daquele ano fosse lançada a pedra fundamental da futura capital do Brasil. Após o lançamento da pedra fundamental⁶¹, várias foram as tentativas de dar continuidade a esse projeto, mas elas não tiveram sucesso.

Em 1934, a Nova Constituição Republicana foi promulgada. No artigo 4º das Disposições Transitórias aparece registrado que “será transferida a Capital da União

⁵⁹ CRULS, L. *Op. Cit.*, 2003, pp. 110-111.

⁶⁰ MENDES, Horácio. “Brasília e seus antecedentes”. *Revista Brasília*, (4), ano 4, abril de 1960, p. 40.

⁶¹ A pedra fundamental foi inaugurada pelo engenheiro Balduino de Almeida, diretor da Estrada de Ferro de Goiás, numa colina situada a 9 km de Planaltina (hoje, cidade satélite de Brasília). Arquivo Público do Distrito Federal. *Planaltina*: um referenciamento de fontes. [Coord. Deuzíria de Carvalho Soares e Silvia Regina Viola de Castro] 2ª ed. Brasília, 2001, p. 12.

para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma Comissão que, sob instruções do Governo, procederá a estudos das várias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança”.⁶² [grifos meus] Muito embora tenha sido enfatizada a urgência das medidas, a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil⁶³ – a que se refere o dispositivo constitucional – só fôra nomeada em 1946, no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Nesse mesmo ano, o engenheiro Christovam Leite de Castro, membro desta Comissão, publica na *Revista Brasileira de Geografia* algumas considerações que julga merecedoras de discussão para o melhor entendimento da importância e da complexidade do processo de interiorização da capital federal. Segundo Castro, três diretrizes de análise deveriam servir de base para essa discussão: a consciência nacional do problema, a complexidade do problema e a contribuição da geografia.

Christovam Castro afirma haver no Brasil uma consciência do problema, na medida em que podemos reconhecer as várias iniciativas relacionadas à mudança da capital, bem como a existência de dispositivos constitucionais (1891 – governo de Floriano Peixoto; 1934 – governo de Getúlio Vargas e 1946 – governo de Eurico Gaspar Dutra) determinando a transferência da capital para o Planalto Central brasileiro. Chama inclusive atenção para o fato de que foram várias as mudanças de capitais na história do Brasil – em 1763 a capital do país passara de Salvador (BA) para o Rio de Janeiro (RJ); em 1897, a capital de Minas Gerais mudou-se de Ouro Preto para Belo Horizonte; e em 1942, a capital de Goiás passou a ser Goiânia.⁶⁴ Sua intenção não era a de afirmar que interiorizar a capital seria experiência análoga a essas; mas mostrar que existia uma sucessão de experiências bem sucedidas ao longo da história do Brasil, o que, de certa forma, nos capacitaria a perceber o problema e propor soluções viáveis para ele – rompendo com a

⁶² MENDES, Horácio. “Brasília e seus antecedentes”. *Revista Brasília*, (4), ano 4, abril de 1960, p. 41.

⁶³ Eram membros desta Comissão: general Djalma Poli Coelho, Engs. Jerônimo Coimbra Bueno, Luís Anhaia de Melo, Jorge Leal Burlamaqui, Luís Vieira, Francisco de Sousa, Christovam Leite de Castro, Odorico de Albuquerque, Lucas Lopes, Antônio Castro Cardoso e Drs. Artur Tôrres Filho e Geraldo de Paula Sousa.

⁶⁴ Em seu artigo, Castro cita experiências bem sucedidas de mudança de capital ocorridas ao longo da história brasileira. Ver: CASTRO, Christovam Leite de. “A transferência da capital do país para o Planalto Central” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out./ dez., 1946, p. 567.

idéia defendida por Peixoto da Silveira de que “o brasileiro gosta mais de discutir problemas do que resolvê-los”.⁶⁵ Castro acredita que as discussões em torno do magno problema já haviam sido empreendidas, era chegado o momento de efetivar soluções. Nesse sentido, refere-se, de forma bem sucinta às origens da idéia de interiorização da capital, elencando nomes como de Varnhagen, José Bonifácio e Hipólito da Costa. Afirmar ainda, ter sido Francisco Tosi Colombina aquele que primeiro teria manifestado tal preocupação, merecendo, assim, o título de pioneiro da idéia. É interessante perceber como Castro tem a preocupação de mostrar, na forma como constrói o argumento do texto, que experiências outras já tinham sido bem sucedidas, e que o trabalho da Comissão a qual estava vinculado consistiria em um passo decisivo na construção da nova capital do Brasil – essa preocupação aparece explicitada também numa espécie de cronologia das providências em torno da interiorização da capital que ele apresenta.⁶⁶ Por outro lado, não era necessário apenas ter consciência do problema, mas também de sua complexidade.

Mudar a capital do país é um movimento no qual “interferem questões numerosas, variadas e delicadas”; até porque entre as discussões em torno dessa mudança, ou seja, do nascer da idéia até a sua concretização passou-se um longo período em que se desenvolveram decisão, estudo e efetivação.⁶⁷ Portanto, para ele, encaminhar soluções para esse problema implicaria em três fases sucessivas e, necessariamente, imbricadas umas nas outras: (1) a de *deliberação* – caracteristicamente política, que levaria à consciência nacional do problema (esta fase já estaria vencida pelo Brasil com o estabelecimento dos dispositivos constitucionais correspondentes); (2) a do *estudo* – com características técnicas e científicas, seria o momento em que se aplicaria à análise a cultura nacional (esse seria o papel a ser assumido pela Comissão de Localização da Nova Capital); e (3) a de *instalação* – basicamente administrativa e financeira, nela os projetos seriam concretizados,

⁶⁵ SILVEIRA, Peixoto da. *A nova capital – porque, para onde e como mudar a capital federal*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1957, p. 174.

⁶⁶ Ver, CASTRO, C. L. de. “A transferência da capital do país para o Planalto Central” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out./ dez., 1946, p. 568. Ao apresentar essa cronologia Castro afirma que mesmo com todas essas iniciativas – que teriam, segundo ele, levado Rondon a dizer que a mudança da capital é o maior problema do Brasil – nenhum direcionamento prático teria sido realizado.

⁶⁷ CASTRO, C. L. de. “A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 02, abril/ jun., 1947, p.280.

demonstrando assim “a capacidade realizadora dos brasileiros”.⁶⁸ Estas fases corresponderiam a três perguntas que permitiriam pensar a mudança: o *por quê?* – correspondente à primeira fase em que ocorre a formação da consciência nacional; o *para onde?* – quando cientistas e técnicos iriam dar sua contribuição para a escolha do local; e, por fim, o *como?* – quando aqueles que administram o país assumiriam a responsabilidade de tornar realidade à medida que foi escolhida como melhor solução para o problema.

Castro afirma que o Brasil estaria, em 1946, vivendo a 2ª fase no processo de mudança da capital, e que esses estudos não podem prescindir do diálogo com outras disciplinas, como a economia, as finanças, a geografia, a cartografia, a estatística, a demografia, a história e a administração – por ser esta uma questão complexa várias deveriam ser as frentes de análise que incidiriam sobre ela. Munido desse arcabouço, ele elenca algumas condições básicas que a nova capital deveria satisfazer – oferecer segurança tática e estratégica; proporcionar contato da capital com a parte litorânea e a parte central do país; e ainda, atender às modernas exigências urbanísticas –, e afirma que “no organismo da nação a capital deve funcionar como o coração ou seja, como um órgão interiorizado, bem protegido por boa armadura periférica, a desenvolver atividade fundamental, em ritmo, como se fôra bomba aspirante premente da civilização, convergindo recursos e energias da parte densamente povoada do país e economicamente forte, a fim de projetá-los no ocidente, para desenvolvimento da parte do país de menor expressão social, política e econômica”.⁶⁹ Volta aqui, com força o argumento da

⁶⁸ CASTRO, C. L. de. “A transferência da capital do país para o Planalto Central” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out./ dez., 1946, p. 568.

⁶⁹ CASTRO, C. L. de. “A transferência da capital do país para o Planalto Central” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out./ dez., 1946, p. 569. Esse argumento utilizado por Castro é bem parecido aos argumentos da geopolítica em defesa de Brasília que aparecem no livro de VESENTINI, J. William. *Op. Cit.*, 1996.

É interessante perceber nessa citação o uso de metáforas biológicas fazendo referências ao espaço urbano. Em texto publicado na coletânea “Palavras da Cidade”, Philip Gunn e Telma Corrêa discutem com maestria essa questão. Ao longo do texto mostram como esse uso vai se consolidando historicamente e como ele responde a expectativas e questões colocadas pelo momento em que emerge. “As metáforas entre a cidade e o corpo, a fisiologia e a personalidade dos indivíduos revelavam-se, particularmente, poderosas e úteis num momento em que o urbanismo apresentava como questões centrais a higiene e a circulação (...) Operando-se um clássico deslizamento da saúde à moral, a falta de higiene e saúde também eram associadas a desregramentos e a comportamentos desviantes.” Ou ainda, “o uso de analogias e metáforas orgânicas tem subsidiado duas posturas básicas diante da cidade. Uma primeira – meramente descritiva – mostra-se extremamente simplificadora da realidade. Revela uma atitude de fuga diante da complexidade e das contradições da cidade, mantendo o entendimento contido nos limites da analogia em si. Numa segunda postura, a metáfora biológica é mobilizada no delineamento de um modelo ideal de cidade e de ordem, que mesmo impossível, serve de

centralidade da capital como fator que desencadearia o desenvolvimento do interior e diminuiria as disparidades que o separam do litoral.

Na primeira fase, de deliberação (porquê?), o objetivo principal é a percepção de que a interiorização da capital é o resultado de um processo histórico e não de uma arbitrariedade de quem dirige o país. No caso do Brasil, essa mudança tem precedentes históricos – é uma idéia que se formou através dos tempos. Era chegado o momento, segundo ele, de “encerrar o ciclo do Rio de Janeiro”, cuja posição não mais corresponderia às necessidades do Brasil, e “iniciar um novo ciclo – o de Brasília”, e que defende haver a “necessidade da localização da Capital Federal num ponto mais consentâneo com a atualidade brasileira”.⁷⁰

Pensar no centro geométrico do país como localização para a nova capital gera, sem dúvida, um certo encantamento. No entanto, a definição das soluções para a segunda fase desse processo, a dos estudos (para onde?), implica em análises mais profundas, e no cruzamento de outras questões que julga relevantes. Christovam Castro parte da idéia de que a capital tem como função garantir aos dirigentes um lugar privilegiado de atuação, para apresentar o argumento de que uma capital não pode ser construída no vazio: “se a capital deve preocupar-se, sobretudo com a direção da vida nacional, tem de ser localizada no palco onde se desenvolve essa mesma vida, de modo a haver a melhor vinculação possível entre o cérebro e o sistema muscular do organismo nacional. O que parece mais indicado é localizar a capital na zona mais ocidental possível da faixa de 500 quilômetros, e, então, ela poderá funcionar como se fosse uma bomba aspirante premente. Localizada desse modo, ela poderá aspirar recursos e elementos da parte povoada, que refletem vitalidade política, social e econômica, para projetar esses mesmos elementos em favor do vazio e, portanto, em favor da expansão geral do país”.⁷¹

horizonte para as ações sobre a cidade real. Ambas as posturas pressupõem uma atitude a-histórica diante da cidade, que investe numa idealização de funções e características corporais constantes, de matriz utilitarista, disciplinar e positivista, desdenhando de outras possibilidades e sonhos de cidade”. GUNN, Philip e CORRÊA, Telma de Barros. “O Urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade” In: BRESCIANI, M. S. M.(org.) *Palavras da Cidade*. Porto Alegre, Ed. Universidade UFRGS, 2001. pp. 239-240; 256.

⁷⁰ CASTRO, C. L. de. “A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 02, abril/ jun., 1947, p. 281.

⁷¹ CASTRO, C. L. de. “A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 02, abril/ jun., 1947, p. 283.

Era então imprescindível que a capital possuísse uma localização que privilegiasse a comunicação com outros centros do país – o isolamento traria, inclusive, sérios problemas de manutenção para a cidade. É tarefa da Comissão, portanto, delimitar muito bem o método que informará os estudos e a proposição de soluções para o magno problema. A diferenciação entre região e sítio aparece como fundamental para essa escolha – que inclusive implica numa subdivisão da Comissão de Localização da Nova Capital do Brasil: uma subcomissão se dedicaria ao estudo das condições da região, e a outra, às condições dos sítios.⁷² Por fim, Castro discute a terceira fase – a de instalação (como?) – que se traduziria pelo momento de efetivação de tal projeto. Para ele o pressuposto fundamental nesse momento é a oportunidade. O Brasil já teria amadurecido essa idéia, já teria deliberado sobre a mudança de forma positiva – com os dispositivos constitucionais – e, agora, seria o momento em que essa idéia poderia ser efetivada. “Se a capital não foi mudada em 1891, não podemos classificar de arbitrário esse fato e nem tão pouco culpar quem quer que seja. Se não foi mudada em 1934, também a mesma coisa não podemos dizer. Agora, porém, tenho para mim que a idéia já está amadurecida; é como um fruto que se apresenta vermelho e que, a um pequeno toque, cai em nossas mãos, para nosso agrado. A constituição determinou a mudança de maneira positiva; o presidente da República quer que essa mudança se efetive de maneira rápida”.⁷³ Julga, assim, haver a necessidade de aproveitar o compromisso expresso por esse corpo legislativo e não correr

⁷² A diferença entre região e sítio é assim definida por Castro: “Região é uma larga extensão territorial e seu estudo tem um sentido nitidamente geográfico e amplo, através do qual se pode examinar o país no seu conjunto. Sítio é minúcia local, é topografia”. CASTRO, C. L. de. “A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 02, abril/ jun., 1947, p. 283.

Em texto, também publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, o historiador J. O. de Meira Pena cita as definições apresentadas pelo prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães – geógrafo da Comissão de Localização da Futura Capital: “Entende-se por sítio o conjunto de aspectos intrínsecos do local em que se acha a cidade, bem como das zonas, imediatamente circunvizinhas. São as características do relevo, do clima, da vegetação, etc. da área ocupada pela cidade e suas circunvizinhanças, consideradas e si mesmas. Por posição compreende-se a situação da cidade em relação a outras áreas distintas, mesmo que muito afastadas, em relação ao conjunto do país e até do continente, em suma. Não é um conceito puramente geométrico, que se possa exprimir simplesmente pelas coordenadas geográficas (latitude e longitude), pois envolve considerações a respeito das condições geográficas de outras áreas que não aquela que se acha estritamente ocupada pela cidade. Tais considerações se referem, por exemplo, à situação da cidade em relação a acidentes geográficos distantes, tais como as grandes linhas do relevo, os cursos d’água importantes, as fronteiras políticas, as vias mestras de transporte e comunicação: à proximidade ou afastamento do mar; às suas relações com outras cidades e outras regiões do país, tendo em vista as facilidades ou dificuldades de comunicação, de intercâmbio econômico, etc.”. PENA, J. O. de Meira. “A mudança da capital do Brasil” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, ano XVI, abril/ Jun, 1955, p. 198.

⁷³ CASTRO, C. L. de. “A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 02, abril/ jun., 1947, p. 284.

o risco de ver esses esforços sendo desconsiderados. O que me parece interessante perceber, é como Castro constrói, nesses dois pequenos documentos, um arcabouço metodológico sobre o qual os estudos da Comissão irão se debruçar, e como eles falam de imagens que vão ser recrudescidas na década de 1950 quando da efetivação da mudança no governo Kubitschek.

Ao discutir esses aspectos do trabalho, Castro chega ao seu principal foco: falar de como a geografia pode contribuir valiosamente, senão predominantemente, com os estudos de localização da capital. Os estudos geográficos apresentam dois aspectos diferentes: um estático (sítio onde se localizará a capital) e outro dinâmico (relação com as regiões circunvizinhas e remotas). Do ponto de vista estático haveria a necessidade de se conhecer os melhores sítios para que a capital fosse construída; nesse caso a geografia teria, segundo ele, um grande papel na medida em que a escolha de um sítio pressupõe análises das melhores condições de clima, água e relevo – condições que, a seu ver, são melhor analisadas pela geografia. Do ponto de vista dinâmico, onde se pretende prever a vida funcional da região da nova capital, a geografia, munida com seu instrumental metodológico poderá contribuir eficazmente, “porque, então, não se tratará de mera descrição de paisagens, se não da interpretação sagaz dos múltiplos fenômenos sociais, políticos e econômicos, de expressão territorial cujo mecanismo de evolução no tempo e no espaço cumpre ser bem conhecido e explicado, para melhor e mais eficiente aproveitamento das forças vivas da nacionalidade”.⁷⁴ Um fator que aparece como de suma importância para Castro – e que vem sendo discutido desde que se cogitou a idéia de interiorizar a capital – é a necessidade de povoar o interior do Brasil.

Argumentos semelhantes aparecem descritos no texto “O Planalto Central e o problema da mudança da capital do Brasil”, de Fábio de Macedo Soares Guimarães.⁷⁵ Assim como Castro, Fábio Guimarães acredita ser imprescindível um minucioso estudo do sítio e da posição de uma cidade, afinal, este é um problema eminentemente geopolítico –

⁷⁴ CASTRO, C. L. de. “A transferência da capital do país para o Planalto Central” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out./ dez., 1946, p. 569.

⁷⁵ Este artigo foi publicado pela primeira vez em edição mimeografada, com o título “Relatório preliminar da Segunda Expedição Geográfica ao Planalto Central do Brasil”, em 1947. GUIMARÃES, Fábio de M. S. “O Planalto Central e a mudança da capital do Brasil” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 04, ano XI, out./ dez., 1949.

principalmente em se tratando da instituição da capital de um país com grande extensão territorial como o Brasil. Mesmo concordando com a necessidade desses estudos, para o geógrafo Fábio Guimarães, o estudo da posição é mais importante do que o do sítio em que se instala uma cidade. “O sítio de uma cidade é certamente de grande importância, repercutindo nas condições de conforto dos seus habitantes, nas facilidades de comunicações internas, nas possibilidades de expansão da cidade, etc.; mas é a posição que tem influência decisiva nas funções da aglomeração urbana e constitui a principal razão de sua maior ou menor importância (...) Um mau sítio pode ser melhorado graças ao esforço humano; mas o homem nada pode quanto à posição”.⁷⁶ Guimarães utiliza inclusive o exemplo do Rio de Janeiro para reforçar seu argumento, dizendo que aquela cidade tem seu sítio constantemente melhorado por iniciativas que visam garantir maior segurança e conforto para seus habitantes; no entanto, seus administradores nada podem fazer com relação à sua posição – “o fato de achar-se à beira-mar, de ter a pequena distância a grande barreira montanhosa que é a Serra do Mar, de possuir um hinterland de determinadas características geográficas, etc.”.⁷⁷ Argumentos como esses vão dando força à necessidade de mudança da capital brasileira para o interior. Muito embora ele fale na posição (objeto de estudo do geógrafo) como sendo mais importante que o sítio (objeto de estudo do urbanista), Guimarães afirma que estes aspectos devem ser analisados simultaneamente, afastando assim o risco de escolher uma excelente posição sem a possibilidade de nos sítios para instalação da capital – geógrafos e urbanistas devem trabalhar em conjunto para que o melhor sítio e a melhor posição possam ser determinados.⁷⁸

Para tanto, faz-se necessário levar em consideração as funções que uma capital deve cumprir: (1) função político administrativa – tendo a necessidade de estar próxima a área mais povoada do país; (2) função unificadora – “tratando-se dum território extenso, que compreenda regiões importantes nitidamente diferenciadas, a capital deve equilibrar as tendências desagregadoras que se possam manifestar e sua posição deve ser

⁷⁶ GUIMARÃES, F. de M. S. “O Planalto Central e a mudança da capital do Brasil” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 04, ano XI, out./ dez., 1949, p. 497.

⁷⁷ Idem; Ibidem; p. 497.

⁷⁸ Há, no entanto, em torno da discussão sobre o magno problema, uma clara disputa entre saberes na tentativa de delimitar claramente o campo de atuação de cada um deles, ou mesmo de perceber quem poderia contribuir de forma mais eficiente para o encaminhamento de soluções para a questão, ou qual o papel de cada um desses saberes que se dedicam a pensar essa questão.

tal que permita facilmente equilibrar tais tendências centrífugas”.⁷⁹ A insistência em “rasgar as artérias” que ligariam Brasília ao restante do país talvez seja uma forma de responder à essa necessidade; (3) relação com as divisas interestaduais – preocupação com o Distrito Federal, dando-se prioridade a um local entre dois estados, e não um que esteja inteiramente envolvido com um dos estados federados (o que não aconteceu no caso de Brasília, pois o local escolhido foi o retângulo Cruls totalmente imerso no estado de Goiás); (4) “fronteiras vivas” – relacionado às estratégias militares, por isso, não se dedica a estudar esse aspecto. Com essa classificação em mente, Guimarães analisa áreas do Planalto Central do Brasil e cria um mapa em que apresenta as zonas analisadas e depois discute cada uma delas a partir dos critérios estabelecidos.

O mapa (figura 01) aparece como uma das peças fundamentais da análise de Fábio Guimarães, já que, a partir da delimitação das oito áreas estudadas, ele pôde desenvolver os argumentos de defesa ou de recusa de alguns desses espaços. Os vários discursos sobre a interiorização da capital falavam em tirar a sede do governo federal da costa, mas colocá-la em região próxima aos grandes centros produtivos do país. Guimarães, partindo de um estudo minucioso da região, propõe como possibilidade a instalação da capital na zona do Alto Paranaíba ou de Patos de Minas (zona D, no mapa), pois, mesmo sendo a escolha do sítio um atributo de urbanistas, ele elenca algumas condições a que um bom sítio deveria obedecer: grande extensão de terrenos, preferencialmente planos; um clima agradável que possibilite conforto aos seus moradores; farto e eficiente abastecimento de água; proximidade com terras férteis para desenvolvimento da agricultura; força hidráulica suficiente para obtenção de energia elétrica abundante e barata; proximidade com espaços que garantam fornecimento de pedras de construção, calcário, areia e argila; o subsolo deve facilitar as construções para o estabelecimento da rede de esgotos, por exemplo; e, ainda, uma paisagem atraente. A zona demarcada por Cruls aparece como a colocada entre as 8 zonas analisadas por Fábio Guimarães – por ser muito distante da chamada “core area” do Brasil; por ter poucos recursos hídricos e de energia hidráulica; e por possuir uma paisagem bastante monótona

⁷⁹ GUIMARÃES, F. de M. S. “O Planalto Central e a mudança da capital do Brasil” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 04, ano XI, out./ dez., 1949, p. 500.

que não atrairia pessoas para habitarem aquela região.⁸⁰ Essa monotonia é, no momento de construção da cidade, romantizada em alguns discursos: “Lembro-me bem do entusiasmo que tomou conta de nós ao divisarmos o horizonte em torno, numa amplitude de trezentos e sessenta graus. O Marechal Travassos não pôde conter a admiração e afirmou logo que não acreditaria haver outro local tão adequado e bel para a construção da capital. Permanecemos ali por alguns minutos, extasiados a nos sentirmos pequeninos ante a amplidão do céu azul, do planalto fascinante, a antevisão da cidade moderna a ali se erguer, dentro de breve prazo... Mas, naquele momento, não podíamos sequer emitir qualquer opinião sobre o local a ser escolhido. A paisagem era magnífica, o panorama lindíssimo, mas outros fatores deveriam ser considerados”.⁸¹

Muito embora essa discussão empreendida por Guimarães⁸² traga à tona questionamentos à instalação da capital no retângulo Cruls, foi essa a região escolhida para a edificação de Brasília. A leitura dos textos históricos me permite acreditar que a escolha dessa região deu-se pelo investimento em trazer à tona toda uma tradição de discussões e de argumentações em torno do magno problema. O questionamento dessa escolha, contudo, parece não ter encontrado muita ressonância entre aqueles que criaram uma historicidade para Brasília. O médico Peixoto da Silveira, por exemplo, que escreve uma obra que se torna referência para os estudos sobre Brasília, parece desconsiderar esse embate: “Digno de nota é o fato de todas as comissões técnicas (...) terem concluído seus estudos escolhendo praticamente a mesma área do Planalto Central”.⁸³ Silveira marca posição em defesa da mudança da capital federal para o retângulo Cruls. Para ele não há mais justificativas para o adiamento da solução para o magno problema: os estudos teriam sido feitos com extrema eficiência pelas Comissões designadas, agora faltava apenas que esse empreendimento fosse realizado e que o Brasil, finalmente conseguisse redimir as

⁸⁰ GUIMARÃES, F. de M. S. “O Planalto Central e a mudança da capital do Brasil” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 04, ano XI, out./ dez., 1949, pp. 522-535.

⁸¹ SILVA, Ernesto. “O Infinito Horizonte de Brasília...” *Correio Braziliense*, 22 de novembro de 1962.

⁸² Tendo sido tão vário quanto vasto o debate em torno das melhores condições de instalação da capital brasileira, receio não ser este um instrumento de análise desse texto, especificamente. Uma análise mais profunda desse debate acabaria por conduzir o texto por um caminho que não teria instrumentos para prosseguir. Deixo registrada aqui a existência de tal debate e a possibilidade de, em outra oportunidade, poder voltar a ele e me dedicar a seu estudo.

⁸³ SILVEIRA, Peixoto da. *A nova capital – porque, para onde e como mudar a capital federal*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1957, p. 170.

diferenças gritantes que existem entre o seu litoral e interior. “Aquartelada no litoral, de costas para o País, solicitada permanentemente pelo nervosismo de uma cidade borbulhante e emocional como o Rio, a administração federal está impedida de sentir (longe da vista longe do coração), porque não vê, a realidade dos problemas nacionais e a solução básica das crises crônicas de um País, que, ostentando as proporções de uma Norte América, resigna-se às estreitas dimensões geo-políticas e econômicas do Chile”.⁸⁴ [grifos do autor] Mais uma vez retorna o argumento de que o Brasil deveria voltar seus olhos para o interior e tomar posse efetiva de seu imenso território.

É clara e angustiante a sensação do historiador que, ao ler a documentação sobre Brasília, se depara com uma narrativa quase cíclica em torno das possibilidades de encaminhamento deste projeto. Sem desconsiderar os discursos oposicionistas, ou mesmo sem querer desconsiderar o impacto que tiveram nos debates empreendidos quando da discussão sobre a construção, ou sobre a cidade inaugurada – se deveria ou não ser consolidada com capital do país; mas pela eficácia dos discursos pró-Brasília, e pela efetivação do projeto, os estudiosos dessa cidade tendem a dar maior visibilidade aos seus aspectos positivos. Este texto, no entanto, busca empreender uma leitura da cidade que permita ao leitor conhecer um pouco das estratégias de consolidação daquele espaço pelos diversos grupos que a pensaram e trabalharam para que ela se efetivasse, dando materialidade aos anseios que vinham sendo acalentados desde o XVIII.

Para Moisés Gicovate é também esse o ponto chave da mudança da capital: continuação do caminho dos bandeirantes; extensão da civilização do litoral para o interior; “o despertar do sertão e a sua integração na civilização brasileira é uma das obras mais importantes para o futuro grandioso do Brasil. Futuro não no sentido apenas de tempo, mas igualmente das possibilidades. O gigante adormecido acordará para ocupar o lugar que lhe pertence no concerto das nações”.⁸⁵ Brasília aparece, assim, como uma necessidade técnica, política, social, econômica, e porque não dizer, vital – necessidade de unificar as várias ilhas que compõem o arquipélago continental do Brasil em uma unidade; “Brasília realizará o prodígio de transformar os diversos Brasis, em um só Brasil

⁸⁴ SILVEIRA, P. da. *Op. Cit.* 1957, p. 171.

⁸⁵ GICOVATE, Moisés. *Brasília – uma realização em marcha*. São Paulo, Melhoramentos, 1959, p. 63.

verdadeiro”.⁸⁶ O sentido unificador que Gicovate atribui à cidade não pressupõe o seu entendimento enquanto ruptura entre um passado atrasado e um futuro promissor. Para ele Brasília é um marco que não rompe com o passado, mas se une a ele como possibilidade de um porvir diferente – um Brasil a ser construído enquanto possibilidade. O seu trabalho historiográfico parece ter a intenção de criar justificativas para a construção de Brasília. Por ter sido contemporâneo à construção da cidade, Gicovate parece extravasar a euforia e a apreensão que teria tomado conta das pessoas naquele momento quando se discutia a necessidade ou não de construir (do nada) uma cidade. Seu texto vai unindo argumentações e traçando caminhos que possibilitam a percepção da necessidade de edificação de uma cidade com toda a carga simbólica que Brasília passa a ter naquele momento. Ao discutir o papel de Gicovate no processo de positivação da realidade, Marcelo Coelho apresenta argumentos que apresentam Brasília como uma condição para que os brasileiros construam uma consciência unificadora – a de fazerem parte de um mesmo território, de uma mesma cultura.

Se do ponto de vista do litoral é uma recusa a conhecer o Brasil por inteiro, progredir é ao mesmo tempo enraizar-se no passado. Ao impor-se por si mesma, Brasília não é apenas um fator que contribua para a unidade nacional, mas é a própria unidade nacional que surge a partir de um ponto de referência concreto, visível, o que ela representa é o Brasil por inteiro. A realidade do Brasil, em si, tal como ele é sem Brasília, é muda, indiferente, óbvia, dada. Brasília é seu ato de expressão, é o Brasil enquanto símbolo. Construí-la é menos modificar o Brasil do que fazê-lo consciente de si mesmo.⁸⁷ [grifos meus]

Mesmo não aparecendo para Gicovate como ruptura, Brasília inauguraria um novo tempo na história do Brasil, por isso não poderia ser vista como um ato de vontade de um presidente, mas como um processo histórico. Assim como Moisés Gicovate, Roland Corbisier defende o caráter histórico de Brasília e a afirma como redenção do interior do país – como tomada de posse de si mesmo. No governo Kubitschek Corbusier foi nomeado diretor executivo do ISEB (Instituto Superior de

⁸⁶ GICOVATE, Moisés. *Op. Cit.* 1959, p. 63.

⁸⁷ COELHO, M. P. *Op. Cit.*, 1989, p. 20.

Estudos Brasileiros), e teve grande participação na elaboração e na divulgação da chamada ideologia “nacional-desenvolvimentista” que passou a caracterizar o governo JK.⁸⁸ No texto, “Brasília e o desenvolvimento nacional” Corbisier constrói o seu argumento baseado na afirmativa de que na história não se faz o que se quer, mas aquilo que é possível fazer – os empreendimentos que atingem e mobilizam as pessoas, o fazem por ocorrerem num momento em que há condições de possibilidade para que exista; “se a construção de Brasília não estivesse, por assim dizer, implicada na lógica de nosso processo de emancipação econômica e cultural, o atual governo, mau grado o ímpeto criador do Presidente, seu descortino e sua audácia, não teria encontrado energias para vencer os poderosos interesses, as forças da rotina e da inércia, o pessimismo e o desalento que, desde o início, procuraram desacreditar e impedir a realização da meta síntese que arremata e completa o surpreendente esforço, que está transformando, de modo radical e irreversível, a face do Brasil”.⁸⁹ Embora não ressalte personagens, a dimensão histórica da cidade o fascina e o embebeda com sua beleza e pretensões – chega a afirmar que Brasília é uma obra de arte que exprime a capacidade criativa e inovadora do Brasil, inauguração de um novo tempo, um tempo de possibilidades. Possibilidades essas calcadas na imagem de que Brasília não pode ser entendida como vontade de um presidente, mas como parte de um PROCESSO HISTÓRICO. É como se Brasília pudesse pairar sobre a história como algo que a extrapole – ela existe antes de existir. Cidade pensada como marco inaugural de um novo tempo, o significado dado a ela acaba por sucumbir – nos textos aqui mencionados – à própria noção de processo histórico que se lhe quer atribuir a ela.

* * *

Partindo de todos esses argumentos que foram apresentados ao longo desse texto, algumas questões se tornam pertinentes: a construção desse histórico legítima Brasília? O que significou essa mudança? Qual o papel de JK nesse processo? Qual o motivo da demora para a realização desse “tão acalentado sonho”? Defendo a idéia de que a construção de Brasília foi possível devido a um grande investimento propagandístico em torno do projeto, bem como ao resgate de seus antecedentes históricos. Como vimos, os

⁸⁸ Informações relevantes sobre a biografia de Roland Corbisier podem ser consultadas no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

⁸⁹ CORBISIER, Roland. *Op. Cit.* 1960, p. 18.

argumentos eram freqüentemente apropriados pelos historiadores da cidade na tentativa de criar uma continuidade entre as discussões empreendidas no século XVIII e a construção da cidade, no século XX. Acredito ser complicado pensar uma continuidade quase que absoluta, como quer a historiografia sobre a cidade. Por outro lado não se pode defender que o debate em torno da interiorização deva ser desconsiderado por não ter qualquer relação com a história da cidade – isso seria ingenuidade. A relação existe, embora seja extremamente complicado afirmar que Brasília teve início, por exemplo, com a proposição de Francisco Tosi Colombina, em 1750. A discussão em torno da interiorização da capital pode ter iniciado no final do século XVIII, no entanto, Brasília só tem início, a meu ver, no governo JK. Foi naquele momento de euforia em torno do desenvolvimentismo (anos 50) que essa proposta pôde se efetivar, até porque muito se falou sobre o significado dela para o país. O Brasil, querendo romper com sua imagem de país subdesenvolvido, tinha em Brasília o símbolo corporificador dos sonhos de modernidade tão caro aos nacionalistas, e aqueles que viveram os chamados “anos dourados”.

O intenso debate que instituiu essa trajetória desde o século XVIII até o momento de construção da Brasília e a sua retomada pela historiografia tem uma eficácia indiscutível, na medida em que ela mesma constitui o lugar de elaboração dessa cidade. Entendendo que esses discursos têm a sua própria historicidade e a impossibilidade de pensar apenas em continuidades bem constituídas ao longo do processo histórico, estudar Brasília implica necessariamente numa discussão sobre esse debate sim, mas que privilegie o entendimento das estratégias e das intencionalidades inerentes deste mesmo debate e que compõem o tecido esgarçado da história. Entender o entrelaçamento das linhas que compõem e deixar entrever experiências outras, caminhos outros é, a meu ver, o que torna o ofício de historiar rico e interessante e que extrapola a percepção das permanências, sem que seja preciso desconsiderá-las.

Governo JK: “anos dourados”

Década de cinqüenta. O Brasil vive um momento em que o desejo de desenvolvimento parece mobilizar o país. Os nacionalistas defendem a idéia de um país

moderno e tinham como lugar de unidade a expectativa de instaurar um novo tempo no Brasil – marcado, até então, segundo eles, pelos arcaísmos políticos e sociais. É nesse momento de efervescência das discussões nacionalistas, de propostas de desenvolvimento que JK assume a presidência da República⁹⁰, incorporando os sonhos endêmicos de modernidade – e colada a esse personagem, Brasília, a corporificação de todos esses sonhos, “alvorada de um novo Brasil”:

Mais do que referência historiográfica, os anos JK acabaram se transformando em uma expressão popular no Brasil. Tempo de cultura, do teatro de revista, dos bailes e do otimismo ao redor de uma idéia de nação, os “anos dourados”, fonte de nostalgia, inspiraram até seriados de TV. A recuperação dessa magia do senso comum através de idéias soltas, frases irrefletidas, e mesmo convicções sobre aquele momento é uma estratégia interessante se queremos retomar dimensões de projetos que se integram à vida nacional. O próprio fato de encontrarmos disponível um inventário de lembranças é indicativo da importância que o conjunto da sociedade atribui àquela conjuntura (...) os anos sombrios da ditadura acabaram realçando, por contraste, o brilho dos anos JK.⁹¹

Essa afirmação da socióloga Helena Bomeny ilustra como o sentimento de euforia em relação aos anos 50 (especificamente entre os anos 1956-1961, governo JK) é recorrente na produção intelectual sobre esse período. Mesmo não sendo sua intenção criar uma imagem positiva do governo – afinal ela discute como a utopia de racionalidade e igualdade atribuída à Brasília se rompe com a sua inauguração – ela se vê impelida a admitir que houve sim uma grande euforia com relação aos anos 50 e ao governo Kubitschek que foi criada e recrudescida pela historiografia.⁹² São discursos de afirmação e

⁹⁰ Com isso não quero desconsiderar a instabilidade e o clima tenso que caracterizou a posse de JK. No entanto, esse período é apresentado pela historiografia como caracterizado pela conciliação e pela estabilidade política – o que teria garantido sua durabilidade. JK foi o único presidente eleito a cumprir, até então, todo o mandato. Esse aspecto aparece como fundamental para realçar o caráter democrático que diferenciava sua gestão das demais. Ver: GOMES, A. de C. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. FGV/ CPDOC, 1991; SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; BENEVIDES, M. V. de M. *O Governo Kubitschek*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

⁹¹ BOMENY, H. “Utopias de cidade: as capitais do modernismo” In: GOMES, A. de C. *Op. Cit.*, 1991, p. 144.

⁹² Dentre os textos que trabalham com esse período e, mesmo questionando alguns aspectos e mostrando sua fragilidade, acabam por elaborar uma imagem de positividade para o governo de Juscelino Kubitschek estão:

de legitimação de uma identidade que estaria intimamente relacionada com a efetivação de um projeto político que teria seu apogeu materializado com a construção de Brasília, e no caráter democrático do governo de Juscelino Kubitschek: “Os serviços de construção de Brasília foram praticamente iniciados em fevereiro de 1957. A celeridade que Israel Pinheiro pôde imprimir à NOVACAP e os resultados que coroaram seus esforços resultaram, de um lado, da flexibilidade administrativa que lhe foi outorgada e, de outro, do harmonioso funcionamento dos seus órgãos soberanos: o Conselho Administrativo, o Fiscal e a Diretoria, todos integrados por um terço de elementos pertencentes à Oposição. Esse detalhe deve ser ressaltado, para que se constate a feição democrática e o escrúpulo com que agi, ao assumir aquela assustadora responsabilidade. Sabia que os adversários políticos poderiam embaraçar a ação do governo. Mas preferia que isso acontecesse a dar a impressão de que me comportava ditatorialmente. A democracia não vive da aparência. A prática é que lhe compõe a autenticidade”⁹³. Não quero com isso afirmar que esses discursos constroem uma falsa imagem da realidade, mas que a pintura construída para a cidade lapida em muito sua complexidade e a transforma num quadro homogêneo e claro.

A conciliação e o caráter democrático a que se refere Juscelino na fala citada acima parece dar suporte à descrição do período feita pelo brasilianista Thomas Skidmore: aqueles eram “anos de confiança”.⁹⁴ Essa leitura extremamente entusiasta do governo Kubitschek foi construída numa contraposição à análise dos governos anteriores, marcados, para o autor, pelo autoritarismo de Vargas, e do governo posterior de João Goulart, caracterizado pela instabilidade política que culminou com a retomada da tradição autoritária com a instauração da ditadura militar. A análise feita por Skidmore inaugura uma longa produção historiográfica que pensa aquele período como um tempo singular no corpo da história política da república: um tempo objetivado como o tempo do progresso econômico e político, corporificado pela construção de Brasília.

GOMES, A. de C. *Op. Cit.*, 1991; SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; BENEVIDES, M. V. de M. *O Governo Kubitschek*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; BENEVIDES, M. V. de M. *Cidadania Ativa*. São Paulo, Ática, 1992; REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Dossiê: Arte e Linguagens*. São Paulo, ANPUH; Humanitas, v. 18, n. 35, 1998; REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Brasil, 1954-1964*. São Paulo, ANPUH; Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994; NAPOLEÃO, A. *Juscelino: audácia, energia e confiança*. Rio de Janeiro, Bloch, 1975; LUZ, C. *A invenção da Cidade*. 2 ed. Rio de Janeiro, Record; Brasília, INL, 1982; MENDES, M. *Meu testemunho de Brasília*. 2 ed. Brasília, Thesaurus, 1997.

⁹³ OLIVEIRA, J. K. de. *Porque construí Brasília?* Rio de Janeiro, Bloch, 1975, p. 69.

⁹⁴ SKIDMORE, T. *Op. Cit.*, 1976.

Foi esse empenho em atribuir aos anos JK a insígnia de um tempo marcado pelo progresso e pelas realizações que justificaria a recorrência aos chamados antecedentes históricos de Brasília. O debate, empreendido desde os Setecentos, acerca da interiorização da capital exacerba pela diferença a imagem de Juscelino como empreendedor. Como ele mesmo afirma na mensagem de ano novo (divulgada pelo rádio e televisão) em 1960, publicada na edição especial da Revista Brasília:

Conheço as críticas aos trabalhos que vêm sendo feitos pelo meu governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a capital para o interior do país. Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que impulsionado pelo crescimento nacional a que acabo de me referir, virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria.(...) A fundação de Brasília é um ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação de posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso.⁹⁵[grifos meus]

Essa parece ser a marca que Kubitschek quis imprimir ao seu governo e ao seu papel na mudança da capital: sem negar mérito àqueles que discutiram a idéia, mas afirmando a sua postura audaz de realizar tal empreendimento. O governo JK seria considerado um marco divisor de águas na história do Brasil. No livro “Porque construí Brasília”, JK retoma essa idéia afirmando haver um Brasil de antes de 1956 – marcado pelo marasmo econômico, descrente de suas potencialidades; e o Brasil de depois de 1956 – caracterizado por uma política que promoveria 50 anos de progresso em 5 de governo; um país confiante, otimista, cioso de sua soberania e consciente de seu papel. O que possibilitaria essas mudanças, o que marcaria a diferença entre esses dois brasis é BRASÍLIA – a meta-síntese de um plano de metas audacioso e que se pretendia revolucionário, “uma revolução não de sangue, mas de métodos administrativos”, que pressupunha alguns

⁹⁵ “A história da construção de Brasília” *Revista Brasília*. N. 40, ano 4, abril de 1960, p. 47. Também reproduzido em: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Resenha do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. Tomo II, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação, 1960, p. 320.

objetivos a serem alcançados: extinguir os espaços vazios do território brasileiro; explorar os imensos recursos naturais; extinguir os desníveis sociais; abertura de estradas; prover os estados de energia barata e abundante; atrair capitais externos; estimular a agricultura nordestina; e, por fim, construir e interiorizar a capital federal. Muito embora nem todas essas metas tenham sido alcançadas, ou tenham promovido o desenvolvimento esperado, o sentido de marco inaugural de um novo tempo, atribuído à Brasília, parece ter permanecido. Vários artigos de jornal e de revista demonstram esse sentimento: “A transferência da capital para o planalto goiano forçosamente acarretará resultado do mais fundo alcance, acrescidos pelo tempo, a influir de alto a baixo em toda a estrutura política do país. Uma nova era vai para nós começar. De agora em diante, na história do Brasil haverá três períodos: o colonial, a independência e a instalação de Brasília”.⁹⁶ Também nesse jornal um ano depois assim definia Brasília Medeiros Netto: “Brasília libertou pela fé e pela esperança o Brasil debilitado pelo subdesenvolvimento. Que feliz coincidência de datas, depois de tanto derrotismo dos mal afeitos da Pátria! Brasília foi, assim, a pia batismal da cultura, da civilização, da grandeza do país, no dia maior e mais grato à Nação e ao Povo. Foi a maior festa do século. (...) O dia de Brasília é o novo sol que nasce. Abriu novos caminhos na terra, novos horizontes no futuro, novas perspectivas na vida nacional”.⁹⁷ Mais do que marco inaugural, Brasília deveria ser erguida como um monumento que representasse a soberania e o progresso brasileiros, a capacidade de realização de seu povo.

Em 20 de setembro de 1956 é publicado o “Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil”⁹⁸ (anexo 2), do qual foi vencedor o projeto

⁹⁶ PRADO, J. F. de Almeida. “A nova metrópole” *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

⁹⁷ NETTO, Medeiros. “Aniversário de Brasília” *Correio Braziliense*, 03 de maio de 1961.

⁹⁸ Tendo sido várias as investidas quanto à delimitação do sítio e as possibilidades de instalação da capital federal no Planalto Central brasileiro, encontrei na documentação pesquisada referências bem pontuais e sem maiores especificações à Comissão Presidida pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que trabalhou entre os anos de 1953 e 1955. Sem ter maiores referências sobre os membros desta Comissão acabei por ceder às limitações que a minha documentação me colocou e não busquei me aprofundar na análise da contribuição deste grupo de trabalho por achar que ele não teria tido uma participação tão efetiva, ou que não tivesse tido maior visibilidade na época.

No entanto, chegou às minhas mãos, por intermédio do pesquisador Rodrigo dos Santos Faria (membro do CIEC/ Unicamp, que pesquisa as contribuições de José de Oliveira Reis) um “Estudo preliminar para a Cidade de Vera Cruz futura capital do Brasil” datado de 1955 como resultado dos estudos da Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Como dito anteriormente, essa comissão fora presidida pelo Marechal José Pessoa, e

apresentado por Lúcio Costa⁹⁹ (anexo 3). Considerado por muitos contemporâneos como apenas um esboço, o projeto apresentado por Lúcio Costa parecia corresponder ao objetivo do concurso: encontrar um projeto que exprimisse bem suas idéias e concepções de cidade e não os detalhes de sua realização. Os membros da Comissão Julgadora¹⁰⁰ levaram em consideração os pontos básicos do edital do concurso, sendo central a elaboração de um plano regional de urbanização para a área do DF. Na edição especial sobre Brasília, a revista *Módulo*, publica as apreciações de alguns dos membros do júri a respeito do plano vencedor, o de Lúcio Costa. “O plano da cidade deve ter personalidade própria”, dizia Stamo Papadaki; e parece que consegue pois, segundo André Sive é um “projeto conciso que dá o seu recado”, ou ainda, nas palavras de William Holford, “a melhor idéia para uma cidade-capital unificada, e uma das contribuições mais interessantes e mais significativas feitas em nosso século à teoria do urbanismo moderno. É verdade que foi apresentada sob a forma de esboço, mas mostra o que é necessário saber, e o relatório não contém uma só palavra destituída de propósito. É uma obra-prima de concepção criativa, podendo ser desenvolvida passo a passo, à medida que o projeto de infra-estrutura e o social sejam expandidos. Representa o núcleo que vai criar uma reação em cadeia na obra a ser executada sobre o campo de operações em Brasília. É simples, prático e fácil de entender. (...) Cada setor da cidade tem o seu lugar certo e um setor leva naturalmente, e de maneira muito imaginativa, ao seguinte. Eu diria, em resumo, que esse projeto

o plano apresentado fora assinado por José de Oliveira Reis (engenheiro civil), Raul Penna Firme (engenheiro arquiteto) e pelo professor Roberto Lacombe. Sem ter mais tempo hábil para apresentar neste trabalho uma discussão mais aprofundada deste documento ou do trabalho desta comissão, me atrevo a dizer apenas que a proposta de cidade por eles apresentada parece estar composta de princípios norteadores comuns aos do plano piloto apresentado por Lúcio Costa anos depois. Por exemplo, a construção de um eixo monumental ou de quadras residenciais que criariam *unités de voisinage*. Mesmo identificando alguns princípios comuns, a proposta apresentada em 1955 resulta numa disposição urbanística bem distinta daquela que se efetivou no governo JK.

⁹⁹ Lucio Costa nasceu em Toulon, na França, em 27 de fevereiro de 1902. Considerado líder do movimento de implantação da arquitetura moderna no Brasil, foi consagrado como o criador do Plano Piloto de Brasília. No ano de 1960 recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Harvard, dos Estados Unidos. Em 1987 lançou *Brasília Revisitada*, trabalho no qual pede que se respeitem as quatro escalas que estiveram na concepção da cidade: monumental, residencial, gregária e bucólica. Em 13 de junho de 1998 faleceu em sua residência no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. (<http://www.iphan.gov.br/centenarioLucioCosta.htm>)

¹⁰⁰ A Comissão Julgadora do Concurso do Plano Piloto de Brasília estava assim composta: Israel Pinheiro (presidente da NOVACAP), Sir. William Holford (Inglaterra), André Sive (França), Stamo Papadaki (EUA), Oscar Niemeyer (NOVACAP), Luis Hildebrando Horta Barbosa (Clube de Engenharia) e Paulo Antunes Ribeiro (IAB).

evidencia uma grande experiência e uma concepção arquitetural que se projeta no futuro”.¹⁰¹

Essas falas criam, de certa forma, uma atmosfera de monumentalidade mesmo para a proposta de Lúcio Costa, e nos informam sobre aspectos de seu projeto que serão objeto de discussão do próximo capítulo. Qual era a sua proposta de cidade? A imagem criada para a cidade corresponde ao que Costa propôs no plano diretor? Brasília atendeu aos ideais de igualdade tão proclamados por seus defensores como característicos da cidade? As cidades satélites podem ser entendidas como desvirtuações do plano diretor?

Em suma, quantas cidades cabem numa só?¹⁰² Apropriei-me da proposta das antropólogas Maria Cecília Costa e Rosângela Digiovanni, na tentativa de interpretar as imagens várias sobre a cidade de Brasília. De quantas Brasília podemos falar? Quantas delas podemos perceber? A de Lúcio Costa? A de Oscar Niemeyer?¹⁰³ A de Juscelino? Dos candangos? Dos atuais moradores? Daqueles que habitam suas periferias? Qual delas representa a Brasília real? Quais delas se mesclam na tentativa de dar unidade a um espaço plural? Brasília foi desenhada por seus idealizadores como um corpo de disciplina

¹⁰¹ *Revista Brasília*, nº 43, julho de 1960.

¹⁰² Essa pergunta foi inspirada no interessante trabalho de Maria Cecília S. da Costa e Rosângela Digiovanni, intitulado “Antropologia, espaço e cidade: um olhar sobre Curitiba”, onde as autoras argumentam que a apropriação dos espaços dessa cidade é exercida de forma varia pelos grupos sociais que a compõem, e analisam esse exercício de apropriação a partir da experiência de dois grupos ligados à história da cidade: os “curitibanos”, que ocupavam o centro da cidade; e os “polacos” que viviam em sua periferia. Partem para a constituição e os usos que cada um dos grupos faz do espaço urbano em Curitiba, e como esses usos abrem caminho para que surjam várias cidades de suas falas e representações. COSTA, M. C. S. da e DIGIOVANNI, R. “Antropologia, espaço e cidade: um olhar sobre Curitiba” In: SÁ, C. (org.) *Olhar Urbano, Olhar Humano*. São Paulo: IBRASA, 1991, pp. 33-54.

¹⁰³ Oscar Niemeyer Soares Filho nasceu no dia 15 de dezembro de 1907 e diplomou-se arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes em 1934, iniciando sua carreira no escritório de Lúcio Costa. Sua obra, juntamente com a de Lúcio Costa, representa a mais alta expressão da moderna arquitetura brasileira. Em 1956, foi nomeado diretor do departamento de arquitetura da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), empresa encarregada da construção de Brasília. Juntamente com Lúcio Costa elaborou um dos mais importantes exemplares da arquitetura mundial contemporânea, símbolo maior da arquitetura e do urbanismo brasileiros. Na nova capital do país projetou, entre outros edifícios e logradouros, o Palácio da Alvorada – residência oficial do presidente da República –, a Praça dos Três Poderes, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto – sede do governo federal –, o Palácio da Justiça, a Esplanada dos Ministérios ((1956-1958). Também são de sua autoria os projetos da Catedral de Brasília (1958-1970); o Palácio dos Arcos (1959-1967), e o Teatro Nacional (1960-1963). LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo no Brasil 1895/1965*. São Paulo, Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

que corresponderia a um projeto de racionalidade dos espaços e das vivências. Será que esse “desenho” se realizou? Que imagens são possíveis para essa cidade?

CAPÍTULO II – “... e a cidade se fez proposta.”

Extensa, múltipla, resulta difusa; sobretudo porque seu alento orientador, seu impulso de engrandecimento parece projetar-se em todas as dimensões, não reconhece limites potenciais; mas, também, é concisa, particularmente, em sua simetria (...) Os seus ângulos, contudo, não foram capazes de distorcer a fé, a integração, esta estrutura harmônica a um mesmo tempo inconcebível, funcional e urbana como preconizou Lúcio Costa.¹

O urbanismo modernista, sob a influência da Carta de Atenas e de Le Corbusier, que inspirou Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, supõe uma ordem pré-estabelecida para a organização da cidade, com base na racionalidade do espaço, determinando, separadamente, o lugar de funções diferenciadas e no qual a sociedade deve estar submetida para organizar sua existência.²

O ano era 1956. Era publicado o “Edital para o Concurso do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil” (anexo 02), que estabelecia o prêmio de um milhão de cruzeiros para o autor do projeto vencedor. “A nova capital nascia sob o signo de uma grande aventura e havia a expectativa de se encontrar um projeto que imprimisse a contemporaneidade e a ousadia esperada de Brasília”.³ Desde a publicação do edital estava claro que esta cidade deveria ser pensada como centro político e administrativo do país, portanto, a sua função governamental deveria ser priorizada nos planos propostos. Em nota oficial, publicada pela NOVACAP⁴ em 1957 por ocasião da divulgação dos resultados do concurso vê-se expressa essa necessidade:

¹ PENA, José Maria. “As Constelações de Brasília (II)”, Correio Braziliense, 29 de abril de 1961.

² PENNA, Nelba A. *Brasília, do espaço concebido ao espaço produzido*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 2000, p. 15.

³ Cabe lembrar que a arquitetura moderna brasileira despontara a partir de 1927 com a construção da primeira casa modernista de Warchavchik, em São Paulo. Rino Levi, Lúcio Costa, Álvaro Vital Brazil, o polêmico Flávio de Carvalho e Oscar Niemeyer deram grande impulso à criação da arquitetura moderna no país. Era grande a influência das idéias de arquitetos como Mies van der Rohe, Frank Lloyd Wright, Gropius e, sobretudo, o grande mestre Le Corbusier, que teve uma imensa importância na formação e avanço da moderna arquitetura no Brasil. Informação extraída do texto divulgado no site:

<http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/bsb/bsb.html>.

⁴ Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital, empresa criada a 19 de setembro de 1956 e sancionada pela lei de nº 2.874. “Os poderes da Companhia Urbanizadora são bastante amplos, podendo

(...) A capital, cidade funcional, deverá além disso, ter expressão arquitetural própria. Sua principal característica é a função governamental. Em torno dela se agrupam todas as outras funções e para ela tudo converge.

As unidades de habitação, os locais de trabalho, os centros de comércio e de descanso se integram em todas as cidades de uma maneira racional entre eles mesmos.

Numa capital, tais elementos devem orientar-se, além disso, no sentido próprio do destino da cidade: a função governamental”.⁵

Assim deveria ter sido pensada Brasília, e Lúcio Costa talvez tenha conseguido dar significado e estrutura a essa cidade “capital”. Ele mesmo afirmou não ter considerado em seu plano os trabalhadores, o que nos parece mostrar que a sua preocupação era com a função governamental da cidade, e não com as pessoas “comuns” que poderiam vir a habitá-la. Ele diz ao visitar a cidade tempos depois: “... isso tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão aí legitimamente. É o Brasil... e eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito.. é isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade o sonho foi menor que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito me senti orgulhoso de ter

desde contratar empregados até promover importações diretamente, com isenção de impostos, promover desapropriações e contratar serviços com ou sem concorrência, dentre outros direitos e deveres. Assim, o desempenho administrativo poderia ocorrer num bom nível de eficiência e eficácia, pois, embora sendo uma empresa do Governo, é regida pela Lei das sociedades anônimas, o que lhe retira dos emperros e do emaranhado burocrático.” VASCONCELOS, Adirson. *A Epopéia da Construção de Brasília*. Edição do autor, 1989, p. 31. Em 24 de setembro de 1956 é empossada a diretoria da Novacap, tendo como Presidente Israel Pinheiro, como diretores Ernesto Silva (Dir. Administrativo), Bernardo Sayão Carvalho Araújo (Dir. Técnico) e Íris Meinberg (Dir. Financeiro). No Conselho de Administração Aderaldo de Junqueira Aires, Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, Epílogo de Campos, Ernesto Dornelles, Oscar Fontoura (posteriormente substituído por Baiard Lucas de Lima). E, finalmente, no Conselho Fiscal, Hebert Moses, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, Major Mário Borges Teixeira, Themístocles Barcellos Corrêa, Vicente Assunção (os dois últimos como suplentes).

⁵ “Arquitetura e Urbanismo da Nova Capital – O concurso para o plano piloto”, *Revista Brasília*, nº 03, ano 1, março de 1957, p. 06.

contribuído”.⁶ [grifos meus] Se pensarmos que um espaço tenha sido apropriado por personagens para os quais não fora concebido, como conhecer o que fora planejado? O que se esperava para aquele espaço? Que cidade foi proposta? Que cidade se efetivou? Qual o poder da propaganda feita da cidade e do que ela viria a significar na vida das pessoas que investiram, ou investiriam nela? São questões que se tornam pertinentes pela necessidade de ver até que ponto em nome do plano piloto de Lúcio Costa, se institui uma imagem de Brasília distinta da que foi proposta. Como as pessoas envolvidas na construção da cidade se apropriavam da proposta desse urbanista e davam a ela contornos outros, tornando-a mais atrativa aos olhos daqueles que buscavam oportunidades e facilidades, que buscavam participar desse momento e que, antes de tudo, buscavam melhores condições de vida.

Em conferência proferida no “I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília”, realizado entre os dias 05 e 21 de Agosto de 1974, Lúcio Costa apresenta três características que considera essenciais para o entendimento do plano da cidade proposto por ele. (Figura 02) A primeira delas seria o fato do centro administrativo não estar no centro propriamente dito da cidade, mas ter sido levado ao extremo de sua composição urbanística. “De modo que a Praça dos Três Poderes – com eu a chamei no Plano Piloto, ficou e ficará para sempre essa Praça, onde os Três Poderes da democracia são oferecidos ao povo na extremidade, como que na palma da mão de um braço estendido que é a Esplanada dos Ministérios”. E acrescenta: “é idéia simbólica, algo romântico talvez, mas representa um dos elementos próprios do plano de Brasília”.⁷

Outra característica mencionada é a convergência das rodovias para o centro urbano – “o centro rodoviário foi localizado no próprio coração da cidade”. Descrita de forma técnica no item 10 do Relatório do Plano Piloto⁸, o centro rodoviário no

⁶ CARPINTERO, Antônio Carlos. *Brasília: prática e teoria urbana no Brasil*. Tese de Doutorado, FAU-USP, 1988, p. 154.

⁷ COSTA, Lúcio. “Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília” In: *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*. Senado Federal, 5 a 21 de agosto de 1974, Brasília, DF, p. 23.

⁸ Item 10. Nesta plataforma, onde, como se viu anteriormente, o tráfego é apenas local, sitou-se então o centro de diversões da cidade (mistura, em termos adequados, de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées). A face da plataforma debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos Ministérios, não foi edificada, com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões, como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Na face fronteira foram concentrados os cinemas e

coração da cidade aparece nessa conferência como uma forma de garantir maior comodidade aos usuários. Pode também servir como eficiente exacerbação do caráter humano de Brasília, já que “habitualmente, nas cidades, as estações rodoviárias são postas nas periferias. Então, os passageiros ali chegam e sofrem o problema de se transferir para o sistema viário local urbano”.⁹ Mesmo atribuindo a essa característica um papel importante no que se refere à concepção de Brasília, fala dela de forma breve. É, no entanto, à terceira característica da cidade que se dedica mais profundamente: a questão das residências, com a criação das quadras – com edifícios de no máximo 06 pavimentos – o morador de Brasília teria maior segurança e criaria áreas de vizinhança agradáveis, em que as pessoas se sentissem desprendidas da área urbana – isso seria garantido, segundo Lúcio Costa, pela arborização das quadras (o que não tinha ocorrido ainda, mesmo tendo transcorrido 14 anos desde a inauguração da cidade). Ele diz que “é fundamental ter presente a idéia das quadras, procurar defendê-las da melhor maneira possível, para evitar que, no futuro, a cidade possa ser descaracterizada, tanto mais que o objetivo final é manter a horizontalidade nesses seis quilômetros de cada lado, para que o centro urbano se defina

teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo, assim, o conjunto dêles, um corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em tôda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame. As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas (arcadas) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e "loggias" na parte dos fundos, com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão. O pavimento térreo do setor central dêsse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vazado em tôda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces, para que os restaurantes, clubes, casas de chá, etc, tenham vista de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o aclave do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo, e, mais acima, para a torre monumental das estações radioemissoras e de televisão tratada como elemento plástico integrado na composição geral. Na parte central da plataforma, porém, disposto lateralmente, acha-se o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares, restaurantes, etc, construção baixa, ligadas por escadas rolantes ao *hall* inferior de embarque, separado por envidraçamento do cais pròpriamente dito. O sistema de mão única obriga os ônibus, na saída, a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista ao eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial — despedida psicologicamente desejável. Previram-se igualmente nesta extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso érreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas de pedestres, uma fronteira ao teatro da ópera e outra, simètricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sôbre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. Nestas praças, as pistas de rolamento, sempre de sentido único, foi ligeiramente sobrelevado em larga extensão para o livre cruzamento dos pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco e direto tanto aos setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios. COSTA, Lúcio. “Relatório do Plano Piloto de Brasília” In: *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*. Senado Federal, 5 a 21 de agosto de 1974, Brasília, DF, p. 323.

⁹ COSTA, Lúcio. “Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília” In: *Op. Cit.*, 1974, p. 24.

em altura no cruzamento dos eixos”.¹⁰ Essa concepção de um eixo que prima pela horizontalidade, buscando uma valorização de seu centro urbano talvez possa ser entendida como a premissa que determinou a altura dos edifícios ao longo do eixo rodoviário-residencial, que não poderiam ultrapassar os seis pavimentos.

Muito embora essas fossem as três principais características do Plano Piloto de Brasília, como afirmou Lúcio Costa, outros aspectos deveriam ser discutidos para que aquilo que ele considera como desvirtuação de seu plano inicial, não pudesse ser confundido com suas proposições para a cidade. Uma leitura mais cuidadosa do memorial descritivo do plano piloto permite conhecer a proposição do urbanista, as questões e os aspectos da cidade que ele julgava importantes e que, neste caso, vai desde a afirmação do caráter de improviso de sua participação no concurso, até as minúcias do plano quando se refere à questão da moradia ou do tráfego, por exemplo. Logo de início Costa apresenta aquilo que, segundo o seu entendimento, é fundamental para o concurso: “a concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele; a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida”.¹¹ [grifos meus] E foi assim que Costa pensou o seu plano: um esboço daquilo que entendia como a concepção de cidade que deveria ser edificada para que ela cumprisse a sua função de centro de governo e administração do país, uma “cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo viva e aprazível”.¹² Transferir a capital para o centro geográfico do país implicaria em levar o desenvolvimento e o progresso a todas as regiões circunvizinhas. O país inteiro receberia as benesses das modificações empreendidas em seu centro (no caso de Brasília, em sua capital). “Instalada a sede do governo na encruzilhada dos caminhos que levam ao povoamento e à civilização, uma nova era se abre ao desenvolvimento do Brasil. Ver-se-á então que o problema criado não era o capricho de fazer nascer do nada uma cidade

¹⁰ COSTA, Lúcio. “Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília” In: In: *Op. Cit.*, 1974, p. 25.

¹¹ COSTA, Lúcio. “Relatório do Plano Piloto de Brasília” In: In: *Op. Cit.*, 1974, p. 317.

¹² Idem; *Ibidem*; p. 317.



Figura02 - PlantadaCidade de Brasília, revista Acrópole (1970)

moderna, removendo terras, traçando avenidas, construindo viadutos e edificando palácios; mas, sobretudo, o de espalhar pelos cinco oitavos do país, que se encontravam ao abandono, uma população concentrada na orla marítima. O equilíbrio demográfico e econômico do país – eis o fato que inspirou o presidente Kubitschek a levar a efeito a mudança, conduzido por uma vocação pioneira, posta à prova em todas as etapas de sua vida pública”.¹³ História e historiograficamente a relação entre o plano piloto, a cidade e o presidente JK foi sendo recrudescida e largamente valorizada nestes seus 44 anos de existência.

Sem detalhes gráficos ou numéricos, Costa vai costurando os fios que comporiam o seu plano e, aos poucos, dá visibilidade à cidade monumental que buscava edificar. A leitura do memorial descritivo muitas vezes permite ao leitor vislumbrar a materialidade da cidade, mesmo sem jamais ter estado nela. Dois eixos principais – monumental e residencial – compõem a estrutura central da cidade. Costa apresenta como deveria ser o tráfego na cidade, um eixo principal (tronco) e vias laterais para o trânsito local. As vias de tráfego nas áreas residenciais são locais e de baixa velocidade, garantindo segurança ao morador e uma conciliação entre o automóvel e o pedestre.

Em primeiro lugar Lúcio Costa apresenta o eixo monumental da cidade, ao longo do qual estariam dispostos os edifícios do governo, e constitui um símbolo da cidade, o seu cartão postal. A disposição dos prédios é pensada de forma a garantir a expressão da hierarquia de poderes e as relações que um estabelece com o outro – por exemplo, quando pensa o Ministério da Educação como sendo o último, partindo da Praça dos Três Poderes, para ficar mais próximo ao setor cultural e à área destinada à instalação da Cidade Universitária. A ordenação do espaço em Brasília apresenta-se assim como um texto complexo, plural, mas cuidadosamente articulado para que cada aspecto de sua estrutura valorize o que lhe é primordial: ser o centro político e administrativo do país. A plataforma onde os dois eixos se cruzam foi pensada para abrigar o centro de diversões da cidade e sua plataforma rodoviária. Tudo nesta plataforma parece ter sido pensado como forma de valorizar a monumentalidade daquele espaço. Uma valorização que aparece expressa no texto de Costa quando diz que “o sistema de mão única obriga os ônibus, na

¹³ ORICO, Osvaldo. “Armas secretas como cidade”. *Revista Brasília*, nº 32, ano 3, agosto de 1959, p. 8.

saída, a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista ao eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial – despedida psicologicamente desejável”.¹⁴ Essa necessidade de imprimir à cidade um caráter de monumentalidade, de expressão do novo, aparecia nos discursos de JK quando assumiu o compromisso de interiorizar a capital e parece ter ganhado corpo na proposta de cidade apresentada por Lúcio Costa, quando afirma que “a cidade foi concebida em termos de Brasil definitivo, feita para permanecer e traduzir, com dignidade, uma nova fase do Brasil”.¹⁵ No entanto sabemos que o planejamento urbano extrapola a prancheta e as aspirações de seu urbanista na medida em que começa a ser posto em prática. A experiência de cada um dos personagens envolvidos nesse empreendimento, suas preocupações e escolhas acaba por interferir na edificação desse espaço e nos usos que são feitos dele.

“Quem poderia antecipar ou precaver-se diante de tal sucessão de desejos e projetos? Somente um homem sem imaginação poderia pensar que pode; somente um homem arrogante poderia desejar. (...) a maior parte das diversidades das cidades é a criação de um número incrível de pessoas diferentes e de diferentes organizações privadas, com diferentes ideais e propósitos, planejando e inventando para além da estrutura formal da ação pública”.¹⁶ O momento de exercício da autoridade do urbanista está circunscrito ao momento de criação de seu plano – quando ele decide sozinho, caminhos e descaminhos de seu projeto. A partir do momento em que esse plano é submetido a um júri e começa a ser discutido e/ou executado, ou seja, a partir do momento em que ele extrapola as fronteiras da prancheta de seu autor, ele foge ao seu controle; vários outros personagens entram em cena e passam a interferir nos rumos desse plano, nos rumos da cidade que ele representa. A existência dessa cidade vai-se construindo juntamente com a experiência dos tantos outros que passam a estar envolvidos em tal projeto, desde aqueles que discutem a cidade enquanto proposta, que pensam reformulações ao plano, passando por aqueles que a edificam, erguem seus

¹⁴ COSTA, Lúcio. “Relatório do Plano Piloto de Brasília” In: In: *Op. Cit.*, 1974, p. 324.

¹⁵ COSTA, Lúcio. “Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília” In: In: *Op. Cit.*, 1974, p. 28.

¹⁶ JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York, 1961. Apud FISHMAN, Robert. *Urban Utopias in the Twentieth Century*. 6ª ed. Londres, MIT Press, 1997, p. 269.

edifícios e rasgam suas ruas, até aqueles que ocupam essa cidade e criam uma relação de identificação com ela. Os usos feitos pelos habitantes da cidade não precisam ter, e é quase certo que não tenham, qualquer relação com as expectativas ou com as projeções daquele que, solitariamente, pensou os destinos daquele centro urbano. Os consumidores, como nos ensina Michel de Certeau, “traçam trajetórias indeterminadas, aparentemente desprovidas de sentido porque não são coerentes com o espaço construído, escrito e pré-fabricado onde se movimentam”.¹⁷ Criam suas próprias trajetórias, desenham seus próprios traçados de ruas e de possibilidades de circulação, estabelecem relações outras que as pensadas pelo urbanista, fazem pulsar a cidade de acordo com seus interesses e com suas experiências. E isso, não é passível de controle. Em Brasília ocorreu o mesmo. Lúcio Costa pensou trajetórias, traçou usos dos espaços planejados da nova capital, mas como ele mesmo afirmou “o sonho foi menor que a realidade”, os moradores da cidade tomaram posse dela, inscreveram seus próprios textos, suas próprias expectativas, seus próprios sonhos e desejos e, assim, fizeram pulsar a cidade, a marcaram com os crivos de suas próprias trajetórias.

“Desperta o Gigante Brasileiro”

*Brasília não é apenas uma cidade nova, surgida milagrosamente na solidão do altiplano; não é apenas técnica e arte, pioneirismo e arrojo. É antes de tudo a revolução, porventura a mais fecunda do nosso tempo: a mudança na rota de um país empenhado em transpor a barreira do subdesenvolvimento e ocupar, entre os povos do mundo, o lugar que lhe cabe pela sua extensão, pelas suas riquezas, pelo valor dos seus filhos.*¹⁸

O sentido de tomada de posse do território aparece nos mais variados discursos sobre Brasília e a necessidade de interiorização da capital, que a antecede. Enfim, a urgência com que se apresenta a construção, ou a mudança, da capital para o Planalto Central parece dar noção da dimensão alcançada por essa discussão. Como colocado no capítulo anterior, esse debate criou uma atmosfera de expectativa ímpar no momento de

¹⁷ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 97.

¹⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Resenha do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. Tomo II, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação, 1960, p. 346.

construção efetiva da cidade. Uma cidade que nascia marcada por essa antecedência e que deveria corresponder aos anseios criados por ela.

Quem observa a nova capital organizada e realizada dentro de um sistema arquitetônico não pode mais admitir dúvidas substanciais: o Brasil caminha no sentido novo da sua história futura, mostrando o que pode fazer de prático, o que pode desenvolver de objetivo, não em favor de uma geração apenas, não em favor apenas da vaidade dos homens, mas em favor principalmente daquelas linhas mestras que firmaram através dos anos o chamado milagre da unidade nacional. Quem observar a nova capital não admitirá limitações supérfluas, pois ela existe para conhecimento universal de outros países como a nova capital do Brasil.¹⁹

Brasília não poderia ser apenas uma cidade – mesmo que com a “missão” de ser a capital do país. Ela deveria se inscrever na história brasileira como um marco divisor de águas, como marco inaugural de um novo tempo – e assim ela foi pensada: ponto de partida para o desenvolvimento do país, Brasília “não será uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região”, afirmava Lúcio Costa na abertura de seu relatório justificativo do plano piloto. “Brasília vem de longe-perto do mar, nas pegadas das bandeiras, em busca do Planalto. E aqui, no âmago da terra brasileira, finca o marco de uma nova era. Brasília é, sobretudo, isto: conquista e povoamento do interior, colonização retardada de séculos e, por isso mesmo, impetuosa e febril, tumultuando séculos de placidez”.²⁰ Esse sentido é constantemente retomado nos discursos em defesa da interiorização da capital, e é ainda mais forte e incisivo nas falas do presidente JK sobre a cidade. Ainda em 1958 ele afirmava que “este ato – a transferência da sede do Governo da República, tantas vezes recomendada e sempre procrastinada – permitiria comandar-se, do próprio centro geográfico do país, o processo de reestruturação da sociedade brasileira em bases efetivamente nacionais. Apresentando-se como imperativo da economia e da história, sobre mandamento constitucional, a construção de Brasília não podia deixar de

¹⁹ FRANCO, Oliveira. “O milagre nacional de Brasília”. *Revista Brasília*, nº 39, ano 4, março de 1960.

²⁰ “Brasília, um povo inteiro a procura de si mesmo”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1967.

ser uma das metas fundamentais deste governo. (...) Podemos anunciar, nesta mensagem, que já se configuram, no Planalto Central, os contornos da metrópole que, em breve, será o eixo da vida política do país, o núcleo irradiador de sua civilização e do seu progresso”.²¹ É instigante ver como essa imagem vai sendo recrudescida ao longo do tempo e, como a escolha do sítio para a construção da cidade parece influenciar, ou mesmo incitar esses discursos. A imagem, apresentada na fala de Kubitschek, de Brasília ser o centro irradiador do progresso e de que a partir dela dar-se-ia a redenção do interior brasileiro é recorrente em muitas falas sobre a construção da nova capital. Já em 1959 vemos expresso esse sentimento:

com a instalação do governo federal em Brasília, deslocar-se-ão grandes forças de articulação econômica e de aproveitamento de imensos recursos naturais até hoje sem nenhuma significação na marcha expansionista do país. A alteração do meridiano político, pelas suas enormes conseqüências, se transformará numa obra de desbravamento nacional.²²

da nova capital, os brasileiros do litoral descortinarão uma pátria maior do que a que enxergam, nas avenidas e nas praias. O sertanejo verá o nascimento de outro Brasil, que não será o da palhoça, o das febres, o da verminose, o do analfabetismo. Para todos se abrirão as perspectivas de um Brasil integrado na unidade real da terra e no sentimento comum de que essa unidade já está viva na grande nova capital, levantada no planalto central: Brasília.²³ Ou ainda como aparece descrito na fala de Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, arcebispo do Recife, que afirma em 1960 que com a inauguração de Brasília – a nova capital do Brasil – abre-se uma nova fase de progresso para a pátria. Não há dúvida que o presidente Juscelino Kubitschek despertou grande parte do território nacional. Quem viu quase imobilizada aquela imensa região e, hoje, a contempla palpitante

²¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Op. Cit.*, 1960, p. 329.

²² VELOSO, Nilton. “Brasília: uma nova era nacional” *Revista Brasília*, nº 28, ano 3, abril de 1959.

²³ RIBEIRO, Carlos. “Brasília” *Revista Brasília*, no 34, ano 3, outubro de 1959, p. 15.

de vida e progresso, poderá imaginar o que significa tudo isso para o futuro do Brasil.²⁴

A alvorada brasileira começa hoje com Brasília, a nova capital do Brasil! Agora sim! Nosso país tem seu coração no lugar certo! Um coração que propulsionará o sangue do progresso, através de suas colossais artérias, a todos os quadrantes do território brasileiro. Hoje Brasília existe! A hora das discussões é passada! Brasília é ponto pacífico. É uma verdade incontestável.²⁵

As longas citações se impõem na medida em que permitem perceber o investimento na criação e no recrudescimento de algumas imagens sobre a nova capital.²⁶ Curioso perceber como os próprios títulos dessas reportagens parecem construir um texto e uma imagem positiva para a cidade – “Brasília finca o marco de uma nova era para o Brasil”; “O milagre nacional de Brasília”; “Atuação patriótica”; “Brasília, redenção econômica do Brasil”; “Porta de um novo mundo”. Alguns destes títulos, bem como o conteúdo das reportagens, são como idéias-força que passam a compor o quadro definidor da cidade e daquilo que se espera propagar sobre ela. Imagens essas que parecem remeter ao mapa, exaustivamente utilizado pelos estudiosos daquela cidade, em que aparecem as distâncias entre Brasília e as capitais dos estados brasileiros. (Figura 03) Neste mapa

²⁴ “Brasília é um marco histórico no movimento de emancipação nacional” *Correio Braziliense*, 26 de abril de 1960.

²⁵ LOPES, João Gualberto. “Hoje Brasília existe”. *Revista Brasília*, nº 41, ano 4, maio de 1960, p. 19.

²⁶ Muitos foram os documentos encontrados na pesquisa que permitem afirmar que houve um grande investimento na criação da imagem de Brasília como centro irradiador de progresso. Infelizmente não posso transcrever trechos de todos eles, o que possibilitaria ao leitor uma visão mais clara de minhas afirmações, mas os referencio para uma possível consulta: “Brasília finca o marco de uma nova era para o Brasil” *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1960. FRANCO, Oliveira. “O milagre nacional de Brasília” *Revista Brasília*, nº 39, ano 4, março de 1960. “Novacap dez anos depois. (I) Espírito de trabalho que ganhou fama de ritmo de Brasília” *Correio Braziliense*, 20 de setembro de 1966. “Uma resposta” *Correio Braziliense*, 10 de novembro de 1962. “2º aniversário de Brasília” *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1962. “Atuação patriótica” *Correio Braziliense*, 28 de janeiro de 1962. JOÃO FILHO, José. “Brasília nasceu num comício em Jtaí” *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960. “Revolução Construtiva”. *Revista Brasília*, nº 41, ano 4, maio de 1960. MEZZÓTERO, Rafael “Brasília, redenção econômica do Brasil”. *Brasília*, nº 39, ano 4, março de 1960. SILVEIRA, Peixoto da. “Porta de um novo mundo” *Brasília*, nº 35, ano 3, novembro de 1959. MELLO, Manuel Caetano Bandeira de. “Brasília incontestável” *Revista Brasília*, nº 25, ano 3, janeiro de 1959. CUNHA, Boaventura Ribeiro da. “Brasília foi sonho que se fez realidade” *Revista Brasília*, nº 27, ano 3, março de 1959. DUVIVIER, Ivna de Moraes. “A cidade que surge” *Revista Brasília*, nº 29, ano 3, maio de 1959. CARNEIRO, Nelson. “Brasília” *Revista Brasília*, nº 31, ano 3, julho de 1959. OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. “Força Propulsora do Brasil”. Discurso proferido em 20/ 04/ 1960 ao receber as chaves das mãos do presidente da novacap, dr. Israel Pinheiro. *Revista Brasília*, nº 41, ano 4, maio de 1960.

vemos expressas as vias de comunicação de Brasília com os estados, e também vemos representado o centro a partir do qual o desenvolvimento e a unidade nacionais ocorreriam, o que de certa forma reiterava o sentido atribuído à cidade nas falas citadas. Se nos detivermos um pouco mais na imagem perceberemos como ela consegue comunicar esse ideal com sucesso. Passa a sensação de que Brasília é como uma “estrela” que irradia seus raios para todas as regiões do país. Uma imagem muito forte, e que tem o claro intuito de reforçar a insígnia de centro irradiador de progresso atribuída à nova capital.

Este mapa parece ter um objetivo bastante ambicioso: deixar marcada na memória visual que Brasília seria sim esse “astro” plantado no Planalto Central do Brasil, que irradiaria desenvolvimento e progresso às áreas mais distantes e desprovidas do grande território nacional. James Holston em “A Cidade Modernista”,²⁷ afirma que esse mapa fez parte de publicações de naturezas diversas, sendo incluído até mesmo em cartilhas de escola primária e relatórios sobre o desenvolvimento regional. Holston relata que em um manual para alunos de 1º grau a imagem ilustrava a seguinte passagem: “A mudança da capital trouxe progresso para a Região Centro-Oeste e contribuiu para o povoamento e o desenvolvimento de grande parte do território brasileiro. A nova capital liga-se por grandes rodovias a todas as regiões do Brasil”.²⁸ Brasília era essa “cidade-luz”, esse foco de progresso e de desenvolvimento – símbolo da unidade nacional brasileira. É curioso ver como ao longo do tempo, mesmo após a inauguração da cidade e sua consolidação como capital brasileira, a recorrência à imagem de centro irradiador de progresso persiste: “a simples fixação de Brasília no planalto central – antes um continente deserto – significou o início de um processo desenvolvimentista e de humanização de mais de dois milhões de quilômetros quadrados, configurados no centro-oeste brasileiro. Reconquistando essa imensa área, ao implantar nela a sua capital o Brasil reencontrou-se, criando nessa cidade o eixo de sua integração política, social e econômica”.²⁹

²⁷ HOLSTON, James. *A Capital Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. (trad. Marcelo Coelho). São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

²⁸ HOLSTON, James. *Op. Cit.*, 1993, p. 26.

²⁹ “Mentalidade de uma nova civilização”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.



Figura03 - MapadasdistânciasdeBrasíliaàsdemaiscapitaisbrasileiras

Diante de uma pluralidade de olhares e de possibilidades de leitura dessa cidade, como pensar essa mesma pluralidade como parte constitutiva do espaço urbano? Como ler os discursos de seus tantos interlocutores? No que se transformou a cidade racionalmente planejada?

Páginas que constroem o dia-a-dia da cidade

Um dia, planejou-se uma cidade no Brasil para ser a sua Capital e o exemplo mostrou que dois homens seriam procurados, inicialmente. Um urbanista e um arquiteto. Foi então, feito um concurso, com a participação de urbanistas e arquitetos de todo o mundo. Escolheram o melhor, ninguém diz o contrário. E assim surgiu Brasília. Um controle absoluto não deixa o rico extravagante humilhar com sua opulência financeira o vizinho pobre, mas de bom gosto. Dá-lhe entretanto, o direito de exibir tida a sua plenitude em lugares afastados, terrenos mais caros, como são as residências à margem do Lago.³⁰

A fala acima, embora enfatize o caráter social e humano da proposta urbanística de Costa, acaba por apresentar um aspecto elitista desse plano. Àqueles que queiram extravasar a opulência de sua riqueza é pensado um espaço “especial” e reservado – as moradias às margens do Lago Paranoá (Lago Norte e Lago Sul). Desde a divulgação do resultado do Concurso para o Plano Piloto de Brasília muito se falou a respeito da proposta urbanística de Lúcio Costa: “uma revolução urbanística”, diriam uns; “superável dentro de poucos anos”, diriam outros. Inclusive havia aqueles que afirmavam que, depois de inaugurada a cidade monumental, ninguém mais criticaria o ritmo que foi impresso às obras de construção, os sacrifícios exigidos de seus colaboradores, ou mesmo o custo de tal obra. O traçado de Lúcio Costa, as propostas arquitetônicas de Oscar Niemeyer, e a audácia do então presidente Juscelino Kubitschek representariam a magnitude de tal obra, nas falas do jornalista Osvaldo Orico, para quem Brasília “afasta-se de todas as velhas concepções urbanísticas para ganhar uma dimensão que deve ser vista a uma distância de tempo considerável. Na aparência será uma cidade fria enigmática, silenciosa nas suas linhas horizontais, modelada por uma concepção arquitetônica atrevida e, muitas vezes, inquietante. (...) Na realidade, porém, Brasília virá a ser uma

³⁰ “Arquitetura de Brasília” *Correio Braziliense*, 27 de março de 1963.

capital acolhedora e humana, com seus problemas urbanos resolvidos por uma dialética que a destaca de todas as outras cidades, emprestando-lhe características novas e uma originalidade funcional que deixará em repouso os nervos de seus habitantes tirando-lhes as preocupações da circulação e do tráfego. (...) Brasília será a grande lição urbanística do século XX e constituirá o modelo das novas capitais que surgirem”.³¹

O Deputado Coutinho Cavalcanti vai além e afirma que os projetos de Costa e Niemeyer atingiram um alto grau de pureza, e constituem uma das mais “legítimas, autênticas e características tendências do pensamento nacional. Pensamento que não acolhe nem preconceitos teóricos, nem preconceitos de raça, nem de religião, nem de qualquer espécie, mas que prefere pesquisar soluções através das quais a sua humanidade mestiça e livre possa se apresentar diante do mundo como um exemplo de correção, de bondade, de verdadeiro espírito cristão, limpo da lama do pecado capitalista, limpo da lama da exploração do homem pelo homem, limpo da pecha da discriminação contra o que quer que seja”.³² Essas falas remetem à idéias-chave que são constantemente relacionadas com a construção de Brasília: romper com um passado de subdesenvolvimento e, inaugurar uma nova era de progresso onde o Brasil daria o primeiro passo em direção a sua arrancada desenvolvimentista; ser uma cidade enigmática, racional, ao mesmo tempo em que humana e acolhedora; ser, antes de tudo, funcional – corresponder às atribuições de ser o centro administrativo do Brasil; e ser uma cidade sem preconceitos – uma cidade para todos, com igualdade de acesso aos espaços e às vantagens oriundas de uma cidade racionalmente planejada. Lúcio Costa afirmara que, ao pensar as superquadras como unidades arborizadas, pensou em trazer a tranquilidade do campo para a cidade e levar o conforto das cidades para o campo (Brasília era chamada, inclusive, de cidade-parque por alguns). Com o eixo residencial arborizado a sensação de estar atravessando um grande parque tomaria conta de seus transeuntes, além do que o plano pressupunha que as diferenças entre as “classes sociais serão praticamente irrelevantes, atuando o urbanismo e a arquitetura como fatores de integração do homem

³¹ ORICO, Osvaldo. “Armas secretas como cidade”. *Revista Brasília*, nº 32, ano 3, agosto de 1959, p. 8.

³² CAVALCANTI, Coutinho. “Brasília e seus críticos”. *Revista Brasília*, nº 37, ano 4, janeiro de 1960.

dentro de suas condições humanas. Brasília, enfim, é, dentro de seu planejamento, a mais séria tentativa de se criar uma cidade, ao mesmo tempo, bela e humana”.³³

Depois de inaugurada em 21 de abril de 1960, uma série de reportagens é divulgada exaltando a grandiosidade e os benefícios de Brasília, ao mesmo tempo em que outras apresentam as inúmeras fragilidades da nova capital brasileira. Já em agosto de 1960, o articulista Edmundo Galvão definia assim o antes e o depois de Brasília: “antes de Brasília era o êxodo para o desemprego e as favelas dos centros populosos, o interior em abandono cada vez maior; agora, despertadas as qualidades positivas da raça pelo dinamismo do Presidente pioneiro, volvem os brasileiros a hinterlândia e nela ao entusiasmo que cria, ao trabalho que redime, às iniciativas que enriquecem. E a capacidade nacional de evolução vertiginosa, o braço, inteligência e capital estrangeiros, assentam, sob o escudo do mais amplo espírito democrático, as bases da grande nação sul-americana”.³⁴ É interessante perceber como no jornal diário da cidade, *Correio Braziliense*, uma série de reportagens vai recolocando essas insígnias – de cidade monumental, igualitária, racional, funcional – e dando a eles contornos claros, ao mesmo tempo em que reportagens denunciam o “rompimento da utopia” proposta por Lúcio Costa, apresentando os problemas da cidade: falta de habitação, de escolas, o surgimento de favelas, feiras, e outras práticas que enfeiam o plano piloto e vão de encontro à proposta inicial da cidade.

Em maio de 1960, a reportagem “Cidade Monumental” expressa a idéia de que Brasília promoveu mudanças nos múltiplos setores da sociedade e que, seus críticos, não teriam compreendido tais mudanças: “no [setor] sociológico, fazendo a Nação, pela capital, voltar às suas origens telúricas, interiorizando-se e abrindo novos horizontes ao verdadeiro funcionamento do sistema federativo; no artístico, fazendo da arquitetura uma vivência capaz de condicionar o comportamento humano, superado o conceito de que a casa é, simplesmente, a máquina de morar ou instrumento material egoístico; no político, permitindo maior comunicabilidade entre os Três poderes e destes com o povo, que, aqui,

³³ “O que há por detrás do plano prioritário (V). Urbanização: cidade-parque é a meta” *Correio Braziliense*, 04 de fevereiro de 1962.

³⁴ GALVÃO, Edmundo. “Brasília – marco irrevogável de outra era para o Brasil” *Revista Brasília*, nº 44, ano 4, agosto de 1960, p. 06.

se encontra nas ruas, nos hotéis, nos restaurantes, com deputados, senadores e ministros como gente comum”.³⁵ É interessante ver como o articulista (não identificado) constrói o seu argumento de tal forma que deixa clara a intenção de convencer sobre a positividade de Brasília. Uma estratégia que não é exclusividade sua e que não corresponde a um falseamento da realidade, mas que compõe um quadro de reportagens, de imagens que visam a reafirmar a necessidade, a irreversibilidade e a monumentalidade de Brasília.³⁶ Ele reconhece que a cidade tem problemas sim, considerados “detalhes, no que tange à funcionalidade, que precisam ser corrigidos”, mas que em nada ofuscam a grandiosidade e a monumentalidade da cidade construída, que deu início à “grande revolução incruenta que há de afastar, definitivamente, um dia, desta terra, o fantasma do subdesenvolvimento”. Diante de visão tão otimista e recorrente sobre a positividade de Brasília, parece até mesmo estranho quando, ao ler o jornal *Correio Braziliense* percebe-se que esses “detalhes” a que se refere na reportagem citada acima são bem mais numerosos do que se poderia pensar a princípio. Arrisco-me a apontar alguns temas freqüentes quando da publicação de artigos sobre os problemas que dificultam a vida dos moradores da capital federal: (1) serviços (telefonia, ruas esburacadas, transporte, etc.); (2) desemprego; (3) habitação; (4) violência; e, por fim, (5) o surgimento de favelas no perímetro urbano do plano piloto.

³⁵ “A Cidade Monumental” *Correio Braziliense*, 06 de maio de 1960.

³⁶ Como esse artigo, muitos outros primaram por essa exacerbação do caráter positivo da cidade, dentre elas: “A despedida de Brasília”, *Correio Braziliense*, 20 de dezembro de 1960; “Brasília: acontecimento culminante do ano de 60”, *Correio Braziliense*, 01 de janeiro de 1961; “75 dias de administração no 1º aniversário de Brasília”, *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1961; “Primeiro Aniversário”, *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1961; “Brasília agradece”, *Correio Braziliense*, 28 de maio de 1961; “Brasília se fixou como capital da República, paralelamente à condição de cidade humana”, *Correio Braziliense*, 19 de abril de 1962; “Brasília é garantia de saúde e de longevidade para os moradores”, *Correio Braziliense*, 13 de maio de 1962; “Uma capital”, *Correio Braziliense*, 25 de maio de 1962; “Aniversário de Brasília”, *Correio Braziliense*, 15 de março de 1963; “Exame de Brasília”, *Correio Braziliense*, 31 de março de 1963; “Duas entrevistas e um tema: Brasília – Nem que eu vivesse mil anos”, *Correio Braziliense*, 31 de março de 1963; BARRET, Thomas. “Os dias antigos de Brasília”, *Correio Braziliense*, 05 de abril de 1963; “Aniversário de Brasília”, *Correio Braziliense*, 10 de abril de 1963; “Brasília avança”, *Correio Braziliense*, 23 de abril de 1963; “Público leitor de Brasília já dispõe de 21 bibliotecas para seus estudos”, *Correio Braziliense*, 20 de outubro de 1963; VASCONCELOS, Adirson. “Brasil reencontra-se em Brasília (II) – Uma cidade de pioneiros bandeirantes e ‘cortesões’”, *Correio Braziliense*, 11 de março de 1965; VASCONCELOS, Adirson. “Brasília”, *Correio Braziliense*, 16 de setembro de 1967; “As alegres noites de Brasília”, *Correio Braziliense*, 19 de dezembro de 1968; SIMÕES, Carlos. “A cidade dos meus sonhos (II) – Brasil jovem apóia e crê em Brasília”, *Correio Braziliense*, 4 de abril de 1970; “Editorial – Brasília, patrimônio a preservar”, *Correio Braziliense*, 12 de abril de 1970; NATAL, José. “Brasília: uma sociedade para o futuro”, *Correio Braziliense*, 17 de abril de 1970; SIMÕES, Carlos. “A cidade dos meus sonhos (X) – Brasília já nasceu religiosa”, *Correio Braziliense*, 18 de abril de 1970; “Em Brasília se trabalha bem”, *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970; “Tudo é realização nos dez anos da cidade”, *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970; “Editorial – a cidade é uma só”, *Correio Braziliense*, 15 de julho de 1970.

Vários são os artigos que denunciam problemas na cidade recém-inaugurada. Já em 29 de abril de 1960, oito dias após a inauguração, surge uma reportagem intitulada “Avenidas esburacadas e imundas atestam deficiências da capital”. O articulista denuncia, como indica o título da reportagem, a existência de inúmeros buracos pelas principais avenidas da cidade, e vai além, quando utiliza um subtítulo como “ABANDONO” para afirmar não haver na cidade um serviço de limpeza pública que garanta salubridade aos seus moradores, e indaga: “quando a cidade entrará num ritmo normal de funcionamento?”. Se levarmos em consideração as inúmeras referências a problemas na cidade, e a persistência deles, diríamos ao articulista que, pelo menos até 1970, a cidade não entraria nesse sonhado ritmo normal de funcionamento, se é que ele é possível. Pelo menos até essa data, período a que nos dedicamos a pesquisar as imagens veiculadas pelo *Correio Braziliense* sobre a cidade, ela não chega a atingir essa funcionalidade – a falta de moradia e de serviços públicos eficientes, as constantes invasões, as feiras, etc. teimam em “enfear” aquele que deveria ser o símbolo de progresso e de racionalidade no uso dos espaços públicos, e parecem mesmo fazer parte constitutiva da história e da vida daquela cidade.

Em junho do mesmo ano, em reportagem intitulada “Brasília Inumana III – Falta de preparação psicológica”, Murilo Marroquim lista alguns pontos interessantes no que concerne ao rompimento, a meu ver, da imagem que se quer sacralizar para a cidade. Pensada como exemplo a ser seguido no que tange ao acesso irrestrito à cidade, à aparente irrelevância das diferenças sociais – já que ricos e pobres conviveriam num mesmo “bairro”, seus filhos estudariam nas mesmas escolas – a cidade inaugurada rompe com sua utopia. Brasília não estava preparada para receber os funcionários dos poderes públicos, para “encher de sangue e suor” os esqueletos dos edifícios construídos, e mesmo tendo sido “concebida em moldes de socialização, Brasília faz hoje precisamente o inverso: afugenta, porque não cria esperança e, antes, multiplica as suas fontes de desconfiança. É indispensável uma revisão urgente nessa política de desastre: pois, pouco a pouco, aqui se estabelecem as mesmas condições que geraram os velhos problemas da velha capital; os vícios das administrações de províncias se implantam; regressamos a 1930, com uma celeridade de pasmar. O poder local se amofina em sensibilidade humana e se avoluma

em asperezas de comando”.³⁷ Parece ter sido esse o sentimento que tomou conta das pessoas que estavam envolvidas com a consolidação da cidade. Dias antes, outro artigo de Marroquim, intitulado “Cresce com a cidade o problema social”, menciona a falta de segurança dos moradores da capital, e afirma que o poder público teria se divorciado de sua população, na medida em que não lhe garantia condições dignas de habitabilidade. Segundo Marroquim, as pessoas ainda não tinham acordado do “sonho”. A cidade tinha sido inaugurada e com ela várias providências deveriam ter sido tomadas de forma a garantir a transferência dos funcionários públicos, bem como a manutenção daqueles que ajudaram a erguer a cidade. O poder local não teria, afirmava ele, sensibilidade política para lidar com a organização de uma cidade recém-inaugurada com a missão de ser o centro administrativo do país. “Parece que a grande meta Brasília está ainda para começar: os engenheiros que constroem não podem ser os políticos que comandam. A capital continua fria, áspera e antidemocrática: o espírito de acampamento – onde tudo é permitido, exceto ir contra o poder – persiste. O espírito democrático não pôde povoar ainda esses descampados, esses belos edifícios álgidos, essas oficinas, esses homens e mulheres que lutam e esperam a sua hora de revelação social. A máquina burocrática está matando tudo – está assassinando o sentido de beleza social que os urbanistas, os arquitetos e o sr. Kubitschek tentaram implantar no planalto central”.³⁸

O deputado Carlos Lacerda³⁹ (UDN), também encontra espaço no jornal para afirmar sua posição contrária à Brasília. Ele diz que “nenhum governo, nos próximos

³⁷ MARROQUIM, Murilo. “Brasília Inumana III – falta de preparação psicológica”, *Correio Braziliense*, 17 de junho de 1960.

³⁸ MARROQUIM, Murilo. “Cresce com a cidade o problema social”, *Correio Braziliense*, 14 de junho de 1960.

³⁹ Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1914, filho de uma família que participava ativamente da vida política do país. Sua vida política tem início, em 1932, com a entrada na Faculdade de Direito, que abandonou três anos mais tarde. Em 1934, como integrante da comissão organizadora do I Congresso da Juventude do Brasil, combateu a Ação Integralista Brasileira (AIB). A partir de 1938 passou a dedicar-se ao jornalismo. Em 1939, rompeu com o Partido Comunista na esteira da repercussão de um artigo de sua autoria no *Observador Econômico*, sendo acusado de ex-comunista e traidor do partido. Fez oposição sistemática a Getúlio Vargas, principalmente a partir de 1945. Filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) e apoiou o brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República. O período de instabilidade econômica do governo JK fez com que a UDN ganhasse as eleições de 1960. O partido, então, juntamente com Lacerda, viveria seus dias de glória com a eleição de Jânio Quadros para a presidência da República e a de Carlos Lacerda para o Governo do Estado da Guanabara. Declarou-se candidato à presidência da República, em 1964, durante convenção da UDN em Curitiba. Carlos Lacerda, cansado e desgastado com a ditadura militar passa a dedicar-se ao jornalismo e aos negócios até a sua morte, em 1977. (<http://www.bce.unb.br/bibliotecavirtual/lacerda.htm>)

50 anos, ainda estará em condições de governar o país em Brasília”.⁴⁰ Mesmo reconhecendo as inúmeras falhas e problemas decorrentes da construção da nova capital, Lacerda acredita, contudo, que não há mais como se cogitar a volta da capital para o Rio de Janeiro. Isso seria um fracasso mundial, na medida em que provaria a incapacidade dos brasileiros perante o mundo. A cidade, para ele poderia ser comparada a uma “solitária que consome todas as energias do país, rouba-lhe todas as forças”. E, sem querer parecer ressentido, afirma que “não tem preconceito contra a arquitetura moderna, apesar de Brasília, mas ali, no seu entender, Niemeyer fracassou. Congresso já custou um bilhão de desumana,(sic.) cidade para cenário de cinema, cartão postal, não para morar”.⁴¹ Todo o caráter monumental e a beleza estética são traços da cidade-menina, mas que não contribuem para que haja nela as condições de habitabilidade necessárias a uma capital. Lacerda afirma ainda que o presidente Juscelino estaria deixando uma herança complicada para seu sucessor: como dar conta dos problemas gestados no governo JK e ainda criar melhorias na cidade recém-inaugurada?

O sr. Otávio Mangabeira parece concordar com Lacerda. Em artigo publicado no dia 16 de julho de 1960, afirma que “a mudança não se verificou. O que, com efeito, ocorreu – e é isto o que estamos vendo – foi um simulacro de mudança. Nem podia ser de outro modo. Devo, porém, declarar que o meu apregoado pessimismo foi ultrapassado pelos fatos”.⁴² Relata ainda que o próximo governo assumiria o poder em uma cidade que não tinha a menor estrutura para que as atividades fossem lá desenvolvidas. Pensando no governo que sucederá o de Kubitschek, pergunta “Que irá fazer de Brasília?”, “Que irá fazer em Brasília?”. A aclamada “obra do século”, “como a propaganda do momento se dignou a chamar-lhe”, inaugurada e divulgada para todo o mundo, consistiria numa “pedra no sapato” do governo sucessor. E faz um apelo: “ponha a mão na consciência o atual presidente, e me dê a honra de responder. Se, ao assumir o governo a 31 de janeiro de 1955 (sic.), recebesse de seu antecessor uma capital no estado, nas condições em que vai deixar Brasília ao seu sucessor, iria porventura conformar-se com assentar ali seus arraiais, e dali governar o Brasil? Veja-se a que pode conduzir um

⁴⁰ LACERDA, Carlos. “Brasília será superada dentro de vinte anos”, *Correio Braziliense*, 5 de julho de 1960.

⁴¹ LACERDA, Carlos “De volta do D.F., Lacerda volta a atacar Brasília”, *Correio Braziliense*, 7 de julho de 1960.

⁴² MANGABEIRA, Otávio. “Brasília, uma incógnita”, *Correio Braziliense*, 16 de julho de 1960.

regime, um sistema de governo em que os freios devem conter a ação do Executivo, suscetível de desacertos, e até de desvairamentos, existem, mas não funcionam”.⁴³ O caráter provisório que marcava os primeiros momentos de “vida” da capital federal suscitou inúmeras críticas. Críticas que versavam sobre os mais diversos aspectos da vida cotidiana na cidade e extrapolavam os meios “oficiais” de comunicação.

Um romance escrito por Carmina Warquim, fala da história de uma moça amazonense, Ana Cristina. Ana queria conseguir um cargo federal e viera a Brasília motivada pela esperança e pelas facilidades que pregavam caracterizar a vida na nova capital. No entanto, “a primeira impressão de Ana Cristina fora que viera residir num sítio e não na Capital do Brasil. A av. W-5 ainda estava em terra barrenta. Apenas sua estrada era asfaltada. Algumas casas de madeira eram habitadas por numerosas famílias. Ana Cristina estava desolada. Como viver nesse ermo? Ela que, havia traçado um programa de ação honesto, sem aventuras, sem amores fáceis, como se distrair nesse deserto, em pleno coração do Brasil?”.⁴⁴ Mesmo havendo um grande investimento propagandístico, como afirmou inclusive o articulista Otávio Mangabeira, em torno da valorização da cidade, a necessidade de denunciar os seus problemas emerge nas diversas narrativas sobre a capital. Mesmo não havendo no romance de Warquim a intenção de denunciar as más condições de vida dos moradores de Brasília, a autora acaba por demonstrar, através do cotidiano da personagem Ana Cristina e daquelas com quem convive, as dificuldades que viviam na nova capital, e que tinham como opção de diversão apenas festas, parques, ou restaurantes da cidade livre. Os transportes precários, obrigavam a criação de uma rede de solidariedade entre os moradores do plano piloto – aqueles que possuíam automóveis, concediam caronas àqueles que dependiam de transporte para se deslocar ao trabalho. Com isso criava-se também uma rede de sociabilidade e de convívio entre esses indivíduos.

Diante de tantas reclamações, o então prefeito da cidade Paulo de Tarso, aborda, em entrevista à TV-Brasília, os problemas da cidade. Antes mesmo de responder às questões do repórter, o prefeito fez uma longa explanação em que mencionou “as

⁴³ MANGABEIRA, Otávio. “Brasília, uma incógnita”, *Correio Braziliense*, 16 de julho de 1960.

⁴⁴ WAQUIM, Carmina. *Brasília, terra do leite e do mel*. Itiquira, s/ d., p. 11.

questões administrativas de maior interesse e revelando o trabalho que vem sendo desempenhado pela sua equipe para equacionar e resolver os mais ingentes problemas da humanização de Brasília”⁴⁵: (1) transportes: afirmou que até antes de 21 de abril o número de ônibus que servem a capital seria duplicado; (2) desemprego: disse não haver dados positivos sobre as condições de emprego na capital, mas que acordos estão sendo feitos com os diversos setores da sociedade com o intuito de gerar vagas para os mais de 10 mil desempregados; (3) escassez de supermercados: o prefeito disse conhecer que o único supermercado existente em Brasília estava se desdobrando para dar conta das atividades para que necessitariam pelo menos 5 estabelecimentos, e afirmou o intuito de construir mais unidades para servir os moradores da L-2 e da Asa Norte. Disse haver a previsão de que 14 supermercados fossem distribuídos entre as duas asas da cidade, dentre os quais pelo menos 4 estabelecimentos seriam mantidos pela prefeitura para que houvesse um controle rigoroso dos preços; (4) diversão: reconhecendo a necessidade de divertimento de qualidade para os moradores de Brasília, o prefeito assinalou que “dentro de breves dias, o auditório da Rádio Nacional estará transformado em cinema de classe, com poltronas estofadas e, futuramente, ar refrigerado”⁴⁶; (5) urbanização das super-quadras: reconheceu a necessidade de concluir a urbanização das super-quadras construídas. Disse que havia investimentos por parte do governo federal em viabilizar tais obras; (6) táxi: mencionou haver projetos de criação de um serviço de táxi pelo sistema PB-X, que controlará as chamadas e os trajetos dos veículos.

As promessas divulgadas pelo prefeito, o conjunto de reportagens salientando a provisoriade da cidade, remetem à discussão da necessidade de se dar continuidade às obras de construção e consolidação da cidade. Essa discussão ocorre, pois, quando assume o governo, o presidente Jânio Quadros quebra bruscamente com o ritmo empreendido por JK para a construção da cidade. Brasília é ainda uma cidade por fazer-se, e precisa que os investimentos continuem para que consiga efetivamente existir enquanto capital federal e cumprir com o papel a ela atribuído. Com isso, a chegada de Sette Câmara

⁴⁵ “Prefeito aborda na TV-Brasília todos os problemas da cidade”, *Correio Braziliense*, 29 de março de 1961.

⁴⁶ “Prefeito aborda na TV-Brasília todos os problemas da cidade”, *Correio Braziliense*, 29 de março de 1961.

à prefeitura da cidade⁴⁷ marca, para alguns, o início de um governo que retomaria as obras em Brasília e vai contribuir para a consolidação da cidade. “Brasília revive o clima de otimismo da fase épica de sua construção. Paira sobre a cidade a esperança, o otimismo, parece que os homens já estão a ouvir, novamente, o martelar dos bate-estavas, o ruído das motoniveladoras, o rangir das serras a modelar encaixes, o bater dos martelos, o azáfama dos homens em fim, na tarefa histórica de concluir a cidade que é a capital do Brasil – Brasília”.⁴⁸ Esse sentimento é compartilhado por outros articulistas que defendem a mesma idéia. Wilson Aguiar, por exemplo, dizia que “construir Brasília foi uma audácia. Concluir Brasília é um dever”. Mas para que essa conclusão se efetivasse era necessário que fosse criada uma mentalidade de conclusão de Brasília – da mesma forma como se criou a mentalidade mudancista. Para Aguiar, esta seria a forma de garantir a consolidação da capital brasileira e não deixar que mais esse projeto, como tantos outros na história do Brasil, fosse deixado de lado. Afirmar a criação dessa nova mentalidade é imprescindível “para que Brasília não seja a ‘terra do que já teve’; é para que Brasília não venha amanhã a se transformar numa cidade fantasma; (...) é que estamos concitando a todos os que moram nesta cidade que se façam um soldado da Campanha pela Conclusão de Brasília”.⁴⁹

O convite feito para a criação de um “exército” para a conclusão da capital parece ter surtido efeito. No início do ano de 1962, aos 31 dias do mês de janeiro, duas reportagens abordaram a questão e suscitaram amplo debate. A primeira, escrita pelo sr. Hindemburgo Pereira Diniz, retoma os ataques ao marasmo característico do governo Jânio Quadros, e que o momento atual seria o de retomada das obras, de recuperação de Brasília. No entanto, enfatiza que a retomada das obras está sendo empreendida de forma racional, obedecendo a rígidos critérios de prioridade para que os recursos não sejam desviados em “serviços de natureza secundária”. Chega, inclusive, a demonstrar seu

⁴⁷ Durante os cinco primeiros anos de existência Brasília era administrada por um prefeito. Foram prefeitos da cidade: Israel Pinheiro (1960); Paulo de Tarso (jan-ago/ 1961); Lordello de Melo (ago-out/ 1961); Ângelo Rizzi (out/ 1961); Sette Câmara (nov-dez/ 1961; jan-jul/ 1962); Paulo Nogueira (jul-ago/ 1962); Ivo Magalhães (ago-dez/ 1962; jan-dez/ 1963; jan-mar/ 1964); Luiz Carlos Pujol (abril/ 1964); Cel. Ivan de S. Mendes (anr-jun/ 1964); Plínio Castanheda (jun-dez/ 1964; jan-mar/ 1965).

⁴⁸ “A Cidade renasce”, *Correio Braziliense*, 11 de outubro de 1961.

⁴⁹ AGUIAR, Wilson. “O que eles fazem... Brasília deve ser concluída”, *Correio Braziliense*, 11 de outubro de 1961.

otimismo afirmando que “1962, portanto, será o ano da consolidação. Existe, é certo, muita coisa a fazer e os recursos disponíveis, mesmo na melhor das hipóteses, não serão suficientes para nos transmitir a esperança de uma recuperação absoluta dentro deste exercício. Mas as principais lacunas serão superadas e assim podemos aliviar-nos com a garantia de estabilidade”.⁵⁰ A segunda reportagem, de autor não identificado, inicia com a seguinte afirmação: “A estagnação, em Brasília, é uma expressão proibida”.⁵¹ Esse otimismo frente ao novo impulso que seria dado pelo novo prefeito da cidade, com o apoio do governo federal, aparece com bastante força ao longo do texto. Não haveria mais, entre os antimudancistas, tanto ânimo em contestar a cidade sonhada por Dom Bosco. Brasília é irreversível, não há mais a possibilidade, afirma, de se cogitar a volta ao Rio de Janeiro – é preciso, sim, que se consolide a capital, que se construa os edifícios necessários para abrigar as instituições do governo e a população brasiliense. A continuação das obras é, portanto, fundamental para o processo de humanização do Distrito Federal.⁵²

Todo esse debate em torno da necessidade de consolidar Brasília, de humanizar o D.F., não obscurece, no entanto, a constatação de que havia problemas sérios na cidade que deveriam ser sanados. Problemas que interferiam no cotidiano dos moradores de Brasília, como a falta de segurança e o desemprego. “Há a necessidade urgente e imediata da abertura de novas frentes de trabalho, em qualquer setor, a fim de que dezenas e dezenas de pobres e humildes nordestinos, que aqui chegaram em busca de

⁵⁰ DINIZ, Hindemburgo Pereira. “A Consolidação de Brasília”, *Correio Braziliense*, 31 de janeiro de 1962.

⁵¹ “Entusiasmo em Brasília”, *Correio Braziliense*, 31 de janeiro de 1962.

⁵² Outros artigos referem-se à necessidade de terminar de construir a nova capital para que nela possam se instalar o governo federal com todos os órgãos necessários para o seu bom funcionamento. Não faria mais qualquer sentido que continuasse a governar de Brasília, sendo que alguns órgãos permanecem ainda no Rio de Janeiro. “Se assim é, se Brasília representa para o Planalto Central e para outras regiões brasileiras – inclusive o Norte e o Nordeste – soerguimento e progresso, porque se interromper, por mais tempo ainda, a sua construção? E porque se há de manter por mais tempo ainda a presente esdrúxula situação – o Governo exercendo-se aqui e vários dos seus órgãos na antiga capital, com todos os indisfarçáveis prejuízos disso decorrentes? de mais a mais, a experiência está mostrando que o dinheiro gasto em Brasília está resultando em progresso para amplos setores da vida brasileira – e aí temos já um magnífico rendimento, a encorajar novos gastos.” “Defesa de Brasília”, *Correio Braziliense*, 22 de fevereiro de 1963. Ver também: “Brasília – a grande ‘experiência’”, *Correio Braziliense*, 23 de setembro de 1962; “Trabalhando por Brasília”, *Correio Braziliense*, 16 de outubro de 1962; “Ritmo de Brasília”, *Correio Braziliense*, 15 de fevereiro de 1963; “Obras de Brasília”, *Correio Braziliense*, 21 de março de 1963; “Apoio a Brasília”, *Correio Braziliense*, 07 de abril de 1963; “Brasília injustiçada”, *Correio Braziliense*, 31 de maio de 1963; “Brasília: um imperativo”, *Correio Braziliense*, 06 de junho de 1963.

um esperançado desejo de produzir, encontrem uma atividade honesta e produtiva”.⁵³ Mesmo constatando os problemas e apresentando a possibilidade de resolvê-los, essas frentes de trabalho não foram criadas e a sensação de abandono e de indiferença com a cidade permanecia crescente. Em artigo publicado em janeiro de 1962, afirma-se existir um processo de abandono da cidade por parte daqueles que acreditaram um dia naquela que “era no governo Kubitschek a capital da esperança”.⁵⁴ A falta de verbas é a principal causa apontada para o crescimento dos problemas na capital – a paralização das obras, serviços precários, a crescente violência, favelas, etc., “o esvaziamento de Brasília constrange aqueles que lhes querem bem, e lhes defendem como solução sócio-política para a República. Deixá-la só, buscar outras paragens, como turistas, que não se apercebem de que o Distrito Federal é a sede dos negócios públicos, isso é uma lesão contra o próprio regime. (...) É justo que se prestigie Brasília. Jogá-la à sorte é enganar a pátria. É enganar o norte, o oeste. É trair as massas sertanejas, sequiosas de progresso”.⁵⁵ O historiador Ernesto Silva, defensor e pioneiro de Brasília, afirmava que a cidade era sim um exemplo de inovação arquitetônica, mas não podia ser considerada uma cidade moderna, porque a cidade não é apenas o conjunto de edifícios em que habitam seus moradores, mas uma comunidade. “Se a comunidade não é feliz, se parte dela vive miseravelmente à margem, se as crianças morrem famintas ou estão abandonadas nas ruas, se os homens não têm emprego, se a saúde pública é falha, se os mendigos pululam pelas calçadas, se as escolas não são suficientes, se os homens do campo se revoltam e as terras são ocupadas por ociosos, não temos uma cidade moderna, não vivemos numa cidade moderna...”.⁵⁶ Esta fala de Ernesto Silva apresenta uma espécie de descrição do quadro desolador em que se encontra Brasília: desemprego, insatisfação, serviço de saúde precário, poucas escolas, e os mendigos estão por toda parte. A cidade que foi pensada como símbolo de modernidade e

⁵³ “Desemprego em Brasília anuncia a crise social”, *Correio Braziliense*, 18 de agosto de 1961.

⁵⁴ “Indiferença”, *Correio Braziliense*, 03 de janeiro de 1962.

⁵⁵ “Esvaziamento de Brasília”, *Correio Braziliense*, 04 de maio de 1962.

⁵⁶ SILVA, Ernesto. “Brasília – cidade mutilada”, *Correio Braziliense*, 18 de agosto de 1962. No dia 26 de setembro do mesmo ano o artigo de Ernesto Silva foi republicado na íntegra no *Correio Braziliense*. Talvez a intenção seja mesmo de chamar atenção aos problemas que estariam destruindo a utopia construída para Brasília. Era necessário consolidar essa utopia, esse ideário progressista, e não negá-lo, impedir que ele se efetivasse.

de progresso, rompe sua utopia na medida em que não consegue abrigar todos aqueles que acreditaram nas oportunidades prometidas com a sua construção.⁵⁷

Todos os problemas parecem, entretanto, menores quando se fala na necessidade de erradicar as favelas que existiam no plano piloto. Em uma série de cinco reportagens publicadas em sessão intitulada “A Cabana e o Palácio”, José Hélder de Souza discute a situação da Vila Planalto.⁵⁸ A primeira dessas reportagens, publicada em março de 1963, apresenta o problema a partir da referência de uma cientista inglesa sobre a vila. Ela dizia ser impossível existir, junto a um conjunto de “palácios de arquitetura ousada e renovadora”, pessoas vivendo em “um amontoado disforme de barracos”, em condições de baixíssimo padrão de vida. A Vila Planalto vista, por essa cientista, como uma favela enfeia o plano piloto e contrasta com sua exuberância arquitetônica.⁵⁹ Muito embora a Vila fosse considerada uma aberração, uma ocupação desenfreada, “agrupando-se ali os operários, construindo suas precárias residências (barracos) e casas de comércio, transformando o antigo acampamento na hoje Vila Planalto”,⁶⁰ seus moradores se organizaram e lá permanecem até os dias de hoje. Essa fixação não se deu sem disputa. Condições de vida precárias – sem saneamento, sujeitos a constantes endemias – a Vila simbolizava tudo o que se queria romper com Brasília – os signos do subdesenvolvimento e da miséria. No entanto, mesmo vista como uma “mancha escura que entristece a paisagem de Brasília”⁶¹ a Vila Planalto é composta por seres humanos, por pessoas que reclamam por melhores condições de vida. Paulatinamente vai se construindo uma

⁵⁷ Várias são as reportagens que continuam por reforçar os problemas da cidade e o sentimento de insatisfação de seus moradores. O conjunto de reportagens coletadas nas pesquisas no *Correio Braziliense* que tratam dos problemas da cidade é composto por 68 publicações. Para maiores detalhes sobre estas reportagens, ver listagem temática de fontes do *Correio Braziliense*, tema “problemas”, nas Referências Bibliográficas.

⁵⁸ A Vila Planalto “tomou emprestado esse nome de uma companhia americana então responsável pelas estruturas metálicas dos ministérios e pela barragem do Paranoá, era um conjunto de acampamentos de várias empresas de construção, aí localizados pela sua proximidade com a Praça dos Três Poderes”. RIBEIRO, Gustavo Lins. “Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades satélites”. *Espaço & Debates*, nº 5, ano 2, abril, 1982, p. 116. O arqueólogo Gustavo Ribeiro afirma que além da construtora Planalto, empresas como Ecisa, Rabelo, Pacheco Fernandes Dantas, Nacional e Pederneiras, abrigavam na Vila Planalto os seus operários.

⁵⁹ SOUZA, José Hélder de. “A Cabana e o Palácio – É impossível...”, *Correio Braziliense*, 16 de março de 1963.

⁶⁰ SOUZA, José Hélder de. “A Cabana e o Palácio II – Para que Brasília, totalmente construída, atinja os seus mais altos objetivos”, *Correio Braziliense*, 17 de março de 1963.

⁶¹ SOUZA, José Hélder de. “A Cabana e o Palácio V – Os dez mil habitantes da Vila Planalto são seres humanos”, *Correio Braziliense*, 23 de março de 1963.

campanha para a mudança dessas pessoas da Vila, mas, assim como ocorrido na Cidade Livre, não bastava retirá-las de lá, era preciso criar as condições para que se instalassem – áreas onde pudessem construir suas casas, montarem suas lojas, escolas, serviços de qualidade, enfim, condições de habitabilidade. A falta dessa estrutura necessária para a transferência dos moradores da Vila, talvez tenha sido um fator que contribuiu para que o movimento pró-fixação da Vila Planalto ganhasse mais força, como parece ter ocorrido no caso da Cidade Livre.⁶²

A política de erradicação de favelas/ invasões empreendidas pelo Governo do Distrito Federal, priorizou a criação de cidades satélites para abrigar essa população. Textos como os de Gustavo Lins Ribeiro, Neio Campos, Aldo Paviani,⁶³ discutem e documentam essas experiências. Falar da criação “descontrolada” de cidades satélites é, de uma certa forma, perceber a insuficiência de um plano diretor, ou mesmo as desvirtuações que decorrem dele.⁶⁴ Quero chamar atenção, quando me refiro à insuficiência, de que a realidade, a experiência de uma cidade não cabe nas previsões e projeções que o urbanista propõe em seu plano. Por melhor estruturado que esteja, um projeto urbanístico não consegue dar conta da pluralidade de personagens, trajetórias, escolhas, direcionamentos que seu plano assume no momento de ser posto em prática. Mesmo numa cidade em que a proposta pressupunha um uso racional do espaço e a estrutura garantiria uma convivência harmônica e um caráter mais social, como no caso de Brasília, a experiência traça caminhos

⁶² A experiência da Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, será discutida mais adiante no texto, mas vale ressaltar aqui que, com a inauguração de Brasília, aquele núcleo precisava ser demolido e seus moradores transferidos. Houve, assim, por parte da Prefeitura de Brasília (PDF) uma ampla campanha de transferência dessas pessoas para a Asa Norte – até então despovoada. No entanto, a falta de estrutura para receber essas pessoas deu argumento para o movimento que se formou na Cidade Livre, e que com grande mobilização e o apoio de Juscelino Kubitschek consegue a fixação daquele núcleo como cidade satélite de Brasília, passando a chamar-se Núcleo Bandeirante.

⁶³ RIBEIRO, Gustavo Lins. “Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia”; CAMPOS, Neio. “A segregação planejada” e PAVIANI, Aldo. “A construção injusta do espaço urbano” In: PAVIANI, Aldo (org.) *A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília*. 2. ed. Brasília, Editora da UnB, 1998. Não podemos deixar de registrar também a contribuição de outra coletânea organizada por Aldo Paviani para o entendimento dessa questão: PAVIANI, Aldo. *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília, Editora da UnB, 1996.

⁶⁴ A construção de cidades satélites era uma proposição de Lúcio Costa mas como ele mesmo afirma “elas deveriam surgir depois que o Plano-Piloto estivesse todo ocupado, surgiram antes, invertendo o processo. As unidades de vizinhança do Plano perderam o ingrediente popular que deveriam ter, mas o conjunto urbano, ou seja, Brasília e as cidades satélites, resultou mais próximo da realidade brasileira, com todas as suas discrepâncias. O convívio entre as diferentes camadas sociais transferiu-se para o centro da cidade, graças à localização da Rodoviária”. COSTA, Lúcio. *Registro de Uma Vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1997, p. 327.

outros, impõe outros limites e outros desenhos. É interessante perceber como vários textos que buscam falar sobre a experiência “desconcertante e decepcionante” de Brasília no que concerne ao seu caráter social, partem da discussão das cidades satélites como exemplo para essa experiência de marginalização da população pobre, dos operários. Essas cidades foram pensadas para abrigar, em princípio, essa população operária. As coletâneas de textos organizadas pelo geógrafo Aldo Paviani permitem pensar esse argumento. A experiência de Brasília, múltipla como os textos que compõem cada uma das coletâneas, não pode ser pensada descolada do caráter segregador de sua organização espacial – esse aspecto determina uma série de ações relacionadas à ocupação do espaço na cidade que, de certa forma, contribui para que as cidades satélites sejam pensadas como espaço para a população menos qualificada, para os invasores do plano piloto (destinado ao funcionalismo público e à pequena burguesia). “Os planejadores urbanos freqüentemente apontam como um dos principais problemas do planejamento a descontinuidade das políticas públicas. Em Brasília, no entanto, houve em todos os governos, tanto militares quanto civis, uma estratégia comum, qual seja a de preservar Brasília”, segregando espacial e socialmente a população de menor renda”.⁶⁵ Como pensar, então, essas cidades, criadas para abrigar a população mais pobre da cidade? Essa cidade que, em seu plano diretor, previa a convivência de ricos e pobres e a supressão das diferenças sociais? Como pensar, como afirmou o arquiteto Luiz Alberto Gouvêa, essa segregação planejada?

O arqueólogo Gustavo Lins Ribeiro, por exemplo, ao se propor a fazer uma arqueologia de Brasília e de discutir suas cidades satélites, afirma que elas teriam surgido para dar conta dos problemas existentes na capital com relação à habitação. Quando em 1958, chegaram cerca de 5000 flagelados da seca no Nordeste, o governo surpreendido, viu-se impelido a criar uma cidade para abrigar essa massa – nasce, então, Taguatinga, “uma cidade tipicamente proletária”. Ruía, assim, a utopia de Lúcio Costa – de edificar uma cidade em que as diferenças de classe não seriam determinantes de uma política de segregação –, o plano piloto parecia estar encontrando, segundo Ribeiro, sua verdadeira vocação: ser o “paraíso da classe média”. Para ele, nesse momento delineou-se a política

⁶⁵ GOUVÊA, Luiz Alberto. “A Capital do Controle e da Segregação Social”. In: PAVIANI, Aldo (org.) *A Conquista da Cidade*. 2 ed. Brasília, Editora da UnB, 1998, p. 95. Ver também: PAVIANI, Aldo (org.) *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985; PAVIANI, Aldo (org.) *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília, Editora da UnB, 1996.

de configuração urbana por classes no Distrito Federal que ia de encontro à proposta de Lúcio Costa para a cidade. A partir de então, “as cidades satélites [estabelecem-se] como maneira de manter o Plano Piloto imaculado da presença da tão incômoda classe operária. Estamos diante da gênese da contradição Plano Piloto/ Cidades Satélites. O operariado é mantido na periferia, enquanto os funcionários da administração federal tinham assegurado seu domínio sobre a cidade mais moderna do mundo”.⁶⁶ A contradição de que fala Ribeiro é fundamental para a discussão que quero empreender neste texto: pode-se pensar a emergência das cidades satélites como um contraponto ao plano piloto, como sua anti-disciplina,⁶⁷ ou elas são parte desse plano?

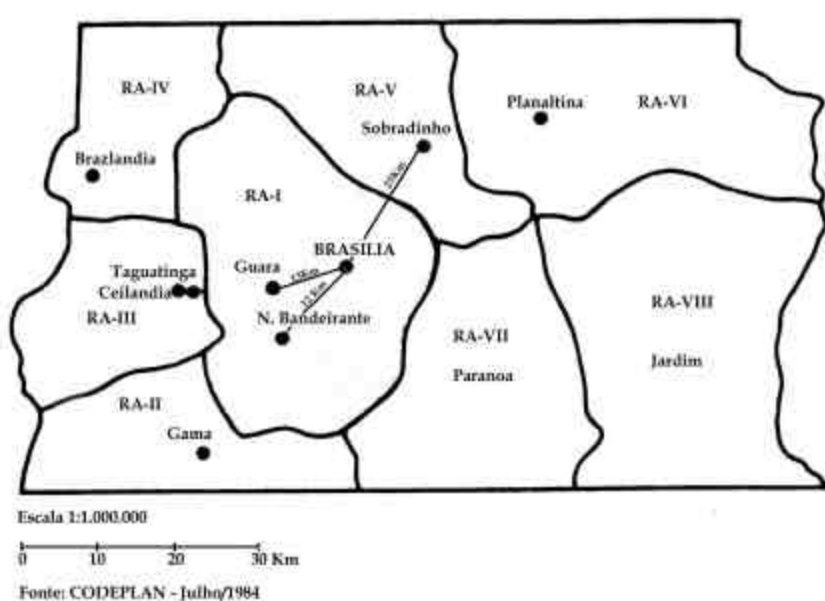


Figura 04 – Mapa do Distrito Federal e suas regiões administrativas

Ao tomar como base o que está colocado no plano piloto apresentado por Lúcio Costa, vê-se que sua proposição partia da premissa de que primeiro deveria humanizar o Distrito Federal, para que só então fossem criadas cidades satélites que

⁶⁶ RIBEIRO, Gustavo Lins. “Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades satélites”. *Espaço & Debates*, nº 5, ano 2, abril, 1982, p. 120.

⁶⁷ Recorro aqui ao conceito de anti-disciplina trabalhado por Michel de Certeau na “Introdução Geral”, de *A Invenção do Cotidiano – artes de fazer*. Ele diz: “Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da “vigilância” (disciplina), mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política(...) Esses modos de proceder e essas astúcias de consumidores compõem, no limite, a rede de uma antidisciplina que é o tema deste livro.” CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*, 1994, p. 41.

abrigariam o excedente populacional de Brasília. Para tanto, era necessário que a maioria das pessoas que migrou para as obras de construção da nova capital retornasse a seu município de origem. Isso não ocorreu, e o excedente populacional começou a “inchar” a cidade livre, bem como os arredores dos acampamentos existentes. Segundo artigo escrito por Aldo Paviani, foram criados núcleos fora do plano piloto mesmo antes dele estar integralmente concluído.⁶⁸ Boa parte da população do Distrito Federal se concentra nas cidades satélites, muito embora viver nesses núcleos não signifique participar da euforia da modernidade e do progresso simbolizados por Brasília.

Às cidades satélites falta tudo. Água, luz e telefones são desconhecidos por suas populações. Os meios de transporte são os mais precários possíveis, além de carros para operários que trabalham no plano piloto. Acrescentou o sr. Guido Mondin que Brasília já nasceu sob o estigma de graves problemas sociais, para os quais é preciso atentar.⁶⁹

A despeito de várias reportagens acerca da precariedade e da inabitabilidade desses centros, a jornalista Yvone Jean publica uma reportagem intitulada “Esquina de Brasília – Cidades Satélites”, em que tenta mostrar o ideal que perpassava a construção desses centros, a partir da análise do plano piloto de Lúcio Costa. Afirmo que sir. William Holford⁷⁰, em 1959, tinha como preocupação o rápido crescimento da cidade e se o plano daria conta de tal crescimento. Ele dizia ser necessário atentar para que as cidades satélites não passassem a crescer como um câncer, ou seja, descontroladamente. Elas deveriam suplementar e ampliar o centro administrativo oficial, com uma vida completamente diferente do centro de Brasília, deveriam ser “cidades cheias de vigor e vitalidade e para certos propósitos em certas ocasiões, os seus habitantes virão ao centro

⁶⁸ Nove são os núcleos satélites de Brasília. Dois deles pré-existiam à capital brasileira, Planaltina (≅ 1859) e Cruzeiro (≅ 1892) – que serviu como acampamento para Luis Cruls quando da viagem de estudo no planalto central brasileiro. As demais são a Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, (dezembro de 1956); Taguatinga (junho de 1958); Sobradinho (maio de 1960); Gama (outubro de 1960); Brazlândia (1960), que antes de passar à condição de cidade satélite de Brasília, era distrito de Luziânia (GO); Guará (setembro de 1967); e, Ceilândia (março de 1971). Datas retiradas do livro VASCONCELOS, Adirson. *As Cidades Satélites de Brasília*. Edição do Autor, 1988.

⁶⁹ “Senado Federal – Cidades Satélites fazem surgir problemas sociais”, *Correio Braziliense*, 3 de maio de 1961.

⁷⁰ Sir. William Holford foi membro do júri do Concurso do Plano Piloto da Capital Federal. A Comissão Julgadora do Concurso do Plano Piloto de Brasília era também composta por Israel Pinheiro (presidente da NOVACAP), André Sive (França), Stamo Papadaki (EUA), Oscar Niemeyer (NOVACAP), Luis Hildebrando Horta Barbosa (Clube de Engenharia) e Paulo Antunes Ribeiro (IAB)..

administrativo... imagino que, com o tempo, esses núcleos satélites se tornarão centros de distribuição e mercado para o território que fica atrás e em volta deles. São também úteis como centros de trabalho”.⁷¹

Mesmo apresentando esse ideal entusiástico em torno das cidades satélites, Jean propunha ao leitor que conhecesse uma cidade satélite e verificasse até que ponto essa teoria se efetivou. E pergunta: “já viram as cidades cheias de vigor e vitalidade dos arredores da capital? Conhecem as viagens em alguns veículos de ínfima parte da sua população em direção ao Plano Piloto? Já visitaram estes centros de distribuição... com reservas úteis e necessárias... com vida própria???”.⁷² Encerrando com um grau afiadíssimo de ironia, a articulista abre uma série de possibilidades de leitura da experiência de construção das cidades satélites de Brasília. Por exemplo, quando diz que ao visitar as cidades satélites e suas precárias condições de habitabilidade, como pensar em núcleos cheios de vigor e vitalidade? Ou mesmo em centros com vida própria? As cidades satélites aparecem como focos de vícios, violência, miséria, subdesenvolvimento – signos que não podem estar relacionados à Brasília, ou, pelo menos, não deveriam.⁷³ Brasília deveria ser identificada como símbolo da modernidade, marco de uma nova era na história brasileira. Mesmo com o grande investimento propagandístico para promover a imagem de Brasília como sendo a “alvorada de um novo Brasil”, vários foram aqueles que denunciaram as más condições de vida na nova capital. Em reportagem intitulada “A realidade de Brasília”, vemos descritos múltiplos problemas presentes na cidade no ano de 1962. O precário abastecimento de luz, a escassez de escolas para atender sua população, a necessidade de mais hospitais (principalmente nas cidades satélites), o marasmo nas conclusões das obras na cidade, e ainda os problemas específicos das cidades satélites onde “faltam escolas, não há assistência médica, os transportes para algumas delas são precários, a luz é insuficiente, só em pequenos setores é que se encontra água encanada. Nem há um serviço de esgotos – antes pelo contrário, há focos imensos (no Núcleo

⁷¹ JEAN, Yvone. “Esquina de Brasília – Cidades Satélites”, *Correio Braziliense*, 07 de abril de 1962.

⁷² JEAN, Yvone. “Esquina de Brasília – Cidades Satélites”, *Correio Braziliense*, 07 de abril de 1962.

⁷³ Mas não é isso o que afirma Lúcio Costa, em entrevista ao *Jornal do Brasil* em 1984, quando afirma que “as satélites não são esse quadro de miseráveis favelados que vivem mal. Não são absolutamente. Eu vi, e fiquei muito satisfeito. São cidades normais do interior do Brasil que tem de tudo e onde se vive de forma bem brasileira. E, como eu repito sempre, a única medalha de ouro nas Olimpíadas veio de um brasileiro de Taguatinga. O que é que vocês querem mais?”

Bandeirante, de um modo especial), mantendo sob o risco permanente de uma epidemia os que vivem no Distrito Federal”.⁷⁴ Longe da imagem “poética” de sir. William Holford, as cidades satélites se efetivam enquanto focos de miséria, de precárias condições de vida, ou seja, são centros que negam todo o ideário de modernidade e de progresso que se queria imprimir à Brasília.

Em novembro de 1962, por exemplo, Wilson Aguiar, em artigo intitulado “O que eles fazem – Eles precisam de nós”, afirma que Brasília não pode ser considerada uma cidade desorganizada, porque não chegou ainda a se organizar. Com quase três anos de existência, pouco do que tinha sido planejado – cinturão verde, com várias granjas produzindo os gêneros alimentícios necessários ao abastecimento da cidade, por exemplo – teria sido realmente efetivado. E vai além, dizendo que numa visita aos “colonos da cidade satélite de sobradinho”, teria identificado o espelho do que é Brasília, bastante diverso das belas palavras de Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e de Oscar Niemeyer. “Encontrei misérias; encontrei revolta; encontrei decepção. Um punhado de homens cheio de vontade de trabalhar, que sabe trabalhar, que quer produzir, que aspira realizar o sonho do dr. Israel, está largado à sua própria sorte. Mas do que isso, em vez de receber a ajuda dos responsáveis pelo abastecimento dos diversos órgãos do governo criados e mantidos para isso, são por eles desprezados”.⁷⁵ Diante de uma situação como essa, afirma o articulista, nasce um sentimento de revolta e aqueles que não conseguem emprego acabam por optar pela marginalidade. Idéia essa corroborada em outra reportagem publicada no mês seguinte. Para Avelino Chagas, as causas desses problemas seriam o marginalismo, a inadaptação, o pauperismo, o analfabetismo e a falta de trabalho. Brasília oferecia um exemplo de uma cidade que atraiu uma grande massa de interioranos, que deixaram sua terra natal em busca de melhores dias “que nunca encontraram”. Além de descrever a situação desoladora por que passava a população no plano piloto, o autor chama atenção ao que ocorria nas cidades satélites. Ele dizia que essas cidades periféricas, “acolhem nada menos de 3 mil meliantes e 2 mil desocupados em situação mais calamitosa que os do Plano Piloto. Isso porque as condições naquelas cidades são mais degradantes ainda, devido ao grande número de famílias que são retiradas do perímetro da cidade e

⁷⁴ “A Realidade de Brasília”, *Correio Braziliense*, 24 de agosto de 1962.

⁷⁵ AGUIAR, Wilson. “O que eles fazem – eles precisam de nós”, *Correio Braziliense*, 17 de novembro de 1962.

jogadas em terrenos baldios, sem nenhuma condição para sobreviver. E como sempre acontece, quem sofre as maiores consequências são as crianças que, por sua vez, não têm culpa de vir ao mundo em circunstâncias assim calamitosas”.⁷⁶

Para além das imagens discutidas sobre a experiência das cidades satélites, o *Correio Braziliense* noticia aspectos específicos de algumas dessas cidades. Neste trabalho gostaria de discutir como a experiência de três dessas cidades satélites foram descritas no jornal – com que sentido foram criadas e qual foi a repercussão de cada uma delas na imprensa brasiliense: Núcleo Bandeirante (antiga Cidade Livre), Sobradinho e Guará. A escolha dessas três cidades satélites se deu pelo caráter diferencial que, a meu ver, define cada uma delas. A Cidade Livre por ter sido a primeira delas, e ter promovido um amplo movimento de fixação quando da inauguração de Brasília. Sobradinho, por ter sido criado como núcleo rural – o que ia de encontro ao ideal modernista de Brasília – e ter servido como espaço para abrigar os moradores da Vila Amauri. O Guará, fora criado para abrigar os funcionários do SAI (Setor de Indústria e Abastecimento). É considerada a cidade satélite com melhor infra-estrutura urbanística e que apresenta melhores condições sócio-econômicas. O que me chama atenção nessa cidade é que o seu espaço físico, atualmente, chega a se confundir com o de Brasília – como definir então as fronteiras entre o “eldorado” (Brasília) e sua cidade satélite, Guará?

Cidade Livre (Núcleo Bandeirante)

*No vaivém incessante do seu agitado dia-a-dia pairava, no ar, além da poeira fina e vermelha, a energia humana de muitos sonhos, de muitas esperanças, de muitas saudades e de muita vontade de realizar. Em suas avenidas, de terra vermelha – e, às vezes, lamacentas –, pisavam pés pioneiros de bandeirantes modernos.*⁷⁷

Para dar início à construção de Brasília eram necessárias duas providências básicas: construir um núcleo administrativo – a sede da Novacap – e um núcleo destinado

⁷⁶ CHAGAS, Avelino. “Brasília, 62: luxo e beleza encobrem desespero de milhares”, *Correio Braziliense*, 05 de dezembro de 1962.

⁷⁷ VASCONCELOS, Adirson. *Op. Cit.*, 1988, p. 142.

ao comércio, indústria e serviço. A Cidade Livre foi esse segundo núcleo, “imaginado e permitido para existir durante quatro anos, apenas o tempo suficiente para a construção de Brasília”.⁷⁸ Por seu caráter provisório as construções seriam de madeira e cada um de seus moradores deveria ter em mente que aquela cidade fora construída apenas para dar abrigo aos construtores de Brasília e que, tão logo estivesse edificada a nova capital do Brasil a Cidade Livre seria destruída.

Para atrair os primeiros trabalhadores, os lotes destinados ao comércio, indústria e serviços foram arrendados pelo prazo máximo de quatro anos e todas as atividades, isentas de impostos e taxas – daí o nome “cidade livre”. Em dezembro de 1956, surgiram as primeiras casas de comércio da Cidade Livre o que deu ensejo a um rápido crescimento, e antes do início de 1957 havia lá um restaurante, duas padarias, um hotel e um açougue. Sete meses depois, em julho de 1957, contavam-se mais de 100 construções e mais de mil pessoas. Aquele núcleo provisório conseguia prover aos acampamentos de construção de Brasília tudo o que necessitavam, havia de tudo um pouco: bares, restaurantes, farmácia, quitandas, armazéns, cinema, padaria, hotéis, mercadinho, agência de automóveis, igrejas, zona boêmia. Nesse momento cinco firmas empreiteiras já estavam trabalhando na construção da nova capital: A Construtora Rabelo (Palácio da Alvorada, e supervisiona as obras do Hospital do Instituto dos Industriários, o Hospital JK – perto da Novacap), a Companhia Metropolitana e a Coenge (terraplanagem do Aeroporto definitivo), a Empresa de Construções Gerais (galpões e casas para o pessoal da Novacap), e a Pacheco Fernandes (fundações do Hotel de Turismo, o Brasília Palace Hotel).

O nome Núcleo Bandeirante foi inspirado na designação dada pelo presidente Kubitschek aos homens que chegavam para o trabalho de calça de brim e com poucos pertences – os “bandeirantes modernos”,⁷⁹ mas este nome só passou a designar a

⁷⁸ VASCONCELOS, Adirson. “Núcleo Bandeirante”. In: *Op. Cit.*, 1988, p. 101.

⁷⁹ Chamo atenção ao fato de JK ter nomeado esses personagens de “bandeirantes modernos”. Uma designação que retoma uma tradição de bravura e de ousadia, tão importantes para esse momento em que busca-se mobilizar as pessoas em torno do ideal de integração nacional que Brasília representaria. E mais do que isso, o sentimento de tomada de posse de seu território, de avanço das fronteiras vivas do Brasil no sentido de diminuir as disparidades entre o litoral e o interior que aparecem descritos com minúcias em alguns documentos citados neste trabalho. Cada um dos signos atribuídos à cidade e a seus construtores parece recrudescer estes que são os aspectos fundamentais para a defesa da cidade segundo os documentos de época: ser o centro irradiador de progresso para o país, possibilitar a construção de um Brasil único e não mais

cidade a partir de 1960. O crescimento desta cidade foi muito além do esperado, e ocorreu com extremada rapidez, chegando “... a ter uma população de setenta mil pessoas com 20 hotéis, 10 agências bancárias (sendo o maior em todo o Estado de Goiás o seu movimento bancário), seis agências de companhias de aviação, numerosos restaurantes, padarias, escolas, consultórios médicos e dentários, barbearias, lojas de armarinhos...”⁸⁰ Segundo dados divulgados por Adirson Vasconcelos, em 1957, a Cidade Livre tinha cerca de 1.000 pessoas; em 1959, teria já uma população de 15.751 pessoas; em 1960, a população estava na casa dos 20.000 pessoas. Ao longo da década de 1960, com a invasão do IAPI aumentando o contingente populacional da região, chegou a atingir os 80.000 habitantes.⁸¹

A inauguração de Brasília marcaria o momento em que o Núcleo Bandeirante (núcleo provisório) deveria ser destruído. Já no dia 21 de abril de 1960 assim aparece colocada a questão: “suas edificações são todas de madeira para fins comerciais, com reduzidos cômodos para famílias. As licenças para construção das casas foram dadas por quatro anos. Fim do esse prazo todas as casas serão desmanchadas, retornando o terreno a posse e domínio da união. (...) Na área ocupada deverá surgir mais tarde o grande hipódromo de Brasília”.⁸² A população residente no Núcleo deveria ser transferida para a Asa Norte e para cidades satélites, como Taguatinga e Sobradinho.

Vários foram os argumentos que visam defender o desaparecimento do Núcleo Bandeirante, mas como afirmou Clemente Luz, “... para que essa cidade, flor agreste de beleza, semente humana de grandezas, se tornasse realidade, foi preciso a matéria-prima principal – o homem e o sangue do homem. E para que esse homem – aqui rebatizado como Candango – se alimentasse, se vestisse, se divertisse nas poucas horas de folga – uma cidade brotou à margem do grande plano. Uma cidade sem forma, sem resistência material – porque feita de tábuas perecíveis rapidamente... – mas sólida no pulso de seus homens, no heroísmo de suas mulheres, na ingenuidade e na alegria de suas

fragmentado como antes, ou mesmo, possibilitar a posse efetiva de seu território. Símbolos que caracterizam e instituem essa cidade “maravilha”

⁸⁰ “Núcleo Bandeirante Nasceu com Brasília: mas vai morrer”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

⁸¹ VASCONCELOS, Adirson. *Op. Cit.*, 1988, p. 141.

⁸² “Núcleo Bandeirante Nasceu com Brasília: mas vai morrer”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

crianças... Uma cidade mais coração do que matéria...”⁸³ Mesmo que a poesia de Luz consiga expressar a importância deste núcleo, e romantizar suas construções, diriam ainda os defensores da destruição do Núcleo Bandeirante que seu caráter provisório era conhecido por todos aqueles que receberam lotes em consignação por quatro anos. No entanto, a Novacap não poderia ter previsto o crescimento naquela cidade. Em entrevista ao *Correio Braziliense*, o sr. Martinho Guimarães (presidente da Associação Comercial da Cidade Livre - ACCL) diz: “estamos em situação irregular, e esta é a nossa recompensa por todo o sofrimento que tivemos. O presidente da república prometeu que estava conosco, e agora o que nos resta é, esperar uma solução para que não se extinga o Núcleo Bandeirante. O comércio do plano piloto não tem auto-suficiência, e o alto preço dos lotes, provavelmente, irá inflacionar a situação das casas comerciais que desejem se instalar”⁸⁴ O presidente da ACCL afirma ainda que a principal reivindicação do Núcleo Bandeirante é a organização de um plano urbanístico que garanta melhores condições de vida para os moradores daquela cidade satélite.

Um tenso debate se travou quando buscou-se defender a fixação ou o desaparecimento do Bandeirante. Em maio de 1960 uma reportagem publicada no *Correio Braziliense* afirmava que os moradores do Núcleo Bandeirante sofriam constantemente pela precariedade e provisoriedade do núcleo, eram “almas torturadas, principalmente, ante a ameaça, não revogada e nada esclarecida, de erradicação das famílias pioneiras que se tornaram, ali, a matriz de Brasília. Sem eles – não adianta indagar porque vieram, se em busca do El-dourado ou para esquecer um passado de lutas, de sofrimentos e, por vezes, de marginalismo social – não teria sido possível a inauguração da nova capital”⁸⁵ Grande parte das reportagens sobre esse momento de incerteza da questão da fixação ou não da Cidade Livre acabam por ressaltar o caráter pioneiro e a importância desses homens e

⁸³ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Record; Brasília, INL, 1982, p. 26.

⁸⁴ “Núcleo Bandeirante é ilegal desde ontem”. *Correio Braziliense*, 22 de abril de 1960.

⁸⁵ “O problema da Cidade Livre”. *Correio Braziliense*, 07 de maio de 1960.

mulheres para a construção de Brasília.⁸⁶ O sentimento de abandono – quando da inauguração de Brasília – é constantemente recrudescido pela necessidade de fixação daquele núcleo. Pessoas que tinham sido recrutadas e acolhidas com fervor no início da construção da cidade, agora seriam deslocadas do lugar onde tinham fixado raízes e construído parte de sua história. É interessante que, ao receber o anúncio de que parte da população da Cidade Livre seria de lá transferida, o articulista afirma que “em Brasília, a nossa cidade-luz, o sol nasce para todos. Não é possível, a essa altura, fazer distinções, pois nenhum critério, no caso, poderia justificar privilégios”.⁸⁷ A idéia de uma cidade com igualdade de acesso, em que as distinções sociais não seriam valorizadas, tampouco importantes, no sentido de que ricos e pobres conviveriam em uma mesma unidade residencial, começa a ser posta em cheque quando da inauguração da cidade, e a necessidade de “limpar” o plano piloto se torna prioridade. Utilizo o termo “limpar” para designar a ação do Governo do Distrito Federal, nesse momento ainda representado pela Prefeitura do DF, porque esse me parece ser o sentido mais forte que aparece nas reportagens publicadas no *Correio Braziliense*, bem como em alguns textos historiográficos sobre a cidade. A necessidade de possibilitar que o plano piloto fosse um espaço livre dos vícios, livre das invasões e de todos os símbolos que pudessem representar o subdesenvolvimento e os problemas que caracterizavam as grandes cidades brasileiras. Brasília deveria ser o símbolo representativo do progresso, da racionalidade do uso dos espaços e de uma nova era no Brasil. Uma nova era que necessitava da maturidade do Brasil, que seria também representada pela inauguração da Nova Capital. Nas palavras de Lúcio Costa essa idéia é assim definida: “O Novo Mundo já não é este lado do Atlântico, nem tampouco o outro lado do Pacífico. O Novo Mundo já não está à esquerda nem à direita, mas acima de nós – precisamos elevar o espírito para alcançá-lo, pois já não é uma questão de espaço, porém de tempo, de evolução e de maturidade. O

⁸⁶ Este sentimento de pioneirismo e de que os sacrifícios deveriam ser recompensados aparece também nos depoimentos desses homens e mulheres. Ver discussão no capítulo seguinte.

⁸⁷ “O problema da Cidade Livre”. *Correio Braziliense*, 07 de maio de 1960.

Novo Mundo agora é a Nova Era, e cabe à inteligência retomar o comando”.⁸⁸ [grifos do autor]

Ainda em 1960 José Honorato de Oliveira cria a Associação dos Habitantes Pioneiros do Núcleo Bandeirante (HAPINUBAM), e encabeça um movimento de greve geral em protesto pela falta de providências das autoridades no sentido de solucionar a questão da urbanização do Núcleo Bandeirante. Esse movimento não teve sucesso, pois a polícia impediu a manifestação e chegou a ameaçar seus representantes, como fica claro, na fala de Orestes Barros (vice-presidente da HAPINUBAM): “a polícia é a responsável pelo insucesso do movimento. Premido pelo delegado de Ordem Política e social foi frustrada a manifestação pacífica e humana que visava solicitar em caráter de urgência a votação da lei do deputado Paulo de Tarso. Isto tendo em vista ter decorrido o prazo regimental daquela Casa para examinar o assunto. O delegado em questão ameaçou, mesmo, de prender-me se tentássemos anunciar a manifestação pelos auto-falantes”⁸⁹. Diante desse clima tenso e devido ao movimento dos moradores do Núcleo Bandeirante terem conseguido um amplo apoio – José Honorato de Oliveira (HAPINUBAM), Martinho Ribeiro Guimarães (ACCL), o advogado Severiano Farias Filho, Joaquim Cândido Garcia (Líder do Movimento Pró-Fixação do Núcleo Bandeirante), e um grupo de parlamentares⁹⁰, o, então, presidente Juscelino Kubitschek declara seu apoio à causa da fixação do Núcleo Bandeirante.

No entanto, essa questão não se encerra aí, o debate em torno da fixação do Núcleo estende-se até o governo de Jânio Quadros. Em junho de 1961, surge no *Correio Braziliense*, o “*Jornal da Cidade Livre*”, uma seção do periódico em que as questões relacionadas à Cidade Livre foram discutidas. O desejo daqueles que fundaram o “jornal”

⁸⁸ COSTA, Maria Elisa (org.) *Com a palavra, Lúcio Costa*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001, p. 13. Essa fala do urbanista que pensou Brasília, que criou Brasília, escrita em 1961, parece bem significativa da imagem que se atribui a Brasília como sendo marco inaugural de uma nova era na história brasileira. A necessidade da técnica como instrumento de intervenção no espaço e, esta intervenção como sendo um instrumento de modificação das estruturas sociais de uma comunidade, aparecem como fundamentais para o entendimento do pensamento urbanístico de Lúcio Costa, bem como da proposta por ele apresentada para a construção da capital brasileira.

⁸⁹ “Polícia fez fracassar a greve – ‘Leader’ do movimento afirma: fui ameaçado”. *Correio Braziliense*, 02 de julho de 1960.

⁹⁰ VASCONCELOS, Adirson. “Núcleo Bandeirante”. In: *Op. Cit.*, 1988, pp. 97-144.

era o de que ele “expresse os sentimentos e as aspirações de uma população injustiçada, de mais de 40 mil habitantes, que construiu esta Cidade e, hoje, estão ameaçados, pela incompreensão de uns, a vaidade de outros, a maldade de muitos, de ser escoraçados daquele palmo de chão – sem conforto, sem assistência, sem nada – que lhes foi dado ocupar precariamente”.⁹¹ A reportagem fala do sentimento de pioneirismo que foi incutido em cada um dos habitantes da Cidade Livre que movidos pelo “amor à Pátria”, se lançaram ao desafio de construir a “obra ciclópica” que hoje assombra o mundo. Mesmo enfrentando inúmeros sacrifícios – poeira, lama, falta de abrigos –, os caminhos mal esboçados e as intempéries, ajudaram a construir Brasília. O Jornal da Cidade Livre vai continuar como uma seção dentro do Correio Braziliense (na página 06 do periódico) até que a fixação do Núcleo Bandeirante como cidade satélite de Brasília se efetive, no dia 20 de dezembro de 1961, com o projeto de Breno da Silveira transformado na Lei nº 4020/ 61. As várias publicações deste jornal versaram sobre os problemas cotidianos dos moradores da, até então, Cidade Livre: os desmandos da prefeitura ao mandar demolir casas na CL sem autorização judicial⁹²; constantes demolições de prédios importantes da CL, como o Ginásio Brasília, o Salão Cristal, etc.. Mas falava também da vitória alcançada pelos pioneiros com a declaração do subprefeito da cidade comprometendo-se em demolir apenas os estabelecimentos daqueles que espontaneamente resolverem deixar a cidade.⁹³ Ou ainda, reportagens que falavam do contraste existente entre a esplendorosa cidade construída e o descaso em que vivem aqueles que tornaram possível a sua construção. “A construção de Brasília constitui um Poema Épico! Mas, em deplorável contraste, seus construtores vivem uma Tragédia Dantesca! Os homens que deram ao mundo mais um ponto de turismo e motivo para admiração, criando no Planalto Central a ‘Cidade-Céu’, estão hoje condicionados a uma ‘Vida de Inferno’”.⁹⁴

⁹¹ “JORNAL DA CIDADE LIVRE – O nosso aparecimento”. *Correio Braziliense*, 03 de junho de 1961.

⁹² “JORNAL DA CIDADE LIVRE – Justiça responde aos desmandos da Prefeitura”. *Correio Braziliense*, 21 de junho de 1961. “JORNAL DA CIDADE LIVRE – ‘Operação-Mudança’: desespero e morte na CL”. *Correio Braziliense*, 21 de junho de 1961.

⁹³ “JORNAL DA CIDADE LIVRE – Graves acontecimentos na CL”. *Correio Braziliense*, 09 de julho de 1961. “JORNAL DA CIDADE LIVRE – Ilusão de ótica ou ignorância”. *Correio Braziliense*, 02 de agosto de 1961.

⁹⁴ “JORNAL DA CIDADE LIVRE – Tragédia Dantesca em um Poema Épico”. *Correio Braziliense*, 18 de agosto de 1961. “JORNAL DA CIDADE LIVRE – Porque não olhar o outro lado?”. *Correio Braziliense*, 23 de agosto de 1961.

Mesmo considerado como o grande paradoxo de Brasília, o Núcleo Bandeirante conseguiu mobilizar em torno do Movimento de Pró-Fixação um grande número de colaboradores, o que deu ao movimento força social e política. Quando da fixação do Núcleo Bandeirante como cidade satélite de Brasília, os pioneiros desfilaram na Esplanada dos Ministérios, em festa e reconhecimento.

Sobradinho

*Muitos chamam-na de 'a Petrópolis brasileira', pela salubridade do seu clima. Ou, a 'cidade serrana'. Para se viver, Sobradinho é uma cidade aprazível, própria ao trabalho e à especulação intelectual.*⁹⁵

Sobradinho nasceu no dia 13 de maio de 1960, portanto, na época da construção de Brasília. O intuito era implantar uma cidade tipicamente rural – o que contrastava com o projeto de Brasília: símbolo da arquitetura e do urbanismo modernos. Por sua característica rural, as obras em Sobradinho foram controladas pelo Departamento de Terras e Agricultura (DTA) da Novacap, uma exceção nas obras em Brasília já que todas eram controladas pelo Departamento de Urbanismo e Arquitetura (DUA) ou pelo Departamento de Viação e Obras (DVO). No entanto, o planejamento da cidade foi entregue a um urbanista, o sr. Paulo Hungria Machado, e assistido por Lúcio Costa. Para Sobradinho foram transferidos os moradores do acampamento denominado Bananal e da Vila Amauri, que com o início das obras da barragem do Paranoá precisaram ser transferidos, já que a região onde seria a Vila foi toda inundada pela barragem. O dia 03 de março de 1960 marca a transferência das primeiras famílias para Sobradinho. O primeiro agrupamento humano se formou na quadra 04 e suas adjacências, uma média de 30 famílias eram transferidas diariamente, até que toda a Vila Amauri tivesse sido erradicada – em junho-julho de 1960, sua população era de cerca de 1.000 pessoas.

Embora não tenha tido acesso ao projeto de urbanização de Sobradinho, ousou dizer que a influência da proposta racionalista de Costa aparece de forma clara no traçado desta cidade. Neste núcleo foi mantido o sentido de unidade de vizinhança que se pretendia com as super-quadras no Plano Piloto: entre as ruas uma faixa arborizada que

⁹⁵ VASCONCELOS, Adirson. “Sobradinho”. In: *Op. Cit.*, 1988, pp. 145-180.

corresponderia à frente das casas, possibilitaria aos moradores uma convivência mais próxima e um ambiente livre do perigo dos carros, ou da presença de pessoas estranhas aos moradores daquela rua ou seus parentes.

Em setembro de 1961 os moradores de Sobradinho lançam um manifesto com algumas reivindicações de melhorias para a cidade. Tendo à época como subprefeito o sr. Newton Jacinto de Almeida⁹⁶ que, segundo o documento, “raramente aparece na Subprefeitura e, quando aparece dá um rápido expediente de 30 a 40 minutos, para logo desaparecer, tomando rumo ignorado”,⁹⁷ a principal reivindicação desse manifesto era para que o seu próximo subprefeito fosse escolhido nas urnas. As indicações de nomes deveriam ser feitas a partir de uma consulta a população da cidade, e que, preferencialmente, fosse uma pessoa aí residente. Além dessa, outras reivindicações compõem o documento: (1) liberação das plantas de construções definitivas – plantas disponibilizadas pelo administrador e que tivessem um caráter popular, ao alcance de todos os moradores de Sobradinho; (2) fornecimento de contratos dos lotes de Sobradinho – já que o Departamento Imobiliário não está conseguindo suprir a demanda; (3) melhoria dos transportes públicos – afirmam os moradores que o transporte público é quase nulo na cidade, já que as empresas particulares que fazem o transporte entre Sobradinho e o Plano Piloto estão quase sem veículos para servir essas pessoas; (4) ligação de luz nas moradias – os moradores reclamam que o serviço de luz foi levado à cidade, no entanto, só atende às necessidades de uma olaria de um deputado com sede em Sobradinho; (5) emprego – a oferta de emprego para os moradores daquele núcleo com a retomada das obras públicas da Novacap, da Prefeitura e outras.

⁹⁶ Sobradinho teve os seguintes subprefeitos até 1970: Henrique Teixeira Tamm (Professor) de setembro de 1959 a 11/ 11/ 1960; Abigail Romero (Policial) de 11/ 11/ 1960 a 08/ 02/ 1961; Ernane Costa A. Jaguaribe (Engenheiro Civil) de 08/ 02/ 1961 a 20/ 04/ 1961; Newton Jacinto de Almeida (Engenheiro Civil) de 20/ 04/ 1961 a 08/ 11/ 1961; Camilo Severino de Almeida (Engenheiro Civil) de 08/ 11/ 1961 a 04/ 07/ 1962; Armando Jose Bockmann (Engenheiro Civil) de 04/ 07/ 1962 a 03/ 07/ 1963; Joel de Oliveira Paes (Arquiteto) de 03/ 07/ 1963 a 01/ 12/ 1967; Manoel Carneiro de Albuquerque (Engenheiro) de 01/ 12/ 1967 a 06/ 12/ 1967; Mauro Renan Bitencourt (Juiz) de 06/ 12/ 1967 a 30/ 01/ 1970; e Pedro Rodrigues de Sousa (Professor) de 30/ 01/ 1970 a 18/ 06/ 1974. Dados retirados do site oficial da cidade: [http:// www.sobradinho.df.gov.br/ GaleriaAdministradores](http://www.sobradinho.df.gov.br/GaleriaAdministradores).

⁹⁷ “Sobradinho lança manifesto: ‘Queremos prefeito eleito’”. *Correio Braziliense*, 16 de setembro de 1961.



Figura06 - Plantada área urbanade Sobradinho

Mesmo com a elaboração desse manifesto, os moradores de Sobradinho, ao que parece, não conseguiram que essas reivindicações fossem atendidas. Por exemplo, o problema do fornecimento de luz não fora resolvido até o início de 1962. A reportagem publicada no *Correio Braziliense* afirma que o abastecimento de luz não estava ainda regularizado porque o departamento encarregado dessa questão não possuía o material necessário para a conclusão dos trabalhos. “Ainda, há poucos dias, os trabalhos ficaram interrompidos, longo período, por falta de 20 parafusos que custam, no máximo, cinco cruzeiros cada um, assim, unicamente por falta de material necessário para o prosseguimento dos trabalhos, o serviço de ligação de luz e força para Sobradinho levará o dobro do tempo para ser concluído e sairá por um preço três vezes mais caro”.⁹⁸ Além do marasmo nas obras pelos motivos mais variados, inclusive pela falta de parafusos, como denuncia a reportagem citada, os moradores de Sobradinho teriam que conviver com os atrasos nos salários daqueles vinculados à Subprefeitura. Afirma-se, no artigo, inclusive que o atraso se deu devido a uma “má vontade do pessoal da Prefeitura do Distrito Federal e da Novacap”⁹⁹ em efetuar esses pagamentos.

As imagens que aparecem sobre Sobradinho no *Correio* são quase sempre negativas. Em artigo escrito por Flávio Paiva a situação descrita é desoladora: a cidade tem um crescente número de desempregados, e várias casas comerciais estariam fechando suas portas. A transferência de famílias das invasões do Plano Piloto para Sobradinho sem qualquer planejamento por parte das autoridades é apresentada como a principal causa dessa situação de miséria que se apresenta na cidade – Paiva chega a afirmar que, nas quadras 17 e 18 de Sobradinho as pessoas vivem “sem o menor conforto, como se fossem bichos ou parias da sociedade”,¹⁰⁰ uma situação que define como desesperadora. Embora tenha feito referência direta às quadras 17 e 18 como sendo as que apresentam maiores problemas, Paiva afirma que a situação é grave em toda a cidade satélite. A chamada “operação invasão!” – como a Secretaria do Interior e Segurança (ligada à Prefeitura do Distrito Federal - PDF) denomina as transferências de famílias das invasões do Plano

⁹⁸ “CIDADES SATÉLITES – Sobradinho – Falta luz”. *Correio Braziliense*, 27 de janeiro de 1962.

⁹⁹ “CIDADES SATÉLITES – Sobradinho”. *Correio Braziliense*, 15 de fevereiro de 1962.

¹⁰⁰ PAIVA, Flávio. “Sobradinho: autoridades criam uma cidade de fome e misérias”. *Correio Braziliense*, 15 de maio de 1962.

Piloto – é conhecida pelos moradores de Sobradinho como “operação miséria”. Afirmar ainda que nesta cidade satélite existem funcionários da PDF responsáveis por montar os barracos trazidos das invasões. Conclui a reportagem dizendo que “a meia hora do centro da capital da República centenas de famílias vivem nas piores condições humanas possível. Esgoto, água, luz e transporte são artigos de luxo para aqueles pobres ‘parias’ criados pela desumanidade dos administradores”.¹⁰¹

Estranhamente o jornal passa um certo período sem dar maiores destaques às cidades satélites.¹⁰² Quase um ano depois, um outro quadro se apresenta na reportagem de Pedro Luz, quando a comemoração do 3º aniversário da cidade parece motivar as esperanças dos sobradinhenses: “colhendo opiniões e detalhes, chegamos a firmar a convicção de que Sobradinho dentro de pouco tempo, conseguirá dinamizar-se e se projetará como núcleo residencial que melhores condições oferecerá, pela vontade indômita dos seus habitantes que não poupam esforços neste sentido”.¹⁰³ No entanto, essa euforia se mostra efêmera posto que na semana seguinte o jornalista Pedro Luz publica outras informações sobre Sobradinho. O início da reportagem traz ainda elogios à cidade no que tange à organização de seus moradores e à qualidade da água que a abastece. Entretanto, logo em seguida ele afirma, por exemplo, que as casas construídas pela SHEB (Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília) “não atendem às condições atuais dos serviços públicos, desde que não podem contar com a água, luz e esgoto”,¹⁰⁴ e que não se pode desconsiderar o crescente desemprego de cerca de 600 famílias residentes naquela cidade satélite.

Somente em 1970, outra imagem vai se delineando para Sobradinho. O jornalista Pedro Juca apresenta números que possibilitariam pensar um outro cenário, que não aquele desolador, de pobreza e miséria apresentado anos antes por Flávio Paiva. Com

¹⁰¹ PAIVA, Flávio. “Sobradinho: autoridades criam uma cidade de fome e misérias”. *Correio Braziliense*, 15 de maio de 1962.

¹⁰² Não tenho como afirmar as motivações da ausência de reportagens sobre as Cidades Satélites neste período. Minha intenção é desenvolver um outro trabalho de pesquisa em que eu possa pensar essas questões a partir da análise de outras fontes documentais que me possibilitem uma inserção maior nesses outros espaços urbanos adjacentes à Brasília, e aí sim, conseguir entender as dinâmicas de sua relação com a capital.

¹⁰³ LUZ, Pedro. “Entre esperanças, Sobradinho comemorou 3 anos de existência”. *Correio Braziliense*, 06 de fevereiro de 1963.

¹⁰⁴ “CIDADES SATÉLITES – Sobradinho”. *Correio Braziliense*, 14 de fevereiro de 1963.

uma população de 29.500 habitantes (25.000 na área urbana e 4.500 na zona rural), Sobradinho comemora seu 10º aniversário como a cidade satélite mais completa do Distrito Federal: com maior número de prédios de alvenaria em relação ao número de habitantes e de lotes; a que tem maior cobertura na rede de água e esgotos; e que tem 98% de ligações elétricas.¹⁰⁵ Isso contudo não impede que se perceba que a cidade ainda se ressentia da falta de algumas melhorias – estação rodoviária, um mercado produtor, asfalto, telefones, iluminação pública... Mostrando como se estrutura a cidade e algumas das reivindicações de seus moradores por melhores condições de vida, Pedro Juca afirma que “Sobradinho é isto. Uma cidade agradável, com bom clima, boa de se morar, enfim, uma cidade comunitária. No dizer do Governador Hélio Prates: ‘um parque aprazível, movimentado, um jardim cercado de sugestivas paisagens e de amplos horizontes’. E, apenas, 22 dias mais nova do que Brasília”.¹⁰⁶

Nessa cidade há, segundo Vasconcelos, alguns atrativos turísticos (cachoeira de Sobradinho, a “pedra encantada” na Fercal, o camping ABC), alguns clubes recreativos (Sodeso, Bancrevea e o Sesi). Estão também localizadas naquela cidade satélite as duas fábricas de cimento do DF (Tocantins e Ciplan), responsáveis pela geração de um grande número de empregos e de renda para a população local. Há também casas de espetáculos como o Cine Alvorada e o Galpão João de Barro. Mas além desse galpão, há outros auditórios na cidade propícios para as apresentações teatrais, como o da Administração Regional, do Hospital, do Centro Educacional 2, e nos Colégios La Salle e Arco-Íris. Estão também localizados em Sobradinho o Pólo de Cinema e Vídeo do DF “Grande Otelo”, e vários ateliês de artistas plásticos brasilienses. Isso parece dar a cidade um ar de centro cultural.

¹⁰⁵ JUCA, Pedro. “Sobradinho – 10 anos, uma cidade completa”. *Correio Braziliense*, 13 de maio de 1970.

¹⁰⁶ JUCA, Pedro. “Sobradinho – 10 anos, uma cidade completa”. *Correio Braziliense*, 13 de maio de 1970.

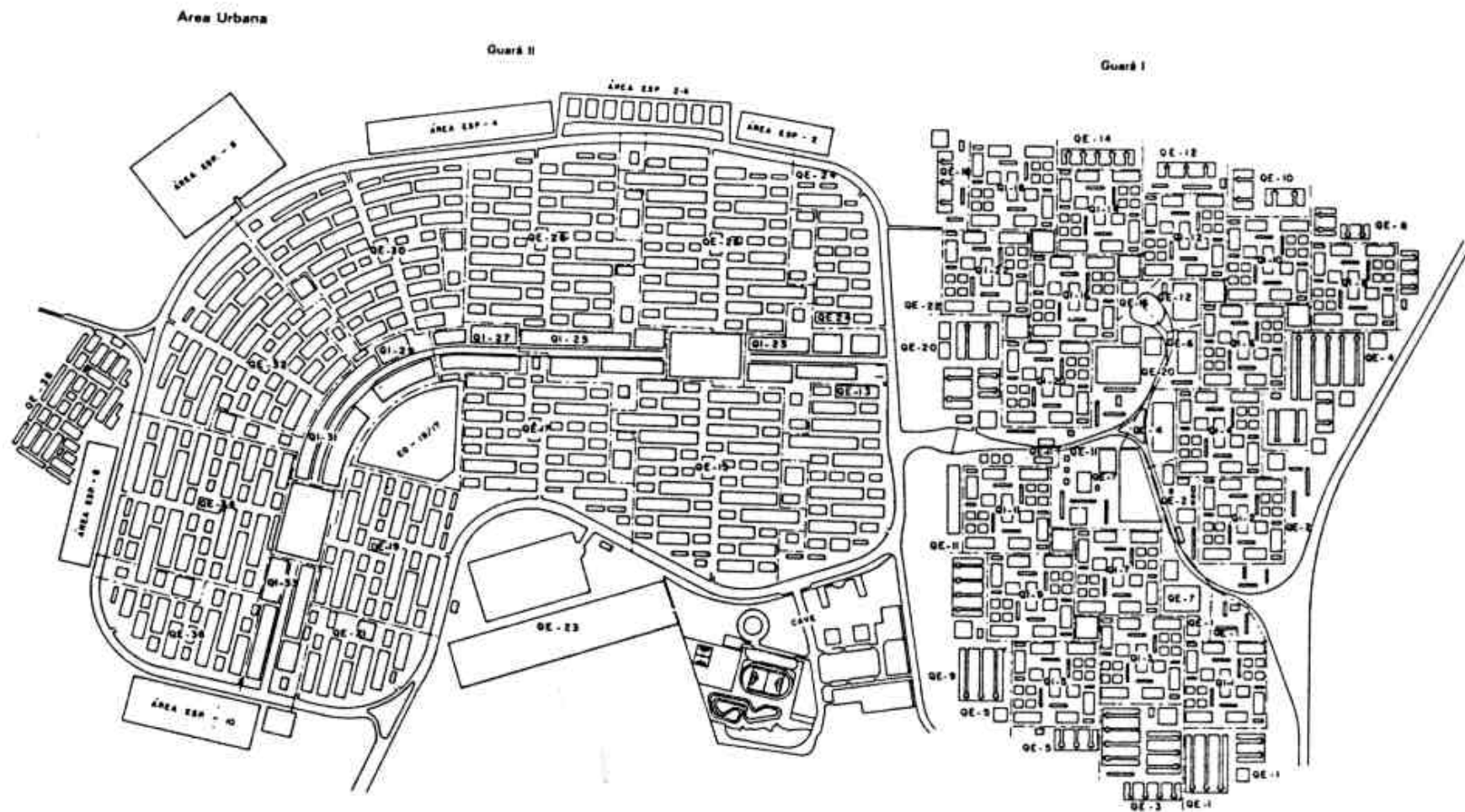


Figura07 - Plantada área urbanado Guará

Guará

*O fiscal dá uma olhada / mudança autorizada / tudo no caminhão / roupas com
asilhas / madeiras do barracão / foi uma luta para as famílias / se mudarem da
invasão.*

*A viagem foi de pressa / apesar da amolação / gente rezando à beça / para que aquela
promessa / não fosse tapeação.¹⁰⁷*

O Guará, cuja denominação oficial é Setor residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) foi inaugurado em maio de 1969. A cidade que fica a 13 km da rodoviária do plano-piloto, foi construída para abrigar os trabalhadores do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), e nasceu de uma idéia de Lúcio Costa que foi desenvolvida pelo arquiteto Renato Sá Júnior.¹⁰⁸ A cidade era chamada de mutirão, por causa do sistema pelo qual as casas do lugar foram construídas – “o sistema de mutirão para construção de casas populares idealizado por Rogério de Freitas Cunha consistia basicamente em reunir grupos de 10 famílias inscritas para a construção de 10 casas, em regime de esforço mútuo e sob a orientação técnica de arquitetos e engenheiros e de pessoal administrativo do Governo”.¹⁰⁹ Contudo, só poderiam participar do sistema de mutirão aqueles que, comprovadamente, não possuísem imóveis (casa ou terreno) em Brasília. Inicialmente, afirma Vasconcelos, o direito à inscrição era concedido apenas a funcionários de baixa renda, mas com o tempo fora estendido a todos, inclusive aos engenheiros. A necessidade de criação de um núcleo habitacional como o Guará deu-se pelo crescente aparecimento de favelas em Brasília, não apenas na orla do Plano Piloto mas também nas periferias das próprias cidades satélites. “A solução para o problema está em construir, cada vez mais, residências padronizadas, de baixo custo, como vem fazendo a SHIS (Setor de Habitação de Interesse Social). A cidade do Guará foi uma promissora realização e serve como um bom modelo de como se acabar com o problema das invasões e dotar todos os indivíduos de uma moradia decente”.¹¹⁰

¹⁰⁷ VASCONCELOS, Adirson. *Op. Cit.*, 1988, p. 68.

¹⁰⁸ VASCONCELOS, Adirson. “Guará”. In: *Op. Cit.*, 1988, pp. 289-324.

¹⁰⁹ VASCONCELOS, Adirson. “Guará”. In: *Cidades Satélites de Brasília*. Edição do Autor, Brasília, 1988, p. 300.

¹¹⁰ NASCIMENTO, José Natal do. “Guará, uma solução”. *Correio Braziliense*, 20 de agosto de 1969.

O Guará, no entanto, não parou no mutirão. Continuou a crescer para se transformar na mais cobiçada cidade satélite, transformada no berço da classe média do Distrito Federal. Por sua proximidade com o Plano Piloto, e com a maior cidade satélite de Brasília, Taguatinga, o Guará constitui um espaço privilegiado para seus moradores. Além do que tem um privilegiado abastecimento de água, posto que possui dois grandes mananciais do Distrito Federal – o Sistema do Rio Descoberto e o Torto-Santa Maria. Hoje, o espaço urbano do Guará chega a se confundir com o do plano-piloto. O Guará contava com uma população de 27.000 habitantes, em 1970. Com a abertura do Guará II o conjunto elevou sua população para mais de 70.000 habitantes. Aos poucos as casas populares construídas pela SHIS estão cedendo lugar para sobrados e condomínios de bom nível, evidenciando a seleção sócio-econômico de sua população fazendo com que o Guará tenha um dos metros quadrados mais caros do DF.

Criada em 1969 a Feira Permanente do Guará é conhecida nacionalmente como uma das feiras mais tradicionais do Distrito Federal. Ela foi criada pela necessidade de atender às pessoas desempregadas que vendiam suas mercadorias em barracas localizadas em frente a Benecap (órgão do governo que pertencia aos funcionários da Novacap e da PDF). A feira é considerada um ponto de convergência da população e também de moradores do Plano Piloto e de outras cidades satélites para fazer compras nos fins de semana. Os moradores do Guará reivindicam melhorias que garantiriam uma vida mais independente do Plano Piloto, como um melhor comércio local (farmácias, padarias, serviços médicos, lojas e armazéns), ,ais indústrias e serviços, mais áreas de lazer e segurança, mais praças públicas e esportivas, melhor urbanização das áreas verdes, melhor iluminação, mais escolas e postos de saúde, um hospital, bem como um melhor sistema de transportes (tanto interno quanto nas linhas que ligam a cidade à Taguatinga e ao Plano Piloto).

* * *

Um aspecto comum percebido nas reportagens do Correio Braziliense e nos textos historiográficos é a diferenciação feita entre os anos JK e os que o sucedem no que concerne à construção da cidade e das cidades satélites como forma de garantir a erradicação das favelas que começaram a aparecer na cidade. O conhecido “ritmo de

Brasília” que teria possibilitado a inauguração da cidade na data prevista parece ter perdido força com a posse de Jânio Quadros. Esse marasmo que caracterizou o governo Jânio não se restringiu às políticas relacionadas às cidades satélites, mas se estendeu às mais diversas áreas da vida em Brasília. Tudo isso exacerba o contraste com os anos JK e dão mais legitimidade às imagens que defendem que aqueles teriam sido mesmo os anos dourados. O texto do brasilianista Thomas Skidmore apresenta esse momento mesmo como tendo sido um tempo de exceção. Como dito no capítulo anterior, a análise feita por Skidmore inaugura uma longa produção historiográfica que pensa aquele período como um tempo singular no corpo da história política da república: um tempo objetivado como o tempo do progresso econômico e político, corporificado pela construção de Brasília.

As cidades satélites que foram criadas, inicialmente, para atender à população obreira de Brasília, surpreenderam por seu crescimento, o que demandou uma organização administrativa própria em níveis correspondentes ao do Plano Piloto. Embora tenham se constituído como centros administrativos autônomos, são consideradas como foco de problemas sociais na periferia da capital federal. “Ponto de convergência de muitos aventureiros, desempregados e mesmo daqueles que tentam melhorar de vida, Brasília não os acolhe nas limitações do seu chiquismo e os deságua nas cidades satélites, onde eles encontram identificação com o ‘habitat’, facilidade de manobras e simplicidade dos costumes. Em cada cidade satélite há um mundo de barracos de madeira organizados em ruas e avenidas, algumas asfaltadas, com água encanada, luz, um mercado e uma escola nas proximidades. Isto, até que o ocupante do barraco tenha condições de construir sua casa de alvenaria”.¹¹¹

¹¹¹ “CIDADES SATÉLITES – o que são no 10º aniversário de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

CAPÍTULO III – “...é a única cidade onde não haverá saudade”: memórias que elaboram Brasília

E rguida em alto e soberbo mirante, / BRASÍLIA é o despertar do Gigante. / É o vibrar de milhões de brasileiros, / a proclamar em gritos altaneiros: / “Custe trabalho e noites de vigília, / mas, pelo Brasil, faça-se BRASÍLIA.” / (...) O trepidar vibrante dos motores / enche o campo de gritos e rumores: / Ruge. / E coa. / E struge. / Ressoa. / E a violência da vertigem, / devassando a terra virgem / e matando a solidão. / É a fúria do labor, / é o rugir do trator, / e o roncar do avião. / E mais que tudo isso. / Esse rebulico. / É o meu Brasil de coração oprimido / que rasga o peito às ânsias do progresso. / É o vibrar de milhões de brasileiros, / a proclamar em brados altaneiros: / Custe trabalho e noites de vigília, / mas, pelo Brasil, faça-se BRASÍLIA.¹

Pensar a memória do indivíduo como algo que depende das relações que ele estabelece (seja com a família, o grupo social, a escola, a igreja, etc.), implica entender que suas lembranças são uma atualização, uma ressignificação do passado, pois, “a memória é desencadeada de um lugar, e este se situa no presente”.² Aqueles que são incitados a lembrar dão à sua memória contornos próprios dessa vivência, não se pode pensar, portanto, que seria diferente com os pioneiros de Brasília. “Lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição”.³ Entender como as pessoas que viveram o momento de construção da cidade relembram, refazem e redimensionam essa experiência é mais uma porta de inserção na cidade que me parece crucial para a elaboração de uma história de Brasília.

“É impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos por ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem

¹ Poema escrito por Silva Guimarães em 1957, intitulado “Fiat Brasília”. In: SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília, Coordenada / INL, 1971, p. 246.

² SEIXAS, Jacy Alves de. “Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica” In: BRESCIANI, M.S.M.; SEIXAS, J.A.; BREPOHL, M. (orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília, Editora da UnB, 2002, p. 62.

³ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 20.

de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória”.⁴ Jean Duvignaud apresenta nessa fala, presente no prefácio do livro de Halbwachs, duas idéias chaves para o entendimento do pensamento halbwachsiano e para o trabalho com a memória como um todo: a de exterioridade e a de quadros sociais. Estes conceitos abririam a possibilidade de se pensar a memória como reconstrução do passado; mas uma reconstrução que se efetivaria numa relação direta com os quadros sociais do presente. Para Halbwachs não há a possibilidade de se lembrar de um evento tal como ele ocorreu, pois a depender dos quadros sociais presentes a que está ligado o indivíduo ou o grupo, a memória se desestrutura, ou seja, o presente interfere, ou mesmo direciona, o olhar que é lançado ao passado – a memória consiste, portanto, num exercício de elaboração. Pensar na estreita relação entre passado e presente quando se fala de memória é pensar também em como se constitui a sua dimensão temporal. O tempo, para halbwachs, “não é mais, com efeito, o meio homogêneo e uniforme onde se desenrolam todos os fenômenos, mas o simples princípio de uma coordenação entre elemento que não dependem do pensamento ontológico, porque colocam em causa regiões da experiência que lhes são irredutíveis. (...) O tempo não é mais o meio privilegiado e estável onde se desdobram todos os fenômenos humanos, comparável àquilo que era a luz para os físicos de outrora”.⁵ O tempo do sonho é descontínuo, o da memória é contínuo, sua linguagem é consistente, profunda e estável, porque racional. Exercitar a memória, tecer novamente os fios constitutivos do passado a partir das lembranças, é, para ele, sobretudo um processo de racionalização dessas mesmas lembranças.

A memória, portanto, é um exercício de reconstrução do passado, um exercício de racionalidade. É isso que, para Halbwachs, possibilita que a memória individual não se torne inacessível. Isso, contudo, não implica dizer que essa mesma memória não esteja perpassada por sentimentos, ilusões ou mesmo por discontinuidades. A lembrança individual não encontra respaldo fora do grupo ao qual o indivíduo faz parte no presente, é o conjunto de informações que o formou que constitui suas lembranças. “Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de

⁴ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 09.

⁵ HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.*, 1990, p. 13.

dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade”.⁶ O indivíduo, assim, é sempre subsumido aos grupos, o sujeito da memória é a sociedade e não o indivíduo.

Há para Halbwachs uma distinção entre memória coletiva e história. A primeira seria conhecida internamente, mas repousaria na exterioridade; já a história é exterior. O passado aprendido e escrito pela história não tem mais relação com os grupos sociais do presente, e portanto, perde sua funcionalidade enquanto memória coletiva, já que perde sua legitimidade. “É nesse sentido que a história vivida se distingue da história escrita: ela tem tudo o que é preciso para construir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado.”⁷

Com a história, segundo Halbwachs, é bem diferente. Ela constrói continuidades e periodizações artificiais, trabalha com comparações e cria uma imagem una. “A história pode apresentar-se como memória universal do gênero humano. Mas não existe memória universal. Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. (...) É como dizer que a história se interessa sobretudo pelas diferenças, feita a abstração das semelhanças, sem as quais todavia não haveria memória, uma vez que nos lembramos apenas dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência. Apesar da variedade dos lugares e dos tempos, a história reduz os acontecimentos a termos aparentemente comparáveis, o que lhe permite ligá-los uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas. Somente assim, ela consegue nos dar uma visão em ponto pequeno do passado, apanhando um instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas

⁶ HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.*, 1990, p. 34.

⁷ Idem; *Ibidem*; p. 71.

evoluções coletivas”.⁸ A memória coletiva rompe com as periodicidades e com a linha temporal que separa passado e presente. A história, por sua vez, cria cortes e periodicidades artificiais que vão além da memória coletiva, ou seja, são aqueles estados que não estão mais entre os grupos sociais.

A história se coloca fora dos grupos que viveram aqueles acontecimentos e cria ligações artificiais entre eles. Há uma multiplicidade de tempos tantos quantos são os grupos que compõem a sociedade. Mas nenhuma dessas consciências coletivas de tempo se impõe a todos os outros grupos. Ou seja, não há como falar em uma memória universal, como pretende a história. A memória se constitui socialmente, dentro dos quadros sociais que compõem e estruturam uma sociedade.

Pareceu-me extremamente fascinante quando Halbwachs dizia que a memória individual faz parte de uma existência social. “Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade”.⁹ É isso! Eu pensei. As pessoas que vivem em Brasília fazem, ou fizeram parte de uma sociabilidade que girava em torno do ideal de modernidade e de bem-estar que aquela cidade pretendia suscitar. No entanto, pensar o indivíduo enquanto parte de um grupo social não o diminui enquanto sujeito histórico.

Mas a memória, assim como a história, não pode ser pensada como um ato inocente. Muito pelo contrário, elas têm uma intencionalidade política e social. Acredito que mesmo a memória involuntária, aquela que lhe vem ao acaso, como diz Proust, quando atualizada em lembrança passa pelo crivo do intelecto. O indivíduo seleciona o que quer lembrar, e constrói para si um desenho que julgue interessante; assim como o historiador faz quando recorta um tempo e um espaço para trabalhar; assim como escolhe

⁸ HALBWACHS, Maurice. *Op. Cit.*, 1990. p. 86.

⁹ *Idem*; *Ibidem*; p. 34.

fatos que quer mencionar para falar de um momento e criar uma imagem que seja interessante; assim como foi o investimento em delinear fatos, lugares e pessoas que deveriam ser lembradas, ou mesmo sacralizadas, quando se escreve a história de Brasília; assim como não dá para pensar que a história possibilitaria conhecermos o passado tal como ele foi, como também não podemos pensar em uma memória que traga a verdade de um indivíduo, ou o seu passado tal como tenha ocorrido. Há escolhas, há uma dinâmica de lembrança e esquecimento que não pode ser desconsiderada.

“Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”.¹⁰ Pierre Nora ensina que não podemos mais pensar numa memória espontânea, uma memória que não esteja atravessada, ou mesmo moldada pela história. Diz ele que “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história”.¹¹ O tempo da memória se espacializa e se materializa em seus signos, assim a memória espontânea não mais existiria, mas sim uma memória historicizada, uma memória reconstituída pelo olhar da história. Assim são criados os lugares de memória. Para ele há uma clara distinção entre memória e história. A primeira seria vida, estaria aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, é um fenômeno vivido no presente, é afetiva, mágica, múltipla. A história, por sua vez, seria um artifício intelectual, uma representação laicizante do passado, uma representação universalizante... A história teria se descoberto vítima da memória e por isso num constante esforço de se livrar dela. A história não pode ser entendida como uma operação inocente, mas como um processo de manipulação do passado. Não podemos falar de uma memória pura, livre das imposições que o tempo presente lhe impõe. A história é a criação de uma imagem, de uma representação do passado. Nós, historiadores, inventamos o passado, criamos para ele lugares de identificação com o presente, delineamos a sua cartografia.

Os lugares de memória surgem da sensação de não mais haver memória. A memória deve ser criada e visualizada em museus, arquivos, celebrações, etc., porque deixou de ser espontânea. “Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles

¹⁰ NORA, Pierre. “Entre Memória e História”. Projeto. São Paulo, n. 10, Dez./ 1993, PUC/ SP, p. 07.

¹¹ NORA, Pierre. *Op. Cit.*, 1993, p. 08.

[lugares de memória] envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É esse vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos”.¹² Nora afirma ainda que a memória é cada vez menos vivenciada do interior e precisa, por isso, de aportes exteriores que lhe dêem legitimidade e inteligibilidade.

“Não somente guardar, tudo conservar dos sinais indicativos da memória, mesmo sem se saber exatamente de que memória são indicadores. Mas produzir arquivos é o imperativo da época”.¹³ O “boom” da memória, a necessidade de lhe consagrar lugares fez de cada um de nós “historiadores de nós mesmos”. O dever de memória mobilizou os grupos a definirem sua identidade e a construírem a sua memória. É como se a única memória a que tivéssemos acesso fosse a memória historicizada. A memória afetiva, espontânea, plural, não mais existiria, ou não mais seria acessível.

Bergson, em seu texto “Matéria e Memória”,¹⁴ buscou determinar a relação entre espírito e matéria através do exemplo da memória. É seu objetivo ir além das dificuldades colocadas pelas análises dualistas que são feitas sobre a memória. Dificuldades essas decorrentes da concepção ora realista, ora idealista que é feita da matéria. Diz que “idealismo e realismo são duas teses igualmente excessivas, que é falso reduzir a matéria à representação que temos dela, [é] falso também fazer da matéria algo que produziria em nós representações mas que seria de uma natureza diferente delas”.¹⁵

Bergson busca tratar do problema da relação entre o espírito e o corpo. Segundo ele, há duas formas, recorrentes na filosofia, de encarar o problema dessa relação: uma corrente que considera a união da alma com o corpo um fato irreduzível e inexplicável chamada paralelista; e uma corrente que vê o corpo como um instrumento da alma, chamada epifenomenista. No entanto, quando propomos examinar os fatos sem

¹² NORA, Pierre. *Op. Cit.*, 1993, p. 13.

¹³ Idem; *Ibidem*; p. 16.

¹⁴ BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

¹⁵ Idem; *Ibidem*; p. 01.

idéias preconcebidas, sem partir dessas dualidades, somos levados ao terreno da memória. E isso aconteceria porque a lembrança é o ponto de intersecção entre o espírito e a matéria. A relação entre o mental e o cerebral não é, para Bergson, uma relação constante, assim como não é uma relação simples. Há tons diferentes de vida mental, e nossa vida psicológica pode se manifestar em alturas diferentes, ora mais perto, ora mais distante da ação, conforme o grau de nossa atenção à vida.

“Estudo uma lição, e para aprendê-la de cor leio-a primeiramente escandindo cada verso; repito-a em seguida um certo número de vezes. A cada nova leitura efetua-se um progresso, as palavras ligam-se cada vez melhor; acabam por se organizar juntas. Nesse momento preciso sei minha lição de cor; dizemos que ela tornou-se lembrança, que ela se imprimiu em minha memória”.¹⁶ Cada uma das leituras que fazemos tem uma individualidade própria. Distinguem-se pela própria posição que ocuparam no tempo, cada uma delas torna a passar diante de mim como um acontecimento determinado da minha vida, da minha história.

Há, portanto, para Bergson duas formas de memória. Uma que chama de “lembrança aprendida” (memória voluntária); e outra que chama de “lembrança espontânea” (memória involuntária). A primeira tem as características de hábito, é adquirida pela repetição de um mesmo esforço. É vivida e agida, mais do que representada; ela é ação, não contém nenhuma marca que revele suas origens e que a classifique no passado – faz parte do tempo presente. É o hábito esclarecido pela memória. A “lembrança espontânea” tem sua imagem imediatamente impressa na memória. É um acontecimento único da minha história. O tempo não acrescenta nada a ela sem desnaturá-la, é a memória por excelência.

Bergson representa as duas memórias teoricamente como independentes, mas não pensa a possibilidade de que no processo de elaboração da memória, estas estejam desligadas. Elas fazem parte desse processo caminhando lado a lado, e se prestando apoio mútuo. “A primeira [espontânea] registraria, sob forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam;

¹⁶ BERGSON, Henri. *Op. Cit.*, 1999, p. 85.

ela não negligenciaria nenhum detalhe; atribuiria a cada fato, a cada gesto, seu lugar e sua data. Sem segunda intenção de utilidade ou de aplicação prática, armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural. Por ela se tornaria possível o reconhecimento inteligente, ou melhor, intelectual, de uma percepção já experimentada; nela nos refugiaríamos todas as vezes que remontamos, para buscar aí uma certa imagem, a encosta de nossa vida passada.(...) Esta [memória aprendida] só reteve do passado os movimentos inteligentemente coordenados que representam seu esforço acumulado; ela reencontra esses esforços passados, não em imagens-lembranças que os recordam, mas na ordem rigorosa e no caráter sistemático com que os movimentos atuais se efetuam. A bem da verdade, ela já não nos representa nosso passado, ela o encena; e, se ela merece ainda o nome de memória, já não é porque conserve imagens antigas, mas porque prolonga seu efeito útil até o presente”.¹⁷ As lembranças adquiridas voluntariamente são raras, ao passo que os registros de fatos e imagens únicas se processam a todo instante. No entanto, como as lembranças aprendidas são úteis dá-se maior atenção a elas. A memória espontânea seria apenas o início desse processo de aprendizado que estaria se desenvolvendo.

Reaver o passado é um processo que se desenvolve a partir do reconhecimento. Bergson diz que o reconhecimento vai além da associação entre percepção e lembrança. Há duas possibilidades de se pensar o reconhecimento no pensamento bergsoniano: o reconhecimento no instantâneo e o reconhecimento atento.

O reconhecimento no instantâneo consiste numa ação, não numa representação. “Reconhecer um objeto usual consiste sobretudo em saber servir-se dele. Mas saber servir-se dele é já esboçar os movimentos que se adaptam a ele, é tomar uma certa atitude ou pelo menos tender a isso em função daquilo que os alemães chamam de ‘impulsos motores’. O hábito de utilizar o objeto acabou portanto por organizar ao mesmo tempo movimentos e percepções, e a consciência desses movimentos nascentes, que acompanhariam a percepção à maneira de um reflexo, estaria, aqui, também, na base do reconhecimento”.¹⁸ Bergson se preocupa com casos em que o reconhecimento não mais ocorre, sem que a memória visual seja abolida. Cita o caso de perda do sentido de

¹⁷ BERGSON, Henri. *Op. Cit.*, 1999, pp. 88-89.

¹⁸ *Idem*; *Ibidem*; p. 105.

orientação. O doente perdera completamente a capacidade de se orientar em sua própria casa. Ou ainda os casos em que o doente perde o reconhecimento visual de caracteres do alfabeto. “O que é abolido aqui, portanto, é o hábito de distinguir as articulações do objeto percebido, ou seja, de completar a percepção visual por uma tendência motora a desenhar seu esquema”.¹⁹

“Enquanto no reconhecimento automático nossos movimentos prolongam nossa percepção para obter efeitos úteis e nos afastam assim do objeto percebido, aqui [no reconhecimento atento], ao contrário, eles nos reconduzem ao objeto para sublinhar seus contornos. Daí o papel preponderante, e não mais acessório, que as lembranças-imagens adquirem”.²⁰ Chegamos, assim, ao ponto essencial do debate. Para Bergson há duas possibilidades de entender as relações entre o cérebro e a memória: uma que afirma que com a lesão cerebral as lembranças seriam igualmente destruídas; e outra que afirma que a lesão cerebral apenas atinge nossas ações.

O reconhecimento atento é, portanto, um circuito em que o objeto entrega partes cada vez mais profundas de si mesmo à medida que a memória adquire uma tensão mais alta para projetar nele suas lembranças. As idéias, as lembranças puras, chamadas do fundo da memória, desenvolvem-se em lembranças-imagens cada vez mais capazes de se inserirem no esquema motor, sendo transformadas em ações.

Ao refletir sobre a questão do reconhecimento bergsoniano, posso me perguntar se para as pessoas que vivem em Brasília, os signos de modernidade – tão caros aos seus artistas oficiais – são reconhecidos também por essas pessoas que participaram da sua construção. Elas mantêm com esses signos uma relação de identificação, ou eles acabam sendo apenas mais uma referência do trabalho realizado? Como signos de um bom desempenho de suas funções. Houve, em Brasília, um grande investimento na construção de uma memória institucionalizada para a cidade. Os depoimentos dos candangos são informados por essa memória e a ela recorrem no processo de construção de sua própria narrativa. Conhecer essa cidade pelos olhos daqueles que a construíram,

¹⁹ BERGSON, Henri. *Op. Cit.*, 1999, p. 110.

²⁰ Idem; *Ibidem*; p. 111.

entender as motivações para que migrassem, descobrir que nuances todo o discurso empreendido pelos meios “oficiais” (jornais, revistas, textos acadêmicos, ou mesmo memorialísticos) ganha quando apropriado por esses tantos outros personagens que construíram um lugar para essa cidade que, muitas vezes, chega a se confundir com a sua própria trajetória de vida, é o meu desafio neste texto.

Exercitar a memória... reconstruir Brasília

Se este livro tivesse sido escrito em francês, Saint-Exupéry o poderia assinar. Foi feito em prosa, mas é o poema de Brasília. Toda a poesia das longas noites de trabalho, toda a esperança das horas infatigáveis da construção estão contidas em suas páginas. É um diário que fala e faz chorar de saudade. Saudade da hora mais trepidante do Brasil, quando a nação inteira vibrou, cantando, no estribilho do martelo e do cimento, a glória dos andargos que realizaram o sonho bissecular de rasgar no planalto o amanhã de meu país.

Juscelino Kubitschek

Foi lançada em 1968 a primeira edição do livro, “Invenção da Cidade”, escrito pelo jornalista Clemente Luz²¹. Israel Pinheiro, que prefacia o livro, afirma que este “apresenta uma visão ampla da construção, da inauguração e dos primeiros tempos da vida de Brasília”. Clemente Luz chegou em Brasília no ano de 1958, para trabalhar como redator da Rádio Nacional de Brasília²² e como correspondente da Agência Meridional e da Agência Nacional, sendo, poucos dias depois de sua chegada, incumbido de escrever uma crônica diária sobre a gigantesca construção da cidade. Seus escritos foram reunidos neste livro sem sofrer alterações, o que para ele garantiria ao leitor uma visão mais “crua” dos acontecimentos sobre o dia-a-dia da construção da cidade. O livro em que Clemente Luz reúne suas crônicas subdivide-se em quatro livros: (I) Tempo do louva-a-Deus; (II) Itinerário da solidão; (III) Tempo do encontro e (IV) Navio Ancorado. Em cada um desses livros, um momento da edificação da cidade é considerado. O meu olhar debruçou-se mais

²¹ LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Record; Brasília, INL, 1982.

²² Há referência em alguns depoimentos sobre os dias de construção da cidade que afirmam que a rádio Nacional de Brasília apenas divulgava programas que vangloriavam a cidade e mostravam seus aspectos positivos, nada que pudesse possibilitar o questionamento da viabilidade de construção da nova capital teria lugar em sua programação.

profundamente no momento em que Luz se dedica a falar sobre o dia-a-dia dos candangos.²³

O primeiro livro, “O tempo do louva Deus”, trata do início da construção e como se tornou possível, a partir da contribuição dos seus mais diversos personagens – nomes como Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, de Bernardo Sayão e de Juscelino Kubitschek aparecem também como referência – e dos tantos percalços que esse empreendimento trouxe para cada um deles. A epígrafe que abre este livro parece traduzir bem o que Luz quer mostrar: “uma cidade germina... podeis achar ridículo que uma cidade germine. Mas eu vos digo: germina. – Uma cidade germina no coração e na terra”²⁴ Das terras secas do cerrado estaria sim germinando uma cidade – edificada como o lugar das possibilidades, das inovações e dos sonhos. Atrelada a ela estava a vida de inúmeros personagens, pessoas que se lançaram nesta “aventura” e que escreveram junto com ela a sua própria história.

Ao ler o texto de Clemente Luz imediatamente me vem à cabeça a apresentação que Kubitschek fez para o texto. As crônicas foram escritas de uma tal forma que chega a criar para o leitor uma atmosfera tão densa, quase palpável, daqueles dias em que o tempo não era medido pela claridade ou pela escuridão, mas como diz “a divisão [do tempo] é feita pelos turnos de trabalho, pelo chamado das sirenas, pelo roncar compassado dos geradores”.²⁵ E em meio a esse som, nesse ritmo, que caracterizou os primeiros dias de Brasília chegavam muitos homens que traziam dentro de suas malas de madeira ou de seu “matulão”, sobretudo a esperança de conseguirem trabalho, um teto e

²³ Em seu livro de memórias, Manuel Mendes afirma que “o termo ‘candango’ tinha sentido pejorativo e era empregado para designar os operários. Só na inauguração da Capital, quando foi usado como elogio pelo presidente Juscelino, para identificar aqueles que construíram a cidade, o termo passou a ser sinônimo de pioneiro e um gentílico para identificar as pessoas que nascem ou vivem em Brasília”. MENDES, Manoel. *Meu testemunho de Brasília*. 2 ed. Brasília, Thesaurus, 1997, p. 20. Manoel Mendes nasceu em Bom Jardim (PE), no dia 06 de abril de 1926. Tive a oportunidade de conhecer o senhor Manoel Mendes quando ele, em 2000, foi fazer uma palestra em Campina Grande (PB). Fui convidada a assistir a palestra, e como havia chegado mais cedo do que o programado, tive a oportunidade de conversar com o senhor Manoel Mendes antes do início do evento. Pra minha surpresa, ele se apresentou como uma pessoa extremamente aberta à conversa e me presenteou com um exemplar de seu livro de memórias. Gravei toda a palestra, que na verdade foi mais uma conversa com estudantes de jornalismo, em que ele pode falar de sua experiência na construção de Brasília e sua posterior atuação enquanto repórter político naquela cidade.

²⁴ LUZ, Clemente. *Op. Cit.* 1982, p. 16.

²⁵ Idem; *Ibidem*; p. 41.

comida na cidade que “germinava” no interior do país, quase uma “fábula”. Uma fábula que os motivou a migrar e que, mesmo diante de todas as dificuldades aparece expressa em seus depoimentos como sendo um filho que se viu nascer, ou como disse o candango Rui Faquini na ocasião da inauguração da cidade quando alguns homens zombavam de Juscelino e reclamavam da poeira que emanava daquela terra: “aquilo me doeu muito, porque Brasília tinha sido feita por mim pra dar de presente para este pessoal. Era assim que o pensamento fluía naquela época, entendeu? O humilde estava ao lado de Juscelino fazendo um presente que ele ia dar para alguém. Era uma coisa assim. E o pessoal não estava dando valor, preocupado com a poeira, etc. E era a coisa mais cara, mais importante, mais maravilhosa que já se fez”.²⁶ Há nos depoimentos sobre a cidade uma atmosfera de otimismo e esperança que parece pairar e se sobrepor a todas as dificuldades que aquele empreendimento significou. Uma atmosfera de otimismo que perpassa, como vimos anteriormente, as escrituras sobre a cidade. Muito embora esse otimismo e essa positividade não excluíssem as críticas à cidade, pareciam se sobrepor a elas. As falas dos candangos que ajudaram a edificar a cidade parecem crivadas pelas dificuldades que tiveram que vencer, mas isso não obscurece o sentimento de dever cumprido e de que eles tiveram um papel muito importante nesse momento da história do Brasil; afinal, tinham ajudado JK a edificar a capital do Brasil. Brasília era, para cada um deles, um filho, a realização de uma vida. É o que fica claro no depoimento de Maria Aparecida B. Jesus, goiana, moradora da Vila Planalto: “Brasília é um pouco filha minha, porque eu ajudei a construir Brasília. Quando eu cheguei aqui não tinha nada, era só árvore e poeira.(...) Eu sou pioneira. Eu não fui lá botar o tijolo, mas eu estava aqui participando”.²⁷

Assim como Aparecida, a pioneira Suzana Conceição Mendonça²⁸ também não tinha “colocado o tijolo”, mas trabalhou muito como cozinheira e lavadeira nos acampamentos de Brasília. Suzana também atribui à Brasília um papel importante em sua

²⁶ TAMANINI, L. F. *Brasília: memória da construção*. 2. ed. Brasília, Livraria Suspensa, 2003, p. 356.

²⁷ Documentário “Mãos à obra em Brasília”, elaborado pelos professores José Walter Nunes, Nancy Aléssio Magalhães e Teresa Paiva Chaves da UnB, como trabalho de uma disciplina da graduação e um curso de extensão realizados entre os anos de 1992-1993.

²⁸ **Suzana Conceição Mendonça**, nasceu no dia 10 de agosto de 1929 em Santa Cruz de Inharé (RN). Chegou em Brasília em outubro de 1958, trabalhou como camareira, cozinheira e lavadeira e não possuía vínculo com qualquer empresa.

vida, ela diz: “Eu achei isso muito importante para a minha vida, de ter conhecido essa cidade linda e... e suave como ela é. Uma cidade menina, que eu vi nascer Brasília, como eu estou te falando. Eu vi o trator arar tudo isso fazer esses prédio lindo, mas primeiro eu vi isso no barro, vi fazer assim, correção, tijolinho, até construir todinha. Eu acho essa cidade muito... eu nunca vi fazer uma cidade como eu vi fazer essa. Como tem, todas as cidades feita, foi começada por tijolo. Como ela foi começada por tijolo e essa eu participei. Por isso eu acho ela mais linda do que os outro. (...) eu quero bem a ela como eu quero bem minhas filhas... mesma coisa. Eu tenho amor a Brasília”.²⁹(*sic.*) Para Suzana assim como para muitos outros personagens dessa história era difícil imaginar a cidade construída, afinal ao chegarem lá, deparavam-se apenas com muito barro, poeira, vazio, com um gigantesco “canteiro de obras”. As imagens que aparecem na página anterior mostram um pouco dessa cidade em edificação, em movimento. Brasília na época de sua construção era um território em aberto, um espaço em que se edificariam prédios e concepções urbanísticas se realizariam; mas era também um espaço onde inúmeras pessoas estavam edificando sonhos, esperanças, traçando rumos para suas vidas. O tecido que constitui a cidade de Brasília foi possível pelo trançar de fios de variados espaços do país, tornando sua paisagem ainda mais bela e instigante. Os sulcos que marcam suas ruas, marcam também a face e a vida desses tantos personagens que a tornaram e a tornam viva.

A sensação de estar ajudando a construir a cidade vinha muito das condições que encontraram naquele espaço. O sítio onde seria edificada a capital era mesmo um grande acampamento em que trabalhavam dia e noite. O pioneiro³⁰ Luciano Pereira³¹ foi considerado o primeiro funcionário de Brasília. Foi escalado para ser

²⁹ MENDONÇA, Suzana Conceição. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistada por Ana Claudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa.

³⁰ Havia, entre aqueles que edificaram Brasília, uma distinção que nos foi apresentada pelo depoimento do seu Luciano Pereira. Ele diz que havia os pioneiros e os piotários, e explica: pioneiros foram aqueles que ajudaram a construir Brasília e conseguiram com ela construir sua própria vida; os piotários seriam aqueles que trabalharam tanto quanto qualquer outro em Brasília, mas não conseguiram “se fazer”, não tiraram proveito de tudo o que lhes estava sendo oferecido. A menção a essa distinção “jocosa” aparece também na fala do senhor Delcídes Abadia Silva.

³¹ **Luciano Pereira**, nasceu no dia 02 de janeiro de 1924 em Luziânia (GO). Vive em Brasília desde 1956 quando fora requisitado da Força Aérea Brasileira para atuar como guarda da pista de pouso de Brasília. Posteriormente, tornou-se administrador do Catetinho.

administrador do Catetinho (primeira residência presidencial em Brasília), onde relata aos visitantes sua experiência como pioneiro, e exalta a figura de JK como tendo sido o homem empreendedor que teria possibilitado a edificação da cidade. Ele diz, “Vi uma capital nascer, isso aqui era só cerrado e bicho, eu andava com Bernardo Sayão aí, era veado, era ema, seriema, anta, tudo correndo na frente do jipe por aí assim. Hoje to vendo tudo isso aí, não é de orgulhar disso, gente? Não é não? O que eu quero mais? Estou satisfeito”.³² Assim como Luciano, o pioneiro Manoel Mendes³³ ficara impressionado com a precariedade daquele sítio. “Já no pátio do aeroporto, de terra, olhei em torno. Nada. Silêncio. Céu azul. Nuvens brancas. Horizontes amplos e o cerrado igual por todos os lados. Desolação. Brasília era ainda um sonho, uma vaga esperança. Uma promessa da qual quase todos duvidavam”.³⁴ Foi essa a primeira imagem que teve ao desembarcar no aeroporto de Brasília no dia 11 de novembro de 1957, chegando no local onde a cidade era ainda apenas sonho, esperança, mas que tinha pouca coisa efetivamente construída.



Figura 09 – O pioneiro Manuel Mendes

Havia, inclusive, uma placa logo na entrada da cidade que afirmava que alguns eram contra a construção de Brasília e muitos a seu favor (figura 09), no entanto

³² PEREIRA, Luciano. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Ana Cláudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa.

³³ Manoel Mendes nasceu em Bom Jardim (PE), no dia 06 de abril de 1926.

³⁴ MENDES, Manoel. *Meu testemunho de Brasília*. 2ª ed. Brasília, Thesaurus, 1997.

para o senhor Manoel Mendes era uma placa bastante otimista, quando na verdade deveria trazer a seguinte inscrição “muitos contra e poucos a favor!”.³⁵ Ir pra Brasília naquela época era mesmo uma aventura. Mas uma aventura marcada pelo otimismo, pela esperança e por um sentimento de cumprimento do dever que aparece expresso nas falas dos seus tantos pioneiros.

A convivência com os percalços de uma cidade em construção marcava a vida de cada um desses personagens, constituíam crivos que compunham os mapas de suas trajetórias. Mas o que teria motivado a vinda dessas pessoas para um local desconhecido e sem estrutura? Qual teria sido a primeira impressão sobre o local? Para Severino dos Santos³⁶ a aventura, muito mais que as oportunidades, parecem ter sido a motivação para ir para Brasília. A mesma necessidade de aventura que o teria levado a deixar o Recife e se mudar para o Rio de Janeiro. Ele diz: “...eu vim à procura de aventura, junto com meu amigo Manoel Crisóstemo, mestre-de-obra, que eu vivia em obra sempre junto com ele. Mas eu vim eufórico e continuei eufórico em Brasília”.³⁷ Esse mesmo sentimento de aventura está presente na fala de José Irismar³⁸, “saí com 17 anos, aí vim, como bom cearense, sempre sou aventureiro, vim para Goiás e Goiás comecei trabalhar em lavoura, aí surgiu Brasília. Aí eu como aventureiro vim parar aqui”.³⁹(*sic.*) Irismar conta que a vida em Brasília era muito boa para quem era solteiro como ele – tinha bons salários, comida, e podiam divertir-se na ZBM (zona de baixo meretrício). Em seu depoimento ele diz não ter vergonha de falar sobre suas aventuras (todas elas). Para ele ser solteiro na Brasília em construção, ir se divertir na ZBM na Cidade Livre, e poder tomar umas cachaças com os amigos também eram instâncias da edificação da cidade.

³⁵ MENDES, Manoel. *Op. Cit.*, 1997, p. 17.

³⁶ **Severino Manoel dos Santos**, paraibano nascido na cidade de Alagoa Grande no dia 28 de julho de 1930. Chegou em Brasília em abril de 1958 foi membro da Guarda Rural da Novacap.

³⁷ SANTOS, Severino Manoel dos. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Ana Cláudia Corrêa Brandão Gracindo e Vera Lúcia Pereira Duarte.

³⁸ **José Irismar Soeiro**, nasceu no dia 04 de setembro de 1932 na cidade de Marco (CE). Chegou em Brasília no ano de 1957 e trabalhou como servente de pedreiro na Fundação da Casa Popular e, posteriormente, como apontador fiscal da Novacap.

³⁹ SOEIRO, José Irismar. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por André Rabelo de Sousa e Marli Guedes da Costa.

Como eles, muitos outros deixaram suas cidades e suas famílias para participarem dessa verdadeira jornada. Em todos os cantos do país as informações sobre a construção de Brasília chegavam e com elas as esperanças, para muitos, de construir uma vida melhor, mais digna, ou, simplesmente, a necessidade de aventura. Toda essa euforia, no entanto, estava perpassada pela dúvida, no momento de chegada à cidade, se aquilo que estava diante de seus olhos viria a ser mesmo uma cidade. Quando indagado sobre a sua primeira impressão sobre a cidade em edificação, Irismar afirma: “Não pude ter impressão de nada, eu digo: Oh, meu Deus, será que isso aqui vai ser uma cidade? O que eu pensei foi isso. Porque era só mato, e eu vinha apontando máquina pra desbravar isso aí, tinha nada. Aí eu digo: Será que isso vai ser uma cidade mesmo? Eu pensava com meus botões. Mas vinha todo mundo, era companhia mesmo que formiga, companhia de todo canto. Eu digo: Isso aqui, do dia pra noite... porque tem até um provérbio que dizia, no tempo de Brasília: ‘Enquanto você dorme, Brasília cresce.’ E era uma realidade, todo dia se instalava uma companhia, e todo dia se começava um canteiro de obra. Por isso, foi em tempo hábil demais, a construção daqui”.⁴⁰ O chamado “ritmo de Brasília” aparece na historiografia como forma de descrever o ritmo dos trabalhadores, que tinham que cumprir os prazos estabelecidos pelo presidente para a inauguração da cidade. Em muitos depoimentos de candangos, o ritmo de trabalho em Brasília aparece descrito como referência para marcar o próprio tempo de suas vidas. Para esses personagens cujos depoimentos foram recolhidos pelo Arquivo Público do Distrito Federal, a vida em Brasília nesse momento significava trabalho, para eles o trabalho consistia inclusive na forma mais acessível de diversão.

O imaginário de possibilidades e de aventura que envolvia a construção da cidade reforçava-se pela proximidade de alguns desses candangos com os “artistas oficiais” da construção de Brasília. A possibilidade de ver e conviver com pessoas como o presidente Juscelino Kubitschek, com Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer, ou até mesmo com os engenheiros responsáveis por cada uma das obras é um aspecto de positividade que aparece em todos os depoimentos de trabalhadores manuais recolhidos pelos

⁴⁰ SOEIRO, José Irismar. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por André Rabelo de Sousa e Marli Guedes da Costa.

pesquisadores do Arquivo Público. O senhor José Ferreira⁴¹, por exemplo, chegou à Brasília para trabalhar com Bernardo Sayão (fora inclusive Sayão que o teria convidado para trabalhar na cidade), e considerava o presidente Kubitschek “igual a um candango qualquer”.⁴² Essa imagem de proximidade era possibilitada, dentre outras coisas, por Juscelino estar sempre visitando as obras, era como José Cosme⁴³ afirmou em seu depoimento, “na outra semana, já Juscelino de novo, toda a semana ele vinha e voltava e foi antes de inaugurar a capital”.⁴⁴ Um homem que não apenas estava em Brasília, mas fazia questão de manter um contato direto com os trabalhadores. É assim que Delcídes Silva⁴⁵ descreve essas relações: “conheci Bernardo Sayão, inclusive tive muitos contatos, inclusive com Juscelino Kubitschek também aqui em Brasília. Que aliás, essa última entrega de diplomas que teve dos pioneiros aí, eu fui um dos agraciados. Inclusive, me chamaram, me deram diploma de pioneiro de Brasília. Eu até dei uma entrevista no Correio do Planalto. Correio do Brasil, aliás. Falei sobre JK, que realmente era um homem público. Um homem popular, era um homem que a gente tava trabalhando com máquinas, ele descia naquele helicóptero, abraçava todo mundo, pegava na mão de todo mundo, ele era um homem popular”.⁴⁶ É claro que não foram todos os candangos que tiveram a oportunidade de conviver tão próximo a esses homens; apenas aqueles que assumiram funções que permitiam essa proximidade. Aos outros eram garantidos momentos raros – como ao senhor Manoel Pereira⁴⁷, que afirmava que o contato com eles “era mínimo, porque eles eram chefões, poucas vezes a gente via eles. Não saíam pra gente

⁴¹ **José Ferreira de Oliveira**, natural de Bonfim (MG), nascido em 5 de janeiro de 1923. Chegou em Brasília ainda em novembro de 1956 e trabalhou como motorista contratado pela Novacap.

⁴² OLIVEIRA, José Ferreira de. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por André Rabelo de Sousa e Marli Guedes da Costa.

⁴³ **José Cosme da Silva**, nasceu em Coronel Ezequiel (RN), no dia 13 de maio de 1935. Chegou em Brasília no dia 03 de novembro de 1957. Foi servente de pedreiro e motorista e trabalhou em empresas como Enal – Engenharia e Arquitetura Ltda., Construtora Rabello e Novacap.

⁴⁴ SILVA, José Cosme da. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Marli Guedes da Costa e Vânia Lúcia Alheiro Rosa.

⁴⁵ **Delcídes Abadia Silva**, nasceu no dia 15 de agosto de 1940 na cidade de Goiânia (GO). Chegou em Brasília no ano de 1957, trabalhou como operador cinematográfico no Cine Bandeirante e, posteriormente, ajudante de topografia na Companhia Construtora Brasileira de Estradas (CCBE).

⁴⁶ SILVA, Delcídes Abadia. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Vânia Lúcia Alheiro Rosa e Vera Lúcia Pereira Duarte.

⁴⁷ **Manoel Pereira da Silva**, nasceu em Bom Jesus (PI) no dia 18 de maio de 1936. Em Brasília desde dezembro de 1957 onde trabalhou como servente e pedreiro, na construtora Pacheco Fernandes Dantas, na Juber Vieira Rezende, na Ecisa e na Novacap.

ver porque a gente era peão de obra, trabalhava na obra, não tinha oportunidade quase de ver eles”.⁴⁸

Gostaria, no entanto, de chamar atenção para o depoimento do senhor Luciano Pereira, que se identifica como o primeiro funcionário de Brasília “porque no dia 02 de outubro de 56, às 11 hora e 40 minuto, num dia de domingo, foi esta mão aqui que recebeu o presidente Juscelino aqui no planalto”⁴⁹. O interessante é como sua fala está constantemente perpassada pela relação que estabeleceu com JK e como ele vai atrelando a sua história à da própria cidade. A simbiose JK tão bem constituída pela historiografia, e discutida no primeiro capítulo deste trabalho, também aparece em seu depoimento. Logo de início ele diz que “pra falar em Brasília, primeiramente eu vou falar de Juscelino Kubitschek, que é o fundador, começar Brasília com o fundador”.⁵⁰

Para Luciano Pereira era muito difícil conseguir acreditar que o presidente conseguiria inaugurar Brasília na data prevista. Ele afirma que não conseguia conceber que naquele espaço ermo e sem estrutura uma cidade seria edificada e inaugurada no prazo de três anos. No entanto, em uma conversa informal com Juscelino – que era padrinho de seus dois filhos (os primeiros gêmeos nascidos em Brasília) – ele afirmava a crença de que aquilo realmente ocorreria, que Brasília seria inaugurada na data prevista, mas justifica suas dúvidas pelas várias tentativas anteriores de interiorizar a capital que não obtiveram sucesso. A descrença de Luciano foi sendo, dia-a-dia, substituída por um sentimento de euforia e de dever cumprido ao ver que a cidade se erguia nas terras de Goiás. Ainda em 1958, no mês de junho, o presidente Kubitschek deixava o catetinho para assumir seu lugar no Palácio da Alvorada, Luciano passaria a ser o responsável pela administração do Catetinho – “Aí o presidente Juscelino, com o presidente da Novacap, Israel Pinheiro, mais o meu chefe que é João Milton, ele ‘tava aqui, (incomp.) eu morava ali. Porque a primeira família que veio aqui pro planalto foi a minha, dezembro de 57. Bernardo Sayão fez um barraco ali, trouxe toda a minha família. Aí Israel Pinheiro: ‘Olha,

⁴⁸ SILVA, Manoel Pereira da. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Carlos Henrique Ferreira de Araújo e Marli Guedes da Costa.

⁴⁹ PEREIRA, Luciano. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Ana Cláudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa.

⁵⁰ PEREIRA, Luciano. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Ana Cláudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa.

seu guarda, o senhor não vai mexer mais com campo. Luciano ‘cê vai ficar aqui. Você passa a morar aqui nesse barracãozinho. Porque o Juscelino falou que agora ‘cê não vai mais ser guarda-campo, ‘cê foi escolhido pra tomar conta disso aqui, pra explicar aos turista como é que foi que eu cheguei, como é que chegou o primeiro operário, como é que chegou o primeiro engenheiro aqui. Então, ‘cê vai ser o administrador aqui do Catetinho.’ Minha resposta, foi essa: ‘Que bom, presidente!’”⁵¹



Figura 10 – Catetinho (primeira residência de JK em Brasília)

Acredito que a escolha de Luciano para receber os turistas e para contar a história de Brasília foi de extrema importância para a elaboração da história e do imaginário em torno da cidade. Inclusive ele afirma que não admitia mentiras sobre os dias de construção, e que desmentia qualquer história que contradissesse o que teria ocorrido naqueles dias. Exemplo disso ocorreu no dia em que um guia estava com uma turma de turistas no Catetinho e teria dito apontando para algumas fotos, que jipes, materiais de construção e tratores teriam chegado à Brasília de pára-quedas. “Aí [o guia, chamado Sebastião] chegou assim e falou: ‘Olha, vocês estão vendo essas fotos aqui? Eu estou nessa foto aqui.’ Aí, eu dali da porta, escutando o que ele ‘tava dizendo, fiquei calado. Ele não me conhecia mas eu conhecia ele. ‘Pois é, isso aqui foi feito assim, assim... estrada ruim. Esse caminhão que tá aqui...’ O pessoal: ‘Tô vendo!’ ‘Tá vendo esse jipe?’ ‘Tô vendo.’ ‘Isso aqui desceu de pára-quedas aqui. O helicóptero desceu e o avião saltaram

⁵¹ PEREIRA, Luciano. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Ana Cláudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa.

aqui de pára-quedas, jogaram esses trem. Esse que tá aqui, ó, perto desse outro, esse altão aqui, esse aqui sou eu, por isso que eu tô contando essa história.’ Nessa hora eu não vi mais nada, eu cheguei lá, agarrei ele pelo colarinho. Ou ele vai me jogar ou eu jogo ele lá embaixo. Eu agarrei ele pelo colarinho e disse: ‘Rapaz, ‘cê vai mentir lá fora. É duas coisas que eu não permito aqui na minha frente, é falar mal do presidente Juscelino e mentir na minha frente sobre a construção de Brasília. Eu detesto mentira e não aceito. Você vai mentir lá fora’.⁵² A pessoa na foto, segundo Luciano, era seu patrão o tenente-coronel João Milton que tinha sido piloto do presidente Juscelino e que já teria falecido. Assim, Luciano Pereira conseguia manter aquilo que imaginava ser imprescindível para ajudar na edificação da história da cidade que não poderia estar desvinculada da figura do estadista que, segundo ele, teria possibilitado a construção de Brasília.

Contudo, os depoimentos sobre o dia-a-dia da construção não versam apenas sobre os pontos positivos daquele período. Os acidentes de trabalho, por exemplo, ou mesmo a falta de estrutura (comida, alojamentos, segurança) aparece como referência para alguns destes pioneiros. Mas o evento que mais comparece em seus depoimentos refere-se ao levante dos trabalhadores ocorrido no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes Dantas. Os textos que mencionam esse incidente e a maioria dos depoimentos estudados relatam a brutalidade da GEB (Guarda Especial de Brasília), no entanto, paradoxalmente, o senhor Severino dos Santos, que trabalhou como policial em Brasília conta que a GEB ainda não tinha sido formada⁵³, o que existia em Brasília era a Guarda

⁵² PEREIRA, Luciano. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Ana Cláudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa.

⁵³ Não há nos documentos consultados, ou nos textos historiográficos, referências à data precisa de formação da GEB, os textos mencionam a atuação da GEB (especialmente com relação ao levante de trabalhadores na Pacheco Fernandes), mas não mencionam o momento em que ela foi criada. Com relação ao início da Guarda Especial de Brasília, Geraldo I. Joffily afirma que “com a organização da NOVACAP foi criado um organismo paramilitar, que se chamou, Guarda Especial de Brasília, conhecida pela sigla GEB, espécie de grupo de segurança ou guarda polícia, infundindo mais temor do que respeito. Era comandada por um general reformado e alguns oficiais militares, atuando, de fato, pela orientação rotineira de alguns delegados ou comissários vindos das polícias de Minas Gerais ou Goiás”. JOFFILY, Geraldo Irenêo. “Capítulo VI – Os tempos heróicos”. In: *Brasília e sua Ideologia*. Brasília, Thesaurus, 1977, p. 52.

O texto de Ernesto Silva, por sua vez, traz uma referência ao momento de criação do que chamou de primeira polícia de Brasília, apresentando dados que nos permite induzir que fala do mesmo momento a que se refere Joffily. “Divisão de Segurança da Novacap – criada em março de 1957, chefiada pelo Coronel reformado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Muzzi, o qual tinha sob seu comando 25 guardas e os primeiros auxiliares: o identificador George Renato Blasi, o escrivão Hugo Tilmann e o fotógrafo José Guimarães”. SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília, Coordenada / INL, 1971, p. 235.

Policial (GP), chefiada por Israel Pinheiro, e a Guarda Rural da Novacap (GRN) chefiada por Íris Meinberg. O senhor Severino trabalhou na GRN, e desmente o depoimento de outras pessoas que dizem que os guardas da polícia em Brasília eram “pegos a laço”, ele diz mesmo que alguns testes eram feitos para garantir que as pessoas realmente fossem qualificadas para estarem ali. À Guarda Policial cabia garantir a segurança do setor urbano – a saber da Cidade Livre, da própria sede da Novacap, das autoridades, etc. Ao passo que caberia à Guarda Rural as atribuições que Severino chamava de suburbanas, como dar segurança à fauna e à flora, aos setores ligados a Novacap, como cerâmicas, acampamentos, tudo o que ficava fora da área urbana.

Severino Santos conta que no dia do levante não fora convocado para o serviço. Mas faz um relato de acordo com as informações que chegaram para ele. Severino afirma que na Pacheco Fernandes trabalhavam cerca de 3 mil pessoas. Num dia que a comida servida estava estragada, eles se revoltaram e deu-se o levante.

Então nesse dia, eles se revoltaram lá e os guardas interferiram para manter a calma e a paz. Segundo a história - eu não vi - é que pegaram os dois guardas e amarraram no meio do rancho, num pau, tomaram as armas deles e amarraram os dois guardas... E correram atrás do encarregado geral da companhia, não sei também do nome dele... aliás não lembro do nome dele, conhecer eu conhecia de nome. Correram atrás dele, ele pegou o jipe da companhia e correu até à Novacap, à procura de socorro, que os guardas estavam amarrados lá e o pau estava quebrando na Pacheco. Foi quando o comando arrumou a caminhonete, botou policiais que estavam disponíveis.

Segundo a história, que quando eles chegavam, foram chegando lá... os policiais não foram bem recebido, não foram recebido com paz, foram recebido à bala. E os policiais também se desesperaram, começaram dar tiro, e eu não sei mais o que aconteceu...

Mesmo sem ter presenciado o incidente, Severino consegue dar uma versão da história que representa bem o seu espaço de atuação. Como membro das guardas ele cria uma imagem do ocorrido como se o ocorrido tivesse apenas uma via de interpretação:

os operários desafiaram e ameaçaram os policiais que tiveram que reagir para não serem mortos. No entanto, um depoimento como o do senhor Eronildes Queiroz⁵⁴ que trabalhou como cozinheiro na Pacheco Fernandes na época do levante, permite perceber como o evento ganha contornos outros – muito embora a dimensão da violência seja um dos aspectos comuns.

Naquela época que houve uma matança, naquela época eu tava lá. Eu tava na cozinha, eu era cozinheiro. O interessante que separaram os cozinheiro, aquilo ali foi o seguinte: aquilo ali veio três armador do Bandeirante, num dia de sábado, veio já sábado de tardinha, três armador pediram jantar, puseram, pusemos o jantar pra eles. Aí quando pusemos o jantar, eles começaram a quebrar tudo. O jantar não tava bom. Aí, o sargento Valdivino chamou a polícia. Aí, veio um jipe com três policial. Aí, prenderam os caras, aí, cercaram mais de 3 mil operário, peão, operário de toda classe. Cercaram lá pra não deixar a polícia levar os cara. Aí quando foi já 6 e meia, por aí assim, o Plesmo, que era o chefe do almoxarifado, o Plesmo, o irmão dele, que eu não sei mais o nome, e o Simão, que era um chefe de obra muito pesado, e parece que o Pascoal, também, era outro chefe de obra pesado da Pacheco Fernandes, e o... Eu acho que foi só esses três, eu acho... foi só esses três, foi. Chamaram a polícia dizendo que já tinha sido morto um dos soldado. Ligaram pra GEB, aqui no Núcleo de Custódia, dizendo que já tinha sido morto um soldado. Aí veio aquele choque enorme, um monte de choque. Chegou lá e separaram. Já vinha com, chegou lá, conversaram com a polícia que no cozinheiro ninguém mexia. Era só a turma da obra. Aí eles entraram. (...) Aí quem não enfrentava a fila e que corria eles metiam fogo. Metiam bala, sem dó. Teve nego que morreu engalhado no arame, pulando, que tinha a cerca que passava pra Rabello. (...) Encalhado no arame, pendurado no arame. Operário trabalhando. Outros foram correr os acampamento, daí tinha nego dormindo e teve nego que morreu na cama dormindo, que eles atiravam naqueles caras que tavam correndo, às

⁵⁴ **Eronildes Guerra de Queiroz**, natural de São José de Siriji (PE), nascido em 22 de setembro de 1935. Chegou em Brasília em abril de 1957 e trabalhou como servente, motorista e cozinheiro da Construtora Pacheco Fernandes Dantas. Presenciou o incidente entre a Guarda Especial de Brasília (GEB) e operários da Construtora, ocorrido em 1959.

vezes errava, a bala pegava na tábua, que era tudo tábua naquela época, e matava o cara dentro que tava dormindo na cama. (...) Eles entravam no acampamento e mandava o cara levantar, o cara dormindo, levantava atordoado. Às vezes, ele não gostava da cara do cara, o cara demorava a levantar, de atirava no sujeito e matava na cama. O sujeito dormindo inocente sem saber de nada, inocentemente, inocentemente. A coisa mais terrível do mundo. (...) O maior tiroteio, um tiroteio desgraçado. Parecia um banguê-banguê. Uma coisa terrível. E eu tava dentro da cozinha nessa hora. Eu tava, fiquei escondido dentro da cozinha. Olhando tudo pelas brechas lá. Eu e os cozinheiros que tava mais eu, era até o chefe da cozinha. (...) Mas o que mais me chocou mesmo foi aquela morte daqueles cara que morreram dormindo, foi o que mais me chocou.

É importante perceber que, mesmo não tendo participado diretamente do ocorrido, não tendo presenciado, como é o caso do Severino, cada um dos pioneiros se posiciona e dá contornos variados ao ocorrido. Dos depoimentos que tenho em mãos apenas o senhor Eronildes presenciou o ocorrido, os outros constroem uma narrativa a partir de impressões e de experiências que tiveram no pós-incidente. Como é o caso de Suzana Mendonça que trabalhava lavando e passando as roupas dos operários, e que chegava para entregar as roupas, quando ficou sabendo do ocorrido. Ela tentou entrar no acampamento, mas foi impedida. Quando no dia seguinte retornou para entregar as roupas ela recebeu a notícia de que pelo menos cinco pessoas para as quais ela trabalhava tinham morrido. Dona Suzana diz que morreram 40 pessoas, essa era a versão da história que ela tinha conhecido, “Começou por uma comida, comida mal feita, e um cara reclamou, o outro também reclamou, alguém apelou e alguém apelou e foi essa mortandade toda... morreu essas pessoas aí. Eu não cheguei a ver os cadáveres porque eu vim para ver, mas não deixaram. E no outro dia que eu vim, já tinham levado”.⁵⁵ Este incidente, como alguns outros que tiveram menor impacto no cotidiano dessas pessoas, ajudou a criar uma imagem bem negativa da GEB, da polícia de Brasília. Como afirmou Severino algumas pessoas chegavam a dizer que os guardas eram escolhidos aleatoriamente. Ouso dizer que este não é um depoimento isolado. Vários são os

⁵⁵ MENDONÇA, Suzana Conceição. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistada por Ana Claudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa.

depoimentos em que afirmam que as pessoas eram escolhidas de improviso, não precisavam ter qualificação apenas serem fortes e terem disposição para enfrentarem situações de risco, assim como estava sendo feita com as demais funções necessárias a construção da cidade. “Naquele tempo existia, esse tipo de briga existia, por exemplo, você ia pro Núcleo Bandeirante, pra Cidade Livre, chegava lá um cara apanhava da polícia, da GEB, que a GEB era uma coisa de louco. Não tinha civilização nenhuma, era iguais uns animais. Então batia num cara só porque não gostava da cara do cara, e eles também levava. (...) O contingente dela não era muito não. Era muita gente era ignorante. Era cheio de pessoas ignorantes. Também, eles lidavam com gente ignorante. Então, não podia ser uma polícia militar educada não. Mas eram uns verdadeiros animais. Eram assim, não tinham uma maneira de tratar, era chutando, que não podia nada, tinham uns cassetetes. Pegava aqueles elementos forte. Era escolhido pelo seu porte físico. Uns bichos forte, que eles jogavam ali”.⁵⁶

Contudo, mesmo que em sua maioria os depoimentos condenem, ou apenas questionem, a postura da GEB, a brutalidade com que lidaram com a situação chama a atenção nos depoimentos. Um deles, do senhor José Ferreira de Oliveira, que afirma que para criar a GEB “pegava mais era os nordestino, o nordestino naquele tempo, dava, era bom pra meter o cassete em nego. É tanto que eles... muitos deles... escolhia a turma de nordestino, porque a turma não tinha medo de nada”.⁵⁷ “A GEB foram uns peão doido que eles arranjaram aí, sabe, botaram farda neles, botaram um revólver no braço deles e um pedaço de pau e eles saíam batendo no pessoal aí. Bastava ser valente, ignorante e bruto para ser soldado da GEB. Não tinha nada de preparado, preparado nada. A GEB não tinha preparo nenhum. É porque tinha que ser bruto, forte, podia ser analfabeto”, concordava o senhor Gabriel, pioneiro da cidade e morador da Vila Planalto.⁵⁸ Mas para o senhor José a necessidade de “bravura” desses homens se impunha. Em uma cidade em construção onde as leis de convivibilidade ainda não estavam bem definidas e

⁵⁶ ALVES, Elísio Evangelista Alves. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistada por André Rabelo de Sousa e Marli Guedes da Costa.

⁵⁷ OLIVEIRA, José Ferreira de. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por André Rabelo de Sousa e Marli Guedes da Costa.

⁵⁸ Documentário “Mãos à obra em Brasília” elaborado pelos professores José Walter Nunes, Nancy Aléssio Magalhães e Teresa Paiva Chaves da UnB, como trabalho de uma disciplina da graduação e um curso de extensão realizados entre os anos de 1992-1993.

não havia uma estrutura que garantisse a eficácia delas, era necessário haver um corpo de guarda que conseguisse, nem que fosse pela força, garantir a segurança da população. Mesmo achando que o motivo da matança tenha sido “banal” (uma confusão ocorrida por causa deve ter servido uma comida ruim), ressalta em seu depoimento que toda a violência se justificava, uma vez que a ordem deveria ser estabelecida, não importando os procedimentos para que isso fosse garantido.

Destaco ainda o depoimento do senhor José Cosme, em que relata o incidente segundo versão de um amigo. Ele diz que viu de longe o tiroteio mas que só ficou sabendo do ocorrido depois por este amigo que trabalhara na Rabello, retornou ao Ceará, e voltando para Brasília fora trabalhar na Pacheco. Segundo essa versão da história os policiais da GEB não poderiam ter sido acusados, uma vez que não tinham ido ao acampamento com a intenção de matar ninguém,

“eles vieram só para fazer medo(...). Essa é a versão que esse meu colega me falou. E eles ia dar, eles chegaram sem dar rajada assim por cima da cama e por baixo da cama. Eles ia chegar assim, chegaram de noite, todo mundo dormindo. Pou! Arrebentou a porta. Bah... Dava rajada por cima, rajada por baixo, levantava todo mundo e ia embora. Isso é versão que esse rapaz me falou, me disse que (incomp.) também. Mas aí, nessa noite, que o rapaz, um desse lá ia fazer aniversário, fizeram uma festinha, um moço que batia cavaquinho e fizeram uma festa. E quando eles vieram para atacar, não intenção de matar, deu azar... e quando bateu a porta, que metralharam, ‘tava todo mundo, a maior parte estava se dividindo. Foi aonde morreu mais gente. Então, os outros correram pro outros acampamentos. Foi vários policiais que atacaram, que atacaram tudo junto. Cada um galpão, atacou um. Assim, vários policiais. Não foi assim: um atacou e corria para o outro, não! Então o outro foi lá atacar também, o de cá acho que, acho que um chegaram primeiro que o outro e viram o barulho. No barulho, o pessoal, pra cama, tudo embaixo da cama... aí deram azar. Ficaram tudo embaixo da cama, então, quer dizer,

não ficou em cima da cama, aí morreram. Tragédia. Então, aqueles que morreram sem sorte, porque tinham que morrer.”⁵⁹

Dentre os textos historiográficos, apenas no livro de Geraldo Irenêo Joffily, “Brasília e sua Ideologia”, encontrei referências ao ocorrido na construtora Pacheco Fernandes Dantas. O percurso feito por Joffily se aproxima da narrativa de alguns depoimentos: inicia com uma crítica à forma como os praças foram escolhidos – “eram escolhidos entre os candangos de maior porte e alguns ferozes elementos da polícia goiana. (...) a GEB, espécie de grupo de segurança ou guarda policial, infundindo mais temor do que respeito”.⁶⁰ Segundo Joffily, a preocupação dessa guarda, organizada de forma tão precária e primária, deveria ser apenas uma: possibilitar a construção de Brasília. Diante de uma organização como esta, muitas construtoras mantinham seus próprios corpos de segurança, não admitindo qualquer interferência da GEB em seus acampamentos. Caberia a GEB manter a ordem; tinha assim “maior campo de ação no pandemônio da Cidade Livre”.⁶¹ No entanto, ele chama atenção ao incidente ocorrido na Pacheco Fernandes, recorrendo à reportagem do *Jornal do Brasil*, intitulada “A chacina que sujou a história da PM de Brasília”, publicada em 1968. Reproduzo abaixo as citações que, segundo Joffily, contam com isenção os fatos.

A Guarda Especial de Brasília traz antigas tristezas... Outros, no entanto, preferem dizer que na improvisação dos primeiros anos da construção as coisas teriam que ser daquele jeito.

O mais brutal de todos, ninguém contesta, embora se ofereça mais de uma versão, foi o metralhamento de dezenas de operários na semana de carnaval de 1959. Pela versão que corre nos meios oficiais, os responsáveis pelo acampamento da Construtora Pacheco Fernandes (encarregada da construção dos palácios) solicitaram ao Comando da GEB o envio de homens para abafar a algazarra que operários promoviam na cantina daquela firma, como protesto coletivo contra a má

⁵⁹ SILVA, José Cosme da. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Marli Guedes da Costa e Vânia Lúcia Alheiro Rosa.

⁶⁰ JOFFILY, Geraldo Irenêo. “Capítulo VI – Os tempos heróicos”. In: *Brasília e sua Ideologia*. Brasília, Thesaurus, 1977, p. 52.

⁶¹ Idem; *Ibidem*; p. 53.

qualidade da comida. Um choque da GEB chegou ao local e foi surrado pelos operários. Um dos guardas conseguiu escapar e foi ao quartel dizer que seus companheiros estavam sendo massacrados. Imediatamente, sem ordem superior, toda a Guarda partiu para o acampamento e metralhou os operários no pátio.

Por outra versão (diz o mesmo artigo), que não corre nos meios oficiais, o acampamento da Pacheco Fernandes sempre oferecia aos trabalhadores comida de má qualidade e cortavam-lhes o fornecimento de água, fosse para higiene pessoal ou para o preparo de comida. Todas as vezes que isso acontecia, os operários, cansados com a repetição dos fatos, protestavam ruidosamente. Numa das vezes, os responsáveis pelo acampamento solicitaram ao Comando da GEB que enviasse grande quantidade de homens armados para abafar a manifestação, que era mais intensa. Chegando no local, ainda nos carros, os guardas acionaram as metralhadoras, cercaram o pátio e invadiram os alojamentos, disparando sobre homens que dormiam amontoados em beliches. Ninguém contesta que foram necessários caminhões basculantes para carregar os cadáveres, enterrados em uma vala, aberta às pressas por tratores, longe da cidade.⁶²

O interessante no texto de Joffily é que ele apresenta o evento de forma a dar as duas versões correntes à época. Vemos que a versão apresentada e que, segundo ele, não “corre nos meios oficiais” aproxima-se mais das falas dos candangos apresentadas acima. Sem a intenção de afirmar que uma versão é mais verdadeira que a outra – até porque a documentação que tenho não me possibilita fazer quaisquer assertivas sobre o assunto. Chamo atenção apenas ao fato de ter sido ele, dentre os textos a que tive acesso, o único a tratar do assunto, não havendo em quaisquer outros que se propunham a escrever a história da cidade, ou mesmo do dia-a-dia da construção, registros sobre o ocorrido. Como afirmava o senhor José Cosme, “a ordem da polícia era não falar para não minar. Porque foi nos princípio de Brasília. Dizem que no Rio de Janeiro, a sede no Rio de Janeiro

⁶² JOFFILY, Geraldo Irenêo. *Op. Cit.*, 1977, pp. 53-54.

não queria que fizesse Brasília e então eles facilitava tudo, comentário nenhum pra poder os pessoal vim pra Brasília, não falar mal de Brasília”.⁶³

Esse investimento no “abafar” esses incidentes não impedia que as informações circulassem e trouxessem à tona aspectos que punham em cheque a imagem positiva que se buscava instituir para a cidade. Mesmo que ocorressem incidentes como este – embora em proporções menores – os anos JK e a construção de Brasília ganharam um significado positivo e edificador na vida desses personagens que atrelaram a história da cidade à sua própria história. Os traçados das ruas da cidade parecem ser também os crivos que marcam seus rostos, seus corpos e suas trajetórias pessoais, uma vez que se identificam com ela e fazem dela uma referência. Ainda que os depoimentos priorizem algumas imagens, como a de marco de progresso para o Brasil – “Brasília foi o marco de todo o progresso do Brasil. (...) tudo começou em prol de Brasília, sem Brasília nada disso teria acontecido, por isso eu acho que aqui foi a meta pra todo o progresso do, a arrancada final, pra todo o progresso”.⁶⁴; de valorização das terras de Goiás; ou mesmo de identificação com a cidade – “vir para Brasília foi o passo mais sério que Deus encaminhou”,⁶⁵ acredito que a definição do significado de Brasília apresentada por Severino Manoel dos Santos parece dar conta de, em poucas palavras, reunir um sentimento que partilhou com outros milhares de pessoas:

Eu acho e acredito que Brasília foi o descobrir de um Brasil. Acho que Brasília...foi o restinho do lençol retirado de cima da cauda do gigante. Bom, meu pensamento é este. É porque o gigante, estava dormindo só com os olhos abertos, não é? Mas não estava em pé. E Juscelino veio, e fez o bicho ficar em pé, a minha maneira rude de pensar é isso assim, viu? O Brasil de fato, com a criação de Brasília passou a ser o gigante mesmo, mas um gigante acordado. Um gigante... um gigante se mexendo... entendeu?

⁶³ SILVA, José Cosme da. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Marli Guedes da Costa e Vânia Lúcia Alheiro Rosa.

⁶⁴ SILVA, José Cosme da. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Marli Guedes da Costa e Vânia Lúcia Alheiro Rosa.

⁶⁵ SILVA, José Cosme da. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Marli Guedes da Costa e Vânia Lúcia Alheiro Rosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Brasília: espaço em aberto

*Planejar uma cidade é tanto pensar a própria pluralidade do real quanto efetivar essa maneira de pensar o plural.*¹

Ou a história é história e conta o que houve ou ajunta os fatos conforme convém aos interesses dum grupo e passa a ser propaganda. Monteiro Lobato

Brasília foi inscrita e descrita a partir de diversos olhares. Cada um deles elegeu e elegeu marcos, propõe imagens, cria e recria a cidade como se dela pudesse tomar posse, como se pudessem atingi-la em sua essência. Mas é possível pensar numa cidade real? Numa cidade (ou imagem dela) mais real, mais verdadeira do que outra? Brasília é como uma renda, permanentemente retrabalhada, em que “*não são apenas as linhas, laços e nós, por mais coloridos que sejam, que dão forma ao desenho projetado, são, justamente, os buracos, os vazios, as ausências, que são responsáveis por fazer aparecer com nitidez o que se pretendia dizer*”.² Lidar com a impossibilidade de entender a cidade em sua totalidade torna a abordagem do historiador mais aberta à pluralidade de leituras e ao entendimento da cidade enquanto essa mesma pluralidade, constituída, assim, por uma complexa rede de olhares e falas que incidem sobre ela e a edificam.

Este trabalho, longe de possibilitar a apreensão dessa cidade enquanto totalidade, apresenta Brasília como um espaço completamente em aberto. O entrelaçar de fios que tecem a sua imagem abriram lacunas outras que deixam entrever ainda muitos territórios a descortinar, muitas trajetórias a conhecer e muitas redes de relações a reconstituir. O exercício de exploração das margens da cidade, através das falas de moradores das cidades-satélites, deu lugar à necessidade de entender melhor as redes que constituíam a imagem homogênea construída pela historiografia. Esgarçar essa imagem, perceber como sua construção foi possível, ver as estratégias de sua elaboração foi um dos caminhos percorridos neste trabalho. O desafio se configurou quando percebi que a

¹ CERTEAU, Michel de. “Andando na Cidade” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. (Trad. Anna Olga de Barros Barreto). n. 23, pp. 21-31.

² ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “Um leque que respira: a questão do objeto em história”. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro, Nau, 2000, p. 123.

maioria dos textos partia de uma imagem sacralizada da cidade, quase como um território de contornos bem definidos e constituídos em que poderíamos apenas percorrer o interior de suas fronteiras. A minha intenção era portanto explicitar a fluidez dessas mesmas fronteiras, deixar que emergissem imagens outras, ou mesmo, discutir a possibilidade de rever as fontes, rediscuti-las, para que, ainda que a imagem instituída não fosse reelaborada por completo, pelo menos a sua construção pudesse ser entendida em sua própria historicidade.

Entender essa historicidade implica perceber a pluralidade de olhares e de perspectivas que a constitui. Vaitsman, historiador que se dedica a estudar Brasília ainda no momento de sua construção, afirma que “esse foi o grande, o tenebroso ‘crime’ de Brasília: dar ao Brasil a consciência de sua grandeza e despertá-lo para a realidade do mundo moderno. Porque Brasília não se resume nas largas avenidas que cortam o chapadão e nos palácios que pontilham o Planalto. Brasília é, antes de tudo, uma reafirmação de posse, de soberania incontrastável, sobre os vastidões até há pouco inteiramente desertas e que açulavam os apetites da cobiça imperialista”.³ Assim como Vaistman muitos outros que se dedicaram a estudar Brasília atribuíram a ela a insígnia de capital da esperança, de marco inaugural de um novo tempo na história brasileira. Ela permitiria a efetiva conquista do território brasileiro e seria o centro a partir do qual o progresso e o desenvolvimento irradiariam para todas as regiões do país.

Mas não só o argumento de que a construção da cidade inauguraria um novo tempo deu respaldo à elaboração de sua imagem cristalizada, o sentido de posse e de redenção do país a partir da edificação da cidade aparece em diversos documentos, como no texto de Moisés Gicovate que afirma que “o despertar do sertão e a sua integração na civilização brasileira é uma das obras mais importantes para o futuro grandioso do Brasil. Futuro, não no sentido apenas de tempo, mas igualmente das possibilidades. O gigante adormecido acordará para ocupar o lugar que lhe pertence no concerto das nações. Brasília realizará o prodígio de transformar os diversos Brasis, em um só Brasil verdadeiro”.⁴ Este parecia ser o maior benefício que a edificação de Brasília traria para o Brasil: a sua

³ VAISTMAN, Mauricio. *Quanto custou Brasília*. Rio de Janeiro, Editora Posto de Serviço, 1968, p. 145.

⁴ GICOVATE, Moisés. *Brasília – uma realização em marcha*. São Paulo, Melhoramentos, 1959, p. 63.

unificação. A tomada de posse do território não significava apenas a conquista territorial, mas a diminuição das disparidades entre o Brasil do litoral e o Brasil do sertão. As palavras do sr. Peixoto da Silveira parecem esclarecer essa distância, quando ele chega ao sertão brasileiro afirma que “a primeira impressão foi de haver ultrapassado, sem saber, nossas fronteiras e caído num meio estrangeiro”.⁵ Brasília significaria a unificação desses dois Brasis. Um sentido de síntese que o próprio presidente Juscelino buscou imprimir à cidade de Brasília e que é criticado por Freyre no livro “Brasis, Brasil, Brasília”. Contudo criticar a síntese não exclui a percepção de sua eficácia, uma eficácia que se produz pela associação entre um presidente arrojado e uma cidade que corporificava a Nação. “A criação, há pouco mais de cinquenta anos de Belo Horizonte, foi uma iniciativa mineira a que não faltou, de modo algum arrojo. Mas essa arrojada Belo Horizonte não chegou a tornar-se uma causa em que o Brasil inteiro se sentisse de corpo e alma empenhado, como hoje se sente empenhado na causa que Brasília representa; e da qual ninguém sabe mais separar, nem dentro nem fora do país, a figura ainda jovem e, por causa de Brasília, já histórica, do Presidente da República que deu início a tal arrojo”.⁶ Talvez essa simbiose se sustente na medida em que a cidade também materializa, nesse imaginário, a audácia da técnica e o “arrojo” das idéias que a fundamentam.

Edificar essa cidade parecia significar muito mais, significaria como disse Lúcio Costa a realização do “sonho arquiseular do patriarca”. Brasília existiu antes mesmo de existir, foi expectativa, projeto, especulação, enfim, foi história que se fez cidade. A recorrência de um discurso constitutivo da cidade remetendo a fatos e discussões ocorridos ainda no século XVIII surgiu como o suporte utilizado por muitos de seus historiadores, ou mesmo por seus artistas oficiais para melhor justificar ou dar respaldo àquela obra. Daí a questão que subjaz este trabalho ter se estruturado a partir do interesse de perceber como a historiografia sobre Brasília investiu nesse discurso de antecendência e legitimidade para a cidade. Foi inclusive a pesquisa documental e a leitura dos textos historiográficos que me levaram ao recuo no tempo para recompor o quadro

⁵ SILVEIRA, P. da. “A Nova Capital” In: *Porque, para onde e como mudar a capital federal*. 2 ed. Rio de Janeiro, Pongetti, s/ d (1957). *Apud*: COELHO, Marcelo Penteado. *Brasília e a Ideologia do Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1989, p. 07.

⁶ FREYRE, Gilberto. *Brasis, Brasil, Brasília*. Rio de Janeiro, Record, 1968, p. 175.

discursivo que legitima Brasília como obra acalentada por séculos e só realizada no governo JK. Isso, de certa forma, exacerba a simbiose entre o presidente e a cidade, já que, construindo essa antecedência, o caráter de ousadia e empreendimento atribuídos ao seu governo aparece com contornos bem definidos. Mas resgatar as contribuições de José Bonifácio, Varnhagen, Hipólito José da Costa e Antonio Veloso de Oliveira ou mesmo dialogar com a historiografia sobre a cidade não exclui a necessidade de discutir aspectos outros que constituem a pluralidade de Brasília.

Além da imagem de centro irradiador de progresso e de possibilidade de conquista efetiva do oeste brasileiro, Brasília foi pensada para ser o centro político e administrativo do país. Propor uma cidade monumental foi a intenção de Lúcio Costa, uma cidade que marcasse o início de um novo tempo na história brasileira – afinal, essa também consistiu na insígnia que se queria atribuir à Brasília. “Brasília é o toque de arrancada desbravadora para o desconhecido, para a riqueza latente do nosso solo majestoso e fértil. Brasília é o arrojo necessário para que o nosso País tome nova feição no concerto das nações civilizadas. Brasília é a essência efervescente de nacionalidade, de brasilismo que crepita e arde, de trabalho e dinamismo de um povo laborioso. Em Brasília o brasileiro sente a pulsação do coração deste Brasil imenso e forte. É o trabalho incessante, contínuo, construtivo. O homem erigindo edifícios que se espraiam pela terra, subindo para o céu”.⁷ À necessidade de consolidar essa imagem – marco de um novo tempo – somava-se a necessidade de que Brasília também fosse inscrita na história como uma cidade moderna, uma cidade funcional, uma cidade capital. Mesmo que as imagens positivas da cidade e do projeto que ela representava fossem maioria nos textos e nos periódicos estudados, essa homogeneização não excluía discussões que enfatizavam o seu caráter de segregação socioespacial?⁸

⁷ MEZZÓTERO, Rafael. “Brasília – redenção econômica do Brasil”. *Revista Brasília*, n. 39, março de 1960.

⁸ GOUVÊA, L. A. C. “A segregação e o controle social em Brasília” In: *Brasília: a capital da segregação e do controle social*. São Paulo, Annablume, 1995; PAVIANI, A. & FERREIRA, I.C.B. “Cidades-Satélites: organização do espaço urbano no Distrito Federal” In: *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, Senado Federal, 5 a 21 de Agosto de 1974, Brasília, DF; RIBEIRO, G. L. “Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades-satélites” In: *Espaço & Debates*, n. 5, ano 2, abril de 1982; PAVIANI, A. (org.) *Brasília ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. São Paulo, Projeto, 1985; PAVIANI, A. (org.) *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília, Editora da UnB, 1996; PAVIANI, A. (org.) *A Conquista da Cidade*. 2 ed. Brasília, Editora da UnB, 1998.

Pensada como um corpo de disciplina⁹, racionalmente planejada, Brasília ganhou novos contornos ainda no momento de sua construção – a criação de algumas cidades-satélites exemplificam algumas dessas reformulações. Havia a proposta de criar núcleos satélites ao plano piloto quando este já estivesse ocupado. Contudo, a migração foi intensa e as pessoas viviam em condições precárias nos arredores da, já inchada, Cidade Livre ou nos acampamentos das construtoras. Houve, assim, uma preocupação de preservar o plano piloto, e levar parte dessa população para fora dos limites de Brasília. Surgiam assim as cidades satélites, como forma de conter uma situação indesejada e responder a pressões imediatas. “Ruía a utopia de Lúcio Costa. O plano piloto encontrava desde já a sua verdadeira vocação de paraíso da classe média. Estava traçada a primeira linha definitiva do mapa da configuração espacial urbana por classes do Distrito Federal. Com efeito, a partir daí estabelece-se a solução das cidades satélites como maneira de manter o plano piloto imaculado da presença da tão incômoda classe operária”.¹⁰ Vistas como a anti-disciplina de Brasília, as cidades satélites parecem consistir espaços que garantem a manutenção da racionalização do espaço, ou da imagem de modernidade pensada para o plano piloto. Espaços que se contrapõem a esse ideário ao mesmo tempo em que o complementam. Discutir a complexidade dessas experiências e como a cidade é lida pelos moradores dessas cidades consiste um desafio que pretendo enfrentar. As discussões empreendidas nesse texto sobre as cidades satélites aparecem de forma bastante embrionária, mas participam da elaboração de uma imagem de Brasília.

⁹ Certeau, no livro *Invenção do Cotidiano*, define o que chama de disciplina e anti-disciplina: “Em vigiar e Punir, Michel Foucault substitui a análise dos aparelhos que exercem o poder (isto é, das instituições localizáveis, expansionistas, repressivas e legais) pela dos ‘dispositivos’ que ‘vampirizaram’ as instituições e reorganizaram clandestinamente o funcionamento do poder: procedimentos teóricos ‘minúsculos’, atuando sobre e com os detalhes, redistribuíram o espaço para transformá-lo no operador de uma ‘vigilância’ generalizada. Problemática bem nova. No entanto mais uma vez, essa ‘microfísica do poder’ privilegia o aparelho produtor (da disciplina), ainda que, na ‘educação’, ela ponha em evidência o sistema de uma ‘repressão’ e mostre como, por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para aterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (dou ‘dominados’?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural.” (grifos meus) CERTEAU, M. *Invenção do Cotidiano*. Artes de Fazer. 2 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1996, p. 41.

¹⁰ RIBEIRO, Gustavo Lins. “Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades satélites”. *Espaço & Debates*, n. 5, ano 2, abril de 1982, p. 120.

A construção da cidade: realização de um projeto. Um projeto que significou a edificação de um sonho, de um ideal de modernidade e de progresso, um novo tempo. Para o senhor Gabriel Nogueira, morador da Vila Planalto, um novo tempo que veio marcado pelo abandono, pelo não reconhecimento da importância que pessoas como ele tiveram para a consolidação daquele empreendimento: “eu ficava assim pensando como seria; como é que vai ser essa cidade; como vai ser as ruas; como vai ser, de onde vai vir a iluminação, o encanamento de água, enfim, será que essa cidade vai ser igual ao Rio, vai ser igual a BH? (...) Eu acho aqui que eu e muitos outros somos injustiçados, porque ninguém reconhece o que nós já fizemos por Brasília. Que nós praticamente somos os criadores de Brasília, juntamente com Juscelino, que ele não poderia fazer Brasília sozinho”. A discussão da memória enquanto fonte de pesquisa se configurou como um grande desafio – perpassado pelo fascínio que o trabalho com trajetórias pessoais desperta. Ocorreu no final da década de 1950 e início de 1960 um grande investimento na criação de uma memória institucionalizada que nomeasse e desse contornos a capital-menina. Para além da imagem institucionalizada, construída pela memória de pessoas “importantes” na construção da cidade, Brasília aparece descrita, dimensionada e significada nos depoimentos de trabalhadores manuais do período da construção. “O significado da construção de Brasília melhorou muito pra mim em muitas coisas: (incomp.) me ensinou a viver, me ensinou a trabalhar e melhorar muito minhas condições de vida. Nem só a minha, há muitos... há muitos. Muitos coitados que vieram do interior, que a maior parte do pessoal de Brasília, a maior parte, mais de cem por cento, tudo é pessoal do interior. São as pessoas carente, sem estudo, porque as pessoa carente não tem estudo. Então Brasília ajudou muito. A nova construções de Brasília ajudou muito nem só a nós, como ajudou muito o Brasil porque o Brasil era... quando o doutor Juscelino pegou o Brasil, o Brasil era mudo, surdo e cego e paralítico”¹¹. O depoimento do senhor Clementino Cândido parece mesmo sintetizar o significado de Brasília para seus tantos outros: fez com que o Brasil deixasse de ser mudo, surdo, cego e paralítico. Uma fala que expressa a construção dessa imagem de cidade a partir de sua trajetória pessoal. Sua trajetória, assim como a dos tantos outros que ajudaram a construir a cidade, esteve

¹¹ CÂNDIDO, Clementino. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. (entrevistado por Ana Claudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa)

marcada pela expectativa e pelo projeto que Brasília significava e que aparece expresso nos versos e estrofes do seu hino:

Em meio à terra virgem desbravada
na mais esplendorosa alvorada
feliz como um sorriso de criança
um sonho transformou-se em realidade
surgiu a mais fantástica cidade
”Brasília, capital da esperança”

Desperta o gigante brasileiro
desperta e proclama ao mundo inteiro
num brado de orgulho e confiança:
nasceu a linda Brasília
a “capital da esperança”

A fibra dos heróicos bandeirantes
persiste nos humildes e gigantes
que provam com ardor sua punjança
nesta obra de arrojo que é Brasília
nós temos a oitava maravilha
”Brasília, capital da esperança” .

Fontes e Referências Bibliográficas

Correio Braziliense

“Cidade”

PRADO, J. F. de Almeida. “A Nova Metrópole”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

RICARDO, Cassiano. “Toada para se ir a Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

“Arquitetura e arte no mundo olham Brasília com perspectiva do futuro”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

“Brasília é o centro de convergência do eixo rodoviário brasileiro e a Belém-Porto Alegre a espinha dorsal”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960. Edição comemorativa da transferência da capital federal para Brasília.

“Brasília começou”. *Correio Braziliense*, 22 de abril de 1960.

“Enamorados de Brasília – todos que aqui vieram”. *Correio Braziliense*, 23 de abril de 1960.

“Brincam juntos no Jardim da Infância filhos de Deputados e de ‘Candangos’”. *Correio Braziliense*, 28 de abril de 1960.

“A cidade monumental”. *Correio Braziliense*, 06 de maio de 1960.

O'DONNELL, F. Talaia. “Como eu vi Brasília”. *Correio Braziliense*, 31 de julho de 1960.

FIGUEIREDO, Argemiro de. “Ninguém terá coragem para fechar as portas da cidade”. *Correio Braziliense*, 06 de novembro de 1960.

“Brasília não é cidade para ser descrita”. *Correio Braziliense*, 13 de dezembro de 1960.

MEDEIROS NETTO. “A despedida de Brasília”. *Correio Braziliense*, 20 de dezembro de 1960.

VASCONCELOS, Adirson. “Centenária acha Brasília o melhor lugar do mundo”. *Correio Braziliense*, 31 de dezembro de 1960.

“Brasília: acontecimento culminante do ano de 60”. *Correio Braziliense*, 01 de janeiro de 1961.

“Brasília: acontecimento culminante do ano de 60”. *Correio Braziliense*, 01 de janeiro de 1961.

PEÑA, José Maria. “Uma capital fora da escala dos raciocínios convencionais (I)”. *Correio Braziliense*, 28 de janeiro de 1961.

PENA, José Maria. “As constelações de Brasília (II)”. *Correio Braziliense*, 28 de janeiro de 1961.

SILVEIRA, Ilza. “Brasília, vésperas da posse”. *Correio Braziliense*, 31 de janeiro de 1961.

“Prefeito: a alma da cidade surgirá com suas tradições”. *Correio Braziliense*, 10 de março de 1961.

BRITO, Raymundo. “Brasília, pioneiros e Candangos”. *Correio Braziliense*, 17 de março de 1961.

BRITO, Raymundo. “Brasília, pioneiros e Candangos – Desabafo via aérea”. *Correio Braziliense*, 18 de março de 1961.

BRITO, Raymundo. “Brasília, pioneiros e Candangos – Comparações Históricas”. *Correio Braziliense*, 19 de março de 1961.

BRITO, Raymundo. “Brasília, pioneiros e Candangos – Do diário de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de março de 1961.

BRITO, Raymundo. “Brasília, pioneiros e Candangos – Candango Exupério”. *Correio Braziliense*, 22 de março de 1961.

BRITO, Raymundo. “Brasília, pioneiros e Candangos – Aparece Glorinha Cabelo de Fogo”. *Correio Braziliense*, 23 de março de 1961.

BRITO, Raymundo. “Brasília, pioneiros e Candangos – Tarde de Sábado”. *Correio Braziliense*, 24 de março de 1961.

“75 dias de administração no 1º aniversário de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1961.

FONTENELES, Geraldo. “Brasília de meus dias”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1961.

MEDEIROS NETTO. “Aniversário de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1961.

“Primeiro Aniversário”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1961.

“Pioneiros não podem morar numa cidade sem luz, água e esgotos”. *Correio Braziliense*, 23 de abril de 1961.

“Brasília agradece”. *Correio Braziliense*, 28 de maio de 1961.

“Brasília a vitoriosa”. *Correio Braziliense*, 05 de setembro de 1961.

“Novo administrador deverá ter ‘espírito de Brasília’”. *Correio Braziliense*, 14 de setembro de 1961.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “Vamos a escolha”. *Correio Braziliense*, 29 de setembro de 1961.

JEAN, Yvonne. “Começando o dia”. *Correio Braziliense*, 19 de janeiro de 1962.

“Está havendo uma campanha organizada contra Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de janeiro de 1962.

“O QUE HÁ POR DETRÁS DO PLANO PRIORITÁRIO (V) – Urbanização: Cidade-Parque é a meta”. *Correio Braziliense*, 04 de fevereiro de 1962.

“Não, Presidente” *Correio Braziliense*, 11 de abril de 1962.

“Brasília se fixou como capital da República, paralelamente à condição de cidade humana”. *Correio Braziliense*, 19 de abril de 1962.

“Brasília é garantia de saúde e longevidade para os moradores”. *Correio Braziliense*, 13 de maio de 1962.

“Uma capital”. *Correio Braziliense*, 25 de maio de 1962.

“Visita a Brasília”. *Correio Braziliense*, 20 de setembro de 1962.

“Vocação Centrista do Brasil”. *Correio Braziliense*, 28 de setembro de 1962.

SILVA, Ernesto. “Capital Artificial e Capital Natural”. *Correio Braziliense*, 09 de outubro de 1962.

SILVA, Ernesto. “O infinito horizonte de Brasília...” . *Correio Braziliense*, 22 de novembro de 1962.

“Urbanização” . *Correio Braziliense*, 23 de novembro de 1962.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM – O preço de ser diferente...” . *Correio Braziliense*, 15 de janeiro de 1963.

“Brasília nos EUA” . *Correio Braziliense*, 18 de janeiro de 1963.

CAMPOS, Eduardo. “Em Estado de Graças por Brasília” . *Correio Braziliense*, 20 de janeiro de 1963.

SOUZA, José Helder de. “Por Brasília, nunca bati um prego que não virasse a ponta” *Correio Braziliense*, 25 de janeiro de 1963.

“Ritmo de Brasília” . *Correio Braziliense*, 15 de fevereiro de 1963.

“Defesa de Brasília” . *Correio Braziliense*, 22 de fevereiro de 1963.

JEAN, Yvonne. “O ensino dia a dia” . *Correio Braziliense*, 08 de março de 1963.

“Progresso” . *Correio Braziliense*, 08 de março de 1963.

“JK rebate as críticas a sua obra de governo” . *Correio Braziliense*, 09 de março de 1963.

“Brasília tem fã clube na Argentina” . *Correio Braziliense*, 10 de março de 1963.

“Aniversário de Brasília” . *Correio Braziliense*, 15 de março de 1963.

“Os rumos de Brasília” . *Correio Braziliense*, 26 de março de 1963.

“Arquitetura de Brasília” . *Correio Braziliense*, 27 de março de 1963.

“Duas entrevistas e um tema: Brasília – nem que eu vivesse mil anos” . *Correio Braziliense*, 31 de março de 1963.

“Exame de Brasília” . *Correio Braziliense*, 31 de março de 1963.

“Os dias antigos de Brasília” . *Correio Braziliense*, 05 de abril de 1963.

“Sociais de Brasília” . *Correio Braziliense*, 09 de abril de 1963.

“Aniversário de Brasília” . *Correio Braziliense*, 10 de abril de 1963.

“Brasília e o fantasma da conspiração” . *Correio Braziliense*, 14 de abril de 1963.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM... Festa de aniversário”. *Correio Braziliense*, 16 de abril de 1963.

“Para onde vamos?”. *Correio Braziliense*, 19 de abril de 1963.

“Um passo a frente”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“A ela dediquei o carinho de um pai que vê a filha nascer”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“A novacap e Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“Aqui será a terra prometida”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“Brasília e a Novacap”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“Brasília, o milagre”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“Brasília, poema de hoje”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“Uma tarde no céu de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“Brasília avança”. *Correio Braziliense*, 23 de abril de 1963.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM... Muito obrigada Brasília”. *Correio Braziliense*, 23 de abril de 1963.

“Três anos de vida, sete de trabalho”. *Correio Braziliense*, 27 de abril de 1963.

“Brasília e planejamento”. *Correio Braziliense*, 05 de maio de 1963.

“Figura Humana”. *Correio Braziliense*, 05 de maio de 1963.

JEAN, Yvonne. “Brasília não foi um gesto gratuito”. *Correio Braziliense*, 25 de maio de 1963.

“Oportuno depoimento”. *Correio Braziliense*, 25 de maio de 1963.

“Eleição e Brasília”. *Correio Braziliense*, 26 de maio de 1963.

“Brasília ainda é a maior vedeta turística do país”. *Correio Braziliense*, 28 de maio de 1963.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “A mensagem de 65”. *Correio Braziliense*, 31 de maio de 1963.

“Medida essencial à capital do país”. *Correio Braziliense*, 03 de setembro de 1963.

“Brasília e o presidente”. *Correio Braziliense*, 11 de outubro de 1963.

“Casa antiga perto de Brasília...”. *Correio Braziliense*, 22 de outubro de 1963.

“Uma cidade de pioneiros bandeirantes e cortesões”. *Correio Braziliense*, 12 de março de 1965.

“Só vendo-a pode-se senti-la e amá-la”. *Correio Braziliense*, 13 de março de 1965.

“Brasília em festa”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1965.

“Um ano em favor de Brasília”. *Correio Braziliense*, 20 de maio de 1965.

“Contra Brasília”. *Correio Braziliense*, 08 de julho de 1965.

“Prioridade”. *Correio Braziliense*, 01 de março de 1966.

“Duas culturas se encontram no Planalto”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.

“Torre de TV é um símbolo de Brasília”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.

“Como vive o homem em Brasília”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.

20/ abr/ 66 – “Isto é Brasília”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.

“A paisagem humana de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1966.

“Outros fatos de 1957”. *Correio Braziliense*, 10-20 de setembro de 1966.

VASCONCELOS, Adirson. “Brasília”. *Correio Braziliense*, 16 de setembro de 1966.

“Mais apoio”. *Correio Braziliense*, 20 de setembro de 1966.

“Passos decisivos”. *Correio Braziliense*, 20 de setembro de 1966.

“Cidade vai ter em breve sua biblioteca pública”. *Correio Braziliense*, 30 de outubro de 1966.

“Opina o Padre Roque: ‘Marcos de Brasília devem ser conservados na urbanização’”. *Correio Braziliense*, 30 de outubro de 1966.

“Brasília um povo inteiro a procura de si mesmo”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1967.

“Cidade céu”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1967.

“Magalhães defende consolidação de Brasília”. *Correio Braziliense*, 25 de maio de 1967.

“Brasília”. *Correio Braziliense*, 16 de setembro de 1967.

- “Consolidando Brasília”. *Correio Braziliense*, 14 de janeiro de 1968.
- “Prefeitura embeleza ruas de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1968.
- “O cinturão ficou mais verde”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1968.
- “Brasília cultural, 67”. *Correio Braziliense*, 05 de maio de 1968.
- “Doze anos de Novacap”. *Correio Braziliense*, 19 de setembro de 1968.
- “Intransigências burocráticas retardam desenvolvimento do DF”. *Correio Braziliense*, 27 de setembro de 1968.
- “Cooperativismo”. *Correio Braziliense*, 04 de outubro de 1968.
- “Tecnologia contra o desenvolvimento”. *Correio Braziliense*, 04 de outubro de 1968.
- “Brasília: signo da infância da América” (Suplemento de comunicação 68). *Correio Braziliense*, 16 de outubro de 1968.
- “As alegres noites de Brasília”. *Correio Braziliense*, 19 de dezembro de 1968.
- “Brasília e o AI-5”. *Correio Braziliense*, 31 de dezembro de 1968.
- “Uma menina chamada Brasília”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1969.
- “Equipe jovem administra a nova capital”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1969.
- “Brasília”. *Correio Braziliense*, 23 de abril de 1969.
- “E a mudança se fez”. *Correio Braziliense*, 23 de abril de 1969.
- “Qualquer capital pode ser sede da República”. *Correio Braziliense*, 03 de setembro de 1969.
- “Termina pesquisa sobre a renda familiar no DF”. *Correio Braziliense*, 03 de outubro de 1969.
- “Trinta meses de administração”. *Correio Braziliense*, 28 de outubro de 1969.
- “Brasília e seus governadores”. *Correio Braziliense*, 05 de novembro de 1969.
- “Brasília está com mais de 112 mil eleitores”. *Correio Braziliense*, 09 de novembro de 1969.
- SOUZA, Afonso Teles de. “Toada do morador de Brasília”. *Correio Braziliense*, 13 de dezembro de 1969.

“Brasília, o ano e a década”. *Correio Braziliense*, 01 de janeiro de 1970.

“Candango só é livre aos domingos”. *Correio Braziliense*, 21 de março de 1970.

“A cidade dos meus sonhos (I) – Brasília é das crianças”. *Correio Braziliense*, 03 de abril de 1970.

“Brasil jovem apóia e crê em Brasília”. *Correio Braziliense*, 04 de abril de 1970.

“Museu de Brasília, a capital ontem e hoje”. *Correio Braziliense*, 04 de abril de 1970.

“Brasília, patrimônio a preservar”. *Correio Braziliense*, 12 de abril de 1970.

“Brasília: uma sociedade para o futuro”. *Correio Braziliense*, 17 de abril de 1970.

“A Cidade dos meus sonhos (X): Brasília já nasceu religiosa”. *Correio Braziliense*, 18 de abril de 1970.

“A política habitacional do Governo de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“O poder executivo em Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

BARREIROS, José. “Comentário sobre Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“Comentários e fatos da construção de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“Depoimento de mineiro”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

SILVA, Ernesto. “E Brasília surgiu...”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“Em Brasília se trabalha bem”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“Nasce um candango”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“Programa de metas”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“Tudo é realização nos 10 anos da cidade”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“A igreja de Dom Bosco”. *Correio Braziliense*, 24 de abril de 1970.

“Hoje é dia de feira”. *Correio Braziliense*, 26 de abril de 1970.

“Centro de diversões na Rodoviária está nascendo”. *Correio Braziliense*, 16 de agosto de 1970.

“Cidades-Satélites”

“Núcleo Bandeirante é ilegal desde ontem”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

“Núcleo Bandeirante nasceu com Brasília: mas vai morrer”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

“Juscelino vai solucionar o ‘caso’ da Cidade Livre”. *Correio Braziliense*, 29 de abril de 1960.

“O problema da Cidade Livre”. *Correio Braziliense*, 07 de maio de 1960.

“Greve geral na Cidade Livre”. *Correio Braziliense*, 30 de junho de 1960.

“Polícia fez fracassar a greve”. *Correio Braziliense*, 02 de julho de 1960.

“Caderno da Cidade”. *Correio Braziliense*, 03 de julho de 1960.

“JK: Cidade Livre vai continuar” *Correio Braziliense*, 06 de julho de 1960.

“Cidade Livre é problema social”. *Correio Braziliense*, 09 de fevereiro de 1961.

“Notícias da Cidade Livre – Transferência do Núcleo”. *Correio Braziliense*, 22 de março de 1961.

“Senado Federal – Cidades Satélites fazem surgir problemas sociais”. *Correio Braziliense*, 03 de maio de 1961.

QUEIROZ, Humberto F. (responsável) “Jornal da Cidade Livre – O nosso aparecimento”. *Correio Braziliense*, 03 de junho de 1961.

QUEIROZ, Humberto F. (responsável) “Jornal da Cidade Livre – Sangue na CL – indústria do terror implantadas pela prefeitura começa a produzir seus primeiros frutos”. *Correio Braziliense*, 20 de junho de 1961.

QUEIROZ, Humberto F. (responsável) “Jornal da Cidade Livre – Justiça responde aos desmandos da prefeitura”. *Correio Braziliense*, 21 de junho de 1961.

QUEIROZ, Humberto F. (responsável) “Jornal da Cidade Livre – “Operação-Mudança”: desespero e morte na CL”. *Correio Braziliense*, 21 de junho de 1961.

QUEIROZ, Humberto F. (responsável) “Jornal da Cidade Livre – Graves acontecimentos na CL”. *Correio Braziliense*, 09 de julho de 1961.

QUEIROZ, Humberto F. (responsável) “Jornal da Cidade Livre – Ilusão de ótica ou ignorância”. *Correio Braziliense*, 02 de agosto de 1961.

QUEIROZ, Humberto F. (responsável) “Jornal da Cidade Livre – Tragédia Dantesca em um Poema Épico”. *Correio Braziliense*, 18 de agosto de 1961.

QUEIROZ, Humberto F. (responsável) “Jornal da Cidade Livre – Porque não olhar para o outro lado?”. *Correio Braziliense*, 23 de agosto de 1961.

“Sobradinho lança manifesto: ‘Queremos prefeito eleito’”. *Correio Braziliense*, 16 de setembro de 1961.

“CIDADES SATÉLITES – Sobradinho – falta de luz”. *Correio Braziliense*, 27 de janeiro de 1962.

“CIDADES SATÉLITES – Sobradinho”. *Correio Braziliense*, 15 de fevereiro de 1962.

JEAN, Yvonne. “ESQUINA DE BRASÍLIA – Cidades Satélites”. *Correio Braziliense*, 07 de abril de 1962.

PAIVA, Flávio. “Sobradinho: autoridades criam uma cidade de fome e misérias”. *Correio Braziliense*, 15 de maio de 1962.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM – Eles precisam de nós”. *Correio Braziliense*, 17 de novembro de 1962.

“CIDADES SATÉLITES – Entre Esperanças, Sobradinho comemorou 3 anos de existência”. *Correio Braziliense*, 06 de fevereiro de 1963.

“CIDADES SATÉLITES – Sobradinho”. *Correio Braziliense*, 14 de fevereiro de 1963.

“Moradores da Cidade Livre protestam contra acusações feitas ao delegado”. *Correio Braziliense*, 03 de março de 1963.

“CIDADES-SATÉLITES – Atuante o plano de emergência junto aos núcleos periféricos de Brasília”. *Correio Braziliense*, 05 de março de 1963.

“CIDADES-SATÉLITES – Vitória: plano de emergência entrega às cidades-satélites cerca de 11 escolas”. *Correio Braziliense*, 06 de março de 1963.

“CIDADES-SATÉLITES – É alarmante o índice de desemprego em Sobradinho. Apêlo às autoridades”. *Correio Braziliense*, 07 de março de 1963.

“Lúcio Costa sugere a limitação no crescimento das cidades-satélites”. *Correio Braziliense*, 23 de maio de 1963.

“Guará, um exemplo”. *Correio Braziliense*, 08 de junho de 1963.

“Vila Planalto”. *Correio Braziliense*, 20 de outubro de 1963.

“Sobradinho comemora o 7º aniversário”. *Correio Braziliense*, 12 de maio de 1967.

“Núcleo Bandeirante comemora hoje seu 12º aniversário”. *Correio Braziliense*, 08 de novembro de 1968.

NASCIMENTO, José Natal do. “Guará, uma solução”. *Correio Braziliense*, 20 de agosto de 1969.

“CIDADES-SATÉLITES – o que são no 10º aniversário de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“Sobradinho – 10 anos, uma cidade completa”. *Correio Braziliense*, 13 de maio de 1970.

“Mudança”

JOÃO FILHO, José. “Brasília nasceu num comício em Jataí”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

“Brasília é um marco histórico no movimento de emancipação nacional”. *Correio Braziliense*, 26 de abril de 1960.

“Atuação Patriótica”. *Correio Braziliense*, 28 de janeiro de 1962.

“2º Aniversário de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1962.

SILVA, Ernesto. “A Constituição e a Mudança da Capital”. *Correio Braziliense*, 30 de setembro de 1962.

“Uma resposta”. *Correio Braziliense*, 10 de novembro de 1962.

“Porque não se muda a capital do Brasil”. *Correio Braziliense*, 14 de março de 1965.

“Uma ‘nova civilização’ se forma no Planalto”. *Correio Braziliense*, 17 de março de 1965.

“Brasília finca marco de uma nova era para o Brasil”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.

“Brasília e o progresso do Planalto”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.

“Mentalidade de uma ‘nova civilização’”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.

“Onde a integração nacional é maior”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.

“Como foi feita a mudança...”. *Correio Braziliense*, 20 de abril de 1966.

“Nascendo estradas no Planalto”. *Correio Braziliense*, 19-20 de setembro de 1966.

“Novacap, dez anos depois... (I) Espírito de trabalho que ganhou fama de ‘ritmo de Brasília’”. *Correio Braziliense*, 20 de setembro de 1966.

“E assim surgiu Brasília...”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“A capital que surgiu”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“Continuidade das Obras”

“Não vibra a cidade como nos dias da inauguração”. *Correio Braziliense*, 31 de janeiro de 1961.

“Ritmo de Brasília’ sofreu forte abalo: expectativa”. *Correio Braziliense*, 31 de janeiro de 1961.

“A cidade renasce”. *Correio Braziliense*, 11 de outubro de 1961.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM... Brasília deve ser concluída”. *Correio Braziliense*, 11 de outubro de 1961.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “A consolidação de Brasília”. *Correio Braziliense*, 31 de janeiro de 1962.

“Entusiasmo em Brasília”. *Correio Braziliense*, 31 de janeiro de 1962.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “Quadro Sombrio”. *Correio Braziliense*, 11 de maio de 1962.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM... O descrédito de Brasília”. *Correio Braziliense*, 08 de agosto de 1962.

“Brasília e o futuro da capital”. *Correio Braziliense*, 02 de setembro de 1962.

“Brasília – a grande ‘experiência’”. *Correio Braziliense*, 23 de setembro de 1962.

“Trabalhando por Brasília”. *Correio Braziliense*, 16 de outubro de 1962.

MASCARENHAS, Coelho. “Reinício imediato das obras para evitar colapso da nova capital”. *Correio Braziliense*, 12 de janeiro de 1963.

“Ritmo de Brasília”. *Correio Braziliense*, 15 de fevereiro de 1963.

“Defesa de Brasília”. *Correio Braziliense*, 22 de fevereiro de 1963.

“Obras de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de março de 1963.

“Apoio à Brasília”. *Correio Braziliense*, 07 de abril de 1963.

“Brasília injustiçada”. *Correio Braziliense*, 31 de maio de 1963.

“Brasília: um imperativo”. *Correio Braziliense*, 06 de junho de 1963.

“Personagens”

“Servir o Brasil”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

LEÃO FILHO, José. “Lema de trabalho para Israel é ‘tudo deveria estar pronto ontem’”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1960.

“CADERNO DA CIDADE – a presença da Construtora Pacheco Fernandes Dantas”. *Correio Braziliense*, 07 de agosto de 1960.

“Cem dias para fazer um jornal”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1962.

“Israel analisa Brasília, em função de historiador”. *Correio Braziliense*, 29 de abril de 1962.

“Autoridades do país se levantam em defesa dos ‘candangos’ - Homens ordeiros, capazes e patriotas não podem ser injustiçados e caluniados”. *Correio Braziliense*, 24 de junho de 1962.

PIRES, Ézio. “Hipólito José da Costa fundador do jornalismo brasileiro”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“O ‘correio’ e Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

CUNHA, Ari. “Um jornal dentro do mato para servir uma cidade”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“A presença do ‘correio’ na vida de Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“Problemas”

“Avenidas esburacadas e imundas atestam deficiências da capital”. *Correio Braziliense*, 29 de abril de 1960.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “Vícios em Brasília”. *Correio Braziliense*, 03 de junho de 1960.

MARROQUIM, Murilo. “Cresce com a cidade o problema social”. *Correio Braziliense*, 14 de junho de 1960.

MARROQUIM, Murilo. “Brasília Inumana – III – Falta de Preparação Psicológica”. *Correio Braziliense*, 17 de junho de 1960.

“Brasília será superada dentro de vinte anos”. *Correio Braziliense*, 05 de julho de 1960.

“De volta do DF, Lacerda volta a atacar Brasília”. *Correio Braziliense*, 07 de julho de 1960.

MAGABEIRA, Otávio. “Brasília, uma incógnita”. *Correio Braziliense*, 16 de julho de 1960.

“Brasília se desvirtua”. *Correio Braziliense*, 30 de setembro de 1960.

BARCELLOS, Fernanda. “Canto de Página – tristezas de Brasília”. *Correio Braziliense*, 03 de dezembro de 1960.

“Aluguéis no DF”. *Correio Braziliense*, 18 de fevereiro de 1961.

“Prefeito aborda na TV-Brasília todos os problemas da cidade”. *Correio Braziliense*, 29 de março de 1961.

“Mínima a vigilância noturna em Brasília”. *Correio Braziliense*, 06 de abril de 1961.

BOAVENTURA, J. César. “Escravas brancas vem de lotação para Brasília”. *Correio Braziliense*, 11 de abril de 1961.

“Desemprego em Brasília anuncia a crise social”. *Correio Braziliense*, 18 de agosto de 1961.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “O sacrifício de Brasília”. *Correio Braziliense*, 12 de setembro de 1961.

“Jango fala sobre o custo de vida”. *Correio Braziliense*, 19 de outubro de 1961.

“Brasília: situação médico-sanitária é desesperadora”. *Correio Braziliense*, 29 de outubro de 1961.

“Indiferença”. *Correio Braziliense*, 03 de janeiro de 1962.

“Esvaziamento de Brasília”. *Correio Braziliense*, 04 de maio de 1962.

SILVA, Ernesto. “Brasília – cidade mutilada”. *Correio Braziliense*, 18 de agosto de 1962.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM... Brasília: frustração e desesperança”. *Correio Braziliense*, 22 de agosto de 1962.

“A realidade de Brasília”. *Correio Braziliense*, 24 de agosto de 1962.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “Problemas de Brasília (I)”. *Correio Braziliense*, 05 de setembro de 1962.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “Problemas de Brasília (II)”. *Correio Braziliense*, 07 de setembro de 1962.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “Problemas de Brasília (III)”. *Correio Braziliense*, 09 de setembro de 1962.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “Problemas de Brasília (IV)”. *Correio Braziliense*, 12 de setembro de 1962.

DINIZ, Hindemburgo Pereira. “Problemas de Brasília (V)”. *Correio Braziliense*, 16 de setembro de 1962.

“Alegria para a cidade”. *Correio Braziliense*, 21 de setembro de 1962.

SILVA, Ernesto. “Brasília – cidade mutilada”. *Correio Braziliense*, 26 de setembro de 1962.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM – Mulher Cruel”. *Correio Braziliense*, 02 de outubro de 1962.

“Problema Habitacional”. *Correio Braziliense*, 26 de outubro de 1962.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM – Os Desvalidos...”. *Correio Braziliense*, 31 de outubro de 1962.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM – Atitude Irresponsável”. *Correio Braziliense*, 01 de dezembro de 1962.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM – Brasília, outra Caracas”. *Correio Braziliense*, 04 de dezembro de 1962.

“Contra Brasília”. *Correio Braziliense*, 19 de dezembro de 1962.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM – O preço de ser diferente...”. *Correio Braziliense*, 15 de janeiro de 1963.

SOUZA, José Helder de. “Por Brasília, nunca bati um prego que não virasse a ponta”. *Correio Braziliense*, 25 de janeiro de 1963.

SILVA, Ernesto. “Pobre escola parque”. *Correio Braziliense*, 06 de março de 1963.

“A cabana e o palácio (II) - para que Brasília, totalmente construída, atinja os seus mais altos objetivos”. *Correio Braziliense*, 17 de março de 1963.

“Situação persistente”. *Correio Braziliense*, 09 de março de 1963.

“A cabana e o palácio”. *Correio Braziliense*, 16 de março de 1963.

“A cabana e o palácio (IV) - um ninho de moléstias”. *Correio Braziliense*, 20 de março de 1963.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM... Saiu pela culatra...”. *Correio Braziliense*, 20 de março de 1963.

“A cabana e o palácio (V) - os dez mil habitantes da ‘Vila Planalto’ são seres humanos”. *Correio Braziliense*, 23 de março de 1963.

AGUIAR, Wilson. “O QUE ELES FAZEM... Só a cidade perdeu”. *Correio Braziliense*, 05 de abril de 1963.

“Brasília sofre falta de leite por deficiência nos transportes”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“Excessos policiais”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“Os heróis do oeste”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1963.

“A melhor notícia”. *Correio Braziliense*, 28 de abril de 1963.

“Crise ameaça DF”. *Correio Braziliense*, 08 de junho de 1963.

“Superquadras em abandono”. *Correio Braziliense*, 06 de setembro de 1963.

“Problema básico”. *Correio Braziliense*, 12 de outubro de 1963.

“Infectos barracos enfeiam o plano piloto”. *Correio Braziliense*, 22 de outubro de 1963.

01/ jan/ 67 – “Balanço de 66 revela maturidade da capital”. *Correio Braziliense*, 01 de janeiro de 1967

“Brasília em 1969”. *Correio Braziliense*, 01 de janeiro de 1970.

“Prates fala sobre problemas do DF”. *Correio Braziliense*, 17 de janeiro de 1970.

“Prates promete atacar problemas das favelas”. *Correio Braziliense*, 20 de janeiro de 1970.

“Prates quer acabar com favelas”. *Correio Braziliense*, 20 de janeiro de 1970.

“Um paradoxo de Brasília (II) – o Núcleo de Custódia”. *Correio Braziliense*, 21 de janeiro de 1970.

“Plano quer erradicar invasões”. *Correio Braziliense*, 25 de janeiro de 1970.

“Um paradoxo de Brasília – A precária recuperação”. *Correio Braziliense*, 27 de janeiro de 1970.

“Lar renovado”. *Correio Braziliense*, 21 de março de 1970.

“Mais luz para Brasília”. *Correio Braziliense*, 21 de abril de 1970.

“A casa do brasileiro”. *Correio Braziliense*, 15 de julho de 1970.

“Como a favela chegou a Brasília”. *Correio Braziliense*, 18 de julho de 1970.

“Perdidos nas noites frias em Brasília”. *Correio Braziliense*, 26 de julho de 1970.

“Uma nova favela em plena cidade”. *Correio Braziliense*, 26 de julho de 1970.

“Editorial, a cidade é uma só”. *Correio Braziliense*, 28 de julho de 1970.

Livros

ALBUQUERQUE JR., D. M. “Geografia em Ruínas” In: *O engenho Anti-Moderno: a invenção do Nordeste e outras artes*. Tese de Doutorado, Unicamp, 1994.

ALMEIDA, Theodoro Figueira de. *Brasília, a cidade histórica da América*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1960.

Arquivo Público do Distrito Federal. *Planaltina: um referenciamento de fontes*. [Coord. Deuzíria de Carvalho Soares e Silvia Regina Viola de Castro] 2ª ed. Brasília, 2001.

Arquivo Público do Distrito Federal. *Catálogo de Depoimentos Orais*. Brasília, DF, 1994.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *Cidadania Ativa*. São Paulo, Ática, 1992.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita *O Governo Kubitschek*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

BENJAMIM, Walter. “O Narrador – Observações acerca da obra de Nicolau Lescov” In: *Os pensadores – textos escolhidos*. Vol. XLVIII. São Paulo, Abril Cultural, 1975.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna*. São Paulo: EDUSP, 1994.

BOMENY, Helena “Utopias de cidade: as capitais do modernismo” In: GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. FGV/ CPDOC, 1991.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BRESCIANI, M. S. M. “História e Historiografia das cidades, um percurso” In.: FREITAS, M. C. de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. “As sete portas da cidade”. *Espaço & Debates*. Cidade e História, n. 34, ano XI, 1991.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília, Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

CARPINTERO, Antônio Carlos. *Brasília: prática e teoria urbana no Brasil*. Tese de Doutorado, FAU-USP, 1988.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica” In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1994.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo, utopias e realidades*. Uma antologia. São Paulo, Perspectiva, 1965.

COELHO, Marcelo Penteado. *Brasília e a Ideologia do Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1989.

CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

COSTA, Maria Elisa (org.) *Com a palavra, Lúcio Costa*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001.

COSTA, L. “Relatório do Plano Piloto de Brasília”. In: *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*, Brasília, Senado Federal – Comissão do Distrito Federal, 1974.

COSTA, Lúcio. “Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília” In: *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília*. Senado Federal, 5 a 21 de agosto de 1974, Brasília, DF.

COSTA, Lúcio. *Registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1997.

COSTA, M. C. S. da e DIGIOVANNI, R. “Antropologia, espaço e cidade: um olhar sobre Curitiba” In: SÁ, Cristina (org.) *Olhar Urbano, Olhar Humano*. São Paulo: IBRASA, 1991, pp. 33-54.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Record, 2001 (col. Metrôpoles).

CRULS, Luis. *Relatório Cruls* (relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil). 7ª ed. Fac-similar. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, Ed.UFRJ, 1993.

- FERRAZ, Olimpio. *Brasília*. São Paulo, Editora Fulgor, 1961.
- FISHMAN, Robert. *Urban Utopias in the Twentieth Century*. 6ª ed. Londres, MIT Press, 1997.
- GICOVATE, Moisés. *Brasília – uma realização em marcha*. São Paulo, Melhoramentos, 1959.
- GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Ed. FGV/ CPDOC, 1991.
- GOROVITZ, Matheus. *Brasília uma questão de escala*. São Paulo, Perspectiva, 1985.
- GUNN, Philip e CORRÊA, Telma de Barros. “O Urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade” In: BRESCIANI, M. S. M.(org.) *Palavras da Cidade*. Porto Alegre, Ed. Universidade UFRGS, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no séculoXX. [trad. Pérola de Carvalho] São Paulo, Perspectiva, 1988.
- HOLSTON, James. *A Capital Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. (trad. Marcelo Coelho). São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- Instituto dos Arquitetos do Brasil. *Arquitetura Brasileira após Brasília – depoimentos*. Rio de Janeiro, IAB, 1978.
- JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York, 1961.
- JOFFILY, Geraldo Irenêo. *Brasília e sua Ideologia*. Brasília, Thesaurus, 1977.
- LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- LE CORBUSIER. *Urbanismo*. [trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira] São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- LEME, Maria Cristina da Silva. “Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional” In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.) *Palavras da Cidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2001.
- LUZ, Clemente. *Invenção da Cidade: Brasília*. 2 ed. Rio de Janeiro, Record; Brasília, INL, 1982.
- MENDES, M. *Meu testemunho de Brasília*. 2 ed. Brasília, Thesaurus, 1997.

- MIRANDA, Antônio. *Brasília, capital da utopia: visão e revisão*. Brasília, Thesaurus, 1985.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Nacionalismos e Reforma Agrária nos anos 50”. *REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA – Dossiê: Arte e Linguagens*. São Paulo, ANPUH/ Humanitas, vol. 18, nº 35, 1998.
- MUMFORD, Lewis. “Paraíso Paleotécnico: A Coketown” In: *A Cidade na História*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1964.
- NAPOLEÃO, A. *Juscelino: audácia, energia e confiança*. Rio de Janeiro, Bloch, 1975.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. *Porque construí Brasília?* Rio de Janeiro, Bloch, 1975.
- ORICO, Osvaldo. *Brasil: capital Brasília*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1958.
- PENNA, Nelba A. *Brasília, do espaço concebido ao espaço produzido*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 2000.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, *Resenha do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. Tomo II, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação, 1960.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Brasil, 1954-1964*. São Paulo, ANPUH; Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Dossiê: Arte e Linguagens*. São Paulo, ANPUH; Humanitas, v. 18, n. 35, 1998.
- SÁ, Cristina. “Olhar Urbano, Olhar Humano. Uma apresentação” In: SÁ, Cristina (org.) *Olhar Urbano, Olhar Humano*. São Paulo, IBRASA, 1991.
- SCHAAF, Mariza B.; GOUVÊA, Regina R. “Significados da Urbanização: traços e fontes do historiador” In: SÁ, Cristina (org.) *Olhar Urbano, Olhar Humano*. São Paulo, IBRASA, 1991.
- SEIXAS, Jacy Alves. “Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica” In: BRESCIANI, M.S.M.; SEIXAS, JA.; BREPOHL, M. (orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília, Editora da UnB, 2002.
- SILVA, Ernesto. *História de Brasília*. Brasília, Coordenada / INL, 1971
- SILVEIRA, Peixoto da. *A nova capital – porque, para onde e como mudar a capital federal*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1957.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio à Castelo*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Otávio Tarquino de. “História dos Fundadores do Império do Brasil”, 1956.

TAMANINI, L. F. *Brasília: memória da construção*. 2. ed. Brasília, Livraria Suspensa, 2003, 2vol.

VAITSMAN, Maurício. *Quanto Custou Brasília*. Rio de Janeiro, PS, 1968.

VARHANGEN, Francisco Adolfo de. *A questão da capital: marítima ou no interior?* Apresentação Edgard D’Almeida Victor. Brasília, Thesaurus, 1978 (col. Memória do Brasil, v.5).

VESENTINI, J. W. *A capital da Geopolítica*. 4ª ed. São Paulo, Ática, 1996.

VITOR, Edgar D’Almeida. “A expressão de sua obra” In: VARNHAGEN, F. A. *A questão da capital: marítima ou no interior?* Apresentação Edgard D’Almeida Victor. Brasília, Thesaurus, 1978 (col. Memória do Brasil, v.5).

VITOR, Edgar D’Almeida. *História de Brasília*. Brasília, Thesaurus, 1980. (Col. Brasil/ Memória).

WAQUIM, Carmina. *Brasília, terra do leite e do mel*. Itiquira, s/ d.

Artigos

“Arquitetura e Urbanismo da Nova Capital – O concurso para o plano piloto”, *Revista Brasília*, nº 03, ano 1, março de 1957.

AUDRÄ, Helmut. “Varnhagen e a idéia da mudança da capital brasileira” *Revista de História*, ano XX, n. 79, 1969, pp. 139-154.

CASTRO, Christovam Leite de. “A transferência da capital do país para o Planalto Central” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out./ dez., 1946.

CASTRO, C. L. de. “A mudança da capital do país à luz da ciência geográfica” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 02, abril/ jun., 1947.

CAVALCANTI, Coutinho. “Brasília e seus críticos”. *Revista Brasília*, nº 37, ano 4, janeiro de 1960.

CERTEAU, M. “Andando na cidade” In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. (Trad. Anna Olga de Barros Barreto). n. 23, pp. 21-31.

FRANCO, Oliveira. “O milagre nacional de Brasília”. *Revista Brasília*, nº 39, ano 4, março de 1960.

GALVÃO, Edmundo. “Brasília – marco irrevogável de outra era para o Brasil” *Revista Brasília*, nº 44, ano 4, agosto de 1960.

GUIMARÃES, Fábio de M. S. “O Planalto Central e a mudança da capital do Brasil” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 04, ano XI, out./ dez., 1949.

LOPES, João Gualberto. “Hoje Brasília existe”. *Revista Brasília*, nº 41, ano 4, maio de 1960.

MENDES, Horácio. “Brasília e seus antecedentes”. *Revista Brasília*, (4): 30-43, ano 4, abril de 1960.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História”. Projeto. São Paulo, n. 10, Dez./ 1993, PUC/ SP.

ORICO, Osvaldo. “Armas secretas como cidade”. *Revista Brasília*, nº 32, ano 3, agosto de 1959.

PENA, J O. de Meira. “A mudança da capital do Brasil” *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, ano XVI, abril/ Jun, 1955.

Revista Brasília, nº 43, julho de 1960.

RIBEIRO, Carlos. “Brasília” *Revista Brasília*, no 34, ano 3, outubro de 1959.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades satélites”. *Espaço & Debates*, nº 5, ano 2, abril, 1982.

SILVA, Raul de Andrada e. “Os idealizadores de Brasília no século XIX” *Revista de História*, ano XXVI, v. LII, n. 103, jul. / set., 1975, pp. 287-295.

VELOSO, Nilton. “Brasília: uma nova era nacional” *Revista Brasília*, nº 28, ano 3, abril de 1959.

Depoimentos

ALVES, Elísio Evangelista Alves. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistada por André Rabelo de Sousa e Marli Guedes da Costa.

DOCUMENTÁRIO. “Mãos à obra em Brasília” elaborado pelos professores José Walter Nunes, Nancy Aléssio Magalhães e Teresa Paiva Chaves da UnB, como trabalho de uma disciplina da graduação e um curso de extensão realizados entre os anos de 1992-1993.

MENDONÇA, Suzana Conceição. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistada por Ana Claudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa.

OLIVEIRA, José Ferreira de. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por André Rabelo de Sousa e Marli Guedes da Costa.

PEREIRA, Luciano. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Ana Cláudia Corrêa Brandão Gracindo e Marli Guedes da Costa.

SANTOS, Severino Manoel dos. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Ana Cláudia Corrêa Brandão Gracindo e Vera Lúcia Pereira Duarte.

SILVA, Delcides Abadia. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Vânia Lúcia Alheiro Rosa e Vera Lúcia Pereira Duarte.

SILVA, José Cosme da. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Marli Guedes da Costa e Vânia Lúcia Alheiro Rosa.

SILVA, Manoel Pereira da. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por Carlos Henrique Ferreira de Araújo e Marli Guedes da Costa.

SOEIRO, José Irismar. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1990. Entrevistado por André Rabelo de Sousa e Marli Guedes da Costa.

Sites Consultados

Memorial JK: <http://www.memorialjk.com.br/4/bsb/pgs/concurso.html>.

Projeto Itinerâncias Urbanas: <http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/bsb/bsb.html>.

Informação sobre Brasília: <http://www.infobrasilia.com.br/ernesto.htm>.

Biografia: <http://www.biblio.com.br/Templates>

<http://www.e-biografias.net/biografias>

IPHAN: <http://www.iphan.gov.br/centenarioLucioCosta.htm>

Projeto Itinerâncias - UnB: <http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/bsb/bsb.html>

UnB: <http://www.bce.unb.br/bibliotecavirtual>

Administração de Sobradinho: <http://www.sobradinho.df.gov.br>

ANEXO 1 –

**Síntese da Cronologia da Mudança da Capital publicada pela
Revista Brasília**

MENDES, Horácio. “Brasília e seus Antecedentes”, *Revista Brasília*, n. 40, ano 4, abril de 1960, pp. (30-43)

- ✎ 1789: Autos da devassa da Inconfidência Mineira → defesa da mudança da capital para São João Del'Rei.
- ✎ 1810: Veloso de Oliveira → *“É preciso que a côrte não se fixe em algum pôrto marítimo, principalmente se êle fôr de grande e em boas proporções para o comércio... A Capital se deve fixar em lugar são, ameno, aprazível e isento de confuso tropel de gentes indistintamente acumuladas.”*
- ✎ 1813: José Hipólito da Costa Furtado de Mendonça (Correio Braziliense) → *“O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem para cidade que se destina a ser capital do Império do Brasil; e se os cortesãos que para ali foram de Lisboa tivessem assas patriotismo e agradecimento pelo país que os recolheu, nos tempos de seus trabalhos, fariam um generoso sacrificio das comodidades e tal qual luxo, que podiam gozar no Rio de Janeiro, e se iriam estabelecer em um país do interior, central e immediato às cabeceiras dos grandes rios, edificariam ali uma cidade nova, começariam por abrir estradas, que se dirigissem a todos os portos do mar, removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis e lançariam assim os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superficie do globo no estado atual das nações que o povoam.”*
- ✎ 1821: José Bonifácio de Andrada e Silva → *“Parece-me também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil, para assento da Corte de Regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15º...”*.
- ✎ 1821: Dr. Alexandre José de Melo Moraes → “História do Brasil-Reino e Brasil-Império”.
- ✎ 1822: “Aditamento ao Projeto de Constituição para ser Aplicado ao Reino do Brasil”. Artigo 1º → *“No centro do Brasil, entre as nascentes dos rios confluentes do*

Paraguai e Amazonas, e fundar-se-á a Capital dêste reino, com a denominação de Brasília, ou qualquer outra.”

- ✎ 1823: José Bonifácio de Andrada e Silva: “Memória sôbre a necessidade e meios de edificar na interior do Brasil uma nova Capital”.
- ✎ 1834: Visconde do Pôrto Seguro → Defende no seu “História Geral do Brasil” que a capital deveria ser transferida para o interior como forma de garantir a segurança da Corte.
- ✎ 1877: Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro) → Publica “Questão da Capital: marítima ou interior?”
- ✎ 1883: Sonho de Dom Bosco
- ✎ 1890: Constituição Provisória da República
- ✎ 1891: Vota-se a Constituição → “Art. 3º – *Fica pertencendo à União, no planalto central da República, um zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Parágrafo Único – Efetivada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.*”
- ✎ 17/ maio/ 1892: Foi nomeada a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, chefiada por Luis Cruls (trabalharam por 26 meses, concluindo os trabalhos em 1894).
- ✎ 1905: João Coelho Gomes Ribeiro encampa uma campanha pela mudança da Capital Federal pelo Diário Popular.
- ✎ 1919: Projeto do senador Justo Chermont → propunha lançar as pedras fundamentais dos palácios do Congresso.
- ✎ 1922: Eptácio Pessoa assina o decreto que delimita o retângulo Cruls como sendo o local para ser construída a capital.
- ✎ 1934: Foi promulgada a nova Constituição Republicana → “Artigo 4º – *Será transferida a Capital da União para um ponto Central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob instruções do Govêrno, procederá a estudos das várias localidades adequadas à*

instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias à mudança.”

- ✂ 1937: Foi decretada a Constituição do Estado Novo que não discorria sobre a questão da mudança da capital.
- ✂ 1939: Coimbra Bueno entrega um memorial à Vargas retomando as discussões sobre a mudança da capital.
- ✂ 1940: Vargas lança a “Cruzada rumo ao Oeste”.
- ✂ 1945: Assembléia Geral do IBGE → não se pode mais prescindir da mudança da capital para o interior.
- ✂ 1946: Eurico Gaspar Dutra institui a “Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil”, presidida pelo General Djalma Poli Coelho.
- ✂ 1955: A comissão, já sob presidência do Marechal José Pessoa, escolhe o sítio em que se ergueria Brasília.
- ✂ 1956: Juscelino Kubitschek cria a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) que daria início aos trabalhos de edificação da cidade. Sua primeira providência foi lançar o Concurso para o Plano Piloto de Brasília do qual foi vencedor Lúcio Costa.

ANEXO 2

**Editais para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do
Brasil**

Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil

Edital para o Concurso do Plano Piloto de Brasília encontrado no site do Poder Executivo desta cidade: [http:// www.brasiliaweb.com.br/ edital.html](http://www.brasiliaweb.com.br/edital.html)

O Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil foi divulgado oficialmente através do Edital publicado no Diário Oficial da União no dia 30 de setembro de 1956. Entretanto, surgiram, da parte dos inscritos, várias dúvidas, inclusive quanto ao item 15, do referido documento e, no sentido de dirimi-las, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil NOVACAP valeu-se de duas correspondências, também reunidas nesta unidade: uma endereçada ao Presidente da Comissão de Planejamento da Construção e Mudança da Capital Federal e outra encaminhada ao Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Edital para o Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil

A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, com sede na Avenida Presidente Wilson, 210, salas 306 e 307, nesta Capital, torna pública a abertura do concurso nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob as normas e condições estabelecidas no presente edital.

- **Inscrição**

1. Poderão participar do concurso as pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, regularmente habilitadas para o exercício da engenharia, da arquitetura e do urbanismo.
2. As inscrições dos concorrentes estarão abertas dentro de 10 (dez) dias a partir da data da publicação do presente Edital no Diário Oficial da União e serão feitas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão, pelo prazo de 15 dias, contado da abertura das inscrições.
3. O Plano Piloto deverá abranger:
 - a) traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25.000);

b) relatório justificativo.

4. Os concorrentes poderão apresentar , dentro de suas possibilidades , os elementos que serviram de base ou que comprovem razões fundamentais de seus planos, como sejam:

a) esquema cartográfico da utilização prevista para a área do Distrito Federal, com a localização aproximada das zonas de produção agrícola, urbana, industrial, de preservação dos recursos naturais - inclusive florestas, caça e pesca, controle de erosão e proteção de mananciais - e das redes de comunicação (escala 1:50.000)

b) cálculo do abastecimento de energia elétrica, de água e de transporte, necessários à vida da população urbana

c) esquema do programa de desenvolvimento da cidade, indicando a progressão por etapas e a duração provável de cada uma;

d) elementos técnicos para serem utilizados na elaboração de uma lei reguladora da utilização da terra e dos recursos naturais da região;

e) previsão do abastecimento de energia elétrica, de água, de transporte e dos demais elementos essenciais à vida da população urbana;

f) equilíbrio e estabilidade econômica da região, sendo previstas oportunidades de trabalho para toda a população e remuneração para os investimentos planejados;

g) previsão de um desenvolvimento progressivo equilibrado, assegurando a aplicação dos investimentos no mais breve espaço de tempo e a existência dos abastecimentos e serviços necessários à população em cada etapa do programa;

h) distribuição conveniente da população nas aglomerações urbanas e nas zonas de produção agrícola, de modo a criar condições adequadas de convivência social.

5. Só poderão participar deste concurso equipes dirigidas por arquitetos, engenheiros ou urbanistas, domiciliados no país e devidamente registrados no Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

6. O Plano Piloto deverá ser executado a tinta, cópia heliográfica ou fotostática, sobre fundo branco e trazer a assinatura dos seus autores, sendo vedada a apresentação de variantes, podendo, entretanto, o candidato apresentar mais de um projeto.

7. Os relatórios devem ser apresentados em sete vias.

8. O Júri, presidido pelo Presidente da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, compor-se-á de: dois representantes da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, um do Instituto de Arquitetura do Brasil, um do Clube de Engenharia e dois urbanistas estrangeiros.

9. Os trabalhos deverão ser entregues dentro de 120 dias, a partir da data da abertura das inscrições.

10. O Júri iniciará seu trabalho dentro de cinco dias a contar da data do encerramento do concurso e o resultado será publicado logo após a conclusão do julgamento.

11. Os concorrentes, quando convocados, farão defesa oral de seus respectivos projetos perante o Júri.

12. A decisão do Júri será fundamentada, não cabendo dela qualquer recurso.

13. Após a publicação do resultado do julgamento, a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil poderá expor os trabalhos em lugar acessível ao público.

14. Os autores do Plano Piloto, classificados em primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto lugares, receberão os prêmios de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) e Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), respectivamente.

15. Desde que haja perfeito acordo entre os autores classificados em primeiro lugar e a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, terão aqueles a preferência para o desenvolvimento do projeto.

16. O Júri não será obrigado a classificar os cinco melhores trabalhos e consequentemente a designar concorrentes que devam ser premiados, se, a seu juízo, não houver trabalhos merecedores de todos ou de alguns dos prêmios estipulados.

17. Todo trabalho premiado passará a ser propriedade da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, após o pagamento do prêmio estipulado, podendo dele fazer o uso que achar conveniente.

18. A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal coloca à disposição dos concorrentes, para consulta, os seguintes elementos:

a) mosaico aerofotográfico, na escala de 1:50.000, com curvas de forma de 20 em 20 metros (apoiados em pontos de altura determinados no terreno por altímetro de precisão Wallace & Tiernan) de todo o Distrito Federal;

b) mapas de drenagem de todo o Distrito Federal;

c) mapas de Geologia de todo o Distrito Federal; d) mapas de solos para obras de engenharia de todo o Distrito Federal;

e) mapas de solos para agricultura de todo o Distrito Federal;

f) mapas de utilização atual da terra de todo o Distrito Federal;

g) mapa de conjunto, indicando locais para perfuração de poços, exploração de pedreiras, instalações de usinas hidrelétricas, áreas para cultura, áreas para criação de gado, áreas para recreação, locais para aeroportos, etc., etc.;

h) mapa topográfico regular, na escala de 1:25.000, com curvas de nível de 5 em 5 metros, executado por aerofotogrametria, cobrindo todo o sítio da Capital (cerca de 1.000 km²) e mais uma área de 1.000 km² a leste do Sítio da Capital, abrangendo a cidade de Planaltina e grande parte do vale do Rio São Bartolomeu;

i) ampliação fotográfica dos mapas do sítio da Capital (200 km²) para a escala de 1:5.000, com curvas de nível de 5 em 5 metros;

j) mapas detalhados de drenagem, geologia, solos para engenharia, solos para agricultura e utilização da terra, do sítio da cidade (1.000 km²) e mais 1.000 km² a leste desse sítio;

k) mapas topográficos regulares, na escala de 1:2.000, com curvas de nível de metro em metro e de dois em dois metros, da área de 150 km², indicada como ideal para a localização da zona urbana da Capital Federal;

l) relatório minucioso relativo aos estudos do solo e do subsolo, do macro clima e do micro clima, das águas superficiais e subterrâneas, das possibilidades agrícolas e pecuárias, etc., etc.

19. Caberá aos concorrentes providenciar as cópias heliográficas, fotográficas, etc., que julgarem indispensáveis a elaboração dos projetos, sendo que, para esse fim, serão fornecidos os seguintes elementos:

a) mapas topográficos regulares em 1:25.000, com curvas de 5 em 5 metros, do sítio da Capital;

b) mapas ampliados para a escala de 1:5.000, de 200 km² do sítio da Capital;

c) mapas topográficos regulares, na escala de 1:2.000, com curvas de nível de metro em metro e de dois em dois metros, da área de 150 km², indicada como ideal para a localização da zona urbana da Capital Federal.

20. A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal facilitará aos concorrentes visita ao local da futura Capital, para melhor conhecimento da região.

21. Qualquer consulta ou pedido de esclarecimento sobre o presente concurso deverá ser feito por escrito, sendo que as respostas respectivas serão remetidas a todos os demais concorrentes.

22. As publicações relativas ao concurso serão insertas no Diário Oficial da União e em outros jornais de grande circulação no Distrito Federal e nas principais Capitais Estaduais.

23. A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, considerando que o planejamento de edifícios escapa ao âmbito deste concurso, decidiu que os projetos dos futuros edifícios públicos serão objeto de deliberações posteriores, a critério desta Comissão.

24. A participação neste concurso importa, da parte dos concorrentes, em integral concordância com os termos deste Edital.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1956.

Ernesto Silva, Presidente

Informações Complementares

Carta remetida pelo Presidente da NOVACAP ao Presidente da Comissão de Planejamento e Mudança da Capital Federal, informando sobre a nova redação do item 15 do Edital do Concurso do Plano Piloto.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1956.

Sr. Presidente:

Em complemento à exposição que tive oportunidade de fazer aos Diretores e Representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil, esclareço, pelo presente, alguns pontos do Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, os quais suscitaram dúvidas na sua interpretação.

Assim, o artigo 15 deverá ser assim entendido: "Os autores classificados em primeiro lugar ficarão encarregados do desenvolvimento do projeto, desde que haja perfeito acordo com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil sobre as condições para a execução desse trabalho." Comunico-lhe, ainda, que

determinei seja o prazo de 120 dias para a entrega do Plano Piloto, contado a partir da data do encerramento das inscrições e que sejam fornecidas aos concorrentes, cópias do relatório Belcher, nas partes que lhes possam interessar.

Reitero os meus protestos de elevado apreço.

Israel Pinheiro, Presidente

Correspondência enviada pelo Diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da NOVACAP ao Instituto dos Arquitetos do Brasil, fornecendo mais informações para o Concurso do Plano Piloto.

Ao Sr. Dr. Ary Garcia Roza DD. Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Companhia Urbanizadora responde às consultas formuladas, até esta data, pelos concorrentes ao Plano Piloto da Nova Capital:

1 - Ventos dominantes

Predominam os ventos leste.

2 - Estrada de ferro

Uma estrada de ferro dever ligar Anápolis ou Vianópolis à Nova Capital.

3 - Estrada de rodagem

Deverá ser projetada de Anápolis a Brasília.

4 - Represa, Hotel, Palácio Residencial e Aeroporto

A represa (cujo nível corresponderá à cota 997) , o hotel e o palácio residencial ficarão situados de acordo com a planta já fixada e à disposição dos concorrentes. O palácio do Governo projetado aguardará fixação do Plano Piloto. Nessa planta se acha também localizado o aeroporto definitivo, já em construção.

5 - Ministérios

Para os estudos do Plano Piloto permanece a atual organização ministerial, acrescida de três ministérios. Somente cerca de 30% dos funcionários serão transferidos.

6 - Industria e agricultura

Deverá prever-se um desenvolvimento limitado, em vista do caráter político- administrativo da Nova Capital.

7 - Loteamento e tipo de propriedade

O assunto aguardará sugestões do Plano Piloto.

8 - Densidade

Provisão para 500.000 habitantes, no máximo.

9 - Construções em andamento

Estão sendo iniciadas as obras de um hotel e de um palácio residencial para o Presidente da República. Além dessas obras, estão em construção, em caráter provisório, as instalações necessárias ao funcionamento da Companhia Urbanizadora e dos serviços que ali se iniciam.

10 - Relatório

Foi enviada cópia do relatório ao Instituto de Arquitetos do Brasil e à Faculdade de Arquitetura de São Paulo.

11 - Apresentação dos trabalhos

Os concorrentes terão plena liberdade na - apresentação de seus projetos, inclusive no uso de cores, etc.

12 - Escala

A escala para o Plano Piloto permanecerá de... 1:25.000, entretanto será permitido aos concorrentes apresentar detalhes do referido plano na escala que desejarem.

13 - Colaboradores

O arquiteto inscrito no concurso para o Plano Piloto de Brasília terá plena liberdade na escolha de seus colaboradores, que poderão assinar as plantas apresentadas.

14 - Defesa oral

Na defesa oral, os arquitetos poderão ter a assistência de seus colaboradores.

Oscar Niemeyer, Diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura.

ANEXO 3 –

Relatório do Plano Piloto de Brasília

Lúcio Costa

Desejo inicialmente desculpar-me perante a Direção da Companhia Urbanizadora e a Comissão Julgadora do Concurso pela apresentação sumária do partido aqui sugerido para a nova Capital e também justificar-me.

Não pretendia competir e, na verdade, não concorro; apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta.

Compareço, não como técnico devidamente aparelhado, pois nem sequer disponho de escritório, mas como simples "maquis" no desenvolvimento da idéia apresentada, senão eventualmente na qualidade de mero consultor. E se procedo assim cândidamente, é porque me amparo num raciocínio igualmente simplório; se a sugestão é válida, estes dados, conquanto sumários na sua aparência, já serão suficientes, pois revelarão que, apesar da espontaneidade original, ela foi, depois, intensamente pensada e resolvida; se não o é, a exclusão se fará mais facilmente, e não terei perdido meu tempo nem tomado o tempo de ninguém.

A liberação do acesso ao concurso o reduziu de certo modo à consulta àquilo que de fato importa, ou seja à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dêle; a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal cidade deve ser concebida.

Ela deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher, satisfatoriamente, sem esforço as funções vitais próprias de UMA CIDADE MODERNA QUALQUER, não apenas como URBS, mas como CIVITAS, possuidora dos atributos inerentes a uma Capital. E para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de UMA CERTA DIGNIDADE E NOBREZA DE INTENÇÃO, porquanto desta atividade

fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de torna-se, com o tempo, além de centro de govêrno e administração, num foco de cultura das mais lúcidas do país.

Dito isto, vejamos como nasceu, se definiu e resolveu a presente solução:

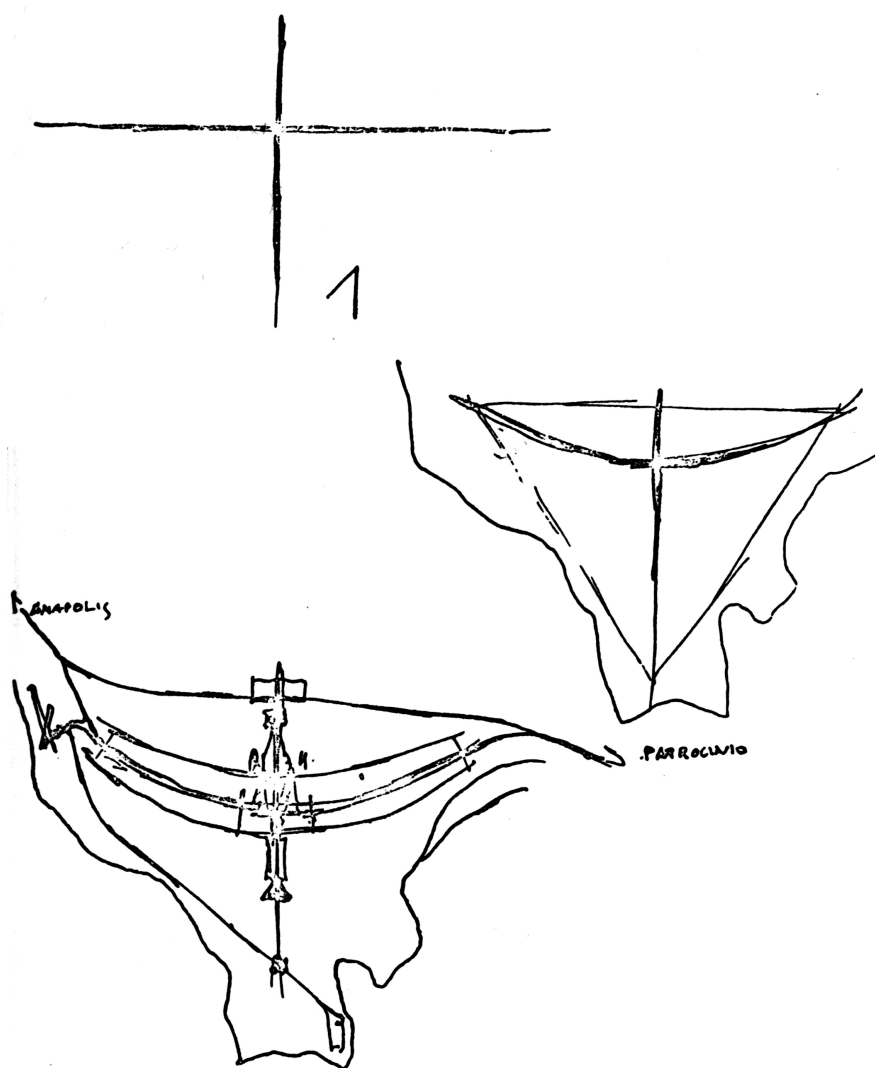
1. Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dêle toma posse:-- dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz.

2. Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada.

3. E houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária — inclusive a eliminação de cruzamentos — à técnica urbanística, conferindo-se ao eixo arqueado, correspondente às vias naturais de acesso, a função circulatória-tronco, com pistas centrais de velocidade e pistas laterais, para o tráfego local, e dispondo-se ao longo dêsse eixo o grosso dos setores residenciais.

4. Como decorrência dessa concentração residencial, os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias locais, e, por fim, a estação ferroviária, foram-se naturalmente ordenando e dispondo ao longo do eixo transversal que passou a ser assim o eixo-monumental do sistema. Lateralmente à interseção dos dois eixos, mas participando funcionalmente e em termos de composição urbanística do eixo-monumental, localizaram-se o setor bancário e comercial, o setor de escritórios de empresas e profissões liberais e ainda amplos setores de varejo comercial.

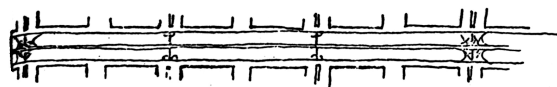
5. O cruzamento desse eixo monumental, de cota inferior, com eixo rodoviário-residencial impôs a criação de uma grande plataforma liberta do tráfego que não se destina ao estacionamento ali, remanso onde se concentrou logicamente o centro de diversões da cidade, com os cinemas, os teatros, os restaurantes, etc.



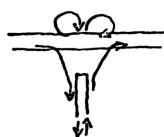
6. O tráfego destinado aos demais setores prossegue, ordenado em mão única na área inferior coberta pela plataforma e entalada nos dois topos, mas aberta nas

faces maiores, área utilizada em grande parte para o estacionamento de veículos onde se localizou a estação rodoviária interurbana, acessível aos passageiros pelo nível superior da plataforma. Apenas as pistas de velocidade mergulham, já então subterrâneas, na parte central dêsse piso inferior que se espraia em declive até nivelar-se com a esplanada do setor dos Ministérios.

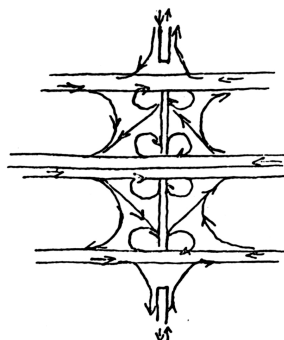
7. Dêsse modo e com a introdução de três trevos completos em cada ramo do eixo rodoviário e outras tantas passagens de nível inferior, o tráfego de automóveis e ônibus se processa tanto na parte central quanto nos setores residenciais sem qualquer cruzamento. Para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados, mas sem cruzamento ou interferência alguma com o sistema anterior, salvo acima do setor esportivo, e que a cede aos edifícios do setor comercial ao nível do subsolo, contornando o centro cívico, em cota inferior, com galerias de acesso previstas no terrapleno.



3



3



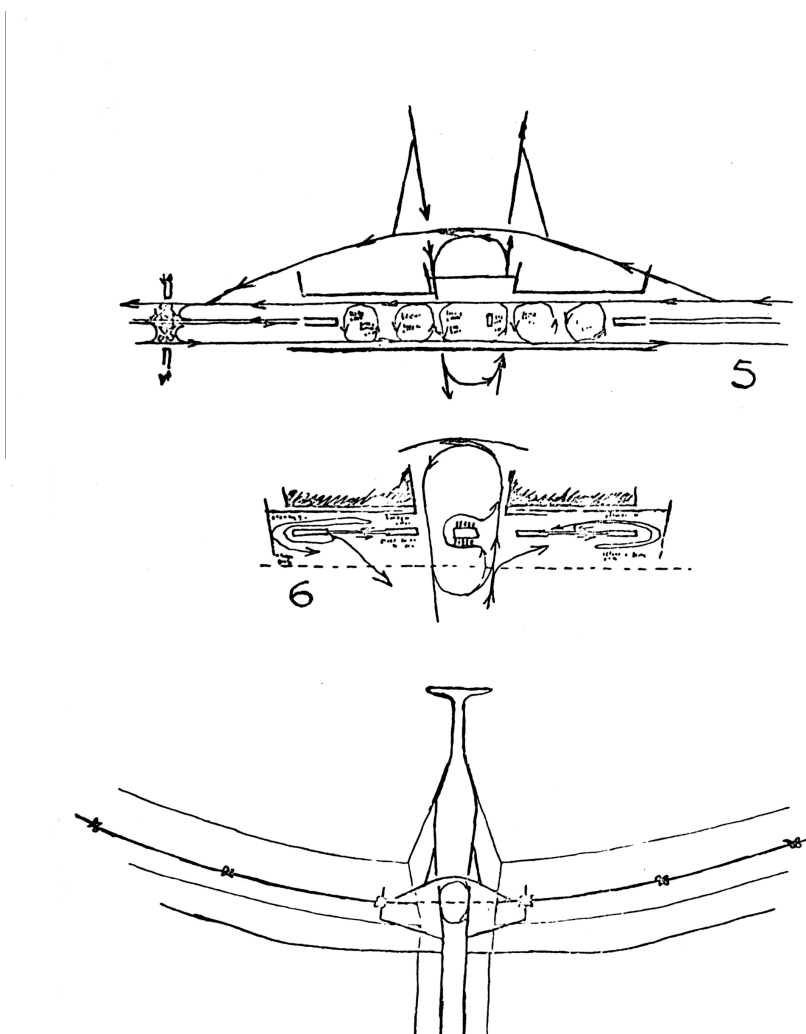
8. Fixada a rede geral do tráfego de automóvel, estabeleceram-se tanto nos setores centrais como nos residenciais tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão, sem, contudo, levar tal separação a extremos sistemáticos e antinaturais, pois não se deve esquecer que o automóvel, hoje em dia, deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só se "desumaniza, readquirindo *vis-a-vis* do pedestre, feição ameaçadora e hostil, quando incorporado à massa anônima do tráfego". Há, então, que separá-lo, mas sem perder de vista que, em determinadas condições e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe...

9. Veja-se agora como, nesse arcabouço de circulação ordenada, se integram e articulam os vários setores. Destacam-se, no conjunto, os edifícios destinados aos poderes fundamentais que, sendo em número de três e autônomos, encontraram no triângulo equilátero, vinculado à arquitetura da mais remota antiguidade, a forma elementar apropriada para contê-los. Criou-se, então, um terrapleno triangular, com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha, a que se tem acesso pela própria rampa da auto-estrada que conduz à residência e ao aeroporto. Em cada ângulo dessa praça — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — localizou-se uma das casas, ficando as do governo e do Supremo Tribunal na base, a do Congresso no vértice, com frente igualmente para uma esplanada ampla, disposta num segundo terrapleno, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro. A aplicação, em termos atuais, dessa técnica oriental milenar dos terraplenos garante a coesão do conjunto e lhe confere uma ênfase monumental imprevista. Ao longo dessa esplanada — o Mall dos ingleses, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno; os Ministérios militares, constituindo uma praça autônoma, e

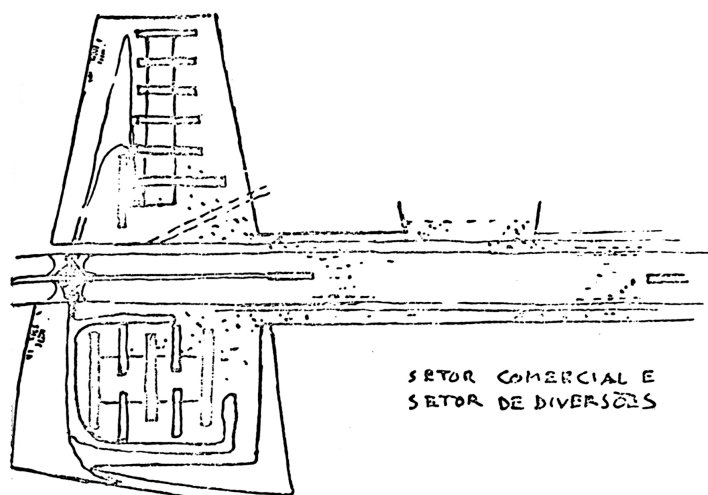
os demais ordenados em sequência — todos com áreas privativas de estacionamento — sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho do setor cultural, tratado à maneira de parque para melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc., setor êsse também contíguo à ampla área destinada à Cidade Universitária com o respectivo Hospital de Clínicas e onde também se prevê a instalação do Observatório. A Catedral ficou igualmente localizada nessa esplanada, mas numa praça autônoma disposta lateralmente, não só por questão de protocolo, uma vez que a Igreja é separada do Estado, como por questão de escala, tendo-se em vista valorizar o monumento e, ainda, principalmente por outra razão de ordem arquitetônica: a perspectiva de conjunto da esplanada deve prosseguir desimpedida até além da plataforma, onde os dois eixos se cruzam.

10. Nesta plataforma, onde, como se viu anteriormente, o tráfego é apenas local, sitou-se então o centro de diversões da cidade (mistura, em termos adequados, de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées). A face da plataforma debruçada sobre o setor cultural e a esplanada dos Ministérios, não foi edificada, com exceção de uma eventual casa de chá e da Ópera, cujo acesso tanto se faz pelo próprio setor de diversões, como pelo setor cultural contíguo, em plano inferior. Na face fronteira foram concentrados os cinemas e teatros, cujo gabarito se fez baixo e uniforme, constituindo, assim, o conjunto deles, um corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame. As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas no gênero tradicional da rua do Ouvidor, das vielas venezianas ou de galerias cobertas (arcadas) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés, e "loggias" na parte dos fundos, com vista para o parque, tudo no propósito de propiciar ambiente adequado ao convívio e à expansão. O pavimento térreo do setor central desse conjunto de teatros e cinemas manteve-se vazado em toda a sua extensão, salvo os núcleos de acesso aos pavimentos superiores, a fim de garantir continuidade à perspectiva, e os andares se previram envidraçados nas duas faces, para que os restaurantes, clubes, casas de chá, etc, tenham vista de um lado para a esplanada inferior, e do outro para o alicerce do parque no prolongamento do eixo monumental e onde ficaram localizados os hotéis comerciais e de turismo, e, mais acima, para a torre monumental das estações radioemissoras e de

televisão tratada como elemento plástico integrado na composição geral. Na parte central da plataforma, porém, disposto lateralmente, acha-se o saguão da estação rodoviária com bilheteria, bares, restaurantes, etc, construção baixa, ligadas por escadas rolantes ao *hall* inferior de embarque, separado por envidraçamento do cais pròpriamente dito. O sistema de mão única obriga os ônibus, na saída, a uma volta, num ou noutro sentido, fora da área coberta pela plataforma, o que permite ao viajante uma última vista ao eixo monumental da cidade antes de entrar no eixo rodoviário-residencial — despedida psicològicamente desejável. Previram-se igualmente nesta extensa plataforma destinada principalmente, tal como no piso érreo, ao estacionamento de automóveis, duas amplas praças privativas de pedestres, uma fronteira ao teatro da ópera e outra, simètricamente disposta, em frente a um pavilhão de pouca altura debruçado sôbre os jardins do setor cultural e destinado a restaurante, bar e casa de chá. Nestas praças, as pistas de rolamento, sempre de sentido único, foi ligeiramente sobrelevado em larga extensão para o livre cruzamento dos pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco e direto tanto aos setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios.

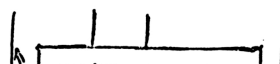


11. Lateralmente ao setor central de diversões, e articulados a êle, encontram-se dois grandes núcleos destinados, exclusivamente, ao comércio - lojas e magazines, e dois setores distintos, o bancário-comercial e o dos escritórios para profissões liberais, representações e empresas, onde foram localizados respectivamente o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Êsses núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento e dispõem de autoportos para estacionamento em dois níveis e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa área térrea com sobreloja, de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma sequência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias. Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres.

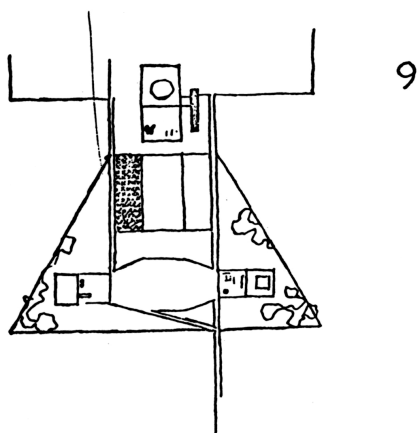


SETOR COMERCIAL E
SETOR DE DIVERSÕES

SETOR DOS MINISTERIOS



12. O setor esportivo, com extensíssima área destinada exclusivamente ao estacionamento de automóveis, instalou-se entre a Praça da Municipalidade e a torre radioemissora, que se prevê de planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos estúdios e mais instalações e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura. De um lado, o estádio e mais dependências, tendo aos fundos o Jardim Botânico; do outro, hipódromo com as respectivas tribunas e vila hípica e, contíguo, o Jardim Zoológico constituindo essas duas imensas áreas verdes, simètricamente dispostas em relação ao eixo monumental, como que pulmões de nova cidade.



13. Na Praça Municipal instalaram-se a Prefeitura, a Polícia Central, o Corpo de Bombeiros e a Assistência Pública. A penitenciária e o hospício, conquanto afastados do centro urbanizado, fazem igualmente parte deste setor.

14. Acima do setor municipal, foram dispostas as garagens da viação urbana, em seguida, de uma banda e de outra os quartéis e numa larga faixa transversal o setor destinado ao armazenamento e à instalação das pequenas indústrias de interesse local, com setor residencial autônomo, zona esta rematada pela estação ferroviária e articulada igualmente a um dos ramos da rodovia destinada aos caminhões.

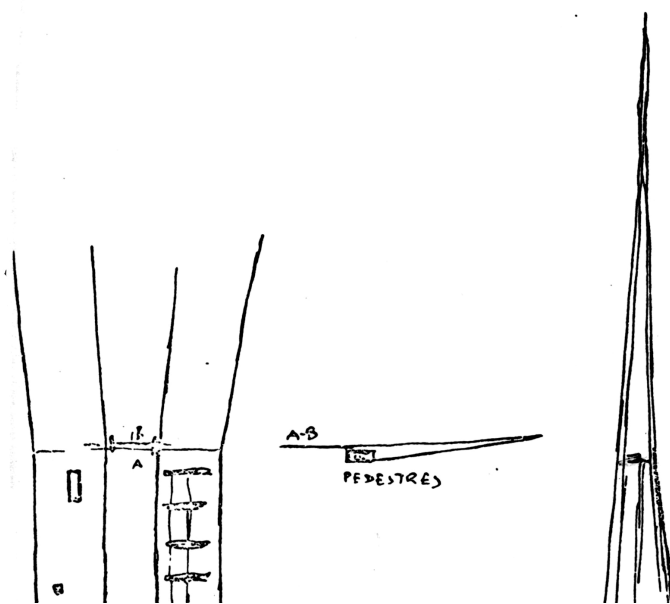
15. Percorrido assim de ponta a ponta esse eixo monumental, vê-se que a fluência e unidade do traçado, desde a praça do Governo até a Praça Municipal, não exclui a variedade e cada setor, por assim dizer, vale por si como organismo praticamente autônomo na composição do conjunto. Essa autonomia cria espaços adequados à escala do homem e permite o diálogo monumental localizado sem prejuízo de desempenho arquitetônico de cada setor na harmonia da integração urbanística do todo.

16. Quanto ao problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas em ordem dupla ou singela, de ambos

os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar interminante de arbustos e folhagens, a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras visto sempre num segundo plano e como que amortecido na paisagem.. Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras.

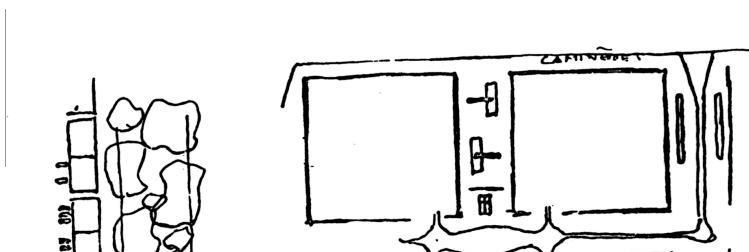
Dentro dessas "superquadras" os blocos residenciais podem dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém, a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres, mormente o acesso à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra.

Ao fundo das quadras, estende-se a via de serviços para o tráfego de caminhões, destinando-se ao longo dela a frente oposta às quadras a instalação de garagens, oficinas, depósitos de comércio em grosso, etc. e reservando-se uma faixa de terreno equivalente a uma terceira ordem de quadras para floricultura, horta e pomar. Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalam-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma ora por outra, e onde se localizaram a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro, disposto conforme a sua classe ou natureza.



O mercadinho, o açougue, as vendas, quitandas, casas de ferragens etc, na primeira metade da faixa correspondente ao acesso de serviço; as barbearias, cabelereiros, modistas, confeitarias, etc na primeira seção da faixa de acesso privativo dos automóveis e ônibus, onde se encontram igualmente os postos de serviço para venda de gasolina. As lojas dispõem-se em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres, e o estacionamento na face oposta contígua às vias de acesso motorizado, prevendo-se travessas para ligação de uma parte a outra, ficando, assim, as bjas geminadas duas a duas, embora o seu conjunto constitua um corpo só.

Na confluência das quatro quadras, localizou-se a igreja do bairro, e aos fundos dela as escolas secundárias, ao passo que na parte da faixa de serviço fronteira à rodovia se previu o cinema, a fim de torná-lo acessível a quem proceda de outros bairros, ficando a extensa área livre intermediária destinada ao clube de juventude, com campos de jogos e recreio.



17. A graduação social poderá ser dosada facilmente, atribuindo-se maior valor a determinadas quadras, como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário, com alamêda, de acesso autônomo, e via de serviço para o tráfego de caminhões comum às quadras residenciais. Essa alameda, por assim dizer, privativa dos bairros das embaixadas e legações, se prevê edificada apenas num dos lados, deixando-se o outro com a vista desimpedida sobre a paisagem, excetuando-se o hotel principal localizado nesse setor e próximo do centro da cidade. No outro lado do eixo-rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodoviária serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o

agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia, em certo grau, a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação. E, seja como fôr, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, de maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos materiais e do grau e requinte do acabamento. Neste sentido, deve-se impedir a enquistação de favelas, tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população.

18. Previram-se igualmente sotores ilhados, cercados de arvoredos e de campo, destinados a loteamento para casas individuais, sugerindo-se uma disposição dentada em cremalheira para que as casas construídas nos lotes do topo se destaquem na paisagem, afastadas umas das outras disposição que ainda permite acesso autônomo do serviço para todos os lotes. E admitiu-se igualmente a construção eventual de casas avulsas isoladas, de alto padrão arquitetônico — o que não implica tamanho — estabelecendo-se porém, como regra, nestes casos, o afastamento mínimo de um quilômetro de casa a casa, o que acentuará o caráter excepcional dessas concessões.

19. Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial, evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão e grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação.

20. Evitou-se a localização dos bairros residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intata, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e os núcleos de pesca podem chegar à beira d'água. O clube de Gôlfe situou-se na extremidade leste, contíguo à residência e ao Hotel, ambos em construção e o Iate Clube, na enseada vizinha, entremeados por denso bosque que se estende até à margem da represa, bordejada neste trecho pela alamêda de contorno que intermitentemente se desprende de sua orla para embrenhar-se pelo campo que se pretende eventualmente florido e manchado de

arvoredo. Essa estrada se articula ao eixo rodoviário e também à pista autônoma de acesso direto do aeroporto ao centro cívico, por onde entrarão na cidade os visitantes ilustres, podendo a respectiva saída processar-se, com vantagem, pelo próprio eixo rodoviário-residencial. Propõe-se ainda a localização do aeroporto definitivo na área interna da repêsa, a fim de evitar-lhe a travessia ou o contôrno.

Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental, distribuindo-se a cidade em metades NORTE e SUL, as quadras seriam assinaladas por números, os blocos residenciais por letras, e, finalmente, o número de apartamentos na forma usual, assim por exemplo: N-Q3 - L - ap 201. A designação dos blocos em relação à entrada da quadra deve seguir da esquerda para a direita, de acôrdo com a norma.

22. Resta o problema, de como dispor do terreno e troná-lo acessível ao capital oarticular, Entendo que as quadras não devem ser loteadas, sugerindo, em vez de venda de lotes, a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito, a fim de não entravar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras. Entendo, também, que esse planejamento deveria de preferência anteceder a venda das quotas, mas nada impede que compradores de um número substancial de quotas submetam à aprovação da Companhia projeto próprio de uma urbanização de uma determinada quadra, e que, além de facilitar aos incorporadores a aquisição de quotas, a própria Companhia funcione, em grande parte, como incorporadora. E entendo igualmente que o preço das quotas, oscilável conforme a procura, deveria incluir uma parcela com taxa fixa, destinada a cobrir as despesas do projeto no intuito de facilitar tanto o convite a determinados arquitetos, como a abertura de concursos para a urbanização e edificação das quadras que não fôssem projetadas pela Divisão de Arquitetura da própria Companhia. E sugiro ainda que a aprovação dos projetos se processe em duas etapas, anteprojeto e projeto definitivo, no intuito de permitir seleção prévia e melhor contrôle da qualidade das construções.

Da mesma forma quanto ao setor do varejo comercial e aos setores bancários e dos escritórios das empresas e profissões liberais, que deveriam ser projetados previamente de modo a se poderem fracionar em subsetores e unidades autônomas, sem prejuízo da integridade arquitetônica, e assim se sumeterem parceladamente à venda no

mercado imobiliário, podendo a construção propriamente dita, ou parte dela, correr por conta dos interessados ou da Companhia, ou, ainda, conjuntamente..

23. Resumindo, a solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia das exigências de aparência contraditória. É assim que, sendo monumental, é também cômoda, eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional. O tráfego de automóveis se processa sem cruzamento, e se restitui o chão, na justa medida, ao pedestre. E, por ter o arcabouço tão claramente definido, é de fácil execução: dois eixos, dois terraplenos, uma plataforma, duas pistas largas num sentido, uma rodovia no outro, rodovia que pode ser construída por partes — primeiro as faixas centrais com um trevo de cada lado, depois as pistas laterais, que avançariam com o desenvolvimento normal da cidade. As instalações teriam sempre campo livre nas faixas verdes contíguas às pistas de rolamento. As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie nem meios-fios. De uma parte, técnica rodoviária: de outra, técnica paisagística de parques e jardins.

Brasília — capital aérea e rodoviária: Cidade parque. Sonho arquisecular do Patriarca